

Sociedade e Estado

Volume 37 – Número 2

Copyright © 2022
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Chefe do Departamento de Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Tiago Ribeiro Duarte

Editora responsável: Tânia Mara Campos de Almeida

Editores-adjuntos: Maria Francisca Pinheiro Coelho,
Daniela Felix Martins Kawabe e Ricardo Colturato Festi

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Anderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão, produção de arte e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase – citas latino-americanas de sociologia y economia;
Crossref; Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;
Dataíndice – Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de
Janeiro-Luperj; Doaj – Directory of Open Access Journals;
Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;
Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América
Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP – Open Journal System / Public Knowledge
Project; ProQuest; Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,
España y Portugal; Researching Brazil – Indiana University;
Road – Directory of Open Access Scholarly Resources;
SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.
Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de
Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.
ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)
1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 37 – Número 2

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Débora Messenberg Guimarães (UnB), Edson Silva de Farias (UnB), Fabrício Monteiro Neves (UnB) e Sergio Barreira de Faria Tavoraro (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard Nunes (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Fernanda Beigel (Conicet/UNSJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (Iesp/Uerj),
Gabriel Cohn (USP),
Gerard Delanty (Universidade de Sussex/UK),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE).
Lourdes Maria Bandeira (UnB),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sari Hanafi (American University of Beirut/AUB),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp).

Pareceristas do Volume:

Ana Cristina M. Collares, Analía Soria, Andréa Borges Leão, Christiana Soares de Freitas, Cristina Teodoro Kelly da Silva, Daniela Félix Martins, Débora Messenberg, Fabio Lanza, Fábio Nogueira de Oliveira, Fernanda Müller, Gabriel Avila Casalecchi, Joaze Bernardino Costa, José Carlos M. Belieiro Júnior, José Veríssimo Romão Netto, Helena Bomeny, Leonardo Mercher, Ludmila Gaudad, Luis César Torres Nabel, Maria do Socorro Sousa Braga, Maria Francisca Coelho, Myrian Sepúlveda dos Santos, Otávio Vinhas, Patrícia Verônica Pinheiro S. Lima, Sergio Barreira de Faria Tavoraro, Sílvia Regina Alves Fernandes, Valter Roberto Silvério.

Apoio:

Sumário

Editorial	403
A pobreza no Maranhão: uma análise com base na perspectiva multidimensional <i>Lucas Wan Der Maas, Lívia Matos Lara de Assis, Maria Carolina Tomás, Paulo Fernando Braga Carvalho, Tiago Oliveira Vilaça & Ana Elise de Lira</i>	407
Escala do índice de exposição da criança à privação material em Portugal: validação e interpretação <i>Maria Teresa Gonzaga Alves, Amélia Bastos & Maria Eugénia Ferrão</i>	435
Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas <i>Jessica Rani Ferreira de Sousa, Leonardo Ferreira Batista & Diogo Henrique Helal</i>	457
Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social <i>Paula Márcia de Castro Marinho</i>	489
“Negro: de bom escravo a traficante”. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil <i>Pedro Henrique Antunes da Costa & Kíssila Teixeira Mendes</i>	511

Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: relações de poder e violências múltiplas <i>Ana Cristina Costa Figueiredo, Márcia Stengel & Alexandra Oliveira</i>	531
Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre <i>Fernando de Figueiredo Balieiro</i>	551
Actores políticos y promoción de contenidos desinformativos en Twitter. Caso España <i>Elias Said-Hung & Iago Ocarranza-Prado</i>	575
Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020 <i>Emerson Urizzi Cervi & Felipe Borba</i>	599
Rasguem o que escrevi! Uma análise comparada do intelectual e do presidente Fernando Henrique Cardoso <i>Rodrigo Badaró de Carvalho</i>	621
(Re)lembrando Jango hoje: uma análise sociológica das memórias sobre João Goulart <i>Barbara Goulart</i>	651
A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias <i>Julice Salvagni, Magda Georgia dos Santos, Marília Veríssimo Veronese & Róber Iturriet Avila</i>	673

Resenhas

Bitcoin: o filho rebelde do neoliberalismo PARANÁ, Edemilson. <i>Bitcoin – a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico</i> . São Paulo: Autonomia Literária, 2020. <i>Rodrigo Santaella Gonçalves</i>	699
A domesticação do talento no capitalismo do século XXI: uma leitura alternativa da criatividade MOULD, Oli. <i>Against creativity</i> . London: Verso, 2020. <i>Jefferson Dantas Santos</i>	707
Economia do desgaste dos corpos racializados sob o ponto de vista do feminismo decolonial VERGÈS, Françoise. <i>Um feminismo decolonial</i> . São Paulo: Ubu Editora, 2020. <i>Guilherme Marcondes & Roberto Marques</i>	715
Resumos teses e dissertações	725
Normas	735

Editorial

Recebido: 04.07.22
Aprovado: 11.07.22

Pobreza, políticas públicas, racismo, violência, cárcere, sexualidade e política

Tânia Mara Campos de Almeidaⁱ

i. Tânia Mara Campos de Almeida, editora-chefe da *Revista Sociedade e Estado*, é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Com alegria e satisfação, com o presente número encerro minha participação na posição de editora-responsável desta prestigiosa revista após um pouco mais de dois anos. Foi uma honra contribuir com a difusão do conhecimento científico de ponta na área das ciências sociais, em especial da sociologia, entre seus autores(as) e leitores(as), público interessado que se encontra majoritariamente no Brasil, na América Latina e na Península Ibérica. De todo modo, seguirei colaborando com a equipe editorial por mais tempo, como uma das editoras-adjuntas, função que exerci entre os anos 2012 e 2016. Desde então aprendi, na lida diária, que *Sociedade e Estado* é fruto de um intenso trabalho coletivo, articulado e horizontal. Trabalho este que envolve diretamente colegas, técnico, revisor, diagramador, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UnB, bem como os(as) inúmeros(as) pareceristas que atuam generosa e voluntariamente com suas avaliações.

Este número reúne doze artigos e três resenhas, mantendo o padrão habitual dos anteriores, em particular quando o material não compõe um dossiê temático. Contudo, há afinidades entre eles, facilitando a quem procura se informar e formar em um tema em específico. Ou seja, o(a) leitor(a) tem oportunidade de encontrar, nas próximas páginas, mais de um artigo sobre pobreza, políticas públicas, racismo, violência, cárcere, sexualidade e política.

Da Universidade Católica de Minas Gerais, um coletivo de pesquisadores(as) assina “A pobreza no Maranhão: uma análise com base na perspectiva multidimensional”, que objetiva mensurar e caracterizar o fenômeno no referido estado e seus municípios. Em linhas gerais, foi usado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para discutir as potencialidades da abordagem multidimensional da pobreza. Os resultados apontaram para uma incidência de pobreza multidimensional muito pequena em comparação com a pobreza monetária, o que implica em focalização das situações de pobreza aguda, associadas a privações simultâneas e de difícil superação. O combate à pobreza deve ser realizado por meio de políticas públicas e projetos

sociais voltados à infraestrutura, formalização do trabalho e melhoria da educação da população adulta.

Sobre a pobreza infantil em Portugal, trata o artigo “Escala do índice de exposição da criança à privação material em Portugal: validação e interpretação”, de Maria Teresa Gonzaga Alves, Amélia Bastos e Maria Eugénia Ferrão. As autoras visaram contribuir para a validação e interpretação da escala do índice de exposição da criança à privação material no domicílio com base na amostra portuguesa do EU-Statistics on Income and Living Conditions (EU-Silc) de 2017. Por ser o EU-Silc aplicado nos países da União Europeia, as autoras esperam que sua metodologia possa ser estendida a outras nações, permitindo o monitoramento anual da pobreza infantil em larga escala.

“Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas” é o título do trabalho bibliográfico sistemático e revisionista de Jessica Rani Ferreira de Sousa, Leonardo Ferreira Batista e Diogo Henrique Helal. Seus resultados, após análise bibliométrica e metanálise das publicações, indicam os modelos, os temas e as lacunas que formam um campo significativo para teorizações e aplicações empíricas das políticas públicas. Finaliza com a apresentação de uma agenda para investigações futuras.

No artigo seguinte, também de perfil teórico, “Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social”, Paula Márcia de Castro Marinho aborda conflitos religiosos atuais no país com base em uma reflexão bibliográfica voltada à intolerância nacional. A tese defendida afirma que tal intolerância articula-se por quatro vertentes de sinergia e performance que se retroalimentam: legado colonial do racismo epistêmico, disputa pelo mercado religioso, religiosidade nacional crédula de soluções mágico-religiosas e o uso da violência para a solução de conflitos em nossa sociedade.

Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes escreveram “Negro: de bom escravo a traficante. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil”. Ao recuperarem as análises de Clóvis Moura, bem como a centralidade da questão racial na formação social brasileira, observam a “Guerra às Drogas” como mecanismo discricionário de imposição de obstáculos ao negro por criminalização, encarceramento e extermínio, bem como por barragem econômica, política e ideológica. Além disso, vê-se como a sociologia da práxis negra do pensador em pauta permite compreender a passagem do negro como objeto da “Guerra às Drogas” a sujeito político de sua crítica e superação, vinculando a luta antiproibicionista à luta de classes, ao combate antirracista e anticapitalista.

A questão da violência e do cárcere também é tratada em “Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: relações de poder e violências múltiplas”, por Ana Cristina Costa Figueiredo, Márcia Stengel e Alexandra Oliveira. As autoras analisam o tema por meio de entrevistas semiestruturadas com reclusas do sistema penitenciário, evidenciando a dimensão afetiva da sexualidade e as inúmeras opressões vividas por elas. Mostram, enfim, a sobreposição da vigilância e dos impedimentos para o exercício da sexualidade feminina na instituição, desvelando restrições ao direito às visitas íntimas e intrincadas relações de poder.

Em perspectiva bem distinta, o tema da sexualidade permanece no trabalho “Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre”. Fernando de Figueiredo Balieiro analisa o escândalo ocasionado pelo fechamento da exposição Queermuseu, em Porto Alegre (RS), no ano de 2017, a partir da mobilização nas plataformas digitais que acusavam a mostra de promotora de “pedofilia”, “zoofilia” e “blasfêmia”, bem como difundiam uma ideia de esquerda política associada à “perversão moral” das crianças nessa esfera pública técnico-midiatizada. O artigo contribui, ainda, para discutir aspectos da acentuada midiatização da política na era digital.

Meandros da política no ambiente virtual contemporâneo, fenômeno que atravessa vários países, encontram-se em “Atores políticos e promoção de conteúdos desinformativos no Twitter. O caso da Espanha”. Em coautoria, Elias Said-Hung e Iago Ocarranza-Prado dedicam-se ao papel desempenhado pelos principais grupos políticos espanhóis na circulação de conteúdos desinformativos no Twitter. Os resultados, após estudos estatísticos, apontam para alto grau de coocorrência com os conteúdos desinformativos identificados por Maldita.es e Newtral.es, confirmando a atuação intencional desses atores.

O artigo na sequência é “Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020”. A política segue em debate nas penas de Emerson Urizzi Cervi e Felipe Borba ao analisarem os efeitos de variáveis políticas associadas à pandemia da covid-19 na abstenção eleitoral das eleições municipais de 2020. Do ponto de vista agregado, municípios com mais mortes por Covid-19 tenderam a uma maior abstenção. Contudo, ao se considerar o número de candidatos, usado como indicador de competição eleitoral, nota-se efeito contrário. Em perspectiva micro, observa-se que homens, com baixa escolaridade e idade acima de 40 anos, tenderam a participar menos desse pleito.

Dois artigos centram-se em destacadas personalidades políticas brasileiras: “Rasguem o que escrevi? Uma análise comparada do intelectual e do presidente Fer-

nando Henrique Cardoso”, de Rodrigo Badaró de Carvalho; e “(Re)lembrando Jango hoje: uma análise sociológica das memórias sobre João Goulart”, de Barbara Goulart. O primeiro investiga a relação entre as construções teóricas de Fernando Henrique Cardoso e seus principais projetos levados adiante, décadas depois, pelo então presidente da República FHC. A hipótese de que, *grosso modo*, há continuidade entre as propostas desenvolvidas pelo teórico e aquelas empunhadas pelo político é, por fim, afirmada. O segundo analisa as memórias das esquerdas políticas dos anos 1960 sobre João Goulart, concluindo que, ao longo das últimas décadas, tais memórias sofreram alterações significativas, sendo Goulart inicialmente considerado pelas esquerdas um presidente conciliador, nos dias de hoje é observado como líder democrático e bem-intencionado.

O último dos artigos deste conjunto, reunido por fluxo contínuo, é “A ascensão chinesa e nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias”. Julice Salvagni, Magda Georgia dos Santos, Marília Veríssimo Veronese e Róber Iturriet Avila se dedicam à nova rota da seda, iniciativa chinesa de impactos geopolíticos e econômicos globais. Destaca-se a dinamização da economia e do comércio com outros países por meio de melhorias logísticas e de infraestrutura. O êxito da China é focalizado no presidente Xi Jinping para a iniciativa, a qual apresenta potencial desafiador à supremacia ocidental, cujo expoente hegemônico são os Estados Unidos.

Três resenhas participam do presente número: “Bitcoin: o filho rebelde do neoliberalismo”, de Rodrigo Santaella Gonçalves; “A domesticação do talento no capitalismo do século XXI: uma leitura alternativa da criatividade”, de Jefferson Dantas Santos; e “Economia do desgaste dos corpos racializados sob o ponto de vista do feminismo decolonial”, de Guilherme Marcondes e Roberto Marques.

Como de praxe, *Sociedade e Estado*, traz ainda resumos de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL/UnB) em sua versão hospedada na plataforma SEER.



A pobreza no Maranhão: uma análise com base na perspectiva multidimensional

Recebido: 13.04.21
Aprovado: 29.03.22

Lucas Wan Der Maas: (<https://orcid.org/0000-0002-5759-5039>),
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasilⁱ.

Lívia Matos Lara de Assis (<https://orcid.org/0000-0002-3063-582X>),
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasilⁱⁱ.

Maria Carolina Tomás (<https://orcid.org/0000-0003-0811-4320>)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasilⁱⁱⁱ.

Paulo Fernando Braga Carvalho (<https://orcid.org/.0000-0001-6584-8836>),
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil^{iv}.

Tiago Oliveira Vilaça (<https://orcid.org/0000-0002-6744-7347>),
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil^v.

Ana Elise de Lira (<https://orcid.org/0000-0002-5159-0579>)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil^{vi}.

i. Lucas Wan Der Maas é doutor em ciências sociais pela PUC Minas e pesquisador do Núcleo de Inteligência Social da PUC Minas e do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da UFMG. <lucaswandermaas@gmail.com>.

ii. Lívia Matos Lara de Assis é mestra em ciências sociais pela PUC Minas, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e pesquisadora do Núcleo de Inteligência Social da PUC Minas. <liviamatoss.assis@gmail.com>

iii. Maria Carolina Tomás é doutora em sociologia e demografia pela University of California e professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. <mctomas@pucminas.br>.

iv. Paulo Fernando Braga Carvalho é doutor em geografia-tratamento da

Resumo: O trabalho tem por objetivo mensurar e caracterizar o fenômeno da pobreza multidimensional no estado do Maranhão e seus respectivos municípios. Ao considerar que esse estado é o mais pobre do Brasil em termos monetários, utiliza-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e sua comparação com as linhas de indigência e pobreza para discutir as potencialidades da abordagem multidimensional da pobreza. Para o cálculo do IPM foram utilizados os dados do componente amostral do Censo Demográfico de 2010. O IPM foi construído com quatro dimensões (educação, saúde, trabalho e padrão de vida) e 13 indicadores. Os resultados permitem identificar uma incidência de pobreza multidimensional muito pequena na comparação com a pobreza monetária, o que implica em uma focalização das situações de pobreza aguda, associadas a privações simultâneas e de difícil superação, que não necessariamente se associam com a privação de renda. Por meio da decomposição do IPM, aponta-se a necessidade do combate à pobreza por meio de políticas públicas e projetos sociais voltados à infraestrutura, em especial ao acesso à água potável, ao saneamento e ao tratamento de lixo doméstico, e à formalização do trabalho e melhoria da educação da população adulta.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional. Método Alkire-Foster. Capacidades. Maranhão.

informação pela PUC Minas, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas e coordenador do Núcleo de Inteligência Social da PUC Minas. <paulofermando@pucminas.br>.

v. Tiago Oliveira Vilaça é graduado em geografia pela PUC Minas e pesquisador do Núcleo de Inteligência Social da PUC Minas. <tiagovilaca1997.to@gmail.com>.

vi. Ana Elise de Lira é graduada em geografia pela PUC Minas e pesquisadora do Núcleo de Inteligência Social da PUC Minas. <anaelisegeografia@gmail.com>.

Poverty in Maranhão: an analysis based on a multidimensional perspective

Abstract: This article aims to measure and characterize the phenomenon of multidimensional poverty in the state of Maranhão. Considering that the state is the poorest in Brazil in monetary terms, the Multidimensional Poverty Index (MPI) and its comparison with the poverty lines are used to discuss the potential of a multidimensional approach to poverty. To calculate the MPI, data from the sample component of the 2010 Census were used. The MPI was constructed with four dimensions (Education, Health, Work and Living Standard) and 13 indicators. The results allow us to identify a very small incidence of multidimensional poverty compared to monetary poverty, which implies a focus on situations of acute poverty, associated with simultaneous and difficult to overcome deprivations, which are not necessarily associated with income deprivation. By decomposing the index, the need to combat poverty through public policies and social projects aimed at infrastructure is pointed out, particularly access to drinking water, sanitation, and domestic waste treatment, and at the formalization of work and improvement of education of the adult population.

Keywords: Multidimensional poverty. Alkire-Foster method. Capabilities. Maranhão.

Introdução

A pobreza é um fenômeno estudado em diversas áreas, como na economia, demografia, geografia e nas ciências sociais. Por permitir diferentes abordagens, várias são as formas de mensuração do fenômeno, sendo a mais usual a linha de pobreza, uma medida unidimensional que leva em conta estritamente aspectos econômicos. O presente trabalho se soma aos esforços recentes de diversificação da forma de mensuração do fenômeno, ao adotar a pobreza multidimensional como abordagem principal. Objetiva-se mensurar e caracterizar o fenômeno para o estado do Maranhão, identificado como o estado mais pobre do Brasil em termos monetários, com 53% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, frente a 25,3% do total do país (IBGE, 2019a). Alguns trabalhos em escala nacional também apontam o estado entre aqueles com maior incidência de pobreza multidimensional (Fahel, Teles & Caminhas, 2016; Ophi, 2019). Ademais, o estado apresenta uma escassez de trabalhos com foco em seus municípios e sua diversidade territorial.

Utiliza-se o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), inicialmente desenvolvido pela Oxford Poverty and Human Development Initiative (Ophi), o qual não considera a renda no cálculo do indicador. Desse modo, um dos objetivos do trabalho é comparar a incidência de pobreza ao se utilizar linhas de pobreza e o IPM. Essa análise é importante tanto para uma compreensão mais ampla de pobreza, quanto

para análise de diferentes indicadores e como impactam o conjunto da população que é considerada pobre. Cada abordagem tem suas vantagens e desvantagens, portanto, uma análise criteriosa da relação entre elas é fundamental para o uso de cada uma.

O **IPM** é um índice multidimensional na medida em que identifica a pobreza como uma situação de acúmulo de privações em múltiplas dimensões da vida. Ao contrário das linhas de pobreza, que mensuram privação de renda, o **IPM** considera pobres as pessoas com privações simultâneas, operacionalizadas por meio de um conjunto de indicadores. Ainda que não necessariamente desconsidere a renda, a perspectiva multidimensional entende a pobreza como um fenômeno de múltiplas faces (social, econômica, cultural, psicológica etc.), não restringindo a análise apenas ao suprimento das necessidades monetárias e/ou nutricionais dos indivíduos.

A escolha pelo **IPM** para a análise da pobreza no Maranhão alinha-se com o debate internacional atual sobre mensuração da pobreza multidimensional, pois segue as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O **IPM** pode ser útil como instrumento de identificação do problema e de orientação de políticas públicas e projetos sociais. Embora essa não seja a primeira iniciativa de aplicação do **IPM** para a realidade brasileira, é diferente em termos dos indicadores selecionados e dos critérios estabelecidos para definir as situações de privação, oferecendo diferentes perspectivas para orientação de ações estratégicas.

A presente proposta permite também diferenciar os pobres multidimensionais daqueles em situação de vulnerabilidade, o que também pode contribuir para orientar ações com foco na redução do risco de cair na pobreza. O **IPM** possibilita ainda a identificação de padrões espaciais de distribuição da pobreza no território maranhense, bem como análises específicas no nível municipal. Por fim, tendo em vista a persistência das desigualdades de renda no Brasil e considerando a relevância de uma análise complementar entre indicadores, os resultados do **IPM** são comparados com as linhas de indigência e pobreza. Esta análise comparativa avança em relação à literatura sobre índices de pobreza multidimensional do Brasil, que tende a ser descritiva quanto à construção do indicador e apresentação dos resultados.

O artigo divide-se em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda há, ainda que brevemente, uma discussão sobre as definições de pobreza, com foco na diferença entre as abordagens unidimensional e multidimensional, e apresentando as diferentes formas de mensuração do fenômeno. Na terceira seção é detalhada a metodologia utilizada para o cálculo do **IPM**. Por sua vez, na quarta parte têm-se

os resultados obtidos para o Maranhão, tanto em nível estadual como municipal e a comparação do IPM com as linhas de indigência e pobreza. Por fim, a quinta parte é reservada para as considerações finais.

Definições e mensurações da pobreza

Pobreza é um fenômeno complexo, por isso tem diferentes definições, a depender do contexto de análise e da forma como é mensurada. De forma genérica, refere-se a uma situação em que as necessidades dos indivíduos não são adequadamente atendidas (Rocha, 2006). Embora o que se entenda como necessidade possa variar de uma sociedade para outra, e mesmo entre indivíduos, são considerados pobres os membros de uma sociedade que se encontram privados de um mínimo de bem-estar que moralmente deveria ser garantido coletivamente. A pobreza de uma sociedade é dada pelo conjunto de privação dos seus membros (ONUBR, 2017).

Desde os estudos pioneiros sobre o tema no final do século XIX (Rowntree, 1901) até os dias atuais, foram desenvolvidas várias abordagens teóricas e metodológicas para estudo do fenômeno. Quatro abordagens receberam maior destaque nas agendas social e política, assim como na academia, sendo elas: a noção de subsistência, a ideia de necessidades básicas, a visão relativa e a perspectiva multidimensional. Nesta última, ganhou destaque a chamada abordagem das capacidades, na qual este trabalho está fundamentado (Codes, 2008; Ottonelli et al., 2011).

Sucintamente, as noções de subsistência, necessidades básicas e a visão relativa da pobreza se assemelham em termos da mensuração. Embora partam de interpretações distintas, as três estipulam um valor monetário tido como mínimo necessário. Se na noção de *subsistência* a pobreza é entendida como a incapacidade dos indivíduos sanarem suas necessidades nutricionais e físicas (Ottonelli et al, 2011; Codes, 2008; Rocha, 2006)¹, na abordagem das *necessidades básicas* a pobreza é analisada ao se considerar que o mínimo necessário depende não só do contexto, mas do papel social que os indivíduos desempenham (Codes, 2008)². Já a perspectiva *relativa* considera as privações referentes à renda como mutáveis a partir do tempo e do contexto social (Codes, 2008). Portanto, a pobreza relativa é dada através da comparação e ser pobre significa não dispor dos bens necessários para viver e agir satisfatoriamente na sociedade em que se está inserido (Rocha, 1997)³.

No Brasil, a pobreza é, em grande medida, compreendida a partir das perspectivas de subsistência e das necessidades básicas. A renda é adotada como *proxy* de bem-estar, já que há uma correlação direta entre nível de renda e indicadores de bem-estar físico (Rocha, 2006). Nos últimos anos, os critérios de elegibilidade do

1. Tal noção também é conhecida como pobreza absoluta e até os dias atuais é muito utilizada, sendo fortemente presente nos países em desenvolvimento (Rocha, 2006).

2. Também são incorporados ao debate outros aspectos para explicar a pobreza, como acesso a serviços de infraestrutura (água potável/tratada, luz, saneamento básico, transporte etc.) e condições de consumo (alimentos, abrigo, vestimentas etc.) (Codes, 2008; Ottonelli et al, 2011).

3. Essa perspectiva é mais utilizada em países desenvolvidos (Rocha, 2006) e encontra respaldo nas discussões sobre cidadania, uma vez que o indivíduo considerado pobre se encontra incapacitado de desempenhar determinados papéis e funções sociais, sendo privado de seus direitos como cidadão (Codes, 2008; Telles, 1999).

Programa Bolsa Família (PBF) serviu de mensuração, por considerar pobre o indivíduo cuja renda domiciliar per capita é de até R\$ 178,00 mensais e, extremamente pobre, a renda de até R\$ 89,00⁴. Apesar de não oficial, tais valores se aproximam da linha internacional utilizada pela ONU no monitoramento da erradicação da pobreza (Osório, Soares & Souza, 2011).

A quarta perspectiva é a *multidimensional*, e consolida a incorporação de múltiplas dimensões como sendo associadas ao fenômeno. Reconhece-se que a pobreza é um fenômeno complexo e multicausal, não se limitando à privação de necessidades materiais, incorpora padrões coletivos cuja negação gera desvantagens, isolamento e sofrimento aos indivíduos pobres. A pobreza é percebida como um estado de acúmulo de privações que se retroalimentam, dificultando a sua superação (Codes, 2008).

Ao seguir os pressupostos da pobreza enquanto fenômeno multidimensional, desenvolvidos por Amartya Sen (2000), a abordagem das capacidades (*capabilities approach*), tem por foco mais o bem-estar do que a desigualdade propriamente dita. Nessa abordagem, o indivíduo é considerado pobre não por ser privado de um determinado bem, mas por estar incapacitado de possuí-lo (Sen, 2000). Conceito fundamental na teoria seniana,

a “capacidade” [*capability*] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a de realizar combinações alternativas de funcionamentos [...] (Sen, 2000: 95).

O bem-estar social não se restringe à posse de bens e a utilidade destes, mas deve ser pensada de forma multidimensional e mutável, isso porque os indivíduos que não possuem todas as capacidades necessárias para uma vida socialmente digna correm o risco de cair na pobreza, ou seja, são vulneráveis (Janczura, 2012). A vulnerabilidade pode ser entendida como

[...] o risco de cair na pobreza no futuro, mesmo que a pessoa não seja necessariamente pobre agora; [...] [ela] afeta o comportamento dos indivíduos em termos de investimento, padrões de produção e estratégias de enfrentamento, e em termos das percepções de suas próprias situações (Haughton & Khandker, 2009: 3, tradução livre)⁵.

Ainda que a vulnerabilidade não seja uma situação extrema quanto à pobreza, os indivíduos vulneráveis também apresentam privações que impossibilitam o bom desenvolvimento de suas capacidades (Oliveira, 1995). Assim, ao adotar uma pers-

4. Estes são os valores aplicados a preços de 2020 e são normalmente corrigidos pelo INPC. Nesse caso, a diferença entre a situação de pobreza e extrema pobreza se dá, principalmente, pela quantidade de rendimento.

5. [...] *the risk of falling into poverty in the future, even if the person is not necessarily poor now; it is often associated with the effects of “shocks” such as a drought, a drop in farm prices, or a financial crisis. Vulnerability is a key dimension of well-being since it affects individuals’ behavior in terms of investment, production patterns, and coping strategies, and in terms of the perceptions of their own situations.*

pectiva multidimensional, é relevante refletir não só sobre a pobreza em si, mas também sobre o risco de se tornar pobre.

Assim, a abordagem das capacidades inova e contribui para o debate sobre a pobreza na medida em que amplia o entendimento das causas e da natureza das privações que a geram (Codes, 2008). Os critérios adotados para definir o conjunto de privações que caracterizam um indivíduo em situação de pobreza são tanto qualitativos como quantitativos, e referem-se também a questões subjetivas. Essa complexidade teórica gera também dificuldades de operacionalização.

Na esteira do desafio de mensurar a pobreza multidimensional, Sabina Alkire e James Foster (2009), da Oxford Poverty and Human Development Initiative (Ophi), desenvolveram uma proposta metodológica que originou a construção de diversos Índices de Pobreza Multidimensional (IPM) [*Multidimensional Poverty Index* (MPI)]. O método tem a vantagem da utilização em diferentes contextos, pois os autores não definem quais dimensões e indicadores devem ser considerados. Também pode ser reproduzido para diferentes unidades de análise, isto é, indivíduos, domicílios ou comunidades. Trata-se, portanto, de uma metodologia para operar dimensões e indicadores referentes a determinadas unidades de análises que devem ser escolhidos em cada circunstância em que for replicada (Alkire & Foster, 2009). Em função disso, a metodologia tem se disseminado no meio acadêmico e entre governos de diversos países que estão desenvolvendo índices oficiais. A ONU, por meio da Agenda 2030, encoraja os países a elaborarem seus próprios IPM (ONUBR, 2017).

6. A metodologia Alkire e Foster permite atribuir pesos a diferentes categorias de uma variável categórica, como por exemplo, acesso à água potável (sim ou não). Este peso confere um valor numérico que é utilizado para estabelecer um corte objetivo de pobreza, assim como é feito nas linhas de indigência e pobreza em que os cortes são estabelecidos a partir de valores numéricos que representam montantes de renda. A utilização de variáveis categóricas é um aspecto importante nos índices baseados na abordagem das capacidades, considerando que os funcionamentos são mais frequentemente representados por medidas qualitativas.

A metodologia Alkire e Foster (2009) identifica a pobreza a partir da combinação de duas abordagens. A primeira utiliza o método tradicional de contagem do número de pobres, permitindo a incorporação de variáveis ordinais e categóricas, e não apenas variáveis numéricas⁶. A segunda introduz medidas ajustadas que refletem a intensidade da pobreza. Com isso, torna-se possível comparar realidades em que a incidência da pobreza é semelhante, mas a amplitude é diferente, dado o acúmulo de privações que as pessoas vivenciam em cada caso. Para cada uma das abordagens são feitos dois cortes, sendo que o primeiro delimita se uma pessoa é privada de determinada dimensão e o segundo delimita a extensão da privação. Tais procedimentos permitem identificar as pessoas que vivenciam múltiplas privações, sendo adequados aos cenários com muitas dimensões consideradas.

A partir disso, a Ophi aplicou essa metodologia para 104 países, ficando conhecido como IPM Global (Alkire & Santos, 2010). O indicador teve os domicílios como unidade de análise, três dimensões e dez indicadores para explicação da pobreza multidimensional. A primeira dimensão – Educação – contempla os indicadores

que refletem privações em anos de escolaridade e frequência escolar. A segunda dimensão – Saúde – abarca as privações em nutrição e mortalidade infantil. Por fim, a dimensão Padrão de Vida descreve privações no âmbito do domicílio. A escolha dos indicadores foi resultado do esforço de comparação entre países e reflete a disponibilidade de informações nas bases de dados utilizadas.

O Brasil está no rol de países do **IPM** Global desde a primeira versão. Foram utilizados os dados do World Health Survey de 2003 (Alkire & Santos, 2010). Vários estudos foram realizados no país em sequência. O estudo da então Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2014; Vaz & Januzzi, 2014) e o da Fundação João Pinheiro (Fahel, Teles & Caminhas, 2016) adaptaram o **IPM** a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de diferentes anos. Depois desses estudos, a Ophi também passou a utilizar a Pnad para atualização do índice (Ophi, 2019). Recentemente, alguns estudos apresentaram **IPM** próprios, tendo como base os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE, sendo um de abrangência nacional (Serra, 2017) e outros dois para os estados do Rio Grande do Sul (Vieira, Marin & Khun, 2017) e Santa Catarina (Moraes, Marin & Vieira, 2018). Citam-se ainda um estudo para o estado de Minas Gerais com dados da Pesquisa de Amostra Domiciliar (PAD) (Fahel, Leite & Teles, 2014) e outro para o estado do Rio Grande do Sul com dados da Pnad (Silva et al., 2017).

Como mencionado anteriormente, no Brasil ainda é usual a mensuração da pobreza a partir da renda, em que o estado do Maranhão se destaca como o mais pobre do país. Ao considerar o contexto social e econômico, e a dinâmica produtiva da região Matopiba⁷, em que o estado se insere, fica claro que as disparidades maranhenses não se restringem somente à privação de um determinado valor monetário. Por isso, utilizar um aparato teórico e metodológico que considere a pobreza como um fenômeno multidimensional, permite uma análise mais robusta do cenário da pobreza no estado.

Metodologia

Fonte de informação e escalas de análise

Neste estudo, optou-se por calcular o Índice de Pobreza Multidimensional (**IPM**) por meio do método de contagem de privações desenvolvido por Alkire e Foster (2009). Os dados utilizados para a construção do índice são derivados do componente amostral do Censo Demográfico 2010, correspondente ao estado do Maranhão, totalizando 194.988 domicílios, 11,7% do total (IBGE, 2013). Embora se

7. O acrônimo Matopiba faz referência ao território formado por parte do Maranhão, de Tocantins, do Piauí e da Bahia, composto majoritariamente pelo Cerrado e pela Amazônia Legal. A partir de 1980, essa grande porção de terra passou por intenso processo de desenvolvimento agropecuário, em prol da exportação de commodities (Favaretto et al., 2019).

8. Ao buscar a possibilidade de replicabilidade temporal do IPM, a escolha das dimensões e indicadores levou em consideração a compatibilização com o Censo Demográfico que seria realizado em 2020. A compatibilização foi feita a partir da análise do questionário preliminar divulgado pelo IBGE (2019b).

reconheça o relevante hiato temporal entre o último levantamento e a publicação do presente estudo⁸, sua escolha se deve ao fato de ser a única fonte de informação pública em âmbito individual e domiciliar com representatividade estatística para os municípios brasileiros. Assim, o IPM foi feito para todo o estado do Maranhão e seus municípios, buscando identificar padrões de distribuição espacial da pobreza.

A unidade de análise ideal para mensuração da pobreza multidimensional é o indivíduo. Entretanto, não há informações suficientes de crianças de 0 a 5 anos para se realizar o cálculo individual, tendo em vista a não aplicabilidade dos quesitos de educação e trabalho para esta faixa etária. Além de aspectos demográficos, que não são utilizados na construção do IPM, a única informação aplicável é a de mortalidade. Ademais, vários quesitos do Censo são compartilhados no nível domiciliar. Por isso o domicílio foi escolhido como unidade de análise. Além disso, adota-se o pressuposto de que o desenvolvimento de capacidades individuais é fortemente afetado pelo agregado domiciliar, como, por exemplo, o caso do nível de escolaridade dos membros adultos, que impacta as chances de escolarização das crianças; e a participação em atividades produtivas, que impacta o padrão de vida do conjunto.

Dimensões e indicadores

O IPM construído é composto pelas dimensões Educação, Saúde, Trabalho e Padrão de Vida, totalizando 13 indicadores distribuídos entre elas. A estrutura completa pode ser vista no Quadro 1. Ao acompanhar o IPM Global da Ophi, optou-se por atribuir o mesmo peso a cada dimensão, o que significa que cada uma pode somar até ¼ ou 25% na contagem de privações. Dentro de cada dimensão, o peso dos indicadores é distribuído igualmente entre si. Nas dimensões Educação e Trabalho, onde são três indicadores, cada um tem o peso de 8,33%. A dimensão Padrão de Vida é composta por seis indicadores com peso de 4,17% cada. A dimensão Saúde apresenta um único indicador que, sozinho, tem peso de 25%. Com esta escolha de distribuição igualitária dos pesos, espera-se que os próprios dados descrevam qual(is) a(s) dimensão(ões) e/ou indicador(es) têm maior contribuição para explicar a pobreza.

A dimensão Educação representa o desenvolvimento de capacidades relativas aos funcionamentos de conhecimentos e habilidades, propondo assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (Alkire & Santos, 2010). O primeiro indicador, frequência escolar, identifica se as crianças estão expostas a um ambiente de aprendizagem, mesmo que não seja possível mensurar a qualidade do ensino e o tipo de conhecimentos e habilidades obtidos. É considerado privado o domicílio em que pelo

QUADRO 1
AS DIMENSÕES EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO E PADRÃO DE VIDA

Dimensão	Indicador	Quem é privado?	Peso (%)
Educação	Frequência escolar	Domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 6 e 17 anos que não frequenta escola	8,33
	Distorção idade-série	Domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 8 e 17 anos com 2 ou mais anos de idade acima do recomendado para a série/ano que está cursando	8,33
	Escolaridade	Domicílio no qual nenhum morador com 18 anos ou mais tenha completado o ensino fundamental	8,33
Saúde	Mortalidade infantil	Domicílio em que ao menos uma criança de até cinco anos de idade tenha falecido no ano de referência.	25,00
Trabalho	Trabalho infantil	Domicílio em que pelo menos uma criança de 10 a 15 anos estava trabalhando na semana de referência	8,33
	Desocupação	Domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais que estava desocupada no mês de referência	8,33
	Trabalho informal	Domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais ocupado em posição informal (empregador, conta própria ou empregado sem carteira que não contribuía para a Previdência)	8,33
Padrão de Vida	Material do domicílio	Domicílio onde não foi utilizado material de alvenaria (com ou sem revestimento) para a construção das paredes externas.	4,17
	Água potável	Domicílio onde não há abastecimento de água via rede geral de distribuição.	4,17
	Saneamento	Domicílio em que o esgoto do banheiro ou sanitário não é lançado em rede geral.	4,17
	Lixo	Domicílio cujo lixo não é coletado por serviço de limpeza.	4,17
	Densidade morador dormitório	Domicílio com mais de 2 moradores por dormitório.	4,17
	Consumo	Domicílio sem máquina de lavar roupa	4,17

Fonte: Elaboração própria.

menos uma criança que deveria frequentar a escola, de acordo com a legislação corrente (idade escolar de 6 a 17 anos, em 2010), não frequentava. Considera-se que o domicílio em que pelo menos uma criança se encontra nesta situação reflete uma redução na oportunidade de incremento dos conhecimentos e habilidades no conjunto do agregado domiciliar. Essa condição pode afetar particularmente outras crianças, mesmo que estas estejam frequentando a escola.

A distorção idade-série identifica se as crianças expostas ao ambiente de aprendizagem apresentam um fluxo escolar inadequado, isto é, de atraso em relação ao que é esperado para a idade. Indiretamente representa um desenvolvimento inconsistente da capacidade educacional e um risco de evasão e abandono futuros (Ribeiro & Cacciamali, 2012). É considerado privado o domicílio com pelo menos uma pessoa com idade entre 8 e 17 anos com 2 ou mais anos de idade acima do recomendado para a série/ano que está cursando⁹.

9. O recorte de 2 anos é o mesmo utilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2004).

O indicador anos de escolaridade identifica, indireta e imperfeitamente, o nível de conhecimentos e habilidades obtidos pelos membros adultos – já que não é possível mensurar a qualidade da educação, dos conhecimentos e das habilidades adquiridos (Alkire & Santos, 2010). É privado o domicílio em que pelo menos um membro adulto (a partir de 18 anos) não tenha completado o ensino fundamental. O corte neste nível de ensino representa uma *proxy* de funcionamentos básicos como saber ler, escrever, contar e compreender informações. A opção por considerar pelo menos um membro, e não todos, parte da premissa de que o domicílio é beneficiado se pelo menos um membro adulto alcança um nível de educação considerado adequado.

A dimensão Saúde é composta apenas pelo indicador de mortalidade infantil, que demonstra uma falha completa do funcionamento de saúde, já que a morte de uma criança é um evento de efeito negativo e extremo para o domicílio – ocorrendo, na maioria dos casos, por causas evitáveis, como aquelas por gastroenterites e doenças infecciosas, ou por falta de acompanhamento adequado durante o período pré-natal (França et al., 2017). É privado o domicílio em que pelo menos uma criança de 0 a 5 anos tenha falecido no ano de referência do Censo Demográfico. Este é o único indicador de saúde que pode ser construído a partir das perguntas do inquérito censitário, o que representa uma limitação importante¹⁰. No entanto, foram considerados alguns indicadores na dimensão Padrão de Vida que também representam o funcionamento de saúde (como os indicadores de água potável, saneamento básico e destino do lixo).

10. O Censo Demográfico também permite realizar o cálculo da expectativa de vida ao nascer, porém, esta é aplicável a populações, não sendo adequada a unidade analítica do domicílio.

A dimensão Trabalho representa a capacidade de desenvolvimento de funcionamentos produtivos através de emprego pleno e trabalho decente. A importância de se discutir trabalho no contexto de pobreza relaciona-se tanto com acesso à renda, entendendo sua importância para manutenção e reprodução da vida, quanto com o acesso a direitos – já que momentos de precarização das relações trabalhistas tendem a aumentar os níveis de pobreza, assim como o rebaixamento de salários e aumento do desemprego (Borges & Kraychet, 2007). Ademais, o trabalho muitas vezes é entendido como possibilidade de saída da pobreza, por implicar acesso à renda, à promoção da autonomia e à seguridade social (Albuquerque, 1995).

O primeiro indicador, Trabalho infantil, identifica uma inserção precoce no mercado de trabalho, quando a criança deveria estar dedicada a funcionamentos educacionais, recreacionais, de saúde etc. É privado o domicílio com pelo menos uma criança de 10 a 15 anos que estava trabalhando na semana de referência. O corte etário reflete a idade ativa mínima definida pelo Censo Demográfico (que era a mesma definida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT) e a idade inicial em que um jovem deveria iniciar o ensino médio.

O indicador Desocupação identifica a impossibilidade de desenvolvimento de funcionamentos produtivos, tendo em vista a vontade expressa pelo indivíduo na busca efetiva por trabalho. Reflete ainda a impossibilidade de transferência de recursos materiais ao agregado domiciliar, podendo resultar num rearranjo de distribuição do trabalho produtivo entre indivíduos que não querem ou que não deveriam trabalhar. É privado o domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais desocupada no mês de referência do Censo Demográfico.

O Trabalho informal, por sua vez, identifica a impossibilidade de desenvolvimento pleno de funcionamentos produtivos, considerando o exercício de um trabalho estável e com acesso a direitos trabalhistas e de seguridade social, refletindo uma condição de insegurança. Como uma medida de privação domiciliar, revela ainda a insegurança na transferência de recursos. É privado o domicílio com pelo menos uma pessoa de 18 anos ou mais ocupada em posição informal e que não contribuía para a Previdência.

A dimensão Padrão de vida, de maneira geral, considera indicadores que não são medidas diretas de funcionamentos, mas cuja presença no domicílio pode garantir o acesso a estes. Os indicadores representam meios objetivos para alcançar determinados funcionamentos. Estão relacionados à satisfação de uma vida saudável em um ambiente com higiene, com acesso a água e alimentos seguros, com espaço adequado para a realização de atividades cotidianas e com possibilidade de exercer a privacidade. Em cada um destes, o domicílio é privado se: o material utilizado para a construção das paredes externas não for de alvenaria (com ou sem revestimento); se não há abastecimento de água potável via rede geral de distribuição; se não há saneamento básico; se o lixo não é coletado por serviço de limpeza; se a densidade morador/dormitório é maior do que 2; e se não existe o item de consumo máquina de lavar¹¹.

Cálculo do IPM

O método Alkire e Foster (2009) consiste em calcular, para cada caso ou observação (indivíduo, família, domicílio), uma pontuação de privação dada pela soma ponderada dos indicadores selecionados. Ao organizar os dados em uma matriz com as linhas representando as observações (ou casos) e as colunas os indicadores (ou variáveis), temos a representação do Quadro 2.

Inicialmente, a cada célula indicadora de privação, $p_{i,j}$, é atribuído o valor zero, $p_{i,j} = 0$, em caso de ausência de privação da observação O_i no indicador V_j e o valor 1, $p_{i,j} = 1$, para presença de privação. A cada observação O_i será atribuída uma Soma de Priva-

11. O ideal seria elencar uma lista de itens de consumo, porém, em função da compatibilização com o Censo Demográfico de 2020, só foi possível incluir o item máquina de lavar. Apesar disso, o item se mostrou relevante como elemento isolado para explicação da situação de pobreza multidimensional, como será mostrado nos resultados.

QUADRO 2
ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ DE DADOS

Indicador/Variável (j) Observação (i)	V ₁	V ₂	...	V _m	SPP
O ₁	p _{1,1}	p _{1,2}	...	p _{1,m}	SPP ₁
O ₂	p _{2,1}	p _{2,2}	...	p _{2,m}	SPP ₂
...
O _n	p _{n,1}	p _{n,2}	...	p _{n,m}	SPP _n

Fonte: Elaboração própria.

ções Ponderadas (SPP_i) dada pela expressão $SPP_i = p_{i,1} \cdot W_1 + p_{i,2} \cdot W_2 + \dots + p_{i,m} \cdot W_m$ em que W_j é o peso de cada indicador j , definido previamente, de tal forma que $W_j > 0$ para todo $1 \leq j \leq m$. O valor de SPP_i pode variar no intervalo de zero a um, ou seja, $0 \leq SPP_i \leq 1$. Note, ainda, que quanto mais privações forem identificadas na observação O_i mais próxima de um estará a sua Soma de Privações Ponderadas, SPP_i. Para identificar se alguma observação é pobre multidimensional, define-se um ponto de corte da pobreza, indicado por K . Assim, quando $SPP_i \geq K$ a observação O_i é considerada pobre multidimensional. Neste estudo, é considerada pobre multidimensional aquela observação com privações em pelo menos um terço dos indicadores, ou seja, $K = 0,3333$ (ou 33,33%). Esta escolha acompanha o ponto de corte sugerido pela Ophi para o IPM Global (Alkire & Santos, 2010) e por alguns estudos brasileiros (MDS, 2014; Fahel, Teles & Caminhas, 2016).

O IPM é representado por três medidas:

□ A Incidência da pobreza (IC): é a proporção de domicílios pobres multidimensionais, dada pelo quociente entre o Número de Pobres NP, identificados a partir do corte da pobreza estabelecido, e o total da população N, isto é,

$$IC = \frac{NP}{N}$$

□ A Intensidade da pobreza (IT): é a pontuação média de privação entre os pobres multidimensionais, isto é, em quantos indicadores (ponderados) os pobres são privados em média. É dada pela soma das proporções de privação de cada domicílio pobre, dividido pelo Número de Pobres (NP):

$$IT = \frac{\sum_{i=1}^n (SPP_i)}{NP}, \text{ onde}$$

SPP_i é a Soma das Privações Ponderadas na observação O_i ;
 NP é o Número de Pobres total.

□ O Índice de Pobreza Multidimensional (**IPM**) ou Incidência Ajustada: é a proporção de privações do conjunto da população pobre em relação ao total de privações que toda a população poderia sofrer. É dado pelo produto entre Incidência e Intensidade: $IPM = IC \cdot IT$. O valor da incidência ajustada, ou **IPM**, é maior e tanto mais próximo da incidência absoluta, quanto maior é a intensidade média, isto é, quanto maior é o número de indicadores em que os domicílios são privados. Intuitivamente, quando $IPM = IC$ todos os pobres multidimensionais são privados em todos os indicadores. Ressalta-se que esta não é uma medida de razão matemática, apresentando uma característica ordinal (hierárquica). Nesse sentido, não é possível identificar o quanto um caso é mais ou menos pobre na comparação com outro, mas é possível ranquear do menor para o maior valor.

Adicionalmente, a pontuação da privação, isto é, a intensidade, também pode ser utilizada para identificar estados de vulnerabilidade. A Ophi (2019) estabeleceu o intervalo de privação de 20% a 33,32% para vulnerabilidade. Neste estudo foi definido o corte a partir de 25%, tendo em vista que para um domicílio ser considerado vulnerável é necessário acumular privações que correspondam pelo menos ao peso somado de uma dimensão e mais um indicador.

Comparação entre IPM e linhas de indigência e pobreza

Neste trabalho, optou-se por não incluir um indicador monetário na composição do **IPM**, entendendo que a renda não é suficiente para impedir a privação em determinados funcionamentos. Embora seja um meio potencial para alcançá-los, não é possível estabelecer *a priori* que certo montante de renda é utilizado para tal fim (Alkire & Santos, 2010). Essa escolha não significa o abandono da pobreza monetária, sendo mesmo recomendável uma análise complementar do **IPM** com indicadores de renda. No contexto brasileiro, a escolha por esse tipo de metodologia é relevante justamente por ampliar a explicação do fenômeno, pois a utilização de indicadores de renda é a mais comum, tendo em vista que a pobreza absoluta no país está intimamente relacionada à desigualdade de renda (Rocha, 2006).

Por essa razão, optou-se em comparar a pobreza mensurada via **IPM** e a mensurada via renda. Calculou-se a incidência de pobreza segundo as linhas de indigência e pobreza, a partir da renda domiciliar *per capita* informada no Censo Demográfico

de 2010. Os cortes para identificação dos indigentes e dos pobres foram os mesmos estabelecidos pelo Programa Bolsa Família em 2010, de até R\$ 70,00 *per capita* para a linha de indigência e de até R\$ 140,00 *per capita* para a linha de pobreza. A incidência é dada pelo quociente entre o número de domicílios identificados como indigentes e/ou pobres em relação ao total.

Resultados e discussão

Inicia-se a análise dos resultados do **IPM** pela descrição do componente incidência da pobreza, que é a proporção da população pobre multidimensional em relação à população total. Considera-se o domicílio como a unidade de análise e o corte de pobreza adotado, a incidência é dada pela proporção de domicílios com acúmulo de privações de pelo menos 33,33% da soma dos pesos dos indicadores, em relação ao total de domicílios. No Maranhão havia 1.661.659 domicílios em 2010, sendo que 5,51% (91.491) foram identificados como pobres multidimensionais.

A segunda etapa de análise dos resultados do **IPM** baseia-se no exame da amplitude ou intensidade, dada pela pontuação média de privação dos domicílios pobres multidimensionais – a média do percentual que indica o quão privado um domicílio é no conjunto dos indicadores que compõem o índice. Os domicílios pobres identificados tiveram uma intensidade média de 35,38%, (variando pouco e concentrando-se próxima ao corte de pobreza de 33,33%). Isso destaca certa homogeneidade da amostra quanto ao nível de intensidade, embora haja diferenças em como cada domicílio experimenta a pobreza. Além disso, confere à medida de incidência um peso explicativo maior para a identificação da pobreza multidimensional.

Por fim, deve-se analisar o valor do **IPM**, que é a incidência ajustada pela intensidade, dada pelo produto das duas medidas anteriores. Ao considerar o total de domicílios, o **IPM** do Maranhão é de 1,95. O valor do **IPM** pode ser lido como a quantidade de privações vivenciada pelos domicílios pobres em relação ao total de privações que o estado poderia enfrentar se todos os domicílios fossem privados em todas as dimensões. Intuitivamente, se todos os domicílios pobres multidimensionais fossem privados em todos os indicadores, o valor do **IPM** seria igual ao da incidência, isto é, 5,51.

A Tabela 1 apresenta o número e a distribuição dos domicílios segundo pobreza (pontuação igual ou superior a 33,33%) e vulnerabilidade (pontuação entre mais de 25% até 33,32%). Os domicílios vulneráveis multidimensionais somavam 317.369 casos em 2010, o correspondente a 19,1% do total de domicílios. A soma dos pobres e vulneráveis era de 408.860 (24,6%). Para um maior detalhamento, a Tabela 1 tam-

TABELA 1
NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO DE DOMICÍLIOS E PESSOAS
SEGUNDO POBREZA E VULNERABILIDADE MULTIDIMENSIONAIS.
MARANHÃO (2010)

	Domicílios		Pessoas	
	N	%	N	%
Pobres multidimensionais (≥ 0.3333)	91.491	5,5	427.933	6,5
Vulneráveis (0.2500 a 0.3299)	317.369	19,1	1.356.898	20,6
Pobres e vulneráveis	408.860	24,6	1.784.831	27,1
Não se aplica	1.252.799	75,4	4.789.958	72,9
Total	1.661.659	100,0	6.574.789	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE, 2010.

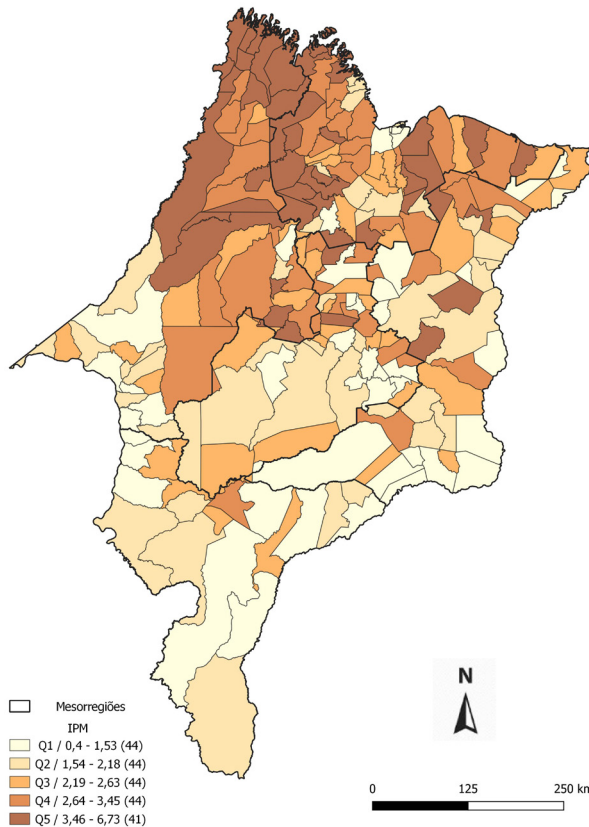
bém traz o número de pessoas que residiam em domicílios em tais situações no ano de 2010. Havia 427.933 pessoas pobres multidimensionais (6,5% da população), ao passo que os vulneráveis totalizavam 1.356.898 (20,6%) pessoas. O somatório de pobres e vulneráveis era de 1.784.831 (27,1%).

Por meio do exame da vulnerabilidade é possível ampliar a compreensão dos estados de acúmulo simultâneo de privações em múltiplos indicadores. Na medida em que o corte de mais de 25% até 33,32% condiciona a existência de pelo menos uma dimensão e mais um indicador para que o domicílio seja considerado vulnerável, tem-se que estes estão necessariamente privados em mais de uma dimensão. Portanto, ambas as condições de vulnerabilidade e pobreza são multidimensionais, delineadas em um limite tênue entre uma e outra, o que é corroborado pela distribuição geral da pontuação de privação concentrada em torno do corte de pobreza de 33,33%.

A situação de pobreza revela quadros mais profundos, de maior acúmulo de privações, enquanto a vulnerabilidade revela quadros de menor privação, mas muito próximos da pobreza. Assim, a condição de vulnerabilidade pode ser lida como um estado de pobreza transitória, a qual se diferenciaria de um estado de pobreza crônica (Codes, 2008). O que diferencia os dois estados é que os indivíduos crônicos se encontram menos propensos a sair da pobreza do que os transitórios. Essa é uma leitura que permite também minimizar a arbitrariedade na definição do corte de pobreza, o que foi feito neste estudo assim como em todos os estudos de aplicação do IPM no Brasil consultados, inclusive o IPM Global da Ophi. Este é um aspecto que pode ensejar uma possível revisão do corte de pobreza para baixo¹² ou uma categorização de diferentes níveis de pobreza. Para isso, no entanto, faz-se necessário um exame mais detalhado ao longo da distribuição da pontuação de privação, o que foge ao objetivo do presente artigo.

12. Os trabalhos de Carine Vieira, Solange Marin e Daniela Khun (2017) e de Mayara Moraes, Solange Marin e Carine Vieira (2018), por exemplo, consideram pobres todos os casos com privação em pelo menos dois indicadores.

MAPA 1
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO
POR QUINTIL DO VALOR DO IPM

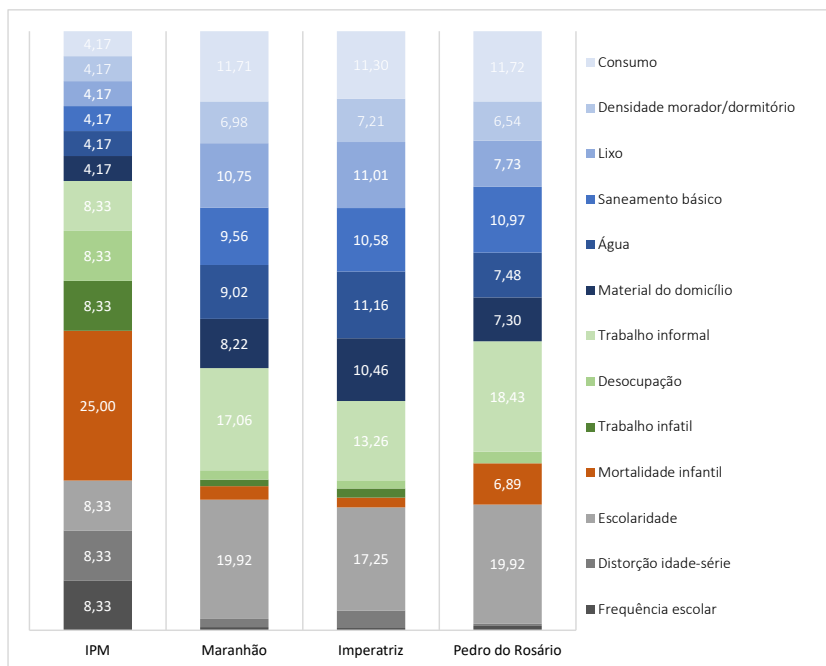


O Mapa 1 apresenta os resultados do IPM na escala municipal, identificando locais com maior incidência de pobreza e, consequentemente, maiores valores do IPM. A análise é feita pela distribuição por quintil do valor do IPM, sendo que o primeiro quintil (Q1) apresenta os 20% menores valores e o último quintil (Q5) os 20% maiores. Observa-se que a pobreza apresenta um padrão de distribuição espacial, diferenciando o estado em duas grandes áreas. Por um lado, os municípios na porção Centro-Norte têm situação mais intensa de pobreza multidimensional, concentrando-se entre os 20% e 40% mais pobres. Nas porções Sul e Sudoeste, observam-se níveis significativamente mais baixos, sobretudo com os 20% menos pobres.

Padrão semelhante é evidenciado por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Ipea, 2015). Do ponto de vista econômico, a porção sul do estado concentra um grande volume de atividades agrícolas e de pecuária, na região do Matopiba, responsável por impulsionar a economia do estado (Favaretto et al., 2019). Os municípios com o menor e o maior valor de IPM são, respectivamente, Imperatriz (IC = 1,13%; IT = 35,16%; IPM = 0,40) e Pedro Rosário (IC = 18,45%; IT = 36,47%; IPM = 6,73). A capital São Luís encontra-se no primeiro quintil (IC = 1,33%; IT = 34,25%; IPM = 0,41).

O Gráfico 1 apresenta as contribuições relativas de cada indicador para o IPM. A ideia é decompor o índice em torno das dimensões e dos indicadores, identificando o peso de cada um na explicação da pobreza multidimensional. São apresentados os dados para o estado do Maranhão como um todo e para os municípios com o

GRÁFICO 1
CONTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS INDICADORES EM COMPARAÇÃO
À ESTRUTURA DO IPM. IMPERATRIZ E PERO ROSÁRIO (2010)*



*Imperatriz e Pedro Rosário são municípios que apresentavam, respectivamente, o menor (0,40%) e o maior (6,73%) valor de IPM do estado.
Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Censo demográfico do IBGE (2010).

menor e maior valor do IPM – Imperatriz e Pedro Rosário, respectivamente. Os resultados também são comparados com os pesos definidos na estrutura do índice.

Ao considerar a totalidade dos domicílios pobres, a dimensão Padrão de vida é aquela com maior relevância, perfazendo uma contribuição relativa para o IPM de mais de 50%, chegando a 61,7% em Imperatriz. Dessa forma, a dimensão contribui mais que o dobro do peso definido na estrutura do indicador. As dimensões Educação e Trabalho representam cada uma cerca de 20% de contribuição, sendo que em Imperatriz esta última tem um peso menor na comparação com o estado e o município de Pedro do Rosário. A dimensão Saúde tem contribuição de 2,3% no Maranhão, 1,6% em Imperatriz e 6,9% em Pedro do Rosário.

Os indicadores Escolaridade, Trabalho informal e Consumo são os de maior peso no âmbito de cada uma das dimensões, e na explicação da pobreza como um todo. A contribuição da Escolaridade é de 19,9% no estado e no município de Pedro Rosário, ao passo que para o município de Imperatriz é de 17,3%. A contribuição do Tra-

balho informal apresenta uma variação maior entre os cenários analisados, sendo de 17,1% no estado, 13,3% em Imperatriz e 18,4% em Pedro Rosário. Já o indicador Consumo é semelhante nos três cenários, perfazendo pouco mais de 11%.

A relevância da dimensão Padrão de vida é explicada pela permanência de graves problemas estruturais no Brasil, nomeadamente os níveis críticos de acesso à água potável, saneamento e destino adequado do lixo domiciliar. Estes problemas não tiveram o mesmo desfecho positivo que o acesso à luz elétrica teve nos anos 2000, por exemplo, e que em 2010 estava presente em 98,7% dos domicílios brasileiros. Os resultados de tais indicadores destacam o papel do estado na manutenção da pobreza e a importância de reversão desse quadro por meio da adoção de políticas públicas relativas ao desenvolvimento de infraestrutura em nível urbano e rural.

Outra explicação possível para o peso expressivo dessa dimensão é o baixo nível de renda entre os pobres multidimensionais que, em grande medida, também são pobres absolutos, como abordaremos mais detalhadamente adiante. A falta ou insuficiência de renda pode ser uma das principais causas da pobreza, limitando os indivíduos a desenvolver determinadas capacidades (Sen, 2000). Isso fica evidente no **IPM** a partir dos indicadores de Material do domicílio, Densidade morador/dormitório e Consumo. Neste último indicador, a máquina de lavar aparece como um item demarcador da diferença entre pobres e não pobres. Isso ocorre mesmo se considerarmos o contexto de aumento do poder de compra da população de baixa renda e a ampliação do acesso à energia elétrica ocorridos nos anos 2000 (Fahel, Telles & Caminhas, 2016).

Por outro lado, vale ressaltar o peso pouco significativo dos indicadores de Frequência escolar, Distorção idade-série, Mortalidade infantil e Trabalho infantil. Uma possível explicação é o fato de que os domicílios sem crianças e adolescentes residentes são considerados não privados nestes indicadores. De fato, os domicílios sem residentes de até 17 anos apresentam incidência de pobreza multidimensional de 3,7%, enquanto os domicílios com residentes de até 17 anos, de 6,4%. Outra explicação pode estar relacionada às melhorias nas condições de vida de crianças e adolescentes no Brasil por meio da ampliação do acesso à escola e a serviços de saúde ao longo das décadas de 1990 e 2000, as quais aparecem refletidas nos resultados do Censo de 2010.

O mesmo não pode ser dito das condições de escolarização e de trabalho decente para a população adulta, o que é uma das explicações para a relevância dos indicadores de Escolaridade e Trabalho informal. No caso da Escolaridade, outros estudos de aplicação do **IPM** evidenciaram que este indicador tem o maior peso na

explicação da pobreza no Brasil, chegando a mais de 40% de contribuição (Fahel, Teles & Caminhas, 2016; Serra, 2017). No caso do trabalho informal, alguns estudos que consideraram indicadores semelhantes (“emprego” e “trabalho precário”) também encontraram um peso explicativo importante (Silva et al., 2017; Vieira, Marin & Kuhn, 2017; Moraes, Marin & Vieira, 2018). Os dois indicadores em conjunto, destacam as dificuldades de superação da pobreza por meio do acesso qualificado ao mercado de trabalho, tendo em vista a predominância de baixa escolaridade na população adulta brasileira.

Ressalta-se ainda que, quando o IPM é analisado na escala municipal, além da observação de diferentes níveis de incidência, também se verificam importantes distinções em relação ao que as populações estejam mais ou menos privadas. A decomposição dos resultados exhibe a importância de usar a abordagem multidimensional não apenas para identificar de que forma cada localidade vivencia o fenômeno, mas também como possibilidade de utilizar o índice para direcionar intervenções de políticas públicas e de projetos sociais específicos a cada realidade.

Segundo a Tabela 2, 362.361 (21,8%) domicílios e 1.597.457 (24,3%) pessoas residentes no Maranhão, em 2010, estavam na linha de indigência, isto é, viviam com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 70,00. Ao ampliar o recorte para a linha de pobreza, de até R\$ 140,00 *per capita*, eram 581.001 (35%) domicílios e 2.700.997 (41,1%) pessoas. Portanto, as incidências tanto de indigência como de pobreza, mensuradas pela renda, indicam que este era um fenômeno quantitativamente maior do que a pobreza e a vulnerabilidade multidimensionais mensuradas pelo IPM.

TABELA 2
NÚMERO DE DISTRIBUIÇÃO DE DOMICÍLIOS E PESSOAS
SEGUNDO A POBREZA MONETÁRIA. MARANHÃO (2010)

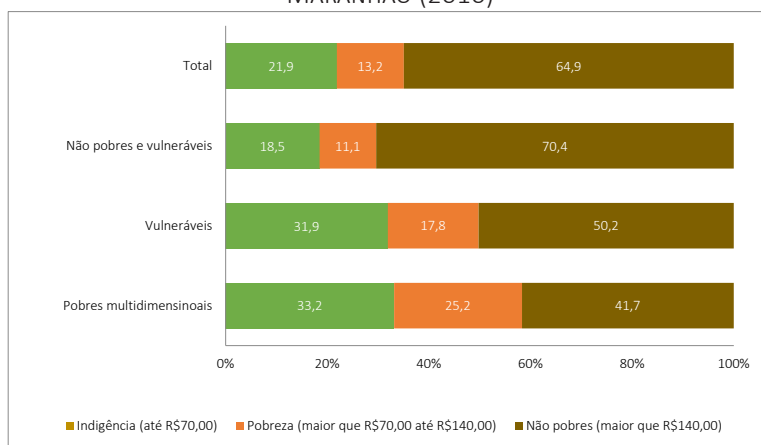
	Domicílios		Pessoas	
	N	%	N	%
Indigência (até R\$ 70,00)	362.361	21,81	1.597.457	24,30
Pobreza (maior que R\$ 70,00 até R\$ 140,00)	218.640	13,16	1.103.541	16,78
Indigência + pobreza	581.001	34,97	2.700.997	41,08
Não se aplica (maior que R\$ 140,00)	1.075.888	64,75	3.868.422	58,84
Sem informação*	4.770	0,30	5.369	0,08
Total	1.661.659	100,00	6.574.789	100,00

*Casos sem informação de renda domiciliar *per capita*.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos domicílios do Maranhão segundo pobreza e vulnerabilidade multidimensionais e as linhas de indigência e pobreza. Entre

GRÁFICO 2
DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO A POBREZA MONETÁRIA.
MARANHÃO (2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2010.

os domicílios pobres multidimensionais, 58,3% também vivenciavam situação de pobreza monetária, sendo que 33,2% estavam na linha de indigência. O restante, 41,7%, possuía renda domiciliar *per capita* superior a R\$ 140,00, não sendo identificados como pobres pelo critério monetário. Entre os domicílios vulneráveis multidimensionais, eram 49,8% na linha de pobreza e 31,9% na linha de indigência. Nota-se ainda que entre os domicílios que não eram pobres ou vulneráveis segundo o IPM, 29,6% viviam em situação de pobreza monetária.

De maneira geral, há uma correlação entre pobreza multidimensional e monetária, por se observar que a frequência de domicílios nas linhas de indigência e pobreza é maior no grupo de pobres multidimensionais, em comparação aos grupos de vulneráveis e de não pobres. Entretanto, essa não é uma correlação direta, pois há situações em que os domicílios possuem renda considerada “adequada”, mas acumulam múltiplas privações e o contrário também se aplica, isto é, domicílios com renda “inadequada”, mas que não estão privados em múltiplas dimensões.

Em estudo (NIS, 2020) que compara o perfil das pessoas identificadas como pobres nas duas medidas (IPM e linhas de indigência e pobreza), os resultados sugerem perfis semelhantes. Tanto a pobreza multidimensional quanto a monetária atingem de forma mais abrangente as populações que vivem em áreas rurais e em municípios de pequeno porte, crianças, jovens, indígenas, pretos e pardos. A diferença entre as duas medidas é que o IPM descreve uma incidência menor do que as linhas de indigência e pobreza. O IPM contribui para focalizar situações de pobreza aguda (Alkire, Kanagaratnam & Suppa, 2019), em que os estados de privação se acumu-

lam e são persistentes, de difícil superação, ao passo que as linhas de indigência e pobreza são mais amplas. Assim, a pobreza multidimensional se soma à monetária, sugerindo que quadros multidimensionais precisam ser enfrentados de forma mais abrangente, somando esforços de melhoria dos funcionamentos educacionais, de saúde, trabalho e padrão de vida, aliados com redistribuição de renda.

A análise das diferenças de magnitude do fenômeno da pobreza observadas nas duas formas de mensuração em tela não é propriamente objeto de interesse. Embora seja relevante heurísticamente compreender as diferenças entre domicílios e indivíduos identificados em cada caso, é preciso reconhecer que do ponto de vista político e social cada indicador serve a propósitos distintos que podem ou não ser complementares. As linhas de indigência e pobreza são fundamentais não apenas pelo uso consolidado que apresentam na sociedade, mas também por ser a pobreza absoluta um fenômeno marcante no Brasil, tendo em vista sua relação íntima com a persistência da concentração de renda (Rocha, 2006). Já os índices de pobreza multidimensional têm contribuído para demonstrar diferentes aspectos da pobreza e para orientar a ação dos governos e da sociedade civil em torno de tomadas de decisão não limitadas à redistribuição de renda (Fahel, Teles & Caminhas, 2016; Vieira, Marin & Khun 2017).

Considerações finais

O objetivo do artigo foi mensurar e caracterizar o fenômeno da pobreza multidimensional no estado do Maranhão, considerando que a abordagem multidimensional pode oferecer diferentes perspectivas em comparação à forma usual de mensuração da pobreza monetária feita a partir da linha de pobreza. Os resultados permitem demonstrar que o IPM focaliza situações de pobreza aguda, em que se acumulam privações em várias dimensões essenciais à vida e que são de difícil superação. Essas situações não estão necessariamente relacionadas à privação de renda, sendo necessário superar problemas estruturais da sociedade brasileira, aí incluída a questão da redistribuição de renda.

O entendimento e a mensuração da pobreza multidimensional são fundamentais ao planejamento, formulação e monitoramento de políticas públicas e programas sociais, já que permitem distinguir localidades e grupos prioritários para melhor focalização das ações. A presente análise permite a identificação de situações de pobreza aguda, em que os indivíduos sofrem de uma maior quantidade de privações, mas também de situações de vulnerabilidade. Estas foram identificadas em maior proporção e também são caracterizadas por situações de acúmulo de privações e também de grande relevância social, mas com menor intensidade.

Os resultados permitem ainda evidenciar como pontos críticos para as ações de combate à pobreza no estado do Maranhão – o que provavelmente deve se repetir para o Brasil em diferentes níveis – o enfrentamento dos problemas de infraestrutura básica de acesso à água potável, saneamento e tratamento adequado do lixo domiciliar. Também se evidenciou a necessidade de combater o trabalho precário e os baixos níveis de escolaridade da população adulta, os quais são elementos centrais de acesso à renda, seguridade social e ascensão social.

A despeito das melhorias observadas no país durante as décadas de 1990 e 2000, no que se refere ao acesso à educação e aos serviços de saúde, a pobreza segue associada a problemas estruturais, principalmente no que diz respeito à concentração de renda e má distribuição de recursos. Não obstante, mesmo essas melhorias podem sofrer retrocessos e os problemas estruturais podem se aprofundar em contextos como os da pandemia da Covid-19. Além disso, o cenário atual de possíveis retrocessos certamente recolocará o problema da pobreza a partir de novas necessidades políticas e sociais, reafirmando o compromisso científico em buscar instrumentos que orientem as ações dos atores de governo e da sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cacalcanti de. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 75-116, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a04.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. *OPHI Working Paper*, n. 32. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2009. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

ALKIRE, Sabina; KANAGARATNAM, Usha; SUPPA, Nicolai. The Global Multidimensional Poverty Index (MPI) 2019. *OPHI MPI Methodological Note 47*. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2019. Disponível em: <https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI_MPI_MN_47_2019_vs2.pdf>. Acesso em: 12 Nov. 2019.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Acute multidimensional poverty: a new index for Developing Countries. *OPHI Working Paper*, n. 38. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, 2010. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp38_with_note.pdf>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

BARROS, Ricardo Paes. et al. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, Ricardo Paes; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. 2. Brasília: Ipea, 2006.

BORGES, Angela; KRAYCHET, Elsa Sousa. Mercado de trabalho e pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente. *Cadernos CRH*, v. 20, n. 50, p. 231-243, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n50/v20n50a04.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

CODES, Ana Luiza Machado de. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. *Texto para discussão* n. 1.332. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

COMIM, Flavio; BAGOLIN, Izete. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, v. 23, n. especial, p. 467-490, 2002. Disponível em: <<https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2017/2398>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, v. 1, n. 2, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

FAHEL, Murilo Cassio; LEITE, Guilherme Paiva; TELES, Letícia Ribeiro. Pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, n. 8, p. 50-69, 2014. Disponível em: <<https://www.rbaval.org.br/article/10.4322/rbma201408004/pdf/1598015026-8-50.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

FAHEL, Murilo Cassio; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 92, e319205, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n92/0102-6909-rbcsoc-3192052016.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. *Rev. Nera*, v. 22, n. 47, pp. 348-381, 2019.

FRANÇA, Elisabeth Barboza. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de carga global de doença. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, n. 20, Suplementar 1, p. 46-60, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v20s1/1980-5497-rbepid-20-s1-00046.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

FRANÇA, Elisabeth B. et al. Principais causas da mortalidade na infância no Brasil, em 1990 e 2015: estimativas do estudo de Carga Global de Doença. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, n. 20, Supl. 1, p. 46-60, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/PyFpwMM3fm3yRcqZJ66GRky/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

HAUGHTON, Jonathan; KHANDKER, Shahidur. *Handbook on poverty and inequality*. New York: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Microdados do Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=downloads>>. Acesso em: 01 Set. 2019.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019*. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

_____. *Censo Demográfico 2020: questionário da amostra*. Brasília: IBGE, 2019b. Disponível em: <<http://censo2020.ibge.gov.br/experimental/questionarios.html>>. Acesso em: 01 Set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/151022_atlas_da_vulnerabilidade.pdf>. Acesso em: 01 Set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo*. Brasília: MEC/Inep, 2004. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, v. 11, n. 2, p. 301- 308, 2012.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Pobreza Multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI. *Estudo Técnico* n. 09/2014. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/MDS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmpls/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/82.pdf>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

MORAES, Mayara da Mata; MARIN, Solange Regina; VIEIRA, Carine de Almeida. Pobreza multidimensional em Santa Catarina (2000-2010): uma aplicação do método Alkire-Foster. *Economia e Desenvolvimento*, v. 30, n. 8, p. 1-17, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/33175/pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA SOCIAL (NIS). *Índice de Pobreza Multidimensional: Brasil*. “Relatório de Pesquisa”. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <<http://nis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/IPM-NIS-Relato%CC%81rio-final-20201215.pdf>>. Acesso em: 06 Jun. 2022.

OLIVEIRA, Francisco. *Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social – 1: A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos*. “Cadernos Abong”. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social; Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONUBR). *Documentos temáticos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1, 2, 3, 5, 9, 14)*. Brasília: ONUBR, 2017. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/docs/>>. Acesso em 12 Ago. 2019.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. *Texto para Discussão* n. 1619. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1619.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

OTTONELLI, Janaina et al. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 3, p. 837-859, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/12.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). Global MPI Country Briefing 2019: Brazil (Latin America and the Caribbean). In: *MPI Country Briefings 2019*. Oxford: Ophi, 2019. Disponível em: <http://www.dataforall.org/dashboard/ophi/index.php/mpi/country_briefings>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human development report 1997: human development to eradicate poverty*. New York: Oxford University Press, 1997.

RIBEIRO, Rosana; CACCIAMALI, Maria Cristina. Defasagem idade-série a partir de distintas perspectivas teóricas. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 3 (128), p. 497-512, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v32n3/09.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *On statistical mapping of poverty: social reality, concepts and measurement*. In: Seminar on Poverty Statistics. Santiago, 1997.

ROWNTREE, Benjamin Seebohm. *Poverty: a study of town life*. New York: Macmillan and Co., 1901.

SANTOS, Larissa Martins Neiva. *Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Economia) — Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, Adriana Stankiewicz. *Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano*. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas(Unicamp), Campinas, 2017.

SILVA, Andréa Ferreira da; ARAUJO, Jair Andrade; SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda; SOUSA, Janaildo Soares de. A pobreza no Rio Grande do Sul: evidências a partir de uma análise multidimensional do período 2007-2014. *Ensaio FEE*, v. 38, n.3, p. 597-624, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32585/1/2017_art_afsilva.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: _____ (Org.). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TODESCHINI, Caroline; BAÇO, Fernanda Mendes Bezerra. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise das regiões metropolitanas. *Informe Gepec*, v. 19, n. 2, p. 57-71, 2015. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/12818/9489>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

VAZ, Alexander Cambraia N.; JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicador de pobreza multidimensional como síntese dos efeitos da abordagem multissetorial do Plano Brasil Sem Miséria. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, n. 8, p. 32-49, 2014. Disponível em: <<https://www.rbaval.org.br/article/10.4322/rbma201408003/pdf/1598015026-8-32.pdf>>. Acesso em: 13 Abr. 2021.

VIEIRA, Carine de Almeida; MARIN, Solange Regina; KUHN, Daniela Dias. Método Alkire-Foster: uma aplicação para medição de pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 48, p. 263-295, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7996/1/ppp_n48_m%C3%A9todo.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2021.



Escala do índice de exposição da criança à privação material em Portugal: validação e interpretação

Recebido: 16.07.21
Aprovado: 21.03.22

Maria Teresa Gonzaga Alves (<https://orcid.org/0000-0001-5820-4311>),
Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasilⁱ.

Amélia Bastos (<https://orcid.org/0000-0003-0211-7299>),
Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugalⁱⁱ.

Maria Eugénia Ferrão (<https://orcid.org/0000-0002-1317-0629>),
Universidade da Beira Interior, Lisboa, Portugalⁱⁱⁱ.

i. Maria Teresa Gonzaga Alves é professora associada do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e líder do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Educacionais (Nupede). <mtga@ufmg.br>.

ii. Amélia Bastos é professora do Departamento de Matemática do Iseg da Universidade de Lisboa, e investigadora do Cemapre/Research in Economics and Mathematics, Lisboa. <abastos@iseg.ulisboa.pt>.

iii. Maria Eugénia Ferrão é professora do Departamento de Matemática da Universidade da Beira Interior, Covilhã, e investigadora do Cemapre/Research in Economics and Mathematics, Lisboa. <meferrao@ubi.pt>.

Resumo: Neste artigo pretende-se contribuir para a validação e interpretação da escala do índice de exposição da criança à privação material no domicílio com base na amostra portuguesa do *EU-Statistics on Income and Living Conditions* (EU-Silc) de 2017. O índice foi desenvolvido a partir de itens do questionário dos domicílios por meio da aplicação de um modelo da teoria da resposta ao item. Para a sua validação, realizou-se análise descritiva da escala segundo variáveis sociais do EU-Silc. A interpretação se deu pela descrição das categorias dos itens segundo perfis de domicílios agrupados em *clusters*. Os resultados mostram que 14,3% dos agregados familiares com crianças podem ser classificados como em situação de privação extrema e 25,6% num nível intermédio de privação. Tendo em conta que o EU-Silc é aplicado em todos os países da União Europeia, a metodologia pode ser extensível a esses países, permitindo o monitoramento anual da pobreza infantil.

Palavras-chave: Privação material. Pobreza infantil. Modelo de teoria da resposta ao item. Índice social.

Scale of the index of child exposure to material deprivation in Portugal: validation and interpretation

Abstract: This article aims to contribute to the validation and interpretation of scale of the child exposure to household material deprivation, developed based on the Portuguese sample of the 2017 EU-Statistics on Income and Living Conditions (EU-Silc). The index was developed from household questionnaire items by applying an item-response theory model. For its validation, a descriptive analysis of the scale by EU-Silc social variables was carried out. The interpretation was given by the description of the categories of items according to the profiles of households grouped into clusters. The results show that 14.3% of households with children can be classified as in a situation of extreme deprivation and 25.6% in an intermediate level of deprivation. Considering

that EU-Silc is applied in all European Union, the methodology can be extended to other countries, allowing the annual monitoring of child poverty.

Keywords: material deprivation, child poverty, item response model theory, social index.

Introdução

A pobreza infantil e a exclusão social são um dos maiores desafios sociais em todo o mundo e perspectivamos o seu agravamento como resultado da atual pandemia mundial Covid-19. Em Portugal, os dados recentemente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativamente aos efeitos já conhecidos da pandemia mostram que houve queda no rendimento das famílias, agravamento da privação material e aumento do risco de pobreza. Se em 2017 e 2018, cerca de 18,5% das crianças eram pobres esse valor subiu para quase 21% em 2020, ano mais recente para o qual existe informação (INE, 2021). As mulheres foram mais afetadas pelo risco de pobreza, sendo que três quartos das famílias monoparentais são de mulheres. Numa análise por grupo etário, as crianças constituem desde há mais de uma década o grupo mais vulnerável à pobreza e exclusão social em Portugal. No contexto da União Europeia (EU), a situação das crianças portuguesas está abaixo da média, assinalando a importância do problema da pobreza infantil em Portugal (Eurostat, 2018).

As políticas públicas têm um papel fundamental na mitigação desses problemas. Entretanto, faltam políticas globais e consolidadas especificamente dirigidas às crianças e às famílias mais vulneráveis. Maioritariamente a opção tem sido a proliferação de medidas mais ou menos avulsas que, não tendo caráter abrangente e consolidado, comprometem sua eficácia. Portanto, os formuladores e executores de políticas precisam saber quem está em risco de pobreza e como se caracterizam as situações de pobreza para melhor direcionar as políticas e os programas preventivos e de remediação.

Para tal, os métodos de diagnóstico, incluindo a aferição da situação da população em face da pobreza, são fundamentais (Alkire & Foster, 2011; Bradshaw, Richardson & Ritakallio, 2007; Dinisman & Ben-Arieh, 2016; Bastos & Machado, 2018). Porém, no que diz respeito às condições de vida das crianças, há carência de informação detalhada, atualizada e precisa. Os dados estatísticos disponíveis sobre tais condições têm maioritariamente como unidade de medida a família. Essa restrição constitui uma das principais motivações desta investigação que visa precisamente potenciar a informação estatística produzida, no sentido de contribuir para o conhecimento mais próximo e rigoroso das condições de vida das crianças de meios mais vulneráveis.

A experiência de vivenciar a pobreza entre as crianças difere daquela vivida pelos adultos, tanto em termos de curto prazo como no que diz respeito às suas consequências a longo prazo na vida adulta (Qi & Wu, 2019). Neste sentido, a quebra dos ciclos de transmissão intergeracional da pobreza constitui um meio não só de melhorar as condições de vida das crianças como também de aliviar o problema de uma forma geral. Daí que o foco na diminuição da pobreza infantil seja um objetivo importante enquadrado pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em particular do objetivo 1, que tem subjacente uma diminuição para metade do número de crianças a viverem em situação de pobreza em 2030.

Estudos desenvolvidos na UE (Ajzenstadt & Gal, 2010; Guio, Marlier & Najera, 2018) observam que a renda não é o único determinante do bem-estar das crianças, o que exige uma abordagem multidimensional. Aliás a abordagem multidimensional da pobreza infantil é relativamente consensual no meio académico e teve a sua gênese no trabalho de Amartya Sen (1976). De acordo com esse autor, os recursos económicos são um meio e não um fim e por isso sua posse não impede necessariamente a pobreza. A *capability approach*, desenvolvida por Sen, pressupõe que, para poder viver acima do limiar de pobreza os indivíduos precisam ter a “capacidade” de utilizar os meios ao seu alcance para fazer face às necessidades nutricionais, de vida saudável e de participação na vida comunitária, ou *functionings*.

A pobreza não se reduz à escassez de recursos económicos, apesar de sua importância para a obtenção de bens materiais e imateriais que permitem viver acima do limiar de pobreza. O trabalho posterior de Sabina Alkire e James Foster (2011) – desenvolvido a partir das contribuições de Sen – combina várias dimensões da pobreza materiais e imateriais e também constitui um marco importante no desenvolvimento da abordagem multidimensional da pobreza. Na mesma linha, o Índice de Pobreza Multidimensional das Nações Unidas (UNDP, 2015) parte da observação de três grandes domínios: educação, saúde e condições de vida. No âmbito da pobreza infantil, a abordagem multidimensional tem também sofrido importantes desenvolvimentos e demonstrado a sua particular aplicação, por exemplo, em trabalhos como os de Asher Ben-Arieh (2000), Anne-Catherine Gui, Eric Marlier e Hector Najera (2018) e, mais recentemente, Amy Clair (2019), Mónica Pinilla-Roncancio e equipe (2020) e Peter Saunders e Judith Brown (2019).

Nessa linha, Maria Eugénia Ferrão, Amélia Bastos e Maria Teresa G. Alves (2021) propuseram uma metodologia para aferir a privação material dos domicílios como *proxy* da pobreza infantil, permitindo o monitoramento anual da exposição das crianças à privação material. Essa abordagem foi aplicada aos dados da amostra

portuguesa do *survey* europeu *EU-statistics on income and living conditions* (EU-Silc), de 2017 (Eurostat, 2018), conhecido em Portugal por *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento* (Icor). A unidade de análise do Icor é o agregado familiar. Sendo assim, foi proposto um índice composto de exposição à privação material dos domicílios onde há crianças, precedido de um estudo e a seleção dos itens por meio da aplicação de modelo de resposta ao item, da análise das curvas características e das funções de informação dos itens. Adicionalmente, o estudo demonstrou que a aferição da exposição à pobreza em domicílios que incluem crianças deve ser diferente da aferição em domicílios que não as incluem. Essa constatação está subjacente à escolha dos itens incluídos no índice, de forma que ele mensura a exposição à privação material dos indivíduos que vivem na mesma habitação.

Contudo, por mais interessante que seja dispor desse índice como *proxy* da pobreza infantil ou para utilizá-lo, por exemplo, como variável em modelagens estatísticas, a interpretação dos seus escores não é óbvia. Isto é, não compreendemos o que significa, em termos de exposição à privação material, os domicílios que estão em determinados intervalos da escala. Neste sentido, o objetivo deste artigo é contribuir para a validação do índice de exposição da criança à privação material no domicílio e apresentar a sua interpretação. Para isso, buscaremos responder às seguintes perguntas:

- i.* Quais são os itens do índice composto que discriminam melhor os domicílios onde vivem crianças em situação de maior e menor exposição à privação material?
- ii.* Como esse índice se relaciona a outras variáveis sociais do *survey* Icor?
- iii.* Como as categorias dos itens do índice se distribuem ao longo de sua escala?

Além desta introdução, este artigo está organizado em mais três seções. Na sequência, explicaremos os dados do Icor empregados, como o índice de exposição da criança à privação material foi desenvolvido e os procedimentos de análise para responder às perguntas específicas deste artigo. Em seguida, apresentaremos os resultados em três subseções: análise dos parâmetros dos itens do índice, validação e interpretação da escala. Nas considerações finais, que sumarizam os principais achados, discutiremos as possibilidades de expansão do índice para o monitoramento da exposição à privação material como *proxy* da pobreza infantil em outros países, os seus limites e as possibilidades de aprimoramento com dados mais recentes.

Dados e métodos

Dados do EU-Silc

Os Conselhos Europeus de Lisboa (março de 2000), Nice (dezembro de 2000) e Laeken (dezembro de 2001) estabeleceram a necessidade do estudo do rendimento, condições de vida e exclusão social, com base em indicadores estruturais de coesão social, com o objetivo de monitorar as tomadas de decisão nesta área. Surgiu assim a base de dados estatística europeia denominada *EU-statistics on income and living conditions* (EU-Silc) de modo a permitir o cálculo dos referidos indicadores. O *survey* EU-Silc enfatiza as condições de comparabilidade de dados entre os países da UE e na inquirição transversal e longitudinal ao rendimento e exclusão social.

Em Portugal, a coleta dos dados ocorreu desde o primeiro momento sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE), com a designação de *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento* (Icor). Segundo a nota metodológica (INE, 2019), o Icor permite a análise da composição e distribuição do rendimento das famílias e dos indivíduos, das condições de vida (condições de habitação e conforto, capacidade financeira etc.), do impacto das transferências sociais ao nível da pobreza e exclusão social, e ainda permite a análise da ligação entre pobreza e exclusão social com atividade econômica, emprego, tipologia sociofamiliar, educação, saúde e habitação. O Icor tem periodicidade anual.

Segundo o INE, “a população-alvo é o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional” (INE, 2019: 14). A base de amostragem é o “alojamento” e, como unidades estatísticas de observação, o agregado familiar privado (domicílio) e o indivíduo. A amostra é probabilística estratificada em múltiplas etapas. O tratamento de não respostas totais inclui a reponderação, sendo incorporadas no cálculo dos ponderadores de amostragem. Para o propósito deste artigo usamos a aplicação transversal Icor referente ao ano de 2017, cuja amostra é constituída por 12.091 domicílios, dos quais 3.552 incluem uma ou mais crianças de 0 a 17 anos, que representa 29,4% da amostra total. Esse recorte etário é adotado pelo Eurostat, o serviço de estatística da União Europeia, que geralmente define três grandes grupos: crianças (0 aos 17 anos), adultos em idade ativa (18 aos 64 anos) e idosos (mais de 65 anos) (Eurostat, 2018).

A caracterização da subamostra analisada quanto à composição familiar dos domicílios é como segue: 11,7% um adulto com uma ou mais crianças dependentes; 34,1% dois adultos com uma criança dependente; 28,8% dois adultos com duas crianças dependentes; 5,6% dois adultos com três ou mais crianças dependentes; 19,8% ou-

tros agregados com uma ou mais crianças dependentes. Esta última categoria tem frequência expressiva e seria desejável que os dados nos permitissem realizar uma descrição mais detalhada sobre a tipologia de “outros agregados com uma ou mais crianças dependentes”. Todavia, a variável original empregada para essa descrição – “Composição familiar do agregado” (HX060) – não contém esse detalhamento.

O índice de exposição da criança à privação material

O índice composto de exposição da criança à privação material no domicílio foi desenvolvido a partir do referencial teórico discutido por Ferrão, Bastos e Alves (2021) e recorrendo ao modelo da teoria da resposta ao item (TRI) de dois parâmetros, aplicado à subamostra dos domicílios com uma ou mais crianças. O modelo descreve a relação entre a resposta do indivíduo (respondente de um domicílio da amostra) a um item do questionário e o traço latente não observado, no caso deste estudo, a situação de exposição à privação material. O índice foi estimado por meio um procedimento bayesiano de forma que as observações foram ajustadas aos parâmetros dos itens estimados pelo método *maximum a posteriori* (MAP) empregando-se pacote mirt do software livre R (Chalmers, 2012). Detalhes do processo de estimação podem ser consultados em Ferrão, Bastos e Alves (2021). As estimativas dos parâmetros dos itens foram obtidas com dados amostrais e os intervalos de confiança de 95% incluem os respectivos valores obtidos para os parâmetros por meio da utilização dos ponderadores de amostragem que correspondem domicílios com crianças. A abordagem proposta procede à seleção de 12 itens que atendem simultaneamente a dois requisitos:

- i.* o item é informativo para mensurar o construto; e
- ii.* o item discrimina a menor ou maior exposição da criança à privação material no domicílio onde vive.

Para o propósito deste artigo fez-se a recodificação dos itens de modo a que a escala resultante seja crescente no sentido de mais exposição à privação material. A Tabela 1 apresenta os itens (nome da variável na base de dados do Silc e rótulo), as categorias de resposta resultantes da recodificação e a respectiva distribuição. Três itens referentes a atrasos nos pagamentos de despesas do domicílio (HS011, HS021 e HS031) têm dados ausentes estruturais, isto é, a questão não se aplica ou não existe o tipo de despesa no domicílio. A vantagem da TRI em relação a outros métodos para estimar índices compostos é que seus modelos são projetados para lidar com dados ausentes e os casos não precisam ser excluídos. Pelo método empregado, esses dados são tratados como ignoráveis e não contribuem para a medida do

TABELA 1
ÍTEM DO ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL

Item	Rótulo	Categorias ordenadas*	%
HH030**	Domicílio sobrelotado	1. Não 2. Sim	87,89 12,11
HS160	Luz insuficiente no alojamento	1. Não 2. Sim	88,20 11,80
HH050	Capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	1. Sim 2. Não	82,66 17,34
HS011	Atraso no pagamento de rendas, mensalidades de crédito à habitação	1. Não 2. Sim -1. SI/NSA***	62,11 4,84 33,05
HS021	Atraso no pagamento despesas correntes com o alojamento	1. Não 2. Sim -1. SI/NSA***	88,99 8,42 2,59
HS031	Atraso no pagamento outros empréstimos ou prestações de bens e serviços adquiridos	1. Não 2. Sim -1. SI/NSA***	46,76 2,59 50,65
HS050	Capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias	1. Sim 2. Não	96,17 3,83
HS090	Disponibilidade de computador	1. Sim 2. Não	91,05 8,95
HS110	Disponibilidade de veículo ligeiro de passageiros ou misto	1. Sim 2. Não	90,40 9,60
HS170	Vizinhança barulhenta ou ruídos exteriores (comércio, trânsito, indústrias)	1. Não 2. Sim	77,84 22,16
HS180	Poluição, sujidade, outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria	1. Não 2. Sim	88,32 11,68
HS190	Crime, violência ou vandalismo na área de residência	1. Não 2. Sim	93,10 6,90

* Em uma etapa preliminar desta análise, havia itens ordinais, mas eles foram dicotomizados após análise das curvas características dos itens.

** Determinado com base no número de indivíduos que compõem o agregado familiar (HX040) e o número de divisões existentes no domicílio onde coabitam (HH030_cod).

*** SI/NSA – sem informação/Não se aplica.

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

traço latente. O modelo calibra o banco de dados com valores ausentes e usa os parâmetros estimados dos itens e da unidade de análise para calcular a probabilidade de um valor após a aplicação da função ao modelo (Rose; von Davier & Xu, 2010; Paniagua et al., 2017). Ademais, o procedimento fornece o erro padrão da medição, que será afetado pelo número de valores ausentes, mas também permite estimar valores plausíveis para os casos com dados ausentes (Chalmers, 2012).

Descrição, validação e interpretação da escala do índice

Antes de proceder à interpretação da escala do índice de exposição da criança à privação material no domicílio, analisamos, por meio de gráficos, os parâmetros estimados por meio de um modelo da TRI para cada um dos 12 itens, segundo duas

propriedades: o grau de informação ao construto e de discriminação de suas categorias de respostas. Esse processo permite avaliar a importância relativa dos itens em face do construto latente e auxilia em sua interpretação.

Para a validação da escala, procedemos a análises descritivas do índice segundo variáveis sociais presentes na base de dados do Icor: número de crianças do domicílio, composição do agregado familiar, escolaridade máxima no domicílio, o indicador de pobreza; e o indicador da situação do domicílio em relação ao trabalho, população em risco de pobreza ou exclusão social – também referido como *Arope*, sigla em inglês para [*people*] *at risk of poverty and social exclusion*.

O indicador de pobreza é uma variável binária (HX080) que indica se o agregado familiar e, por conseguinte, todos os seus membros se encontram em situação de pobreza monetária. Ou seja, se o seu rendimento por adulto equivalente está baixo do limiar de pobreza. Este limiar correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente do país no ano em análise. O indicador *Arope* é uma variável binária (RX070) que mensura um conceito mais abrangente do que o anterior. Ele inclui, além da dimensão estritamente monetária da pobreza, a privação material a intensidade laboral *per capita* muito reduzida no agregado familiar. Para mais detalhes, consulte Eurostat (2018).

Para essas análises descritivas e as subsequentes, a escala original do índice (*Theta*) foi transformada em unidades de desvio-padrão para valores positivos no intervalo de 0 a 1. Os valores são relativos e mensuram o crescimento gradual de menor exposição à privação material à maior exposição.

Para interpretação do significado dos pontos na escala do índice, os domicílios onde vivem crianças foram divididos em três grupos, de acordo com o seu nível de privação material (menor, intermédio, maior) por meio de análise de *cluster*. O número de grupos foi definido, inicialmente, pela aplicação do método *Two Step Cluster*, uma ferramenta exploratória projetada para revelar agrupamentos naturais dentro de uma base de dados. O seu algoritmo *silhouette analysis* testa as possibilidades de números de grupos. O método indicou três grupos como ideal. Em seguida, optamos por formar os grupos empregando o método *K-Means* de análise de *cluster*, que agrupa os dados de acordo com a sua similaridade e é adequado para variáveis contínuas. Estabelecido o número de grupos $k = 3$, o método *k-Means* otimiza a constituição dos grupos em função da distância de cada unidade de análise ao centroide do grupo (*cluster*). O grupo equivale a um conjunto de perfis de domicílios no qual cada perfil está mais próximo ao centroide que o define do que dos centroides de outros grupos (Bartholomew et al., 2002). Os três grupos fo-

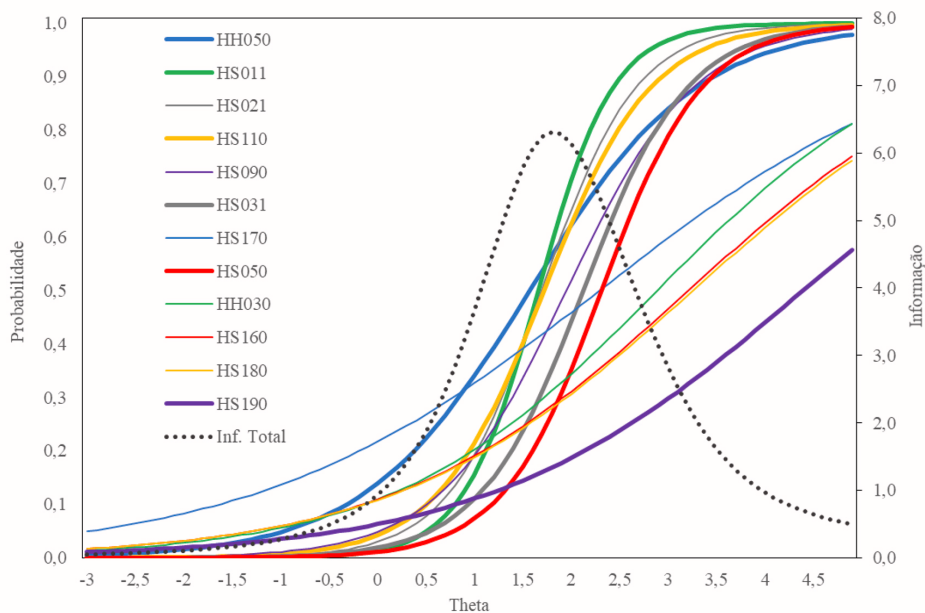
ram relacionados aos itens empregados na estimação da escala com o objetivo de se interpretar substantivamente a distribuição dos “recursos materiais” em cada um deles. Essas análises foram realizadas com auxílio do software SPSS versão 20.

Resultados

Análise dos parâmetros dos itens

O Gráfico 1 apresenta as curvas características dos 12 itens (CCI) – linhas coloridas sólidas ajustadas ao eixo principal Y à esquerda – e a curva da função de informação total do índice (TIF) – linha pontilhada ajustada ao eixo secundário Y à direita. O eixo X (*Theta*) corresponde à escala original (em desvios-padrão) do índice de exposição da criança à privação material estimado. A TIF indica qual o intervalo da escala do índice os itens têm mais informação. Pela disposição da curva pontilhada, esse intervalo está entre 1,0 e 2,5 desvios-padrão.

GRÁFICO 1
CURVAS CARACTERÍSTICAS DOS ITENS E CURVA DA FUNÇÃO TOTAL
DE INFORMAÇÃO DO ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL



Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

As CCI indicam as propriedades de discriminação e de “dificuldade” (ou severidade) dos itens em relação ao construto (Theta). Na TRI, essas propriedades são mensuradas pelos parâmetros A e B, respectivamente. Nesse gráfico, o parâmetro

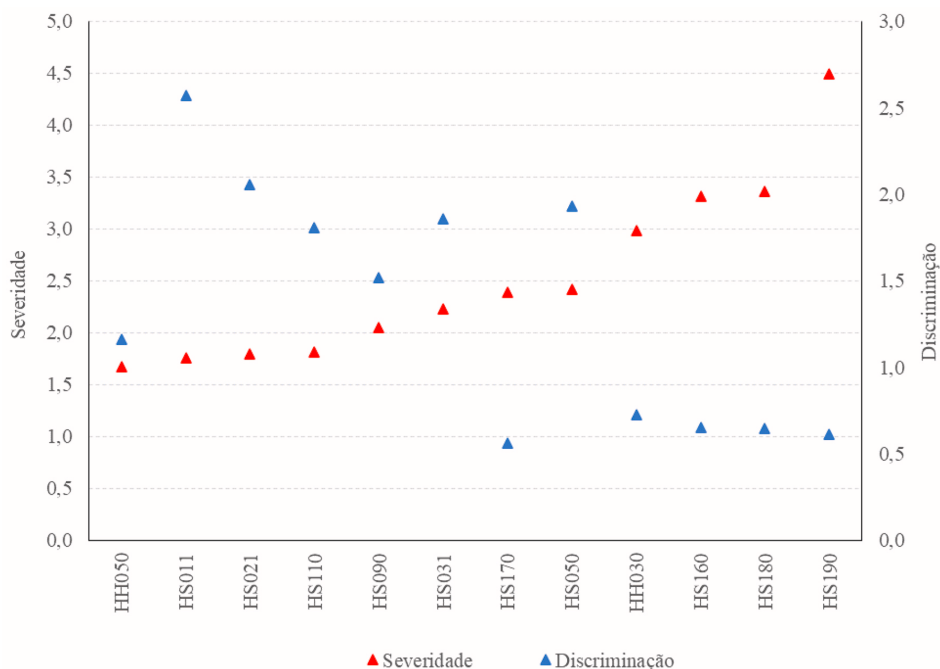
A, de discriminação, pode ser observado pela posição de cada linha em relação ao eixo X, que, como explicado, representa o construto “exposição da criança à privação material”. As linhas em posição mais vertical (ou íngreme) são as que melhor discriminam os domicílios quanto ao grau de exposição à privação material. Dentre os 12 itens, se destacam aqueles relacionados à capacidade financeira do agregado familiar: HS011; HS021; HS031 e HS050 – i.e., atraso no pagamento de despesas relacionadas à habitação, às despesas correntes, aos empréstimos e prestações, e capacidade de ter uma alimentação com proteína regularmente. Por outro lado, os itens cujas linhas formam curvas mais suavizadas são os que menos discriminam os domicílios em face do construto. Destacam-se os itens HS170, HS180 e HS190, que mensuram as condições ambientais e de segurança no entorno do domicílio.

O parâmetro B, de “dificuldade”, no caso do problema em tela, é interpretado como o grau de severidade do construto mensurado pelo item. Isso é observado pela posição das curvas assintóticas (forma de “S”) dos 12 itens ao longo do eixo X. Quanto mais para a direita, maior a severidade da condição de privação material. Esse parâmetro está na mesma escala do construto. Os itens sobre o entorno do domicílio – crime, violência (HS190) e condições ambientais de poluição e sujidade (HS180) –, bem como os itens sobre o conforto no interior do domicílio – iluminação insuficiente (HS160) e sobrelotação de moradores (HH030) são os que estão mais associados à exposição da criança à privação material.

Os parâmetros A e B dos itens estão representados de forma mais simplificada no Gráfico 2. Os triângulos azuis representam os valores do parâmetro A (discriminação), cuja escala está no eixo Y principal à esquerda. Os triângulos vermelhos representam o parâmetro B (severidade) e seus valores estão na escala do eixo Y secundário à direita. Os itens estão ordenados pelo parâmetro B, isto é, da menor à maior capacidade do item de mensurar a severidade do construto, uma vez que ambos estão na mesma escala, como já mencionado. Dentre os triângulos azuis, o item HS011 (atraso no pagamento de rendas, mensalidades de crédito à habitação) é o que tem o maior poder de discriminação. O triângulo vermelho localizado na posição mais alta no plano gráfico representa o item HS190 (domicílio em área onde há problemas de criminalidade, violência e vandalismo) – quase 4,5 desvios-padrão –, que está associado a um nível de severidade extrema de exposição à privação material.

Pela disposição dos triângulos vermelhos e azuis, os itens que melhor conjugam as propriedades de discriminação e de severidade são HS050 (alimentação regular com proteína) e HS090 (disponibilidade computador), cujos símbolos dos dois parâmetros estão mais próximos. Em relação ao HS050, nota-se, pela Tabela 1, que

GRÁFICO 2
 PARÂMETROS A (DISCRIMINAÇÃO) E B (SEVERIDADE) DOS ITENS
 DO ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL



Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

há poucos domicílios que não dispõem de uma alimentação com proteína com a frequência adequada (3,83%). Porém, essa situação rara (ou extrema) distingue bem os domicílios portugueses de menor à maior exposição da criança à privação material, e denota um nível de severidade bem elevado (quase 2,5 desvios-padrão). Quanto ao item HS090, quase 9% dos domicílios não têm computador (Tabela 1). Este é um recurso extremamente importante para as crianças em idade escolar e sua ausência corrobora para aumentar a exposição à privação material conforme a severidade captada pelo item (acima de 2 desvios-padrão).

Validade da escala do índice em face das outras variáveis sociais

Uma forma de validar a escala do índice de exposição da criança à privação material é relacioná-la com outras variáveis que estão associadas ao construto de acordo com a literatura. Porém, antes de seguir nessa direção, a escala original do índice, em unidades de desvios-padrão, foi transformada em valores positivos no intervalo de 0 (menos privação) a 1 (mais privação), para facilitar sua interpretação. Cabe

ressaltar que esses valores mínimo e máximo são relativos, isto é, o valor 0 não significa ausência de privação no domicílio, nem tão pouco o valor 1 indica condição absoluta de privação material. Eles se referem à situação melhor ou pior tendo em vista os itens empregados neste estudo. Os valores mínimo e máximo originalmente observados, em unidades de desvios-padrão, são -0,472 e 2,768 respectivamente. A transformação linear foi feita aplicando-se a fórmula:

$$\text{Índice } 0_1 = \frac{\text{escore original} - \text{menor valor}}{\text{maior valor} - \text{menor valor}}$$

Na sequência, apresentamos as análises descritivas do índice de exposição da criança à privação, segundo variáveis sociais, com essa escala transformada.

O número de crianças no domicílio é a principal condição de interesse deste estudo e, pela Tabela 2, observa-se que a exposição à privação aumenta quanto mais crianças compartilharem o domicílio. As médias são as mais altas quando há quatro ou mais crianças (0,436) e diminui linearmente com a redução do número de crianças até o valor mais baixo nos domicílios com apenas uma criança (0,173).

TABELA 2
MÉDIA, NÚMERO DE DOMICÍLIOS E DESVIO-PADRÃO
DO ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL
SEGUNDO O NÚMERO DE CRIANÇAS

N de crianças	Média	N	Desvio-padrão
Uma criança	0,173	2136	0,201
Duas crianças	0,174	1184	0,201
Três crianças	0,285	181	0,254
Quatro ou mais crianças	0,436	51	0,245
Total	0,183	3552	0,208

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

Nas famílias biparentais (dois adultos) com uma ou duas crianças, estas estão bem menos expostas à privação material, conforme a Tabela 3 (média igual à 0,152). Porém quando o número de crianças é igual ou maior que três, a família é monoparental ou tem outra configuração de adultos, independentemente do número de crianças, a exposição à privação material é sempre maior, com médias 0,249, 0,236 e 0,232, respectivamente.

A Tabela 4 apresenta a média do índice segundo a escolaridade máxima observada entre os indivíduos no domicílio. Observa-se que quanto mais baixo é o nível de escolaridade maior a exposição da criança à privação material. Nos domicílios onde a escolaridade máxima atinge até segundo ciclo do ensino básico, a média do índice

TABELA 3
MÉDIA, NÚMERO DE DOMICÍLIOS E DESVIO-PADRÃO DO
ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL
SEGUNDO A COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

N de crianças	Média	N	Desvio-padrão
Um adulto com uma ou mais crianças	0,236	415	0,242
Dois adultos com uma ou duas crianças	0,152	2235	0,185
Dois adultos com três ou mais crianças	0,249	199	0,247
Outros agregados com uma ou mais crianças	0,232	703	0,225
Total	0,183	3552	0,208

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

TABELA 4
MÉDIA, NÚMERO DE DOMICÍLIOS E DESVIO-PADRÃO DO
ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL
SEGUNDO A ESCOLARIDADE MÁXIMA NO DOMICÍLIO

Escolaridade máxima no domicílio	Média	N	Desvio-padrão
Até 2º ciclo	0,344	335	0,247
3º ciclo	0,257	823	0,229
Secundário	0,165	1205	0,194
Pós-secundário	0,157	43	0,181
Ensino superior	0,103	1146	0,141
Total	0,183	3552	0,208

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

é 0,344. Em Portugal, o segundo ciclo equivale ao 5º e 6º ano da educação básica, corresponde ao nível 1 da Classificação Internacional Normalizada da Educação (Isced, do inglês: *International Standard Classification of Education*) (Presidência do Conselho de Ministros; Conselho Superior de Estatística, 2017) e está abaixo da escolaridade mínima obrigatória no país, que inclui 12 anos de escolaridade. Por outro lado, quando pelo menos um morador atinge a educação superior, o grau de exposição da criança à privação material é bem mais baixo. A média dessa categoria (0,103) está relativamente mais próxima de zero uma vez que se encontra no início do segundo decil da escala e é a mais baixa dentre todas as tabelas. Mesmo entre os domicílios onde a escolaridade máxima atinge o nível secundário (nível 3 na classificação ISCED) a média do índice é inferior à média total. A escolaridade é, portanto, um ativo associado a melhores condições materiais dos domicílios.

A Tabela 5 apresenta a relação entre uma variável original do banco de dados do Icor, a “condição de privação material do domicílio”, que foi construída pelo Eurostat com uma metodologia distinta da empregada neste trabalho, mas com concepção teórica

TABELA 5
MÉDIA, NÚMERO DE DOMICÍLIOS E DESVIO-PADRÃO DO
ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL
SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PRIVAÇÃO PELO EUROSTAT

População com privação material severa (situação no agregado familiar)	Média	N	Desvio-Padrão
Não está em privação material severa	0,146	3274	0,168
Está em privação material severa	0,618	278	0,124
Total	0,183	3552	0,208

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

semelhante (Eurostat, 2012). Apesar das diferenças metodológicas, os resultados são consistentes. Nos domicílios identificados como em privação material severa pelo Eurostat, a média do índice de exposição da criança à privação material calculada neste estudo é 0,618. Já nos domicílios que, pelo Eurostat, não estão em situação de privação a média do índice de exposição à privação material é apenas 0,146.

A relação com o índice de exposição à privação material com a situação do agregado familiar em relação ao trabalho, o risco de pobreza ou exclusão social – ou *Arope* (sigla em inglês) – tem padrão semelhante à anterior. De acordo com a Tabela 6 – desconsiderando a situação relativa aos domicílios que combinam risco de privação material severa e intensidade laboral *per capita* muito reduzida – as médias do índice de exposição da criança à privação material são mais altas nos agregados que combinam duas ou mais situações de risco (linhas destacadas). São os domicílios que combinam o risco de

TABELA 6
MÉDIA, NÚMERO DE DOMICÍLIOS E DESVIO-PADRÃO DO ÍNDICE DE EXPOSIÇÃO
DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL SEGUNDO O RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO (*AROPE*)

Combinações: risco de pobreza, desemprego e privação material – [people] at risk of poverty and social exclusion (<i>Arope</i>)	Média	N	Desvio-padrão
População que não se encontra em risco	0,122	2580	0,150
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	0,180	65	0,181
Privação material severa	0,583	84	0,095
Privação material severa e intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	0,610	4	0,127
Risco de pobreza	0,225	512	0,196
Risco de pobreza e Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	0,318	117	0,192
Risco de pobreza e Privação material severa	0,620	123	0,142
Risco de pobreza, Privação material severa e intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	0,657	67	0,109
Total	0,183	3552	0,208

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

pobreza, a privação material severa e a intensidade laboral *per capita* muito reduzida (média = 0,657) ou risco de pobreza e privação material severa (média = 0,620).

Interpretação da escala do índice de exposição à privação material

Até aqui, o índice de exposição da criança à privação material foi descrito pela média, o que não permite uma interpretação substantiva de sua escala. Uma vez que os escores foram calculados a partir de itens de um questionário, é importante ressaltar que as respostas a cada um dos itens estão relacionadas com a escala de forma probabilística. Ou seja, há uma grande probabilidade de um respondente escolher uma alternativa, dependendo do nível de privação material do agregado familiar. Desta forma, para interpretar os escores do índice, os 12 itens empregados foram associados a três grupos de domicílios – agrupados em *clusters* – de acordo com as probabilidades de respostas aos itens da escala de exposição à privação material.

As estatísticas descritivas dos grupos estão na Tabela 7. O primeiro grupo reúne os domicílios com os escores mais baixos do índice, com valores próximos de 0, ou seja, são domicílios com menor probabilidade de uma criança estar exposta à privação material. No grupo 2 estão os domicílios com os escores intermédios e, no grupo 3 os escores mais altos, referentes aos domicílios onde uma criança tem maior probabilidade de exposição à privação material. A maioria dos domicílios com crianças de Portugal está no grupo 1 (60,1%), nos quais o nível de exposição à privação material é baixo ou não observado. No grupo 2, intermédio, estão cerca de um quarto dos domicílios (25,6%). O nível mais alto de privação corresponde a 14,3% dos domicílios.

A interpretação da escala do índice é feita pela distribuição percentual dos domicílios pelos itens que compõem o índice, separadamente para cada um dos três

TABELA 7
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DOS GRUPOS DE DOMICÍLIO (*CLUSTER*)
SEGUNDO NÍVEIS DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL

Grupos segundo nível de privação	N	%	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo*
Grupo 1, Menor	2134	60,1	0,040	0,058	0,000	0,160
Grupo 2, Intermédio	909	25,6	0,295	0,072	0,210	0,439
Grupo 3, Maior	509	14,3	0,582	0,109	0,439	1,000
Total	3552	100,0	0,183	0,208	0,000	1,000

* A escala não apresenta escores entre 0,16 e 0,21 porque os itens não discriminaram domicílios no intervalo que contém o valor médio. Por isso, assumimos que o nível intermédio são valores acima de 0,160, ainda que não sejam observados domicílios com escores empíricos neste intervalo.

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ITENS SEGUNDO AGRUPAMENTO
DE DOMICÍLIOS POR NÍVEL DE EXPOSIÇÃO DA CRIANÇA À PRIVAÇÃO MATERIAL

Item	Rótulo	Nível de exposição à privação material		
		Grupo 1, menor %	Grupo 2, Intermédio %	Grupo 3, Maior %
HH030	Domicílio sobrelotado	6,14	16,28	29,67
HS160	Luz insuficiente no alojamento	5,62	18,26	26,13
HH050	Não tem capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	0,00	38,28	52,65
HS011	Atraso no pagamento de rendas, mensalidades de crédito à habitação	0,00	2,31	29,67
HS021	Atraso no pagamento despesas correntes com o alojamento	0,00	6,93	46,37
HS031	Atraso no pagamento outros empréstimos ou prestações de bens e serviços adquiridos	0,00	2,20	14,15
HS050	Não tem capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias	0,00	1,98	23,18
HS090	Não tem disponibilidade de computador	0,00	12,43	40,28
HS110	Não tem disponibilidade de veículo ligeiro de passageiros ou misto	0,00	10,89	47,54
HS170	Vizinhança barulhenta ou ruídos exteriores (comércio, trânsito, indústrias)	11,53	38,61	37,33
HS180	Poluição, sujidade, outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústrias	4,64	21,01	24,56
HS190	Crime, violência ou vandalismo na área de residência	2,67	12,32	14,93
Total		60,07	25,60	14,33

Fonte: elaboração própria com dados do Icor-Portugal, subamostra de domicílios com crianças.

grupos, tal como se apresenta na Tabela 8. No grupo 1, com os escores mais baixos de privação material, todos os domicílios têm condições de calefação adequada, não têm problemas com atrasos em pagamentos, os agregados têm condições de garantir alimentação frequente com proteína, possuem automóvel e computador. Além disso, há poucos domicílios sobrelotados, com iluminação insuficiente, localizados em áreas com poluição, sujidade, outros problemas ambientais, crime, violência e vandalismo. Apenas o item HS170 – vizinhança barulhenta ou com ruídos exteriores – tem um percentual maior de domicílios nesse grupo (11,5%).

Os percentuais de respostas que denotam aumento da severidade da exposição da criança à privação material são sistematicamente maiores no grupo 2 e mais ainda no grupo 3. Esses padrões se mantêm em todos os itens, exceto para o item relacionado ao barulho na vizinhança (HS170), no qual se observa uma inversão entre grupo 2 e 3, mas os valores são muito próximos (diferença 1,3%). Este item é o que tem o menor valor do parâmetro A, de discriminação, conforme o Gráfico 2. Talvez

esse resultado se explique pela ocorrência desses problemas em áreas mais cosmopolitas, onde as famílias podem escolher residir para facilitar o acesso à educação, à saúde, ao lazer e outros serviços.

Considerações finais

A interpretação da escala do índice de exposição da criança à privação material revelou que 14,3% dos agregados familiares com crianças em Portugal estão no nível mais elevado do índice. As crianças mais expostas à privação material devem ser prioridade para as políticas e programas preventivos e de remediação. Essas crianças têm maior probabilidade de viver em domicílios sobrelotados, onde há dificuldades financeiras para manter as despesas e dívidas contratadas, mantê-los aquecidos e os residentes terem uma alimentação saudável, o que significa um risco para a sua saúde.

Outro resultado que merece atenção no grupo de maior exposição à privação material é a reduzida disponibilidade de computador nos respectivos domicílios. No contexto da pandemia Covid-19, em que a educação remota foi adotada para mitigar o fechamento das escolas, este grupo pode ter sido mais afetado do que os demais nas situações em que o fornecimento de computador pelo governo ou pelas escolas não tenha sido atempado. Ou seja, os constrangimentos ao nível dos meios informáticos, das condições de habitação e do contexto familiar – aspectos que compõem o índice descrito neste artigo – podem ter comprometido a aprendizagem das crianças, sobretudo daquelas que vivem em meios mais desfavorecidos.

As análises descritivas da escala, com vistas a contribuir para a sua validação, revelaram consistência da mesma com o nível de escolaridade máxima no domicílio, a composição familiar e com variáveis da base de dados do Icor, calculadas pelo Eurostat, que mensuram a condição de privação e de risco de pobreza e exclusão social (*Arope*, Eurostat, 2018). Porém, diferentemente dessas duas últimas variáveis, o índice construído neste estudo foi ajustado para os domicílios com crianças, que se revelou diferente da aferição em agregados familiares que não as incluem conforme discutido por Ferrão, Bastos e Alves (2021). Para a validade da escala do índice composto subjacente a este artigo é importante haver convergência entre essas medidas, mas não são esperadas associações perfeitas, uma vez que o índice composto enfatiza a situação dos domicílios com crianças.

A análise multidimensional do índice tenta levar em consideração as diferentes formas de privação experienciada pelas crianças que vivem em agregados familiares em situação de pobreza, e que vão muito além da falta de recursos econômicos.

O índice subjacente a este artigo verifica os requisitos de qualidade comumente exigidos: precisão, confiabilidade, oportunidade e usabilidade (Benedetti, Betti & Crescenzi, 2020). A disponibilidade anual da base de dados do EU-Silc (Icor, em Portugal) e o fato de se tratar de um instrumento estatístico já bastante testado (em uso desde 2004) favorecem sua utilização enquanto meio de diagnóstico e monitoramento do problema da pobreza infantil. Este se soma às outras ferramentas do Eurostat, permitindo o seu monitoramento anual e em condições de comparabilidade em termos da EU. Isso é possível porque o survey EU-Silc é aplicado em toda a região, de forma uniformizada conforme protocolos do Eurostat.

A construção de um índice composto com o emprego da TRI traz algumas vantagens. Dentre elas, a de maior interesse para este programa de pesquisa é a possibilidade de utilizar os parâmetros estimados em bases de dados posteriores para análise de tendência, além da viabilidade de inclusão de novos itens que venham a ser incluídos nas bases de dados futuras e que podem ser calibrados na mesma escala. Os estudos de painel temporal serão muito importantes para a formulação de políticas públicas, tendo em vista situação pandêmica vivida desde 2020, que acentuou o problema da pobreza em Portugal, em particular o da pobreza infantil.

Será importante referir também que todo o processo de construção e utilização de mensuração da pobreza, e em particular da pobreza infantil, tem subjacente escolhas de caráter teórico e empírico. Neste último caso enquadram-se os problemas de disponibilidade de dados estatísticos assim como dos processos de construção das medidas propriamente ditas (Benedetti, Betti & Crescenzi, 2020) e os achados desse artigo têm contribuições nessa direção. Apesar do fato de que a pobreza infantil é o problema de interesse e, portanto, a criança deve ser a unidade de análise, devido às limitações dos dados o agregado familiar é adotado como unidade de medida. Registra-se que Amélia Bastos (2016) recomenda a inclusão de indicadores específicos para crianças e famílias nas estatísticas do Eurostat para estimar a pobreza infantil, além de considerar as diferentes faixas etárias das crianças – por exemplo, primeira infância, meia infância e adolescentes.

Finalmente, a escolha de um indicador tem por detrás razões de caráter político e fundamentos ideológicos que importa ter em consideração (Stewart & Roberts, 2019). O problema da pobreza infantil em Portugal sublinha a importância e a urgência da intervenção da política social. A construção de Estratégia Nacional contra a Pobreza recentemente aprovada no país inclui como primeiro eixo o combate à pobreza infantil (Presidência do Conselho de Ministros, 2021). Neste âmbito são definidos três grandes grupos de atuação: acesso a bens e serviços básicos, garantia de um nível de recursos básicos às famílias e garantia de participação das crianças e jovens

no processo de desenvolvimento. No domínio do acesso a bens e serviços básicos são incluídas medidas que visam promover a educação, a saúde e a habitação das crianças. No contexto do nível de recursos das famílias, são considerados os aspetos relacionados à inserção no mercado de trabalho, às prestações sociais para as famílias com crianças e ao acompanhamento das situações de pobreza e exclusão social. Para o desenvolvimento das crianças e jovens, incluem-se os aspectos relacionados às atividades extracurriculares, ao acesso a espaços de lazer e à promoção de uma cidadania responsável. Acreditamos que os resultados desse artigo, ainda que com dados anteriores, fundamentam essas estratégias de políticas públicas.

Referências

AJZENSTADT, Mimi; GAL, John. *Children, gender and families in Mediterranean welfare states*. Dordrecht, NL: Springer Netherlands, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-90-481-8842-0>>. Acesso em : 10 Jun. 2021.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.11.006>>. Acesso em: 24 Nov. 2020.

BARTHOLOMEW, David J. et al. *The analysis and interpretation of multivariate data for social scientists*. Boca Raton, FL; London; New York; Washington, DC: Chapman & Hall/CRC, 2002.

BASTOS, Amélia. A review of child poverty approaches: the European Union experience. In: PETMESIDOU, Maria et al. (Eds.). *Child poverty, youth (un)employment, and social inclusion*, p. 41-67. Stuttgart, DE: Ibidem-Verlag, 2016. Disponível em: <<https://bora.uib.no/bora-xmlui/handle/1956/17213>>. Acesso em: 10 Fev. 2022.

BASTOS, Amélia; MACHADO, Carla. Children and the dynamics of poverty and social exclusion: empirical evidence for Portugal. *International Journal of Social Economics*, v. 45, n. 9, p. 1385-1404, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/IJSE-01-2016-0035>>. Acesso em: 02 Fev. 2021.

BEN-ARIEH, Asher. Beyond welfare: measuring and monitoring the state of children - new trends and domains. *Social Indicators Research*, v. 52, n. 3, p. 235-257, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1023/A:1007009414348>>. Acesso em: 25 Jun. 2021.

BENEDETTI, Ilaria; BETTI, Gianni; CRESCENZI, Federico. Measuring child poverty and its uncertainty: a case study of 33 European countries. *Sustainability*, v. 12, n. 19, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su12198204>>. Acesso em: 30 Jun. 2021.

BORTOLOTTI, Silvana Ligia V. et al. Relevance and advantages of using the item response theory. *Quality & Quantity*, v. 47, n. 4, p. 2341-2360, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11135-012-9684-5>>. Acesso: 15 Jun. 2021.

BRADSHAW, Jonathan; RICHARDSON, Dominic; RITAKALLIO, Velli-Matti. Child poverty and child well-being in Europe. *Journal of Children's Services*, v. 2, n. 1, p. 18-36, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/17466660200700003>>. Acesso em: 16 Jun. 2021.

CHALMERS, Phil. Mirt: A multidimensional item response theory package for the R environment. *Journal of Statistical Software*, v. 48, n. 6, p. 1-29, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.18637/jss.v048.i06>>. Acesso: 01 Fev. 2021.

CLAIR, Amy. Housing: an under-explored influence on children's wellbeing and becoming. *Child Indicators Research*, v. 12, n. 2, p. 609-626, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12187-018-9550-7>>. Acesso: 16 Jun. 2021.

DINISMAN, Tamr; BEN-ARIEH, Asher. The characteristics of children's subjective well-being. *Social Indicators Research*, n. 126, n. 2, p. 555-569, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11205-015-0921-x>>. Acesso em: 14 Jun. 2021.

EUROSTAT. EU-Silc. *The European Union statistics on income and living conditions*, 2018. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>>. Acesso em: 20 Fev. 2021.

EUROSTAT. *Measuring material deprivation in the EU: indicators for the whole population and child-specific indicators*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2012. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-statistical-working-papers/-/ks-ra-12-018>>. Acesso em: 18 Fev. 2021.

FERRÃO, Maria Eugénia; BASTOS, Amélia; ALVES, Maria Teresa G. A measure of child exposure to household material deprivation: empirical evidence from the Portuguese Eu-Silc. *Child Indicators Research*, v. 14, n. 1, p. 217-237, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12187-020-09754-4>>. Acesso em: 01 Fev. 2021.

GUIO, Anne-Catherine; MARLIER, Eric; NAJERA, Hector. Towards an EU measure of child deprivation. *Child Indicators Research*, v. 11, n. 3, p. 835-860, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12187-017-9491-6>>. Acesso em: 13 Jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Inquérito às condições de vida e rendimento – Portugal em números*. Lisboa: INE, 2021. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=6359840&PUBLICACOESmodo=2>. Acesso em: 21 Fev. 2022.

_____. *Inquérito às condições de vida e rendimento* – documento metodológico, versão 3.7. Lisboa: INE, 2019. Disponível em: <<http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/?id=10349&lang=PT>>. Acesso em: 02 Fev. 2021.

PANIAGUA-SÁNCHEZ, David et al. Comparison of methods for dealing with missing values in the EPV-R. *Psicothema*, v. 29, n. 3, p. 384-389, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.7334/psicothema2016.75>>. Acesso em: 15 Jun. 2021.

PASQUALI, Luiz. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PINILLA-RONCANCIO, Mónica et al. Child vs. household MPIs in Colombia: do they identify the same children as multidimensionally poor? *Child Indicators Research*, v. 13, n. 2, p. 777-799, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12187-019-09639-1>>. Acesso em: 20 Jun. 2021.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS; CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA. Deliberação n. 343/2017; 52.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística: versão portuguesa e implementação da Classificação Internacional Tipo de Educação 2011 (ISCED/CITE 2011). *Diário da República*, 2.ª série, n. 84, p. 8203-8205, 2 Maio 2017. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/106939370>>. Acesso em: 14 Jun. 2021.

_____. Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. *Diário da República*, n. 251/2021, , p. 19-30, Série I de 2021-12-29. Disponível em: <<https://files.dre.pt/1s/2021/12/25100/0001900030.pdf>>. Acesso em: 22 Fev. 2022.

QI, Di; WU, Yichao. Comparing the extent and levels of child poverty by the income and multidimensional deprivation approach in China. *Child Indicators Research*, v. 12, n. 2, p. 627-645, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12187-018-9544-5>>. Acesso em: 15 Jun. 2021.

ROSE, Norman; von DAVIER, Matthias; XU, Xueli. *Modeling nonignorable missing data with item response theory (IRT)*. Research report. ETS RR-10-11, Educational Testing Service, 2010. Disponível em: <<https://www.ets.org/Media/Research/pdf/RR-10-11.pdf>>. Acesso em: 14 Jun. 2021.

SAUNDERS, Peter; BROWN, Judith E. Child poverty, deprivation and wellbeing: evidence for Australia. *Child Indicators Research*, v. 13, p. 1-18, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12187-019-09643-5>>. Acesso em: 16 Jun. 2021.

SEN, Amartya. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, v. 44, p. 2, p. 219-231, 1976. Disponível em:<<https://doi.org/10.2307/1912718>>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

STEWART, Kitty; ROBERTS, Nich Child poverty measurement in the UK: assessing support for the downgrading of income-based poverty measures. *Soc. Indic. Res.*, v. 142, p. 523-542, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11205-018-1880-9>>. Acesso em: 17 Jun. 2021.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human development report 2015: work for human development*. New York: UNDP, 2015. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2015>>. Acesso em: 10 Jun. 2021.

VENDRAMINI, Claudette M. M. Os modelos uni e multidimensional da TRI , p. 77-90. In: SILVA, Marjorie C. Rocha da et al. (Eds.). *Aplicações de métodos estatísticos avançados à avaliação psicológica e educacional*. São Paulo: Vetor, 2015.



Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas

Recebido: 15.09.21
Aprovado: 09.05.22

Jessica Rani Ferreira de Sousa (<https://orcid.org/0000-0001-8672-9246>),
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e
Universidade de Pernambuco (UPE) Recife, PE, Brasilⁱ.

Leonardo Ferreira Batista (<https://orcid.org/0000-0002-7388-1297>),
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)) Recife, PE, Brasilⁱⁱ.

Diogo Henrique Helal (<https://orcid.org/0000-0002-1784-0941>),
Fundação Joaquim Nabuco e
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasilⁱⁱⁱ.

i. Jessica Rani Ferreira de Sousa, doutoranda e mestre em administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (Propad) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é professora substituta na Universidade de Pernambuco (UPE). <jessica.rani@ufpe.br>.

ii. Leonardo Ferreira Batista, doutorando em administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (Propad) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é mestre em administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Campina Grande. <leonardofb.leo@gmail.com>.

iii. Diogo Henrique Helal é pesquisador associado da Fundação Joaquim Nabuco, professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Propad/UFPE), doutor em ciências humanas: sociologia e política pela

Resumo: Estudos sobre implementação de políticas públicas têm buscado melhores formas de compreender as falhas e a própria realidade desse processo. A partir de uma revisão sistemática da literatura, que contou com análise bibliométrica, este artigo aponta a historiografia e as frentes de pesquisa sobre a temática e analisa a autoria e as redes de cocitação de autores. Posteriormente, uma metanálise das publicações que compõem o portfólio teórico final (construído por meio do ano de publicação, número de citações e fator de impacto dos periódicos) apresenta as perspectivas e os modelos teóricos prevalentes, os resultados empíricos e as lacunas de cada trabalho. Resultados apontam que temas como governança, desenvolvimento sustentável, *e-government*, *street-level bureaucracy* (burocracia de nível de rua), políticas de saúde e descentralização dos processos da administração pública trazem um cenário de pesquisas relevantes para teorizações e aplicações empíricas das discussões do campo. Por fim, apresenta-se uma agenda de pesquisa futura.

Palavras-chave: Implementação de políticas públicas. Administração Pública. Governança. *E-government*. *Street-level bureaucracy*.

On public policy implementation: a systematic review of the literature and research agenda

Abstract: *Studies on the implementation of public policies have sought better ways to understand the flaws and the reality of this process. Based on a systematic literature review that included bibliometric analysis, this article points out the historiography and research fronts on the subject and analyzes authorship and authors' co-citation networks. Subsequently, a meta-analysis of the publications that make up the final theoretical portfolio (constructed through the year of publication, number of citations and journal impact factor) presents the prevailing theoretical*

perspectives and models, the empirical results and the gaps of each work. Results point out that themes such as governance, sustainable development, e-government, street-level bureaucracy, health policies and decentralization of public administration processes bring a relevant research scenario to theorizations and empirical applications of the discussions of the field. Finally, a future research agenda is presented.

Keywords: Implementation of public policies. Public administration. Governance. E-government. Street-level bureaucracy.

Introdução

A implementação de uma política pública compreende o espaço temporal no qual seus resultados concretos são observáveis (Secchi, 2010). Seminalmente, Jeffrey Pressman e Aaron Wildavsky (1973: 15) a descrevem como um “processo de interação entre uma gama de objetivos e as ações definidas para atingi-los”.

Na literatura, boa parcela de estudos que priorizaram capturar as principais lacunas existentes entre o processo de construção de agenda e o efetivo sucesso de programas destinados à solução de problemas públicos culminou por considerar a etapa de implementação como uma espécie de “elo perdido” (Hargrove, 1975) do ciclo de políticas públicas. Desde então, distintos modelos de análise e abordagens compreensivas do processo de implementação puderam ser desenvolvidos, em gerações de pesquisas que enfatizam diferentes perspectivas, como, por exemplo, *top-down* ou *bottom up* (Lotta, 2019). Dito de outro modo, é importante observar que diferentes perspectivas tratam de modos diversos a relação entre objetivos definidos e resultados efetivamente alcançados pela implementação e suas distorções (Lima & D’ascenzi, 2019; Mota, 2020).

Para além da diversidade de modelos e de abordagens compreensivas relacionadas ao tema, um dos principais desafios inerentes à pesquisa sobre implementação de políticas públicas relaciona-se à versatilidade assumida pela temática, explorada em distintos campos de estudo transversais (administração pública, políticas públicas, gestão social, ciência política etc.). Além disso, um leque de atores e de fluxos decisórios envolvidos no processo de implementação em si (públicos, privados, sociedade civil organizada) torna determinados programas e iniciativas ainda mais complexos e expandem as possibilidades de teorização sobre o campo.

Tendo em vista o devido rigor metodológico demandado para explorar a temática em questão e para fornecer contribuições substanciais aos avanços de teorização, percebe-se a necessidade de vislumbrar um panorama detalhado dos estudos já

realizados, abrangendo desde trabalhos seminais ao atual estado da arte do campo de pesquisas. Além disso, também acreditamos que, para uma melhor compreensão da fase de implementação de políticas públicas, importa identificar e analisar os cenários em que tal processo de teorização é possível.

Na intenção de oferecer uma compreensão preliminar desses cenários de estudos, este artigo busca analisar o percurso científico da implementação de políticas públicas por meio de uma revisão sistemática da literatura e, a partir daí, apontar contribuições sugestivas à construção de uma agenda de pesquisas futuras. Para tanto, definimos, alguns objetivos específicos: analisar as redes de *core publications* (historiografia e cocitação) para entender as relações entre os principais autores e os artigos seminais; apresentar as principais frentes de pesquisa que se organizaram no escopo da temática central e analisar o atual estado da arte do campo.

Para alcançar os objetivos indicados, procedemos a uma revisão sistemática da literatura sob recomendação Prisma¹ (Moher et al., 2009). Um recorte de estudos da *Web of Science*, base mundial de alta confiabilidade (Bar-Ilan, 2008; Dzikowski, 2018; Rossetto et al., 2018), subsidia uma análise bibliométrica seguida de discussões metanalíticas sobre a temática em apreço.

1. Recomendação acerca dos itens a serem considerados na construção de revisões sistemáticas e metanálises (Moher et al., 2009).

Na seção seguinte a esta, é apresentado um breve referencial teórico sobre o tema-foco da revisão sistemática da literatura realizada neste artigo. Todos os caminhos percorridos na estratégia de pesquisa encontram-se descritos em profundidade na seção de procedimentos metodológicos. Nas seções subseqüentes, são apresentados os resultados obtidos mediante análise da historiografia e das redes de cocitação e a discussão sobre as principais temáticas identificadas no atual estado do campo. Por fim, são apontadas as considerações finais e sugestões de futuras pesquisas.

Implementação de políticas públicas

Dentro da chamada abordagem *top-down*, a implementação de políticas públicas é percebida como produto de um plano. Estudos em evidência na década de 1970 buscavam *gaps* ou falhas de implementação e correções em um enfoque prescritivo voltado ao cumprimento de objetivos previamente pactuados no desenho de políticas públicas até o alcance do público beneficiário (Dleon & Dleon, 2002; Lotta et al. 2018; Lotta, 2019). Nessa perspectiva, assume-se genericamente que as distorções de aderência dos efeitos e resultados de políticas em relação ao planejado decorrem de problemas hierárquicos e relativos a falhas no controle (Pressman & Wildavsky, 1973).

Em face do ceticismo quanto aos desvios de rota frequentemente observados na implementação de variados tipos de políticas (Sabatier, 1986), a saída seria aumentar a clareza dos objetivos, sendo recorrente o alto investimento em ferramentas de monitoramento e controle hierárquicos rígidos (Gomes, 2019; Lima & D’Ascenzi, 2019). Por outro lado, a aceitação do caráter político e estratégico do processo de definição de objetivos faz com que esse processo seja consensualmente aceito em detrimento de uma formulação pactuada junto aos processos táticos e operacionais que lhe dariam cumprimento (Lima & D’Ascenzi, 2019).

Em contraposição à perspectiva *top-down*, estudos realizados a partir da década de 1980 analisam como a implementação acontece de fato, valorizando o resultado dos processos decisórios e a performance dos atores envolvidos na implementação, considerando as múltiplas pressões às quais estes estão submetidos (Deleon & Deleon, 2002; Lotta et al. 2018; Lotta, 2019). Essa abordagem *bottom-up* ressalta o papel dos burocratas e das redes de atores capazes de influenciar a modelagem da implementação de políticas públicas, levando em consideração a discricionariedade dos implementadores para modificar a política formulada (Lipsky, 1980; Lotta & Pavez, 2010; Lotta et al. 2018).

O debate polarizado entre as perspectivas *top-down* e *bottom-up* desse processo abriu espaço para reflexões importantes sobre melhores formas de compreender tanto as falhas quanto a realidade da implementação de políticas públicas (Lotta et al. 2018; Lotta, 2019), principalmente por meio de modelos que buscaram incorporar elementos alternativos e contornar os chamados vieses de implementação (Moraes Sobrinho; Helal, 2017).

Alguns desses modelos sintetizam elementos de ambas as abordagens, combinados com percepções de outras literaturas (Sabatier, 1986). Alguns incorporam elementos de distintas fases do ciclo de políticas públicas, como a formulação, atentando para a ambiguidade e o conflito inerentes a esta, como fatores determinantes da capacidade de provisão das ações a nível local (Matland, 1995); ou ressaltam os processos decisórios inerentes à implementação, a partir de coalizões (Sabatier, 1988).

Na literatura mais recente, estudos tentam avançar em direção às conexões das fases de implementação e avaliação de políticas (Lima & D’Ascenzi, 2019); nas vicissitudes decorrentes de problemas não previstos na formulação e que se tornam obstáculos a serem contornados no momento da implementação (Silva & Melo, 2000); ou na proposição de modelos de análise expandida pautados no dilema entre controle e discricionariedade de agentes implementadores no nível de rua (Tummers

& Bekkers, 2014; Bonelli et al. 2019; Nothdurfter & Herman, 2018; Thomann & Van Engen; Thomann, Van Engen & Tummers, 2018; Lima-Silva et al., 2020).

Ainda de acordo com os avanços da literatura mais recente, o debate sobre a fase de implementação de políticas públicas tem se desenvolvido em torno de questões emergentes em pesquisas no campo da administração pública e da gestão social, tais como burocracia de nível rua e sua relevância para a efetividade do processo de implementação (Oliveira, 2012; Lipsky, 2019; Lotta, 2019), capacidades estatais e percepção de desempenho de políticas implementadas (Evans, 2003; Pires & Gomide, 2016; Gomide, Machado & Albuquerque, 2021; Haque, Ramesh & Puppim de Oliveira, 2021), coordenação de redes, descentralização de políticas e governança pública (Gontijo, 2012; Jaccoud & Vieira, 2020; Bichir, 2020).

Procedimentos metodológicos

Para o alcance do objetivo deste artigo, apresenta-se uma revisão sistemática da literatura sob recomendação Prisma (Moher et al., 2009). Como fonte de dados, escolheu-se a *Web of Science (WoS)*, base internacional de confiabilidade que reúne estudos de vários países (Bar-Ilan, 2008; Dzikowski, 2018; Rossetto et al., 2018).

Justifica-se a fonte escolhida por se tratar de uma base de acesso contínuo a informações multidisciplinares das mais prestigiosas revistas científicas de alto impacto no mundo (Bar-Ilan, 2008). Frequentemente utilizada, a *WoS* contém um conjunto de dados de cada referência, o que permite a manipulação em softwares de pesquisa bibliométrica e posteriores análises advindas desse tipo de pesquisa, a exemplo da análise de cocitação (Rossetto et al., 2018).

A busca se deu com o termo “*public polic* implementation*” nos tópicos dos estudos (títulos, resumos, palavras-chaves do autor e *keyword plus*, que são as palavras-chave recorrentes nos textos). O asterisco (*) refere-se às variações de singular e plural que o construto pode adotar (-y ou -ies). Após a busca, que retornou 123 estudos de diversos tipos, foram filtrados 91 estudos no formato de artigo, que foram reduzidos a 85 artigos com a eliminação de artigos ainda não publicados (*early access*). Esses 85 artigos preliminarmente elegíveis para a pesquisa geraram a historiografia, a coocorrência de palavras-chave e a cocitação de autores da temática em uma primeira etapa.

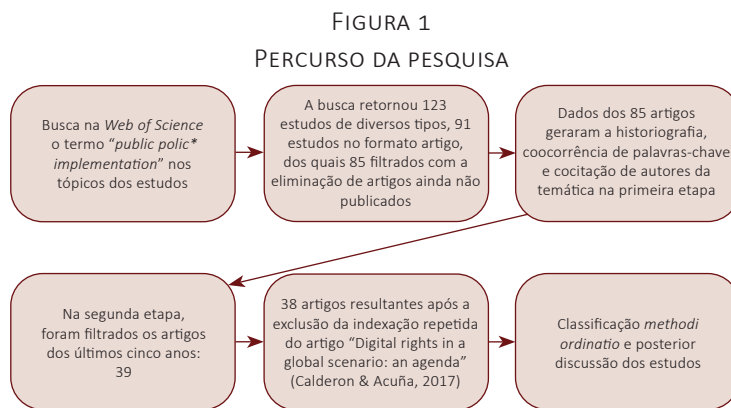
Na segunda etapa, buscando uma maior delimitação de estudos para análise, foram selecionados apenas os artigos dos últimos cinco anos, resultando em 39 artigos. Tal delimitação teve por propósito a análise da produção internacional recente sobre o tema. Definiu-se um conjunto de 38 artigos a partir da exclusão da indexação

repetida do artigo “Privacidad y derechos digitales en el escenario global: EPU 2016 y el caso ecuatoriano” (Calderon & Acuna, 2017b). Logo após, utilizou-se a *methodi ordinatio*, ferramenta metodológica que classifica estudos por meio do ano de publicação e do número de citações deles e do fator de impacto do periódico que o veiculou (Pagani; Kovaleski & Resende, 2015), na fórmula:

$$\text{InOrdinatio} = \frac{F_i}{1000} + \alpha * [10 - (\text{AnoPesq} - \text{AnoPub})] + \sum C_i$$

F_i é o valor do fator de impacto (*Journal Citation Report – JCR*), fornecido em relatório da base utilizada; α (atribuído pelo pesquisador) reflete o impacto do ano de publicação (que varia de 1 a 10); *AnoPesq* é o ano de execução da busca do estudo; *AnoPub* o ano em que o estudo foi publicado; e C_i o número de citações do estudo.

Na Figura 1, segue o percurso descrito.



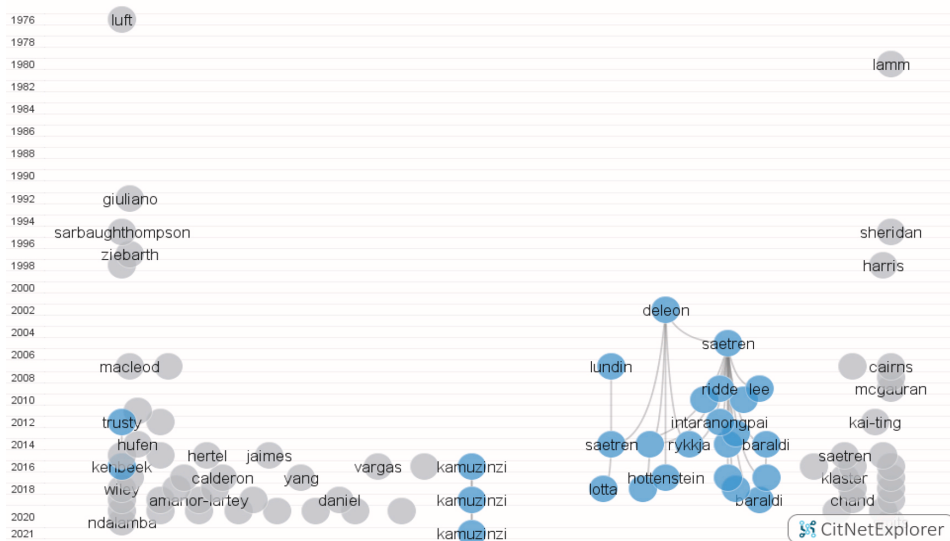
Fonte: elaborada pelos autores.

Com o portfólio teórico definido, procedemos a uma análise da historiografia das principais publicações já existentes no campo, para uma descrição das principais redes de cocitação de autores, bem como de coocorrência de palavras-chave. Na sequência, apresentamos o panorama bibliométrico com o conjunto de artigos selecionados que embasaram a revisão sistemática da literatura mais recente, cuja análise é aprofundada na seção de discussão.

Resultados

No recorte de estudos analisado, o artigo de Harold Luft (1976), “Benefit-cost analysis and public policy implementation: from normative to positive analysis”, que explora a relação entre custo-benefício e implementação de políticas públicas, foi o pioneiro sobre a temática. A partir da historiografia do campo, é possível ir até

FIGURA 2
HISTORIOGRAFIA DE ESTUDOS
SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Fonte: Elaborado com auxílio do software VOSViewer (2021).

as novas redes de *core publications*, que são aquelas que apresentam as relações mais fortes entre todos os autores.

Por se tratar de um tema multidisciplinar, percebe-se que as pesquisas sobre implementação de políticas públicas permitem diversas frentes de abordagem, e aparecem em vários países do mundo. Na Figura 2, os círculos azuis apresentam os chamados *core publications*, artigos mais fortes devido às suas fortes relações de proximidade.

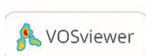
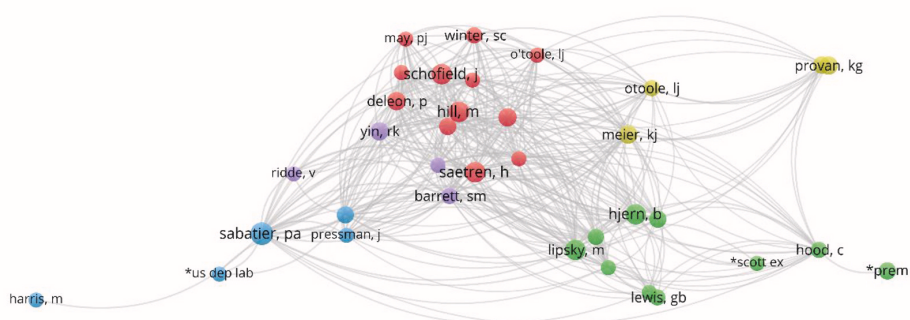
Destacam-se os estudos de Masengesho Kamuzinzi (2016; 2021) e Masengesho Kamuzinzi e Jules Rubyutsa (2019) que discutem sobre o “imihigo”, um conceito que reflete a organização da sociedade – aldeia, município ou distrito – para o estabelecimento de metas e os prazos necessários para a consecução dos objetivos em uma espécie de contrato de desempenho criado pelo povo daquela localidade para a satisfação de suas próprias necessidades.

Importa também destacar a emergência de estudos e autores brasileiros sobre o tema. Gabriela Lotta (2012; 2020) e Gabriela Lotta et al. (2018) discutem, respectivamente, os implementadores de políticas públicas e usuários, especificamente na saúde, e uma agenda brasileira de pesquisas sobre implementação de políticas

públicas, que estão principalmente voltadas aos desafios do federalismo brasileiro, à implementação em contextos de heterogeneidade e desigualdades, ao impacto da publicização de serviços, aos processos participativos e à intersectorialidade (Lotta et al., 2018).

Além dos estudos historicamente mais relevantes no recorte utilizado, importa analisar os trabalhos que fundamentam esses estudos, que formam as redes de cocitação. Analisar essas redes fornece um suporte teórico indispensável para a construção fundamentada de novos trabalhos. Eles envolvem autores que realizam desde as discussões temáticas até os principais métodos utilizados pelos trabalhos sobre implementação de políticas públicas, como é possível observar na Figura 3.

FIGURA 3
COCITAÇÃO DE AUTORES



Fonte: Elaborado com auxílio do software VOSviewer (2021).

Assim, as redes de cocitação mostram o quanto a literatura está condensada em torno de vários trabalhos (e de determinados autores). Na Figura 3, o tamanho dos nós indica o número de citações dos referidos trabalhos. As diferentes cores indicam os principais *clusters* em que os autores se citam entre si.

A partir de uma breve análise da Figura 3, tem-se como autores mais citados conjuntamente: “Robert Yin”, demonstrando a recorrência do estudo de caso enquanto estratégia de pesquisa utilizada; “Paul Sabatier”, como um dos principais teóricos sobre o assunto; e “Peter DeLeon”; o artigo DeLeon e DeLeon (2002) foi o mais citado no recorte (165 citações), servindo de referência para várias pesquisas do campo.

Peter DeLeon e Linda DeLeon (2002) escreveram um texto seminal sobre as gerações de estudos em políticas públicas, apontando estudos de primeira geração, fortemente marcados por uma orientação *top-down* e prescritiva; estudos de segunda geração, receptivos à perspectiva *bottom-up* de implementação e ao debate sobre burocracia de rua no processo de implementação, neste caso, com destaque para o também seminal de Michael Lipsky (1980) e estudos de terceira geração, que revelam um caráter integrativo, com o uso de teorias alternativas ou modelos sintéticos da literatura de implementação em políticas públicas.

Christopher Ham e Michael Hill (1993) também compõem parte da literatura fundamental sobre a temática da implementação ao fazerem uma análise sobre “o processo de elaboração de políticas públicas no Estado capitalista moderno”. Título do livro em que apontam contribuições do campo de estudo das teorias organizacionais à análise de políticas públicas e propõem um encadeamento de vários níveis teóricos de análise que serve como guia para outros contextos de pesquisa.

Paul Sabatier é um dos importantes autores a fazerem contribuições teóricas integrativas por meio de uma análise crítica a respeito das abordagens *top-down* e *bottom-up* (Sabatier, 1986). O modelo de coalizões de defesa referenciado em Sabatier (1988) e Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (1993) também amplia as possibilidades de análise do processo de implementação de políticas públicas e ressalta a capacidade explicativa desse modelo sobre mudanças que ocorrem em tal processo.

Ao avançar no panorama geral, observa-se que a implementação de políticas públicas tem sido estudada em diversas frentes de pesquisa, com associação aos seguintes temas: governança, desenvolvimento sustentável, *e-government*, *street-level bureaucracy* (burocracia de nível de rua), políticas de saúde e a descentralização em todos os processos que envolvem as ações da administração pública, que serão descritos mais detalhadamente nas seções analíticas deste trabalho.

Uma breve análise da coocorrência de palavras-chave permite verificar que novos temas têm surgido em face do desenvolvimento de conceitos já importantes no campo de estudo. Por exemplo, a própria ideia de burocracia de rua, introduzida por Lipsky (1980) e recuperada em Lotta (2010; 2012; 2019; 2020) tem sido ampliada, quando associada à noção de discricionariedade administrativa, ou quando novos estudos desenvolvem noções como burocracia de nível intermediário, de alto escalão, de tela ou de sistema (Bush, 2020; Cardoso, 2020) etc. Conceitos como governança, performance e trabalho também ressaltam a natureza transversal das pesquisas na área.

Artigo	Abreviação do Periódico	Ano	JCR	Citações	InOrdinatio
Implementing public policy in a non-directive manner: capacities from an intermediary organization (Smits et al., 2020)	<i>Can J Public Health</i>	2020	2,448	1	46,00
An exploratory study into the understandings and awareness of leadership ethos and its inherent critical success factors by public sector officials in the Department of Trade and Industry (DTI) and the Ministry of the National Economy (Econat) (Ndalamba & Esau, 2020)	<i>Int J Public Admin</i>	2020	0,68	1	46,00
The implementation of emergency aid as an exceptional measure of social protection (Cardoso, 2020)	<i>Rev Adm Publ-Rio Jan</i>	2020	0,24	1	46,00
A public psychological pressure index for social networks (Zhang et al., 2020)	<i>Ieee Access</i>	2020	3,367	0	45,00
Integrating social learning into climate change adaptation public policy cycle: building upon from experiences in Brazil and the United Kingdom (Nicolletti, Maschietto & Moreno, 2020)	<i>Environ Dev</i>	2020	3,326	0	45,00
Health councils and dissemination of SUS management instruments: an analysis of portals in Brazilian capitals (Santos et al., 2020)	<i>Cienc Saude Coletiva</i>	2020	1,336	0	45,00
What makes a key player in interorganizational social policy networks? The case of Uruguay (Biosca & Galaso, 2020)	<i>Int J Public Admin</i>	2020	0,68	0	45,00
Crafting or mass-producing decisions: technology as professional or managerial imperative in public policy implementation (Busch, 2020)	<i>Inform Polity</i>	2020	0,55	0	45,00
Implementation challenges in public policies towards indigenous peoples: the impact of health policies in urban contexts (Huencho et al., 2020)	<i>J Intercult Stud</i>	2020	0,4	0	45,00
Categorizing easy and difficult users: everyday practices of public policy implementation and the production of social differences (Lotta & Pires, 2020)	<i>Dados-Rev Cienc Soc</i>	2020	0,357	0	45,00
Caracterização ambiental, uso e ocupação do solo entre os anos de 1985 e 2015, em região no sul do estado de Goiás (Carneiro, Martins & Guilherme, 2020)	<i>Geoambiente On-Line</i>	2020	0,05	0	45,00
Population structure of <i>Pseudomonas aeruginosa</i> through a MLST approach and antibiotic resistance profiling of a Mexican clinical collection (Castaneda-Montes et al., 2018)	<i>Infect Genet Evol</i>	2018	3,342	9	44,00
Addressing the undergraduate internship challenge in developing countries. A learning-by-doing project-based online internship model (Chand & Deshmukh, 2019)	<i>Educ Train</i>	2019	2,275	3	43,00
The intersection of nonprofit roles and public policy implementation (Daniel & Fyall, 2019)	<i>Public Perform Manag</i>	2019	2,745	2	42,00
When tradition feeds on modern accountability mechanisms in public policy implementation. The case of Imihigo in Rwanda (Kamuzinzi & Rubyutsa, 2019)	<i>Public Perform Manag</i>	2019	2,745	2	42,00
The role of central government and local government and the moderating effect of good governance on forest fire policy in Indonesia (Panjaitan et al., 2019)	<i>Benchmarking</i>	2019	0,85	2	42,00
Public policy implementation and basic sanitation issues associated with hydroelectric projects in the Brazilian Amazon: Altamira and the Belo Monte dam (Gauthier & Moran, 2018)	<i>Geoforum</i>	2018	3,901	5	40,00

Artigo	Abreviação do Periódico	Ano	JCR	Citações	InOrdinatio
When megaprojects meet archaeology: a research framework and case study from Yenikapi, Istanbul (Baraldi, Shoup & Zan, 2019)	<i>Int J Cult Policy</i>	2019	1,533	0	40,00
The human capital model or location! location! location!? The gender-based wage gap in the federal civil service (Mani, 2019)	<i>Gend Issues</i>	2019	0,52	0	40,00
Aplicando o quadro de referência para análise jurídica de políticas públicas: a implementação do programa Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1, no município de São Paulo (Chilvarquer, 2019)	<i>Rev Estud Inst-Braz</i>	2019	0,24	0	40,00
A model of saints, wizards and demons: the dynamics of public policy implementation (Amanor-Lartey, 2019)	<i>Ghana Soc Sci J</i>	2019	0,05	0	40,00
Meet the local policy workers: implementation of health promotion guidelines in Denmark (Wimmelmann, Vallgarda & Jensen, 2018)	<i>Public Policy Admin</i>	2018	3,386	3	38,00
Compassionate bureaucracy: assuming the administrative burden of policy implementation (Wiley & Berry, 2018)	<i>Nonprof Volunt Sec Q</i>	2018	3,142	3	38,00
Balancing relations and results in regional networks of public-policy implementation (Klaster, Wilderom & Muntslag, 2017)	<i>J Publ Adm Res Theor</i>	2017	7	7	37,01
Challenges in national-level tourism strategy implementation- a long-term perspective on the New Zealand tourism strategy 2015 (Albrecht, 2017)	<i>Int J Tour Res</i>	2017	3,791	6	36,00
Attitudes towards citizen participation in the local decision-making process: a comparative analysis (Jurliina Alibegović & Slijepčević, 2018)	<i>Drus Istraz</i>	2018	0,391	1	36,00
For a Brazilian agenda of policy implementation studies (Lotta et al., 2018)	<i>Rev Serv Publico</i>	2018	0,05	1	36,00
Regulatory interpretation: regulators, regulated parties, and the courts (Randolph & Fetzner, 2018)	<i>Bus Polit</i>	2018	1,1	0	35,00
Conectividad rural y cambio social: los Infocentros Comunitarios en el Ecuador (Calderon & Acuña, 2017a)	<i>Rev Publicando</i>	2017	0	1	31,00
Deviations from China's school football policies during the implementation process: signs, causes, and countermeasures (Yang & Tang, 2017)	<i>Int J Hist Sport</i>	2017	0,648	0	30,00
Municipal leadership of climate adaptation negotiations: effective tools and strategies in Houston and Fort Lauderdale (Williams, Green & Kim, 2017)	<i>Negotiation J</i>	2017	0,409	0	30,00
Public policy implementation: lessons for the design. analysis of cases of public management modernization and health care reform in Chile (Gambi, 2017)	<i>Rev Clad Reforma Dem</i>	2017	0,213	0	30,00
Protecting the teaching and learning environment: a hybrid model for human subject research public policy implementation (Hottenstein, 2017)	<i>J Res Admin</i>	2017	0,12	0	30,00
Privacidad y derechos digitales en el escenario global: EPU 2016 y el caso ecuatoriano (Calderon & Acuña, 2017b)	<i>Rev Publicando</i>	2017	0	0	30,00

Fonte: elaborado pelos autores.

Com a aplicação da *methodi ordinatio*, 38 artigos apresentaram uma delimitação relevante para este estudo. A metodologia foi aplicada com o sentido de selecionar estudos mais relevantes, no intuito de realizar um aprofundamento analítico,

buscando apontar percursos e tendências para futuras pesquisas sobre o tema em questão. Após a escolha dos artigos mais recentes, a classificação dos estudos não excluiu nenhum artigo (não houve nenhum artigo com índice *InOrdinatio* negativo), preservando o número de 38 estudos eleitos.

Os escritos apresentam vários métodos e enfoques, cujos temas puderam ser organizados em: atores envolvidos na implementação de políticas públicas; redes em implementação de políticas públicas; tecnologias de informação e comunicação; organizações sem fins lucrativos; implementação de políticas públicas de educação; implementação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente natural; implementação de políticas públicas voltadas à assistência social; e implementação de políticas públicas de saúde, bem como outros temas transversais.

Discussão

Atores envolvidos na implementação de políticas públicas

Estudos sobre os atores envolvidos na implementação de políticas públicas apresentam modelos de categorização do papel exercido por eles e suas implicações, bem como discussões que ressaltam a importância de traços específicos presentes em determinados atores, sejam implementadores ou usuários (público-alvo) de políticas públicas.

Sob a perspectiva dos implementadores, Ken Kalala Ndalamba e Michelle Esau (2020) examinam compreensões de líderes de diferentes níveis gerenciais do setor público sobre o “*ethos* de liderança” e seus respectivos fatores críticos de sucesso. Já Ebenezer Amanor Lartey (2019) apresenta um modelo de “santos, magos e demônios” para avaliar os papéis dos *stakeholders* envolvidos no processo de implementação, sendo os “santos”, representados por aqueles que desempenham papel de reformadores ativos do governo, os “magos”, representados por analistas de políticas públicas, com competências para disponibilizar informações relevantes e confiáveis do processo de implementação, e os “demônios” por grupos antagônicos ou letárgicos ao ciclo de políticas públicas. Estes últimos são os que atrapalham o trabalho de santos e magos e obstruem ou corrompem os processos que levariam a políticas bem sucedidas. Adiciona ao modelo o conceito de sistema, definido como o contexto político, social e econômico dentro do qual o ciclo de políticas públicas se encontra situado.

O texto de Kamuzinzi e Rubyutsa (2019), por sua vez, aborda uma discussão em torno da responsabilização de atores implementadores, dentro da tradicional abor-

dagem do “Imihigo”, em Ruanda, na África. O artigo propõe a análise de como este tipo de responsabilização se posiciona vis-à-vis à responsabilização burocrática, aos pares e à democracia na implementação de políticas. O termo “Imihigo”, advindo de tempos pré-coloniais, é tradicionalmente associado à bravura para superar desafios nacionais, a “compromissos coletivos” compartilhados por um grupo de atores (afetados por um problema específico) para alcançar resultados excepcionais ou enfrentar a vergonha pública em caso de fracasso, ou mesmo a uma ferramenta de inovação que amplie a criatividade de uma comunidade em busca de novas soluções para novos problemas.

Dos estudos relacionados à perspectiva dos atores beneficiários de políticas, observa-se uma recorrência de artigos que enfatizam a importância da participação social no processo de implementação.

Dubravka Jurlina Alibegović e Sunčana Slijepčević (2018), mediante pesquisa empírica sobre o envolvimento de cidadãos em processos de tomada de decisão por deliberação, da perspectiva de vereadores de municipalidades de 16 países europeus, chamam atenção para a relevância da participação cidadã em modelos de governança pública. As autoras indicam que tal participação pode conduzir à melhoria no atendimento de necessidades dos usuários, mais qualidade e eficiência no uso de recursos públicos para a prestação de serviços públicos.

Já em Florencia Almansi, Jorge Martín Motta e Jorgelina Hardoy (2020), acompanha-se o progresso de experiências de integração só-urbana da Villa 20, um assentamento informal localizado na parte sul da cidade de Buenos Aires. Neste texto, destaca-se como o tratamento de problemas urbanos complexos por meio da participação do cidadão contribui para melhorar a governança urbana, e para o fornecimento de respostas abrangentes capazes de garantir a sustentabilidade de longo prazo das mudanças introduzidas.

Por fim, o trabalho de Gabriela Lotta e Roberto Pires (2020) situa-se entre ambas as perspectivas de atores envolvidos no processo de implementação para apontar práticas de categorização e julgamento dos usuários dos serviços no decorrer do processo, e descrever como as diferenças sociais penetram o mundo das políticas públicas. Com foco na atuação de agentes comunitários de saúde, o estudo mostra como a diferenciação social produzida por profissionais da burocracia de rua mescla elementos de natureza funcional com elementos morais associados a uma avaliação sobre a (in)adequação do comportamento dos beneficiários de serviços de saúde, potencializando implicações para dinâmicas mais amplas de reprodução de desigualdades sociais.

Redes em implementação de políticas públicas

Alguns estudos abordam a implementação que distingue a articulação de redes constituídas por configurações regionais ou interorganizacionais, suas relações e os desafios de governança a elas inerentes. Percebe-se que a temática das redes se encontra por vezes associada a abordagens multisetoriais ou sistêmicas na implementação de políticas públicas.

Olga Biosca e Pablo Galaso (2020) tratam do papel de organizações envolvidas com redes de implementação de políticas sociais multisetoriais no Uruguai. A natureza do financiamento (público ou privado) e as atribuições de atividades dessas organizações determinam sua influência e importância dentro dessas redes. Também apontam que a posição da organização depende do nível de intensidade de suas interações dentro da rede.

Em Esther Klaster, Celeste Wilderom e Dennis Munstlag (2017), é abordada a tensão entre os objetivos de curto prazo e a intenção de estabelecimento de relações duradouras em redes regionais de políticas públicas de educação e emprego na Holanda. Os resultados obtidos revelam que tais tensões estão especialmente presentes em redes mais jovens, uma vez que as mais maduras tendem a demonstrar maior equilíbrio na relação entre alcance de metas e relacionamentos dentro da rede. A governança da rede também é pontuada como um quesito fundamental nesse processo; aquela que dispunha de uma organização administrativa com papel puramente facilitador demonstrou melhor desempenho em ambos os aspectos.

Em relação à menção de desafios inerentes à gestão de redes, Julia Albrecht (2017) realiza um estudo pautado em análises de trabalhos anteriores sobre implementação de estratégia de turismo para avaliar as redes de partes interessadas na implementação da “Estratégia de turismo da Nova Zelândia 2015”. O artigo oferece contribuições explicativas sobre dilemas relacionados ao tipo e número de partes interessadas envolvidas na implementação da estratégia desse tipo de política e sobre questões sistêmicas inerentes à colaboração do setor público-privado.

Kamuzinzi (2021), por sua vez, debruça-se novamente sobre o sistema de implementação de políticas públicas em Ruanda, país africano com recursos escassos e que se inspirou na tradição do “Imihigo” para facilitar a coordenação de iniciativas políticas diversificadas e superar barreiras burocráticas de desempenho relativas ao gerenciamento de redes complexas.

Já Gregory Randolph e James Fetzner (2018), foi utilizada literatura sobre implementação de políticas públicas e pesquisas sobre redes para explorar os desafios inerentes à interpretação e a iniciativas regulatórias. Tecem considerações a respeito de entidades regulatórias, partes reguladas e o sistema de tribunais.

Tecnologias de informação e comunicação

Alguns estudos destacam o papel desempenhado pela tecnologia e sua influência sobre o processo decisório na implementação de políticas públicas. Nessa concepção, tecnologias de informação e comunicação podem ser entendidas como instrumentos mediadores, facilitadores, ou mesmo como elementos que contextualizam situações em que a implementação de determinadas políticas demanda medidas regulatórias.

Peter Busch (2020) realiza entrevistas com profissionais denominados “burocratas de nível da tela” na Noruega – trabalhadores do serviço público cujo trabalho é consideravelmente influenciado por ferramentas digitais. Para os sete subestágios da implementação identificados, são descritos os principais impactos da tecnologia sobre as normas profissionais e os objetivos gerenciais dos entrevistados.

María José Calderon e Javier Acuña (2017a) analisam o impacto do uso extensivo de tecnologias de comunicação no espaço rural equatoriano. Os autores realizam uma análise das políticas desenvolvimentistas e sua correlação ao desenvolvimento social no país na última década. Dentro dessa perspectiva, analisam a disseminação da conectividade a partir de infocentros comunitários, as políticas públicas de difusão digital no país, bem como o papel de agências estatais de controle das telecomunicações e a criação do Ministério de Telecomunicação na implementação de políticas regulatórias relativas à nova lei especial de telecomunicações.

O trabalho de Hong-Li Zhang e equipe (2020) se volta à compreensão da opinião pública por meio de índices de avaliação quantitativos e métodos de computação social de análise de redes sociais. Os autores propõem o conceito de índice de pressão psicológica pública e seu método de cálculo, aplicando-o, ao final do artigo, a uma seleção de nove eventos públicos ocorridos entre julho e agosto de 2012 na China. O texto indica que a análise da opinião pública por meio de dados de redes sociais traz contribuições importantes em vários campos, incluindo ciência política, economia, comércio, finanças, comércio internacional, implementação de políticas públicas etc.

Por fim, em torno do debate sobre vigilância estatal e uso de dados de usuários, e da implementação de políticas regulatórias, Calderon e Acuña (2017b) fazem uma descrição da situação global face aos dilemas sobre privacidade em fóruns internacionais para o caso do Equador, e como o país encontra-se situado na agenda global.

Organizações sem fins lucrativos

Também é possível identificar artigos que fazem apontamentos interessantes sobre implementação de políticas públicas de alguma forma relacionadas ao trabalho desenvolvido por organizações sem fins lucrativos. Tais artigos situam a discussão sobre implementação de modo a ressaltar peculiaridades referentes à prestação de serviços pelo terceiro setor.

Jamie Daniel e Rachel Fyall (2019) apresentam uma visão geral da prática de implementação de políticas por meio da prestação de serviços sem finalidade lucrativa, abordando funções em torno de quatro tópicos: simultaneidade de funções sem fins lucrativos, assimetria perceptiva de implementação de políticas ou de entrega de serviços, funções sem fins lucrativos ao longo do tempo e participação na rede.

Kimberly Wiley e Frances Berry (2018), por sua vez, analisam como organizações sem fins lucrativos, ao implementarem políticas públicas sob a forma de certos serviços públicos, absorvem os custos da prestação de contas, e a conformidade com a qual essas organizações respondem a medidas burocráticas e exigências de relatórios requeridos por entidades públicas financiadoras. O estudo foi pautado em entrevistas realizadas com líderes de organizações sem fins lucrativos relacionadas à defesa contra violência doméstica nos Estados Unidos, dependentes de financiamento público.

Implementação de políticas públicas de educação

Três dos artigos elencados dedicam-se a análises sobre implementação de políticas públicas no campo da educação. Nestes estudos, estuda-se desde o âmbito escolar até o nível superior.

Chengwei Yang e Yan Tang (2017) analisam a implementação de políticas públicas de futebol escolar, vinculadas a uma estratégia nacional para desenvolvimento do esporte na China, e os principais desvios de implementação identificados. Vijaya

Chand e Ketan Deshmukh (2019) tratam das dificuldades enfrentadas para encontrar oportunidades adequadas de estágio no ensino superior, sobretudo em países em desenvolvimento, e apresentam um modelo de estágio on-line capaz de estimular os estudantes a se engajarem em projetos de aprendizagem reflexiva. O modelo aborda, na perspectiva dos autores, uma barreira fundamental na implementação de políticas relativas a tecnologias de informação e comunicação na educação pública – a escassez de conteúdo audiovisual em línguas locais.

Por último, Kristi Hottenstein (2017) discute o papel de Conselhos de Revisão Institucional (IRB) em pesquisas de nível de graduação financiadas pelo governo federal envolvendo seres humanos. O estudo de caso buscou analisar como regulamentos são implementados por um IRB em uma instituição onde esse tipo de pesquisa constitui parte significativa da experiência de graduação de estudantes do centro-oeste norte-americano.

Implementação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente natural

Dos artigos dedicados à análise da implementação de políticas relacionadas ao meio ambiente natural, verifica-se a incidência de estudos sobre a conservação de recursos que podem ser caracterizados como bens públicos, assim como uma preocupação recorrente com mudanças climáticas globais. Percebe-se que os artigos tratam tanto de abordagens locais quanto de análises comparativas. Além disso, também se observa que temáticas referentes à implementação de políticas públicas para o meio ambiente natural são objeto de investigação em contextos brasileiros diversos.

Dentre as pesquisas que abordam o contexto nacional, o texto de Steffan Carneiro, Alécio Martins e Frederico Guilherme (2020) objetivou avaliar as alterações ambientais em variáveis do meio físico, em um intervalo de 30 anos, nos municípios de Aporé e Itajá, na mesorregião sul goiana.

Já em outra pesquisa, por meio da análise das políticas nacionais (Política Nacional de Recursos Hídricos e Lei Federal de Saneamento Básico) e do uso de informações publicamente disponíveis, Cristina Gauthier e Emilio Moran (2018) analisam como algumas práticas de saneamento básico associadas a projetos hidrelétricos na Amazônia revelam questões que podem impactar o meio ambiente e a saúde pública da população. Neste estudo, os autores apontam que as condições exigidas e ditas pelas políticas nacionais discutidas diferem da realidade local e parecem estar desconectadas. Identificam, ainda, uma série de discrepâncias entre a realidade de Altamira e as políticas públicas nacionais existentes no Brasil.

Mariana Nicolletti, Fernanda Maschietto e Thais Moreno (2020), por fim, fazem um estudo de caso múltiplo, abrangendo 18 experiências do Reino Unido e do Brasil, para discutir contribuições da aprendizagem social para questões de governança socioambiental e políticas públicas relacionadas a problemas perversos, como mudanças climáticas.

Dentre os artigos que abordam contextos internacionais, Raffles Panjaitan e equipe (2019) avaliam a relação entre a boa governança e a política de gestão de incêndios florestais na Indonésia. Já Adam Loch, Sarah Wheeler e Claire Settre (2018) se dedicam a investigar os impactos dos custos de transação sobre o sucesso ou o fracasso da implementação de políticas relacionadas ao comércio de água na Austrália.

Por fim, o texto de Mark Williams, Alex Green e Ella Kim (2017) descreve estratégias e táticas adotadas em âmbito municipal nos Estados Unidos – em Houston, Texas, e Fort Lauderdale, Flórida –, objetivando identificar quais métodos os líderes dessas cidades empregaram para conduzir negociações a fim de implementar políticas de adaptação ao clima e avaliar se tais métodos foram eficazes.

Implementação de políticas públicas voltadas à assistência social

Os dois artigos sobre a temática da assistência social dedicam-se à análise de programas sociais específicos e remetem à implementação de políticas no contexto brasileiro. Cardoso (2020) faz uma análise sobre o processo de implementação do Auxílio Emergencial face às consequências trazidas pela pandemia do coronavírus (Covid-19) para as parcelas mais vulneráveis da população, dentre as quais os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou cidadãos que já tinham algum tipo de relacionamento com políticas de assistência social. O texto aborda, no âmbito do arranjo estabelecido pelo Ministério da Cidadania (MC), as estratégias para identificação dos públicos-alvo, os conceitos de burocracia de rua, de tela e de sistema para discorrer sobre a implementação do auxílio.

Por sua vez, Chilvarquer (2019) apoia-se em um quadro de referência para análise jurídica de políticas públicas, para fazer uma análise da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 na cidade de São Paulo entre os anos de 2009 e 2018. O estudo visa contribuir para o desenvolvimento da abordagem do direito e das políticas públicas, indicando ganhos analíticos e dificuldades na utilização do método para outros pesquisadores do campo.

Implementação de políticas públicas de saúde

Em comparação às outras temáticas, os artigos que versam sobre implementação de políticas no campo da saúde pública demonstram relativa coesão em relação aos objetivos de pesquisa propostos. De maneira geral, em um primeiro plano, aproveitam-se do caso de uma política pública de saúde específica para analisar como ocorre o processo de implementação, considerando, por exemplo, fatores como coparticipação social, publicização e monitoramento de dados, uso de diretrizes, intermediação no processo de implementação e contextos de diversidade. Em um segundo plano, pode-se apontar artigos que buscam analisar como resultados característicos do processo de implementação podem vir a contribuir para um melhor desenho da política em si.

No primeiro plano, pode-se citar o trabalho de Christiane Santos e equipe (2020), que destaca o papel dos Conselhos de Saúde enquanto espaços de coparticipação na atuação, planejamento e controle da execução de políticas públicas. Os autores buscaram investigar como os portais das prefeituras das capitais brasileiras têm divulgado seus Conselhos de Saúde e em que medida cumprem o disposto na legislação quanto à publicização dos respectivos instrumentos necessários para análise, monitoramento e acompanhamento da política de saúde. Já Pernelle Smits e equipe (2020) descrevem um conjunto de capacidades críticas de uma organização em um contexto de intermediação de implementação *top down* de uma política pública de saúde na província de Quebec, no Canadá.

Ao investigar o referido contexto de implementação, coube à organização intermediadora integrar as instruções advindas da lei referente à política de saúde a ser implementada à realidade advinda da base dos trabalhadores do sistema de saúde junto à população. Os autores apontam para capacidades que podem vir a permitir aos governos disponibilizarem um estoque de recursos a fim de apoiar outros contextos de implementação ou reformas.

Ainda no plano dos estudos que se preocupam em uma melhor compreensão do processo de implementação, Camilla Wimmelmann, Signild Vallgård e Anja Jensen (2018) observam variações nas estratégias de implementação de diretrizes em políticas de saúde, com base em estudos realizados mediante entrevistas e observações em municípios dinamarqueses e, introduzindo os conceitos de “tradução” e “interiorização” para compreender como e por que indivíduos que trabalham nas mesmas posições e recebem as mesmas diretrizes, implementam-nas de formas diferentes.

Por sua vez, Verónica Huencho e equipe (2020) investigam como políticas de saúde pública indígena são implementadas em contextos de diversidade. O estudo de caso é relativo à área urbana no Chile, a partir da realização de entrevistas com gestores, profissionais de saúde, lideranças indígenas e usuários que desempenharam um papel em diferentes estágios do processo de implementação do Programa Especial de Saúde para os Povos Indígenas.

No plano de estudos voltados para a compreensão de resultados de certas políticas (ou de suas falhas), pode-se citar o texto de F. Castañeda-Montes e equipe (2018), que realiza investigações sobre patógenos de uma coleção clínica da Cidade do México, juntamente com um perfil de resistência a antibióticos de microbiologia clássica. Este trabalho abre espaço para reflexões sobre as causas que tornam os países menos desenvolvidos *hotspots* de resistência aos antibióticos, considerando-se aspectos multifatoriais de um contexto sociopolítico que inclui o modelo de implementação de políticas públicas e a fiscalização em relação ao acesso a antibióticos nesses países.

Outros temas

Neste último tópico, elencam-se os artigos que versam sobre outras temáticas, distintas entre si, e que não se repetem em estudos anteriores. Pontua-se que alguns destes artigos dizem respeito a temáticas transversais – como gênero no universo de trabalho – ou interdisciplinares, como gestão de projetos.

Bonnie Mani (2019), por exemplo, usa o Modelo de Capital Humano para fazer uma análise sobre diferenças salariais baseadas em gênero. O estudo de caso é relativo a funcionários públicos federais dos Estados Unidos, e foi realizado mediante dados de acesso público do Escritório de Gestão de Pessoas do governo, obtidos em 2014. A pesquisa revela existir espaço para melhorias nas políticas públicas implementadas no país com intuito de mitigar diferenças salariais entre homens e mulheres.

Sara Baraldi, Daniel Shoup e Luca Zan (2019) investigam escavações de resgate, em Yenikapı, Istambul, em uma abordagem de pesquisa baseada em fenômenos para a gestão de projetos de patrimônio arqueológico e cultural. A estrutura analítica utilizada pelos autores – Cadeia do Patrimônio e Análise do Desempenho da Conduta da Estrutura – destaca o papel crucial da adoção de práticas (ou estratégias emergentes) na implementação de políticas públicas. O caso também destaca como o ambiente jurídico incerto da Turquia para a arqueologia de resgate levou a soluções emergentes e *ad hoc* de gerenciamento e financiamento que mesclam o envolvimento estatal e privado de maneira inovadora por meio de terceirização de vários níveis.

Angela Park, Rachel Krause e Richard Feiock (2019) utilizam a abordagem de análise de fronteira estocástica para avaliar a eficiência do uso de fundos do Energy Efficiency Conservation Block Grant (EECBG) em cidades dos Estados Unidos na implementação de programas de sustentabilidade, e o nível de influência da colaboração sobre os níveis de eficiência organizacionais.

Mauricio Gambi (2017), por sua vez, faz uma análise comparativa entre as escolas do federalismo norte-americano e as escolas que se debruçam em estudos comparativos, indicando como estes podem contribuir para aqueles da escola norte-americana. Ao longo do texto são apresentadas diferentes abordagens para tópicos comuns a ambas as escolas, incluindo descentralização, partidarismo político, representação, federalismo fiscal, relações intergovernamentais, *compliance* e implementação.

Por fim, Lotta e equipe (2018) propõem uma agenda de estudos no campo de implementação de políticas públicas à luz de análises das lacunas da literatura nacional e de correntes analíticas internacionais a respeito. A implementação é abordada sob diversas perspectivas e modelos analíticos, sendo ressaltadas, dentre as temáticas identificadas, pesquisas referentes a *accountability* e transparência, estruturas de governança, envolvimento de atores não estatais, burocracia, discricionariedade e autonomia, valores e comportamentos de burocratas, resultados de incentivos, estratégias de enfrentamentos de pressões, efeitos sociais da implementação etc.

Caminhos e tendências na produção científica sobre implementação de políticas públicas

Nesta seção, apresentamos caminhos, tendências e lacunas de pesquisas sobre implementação de políticas públicas, podendo servir à comunidade científica como bússola para o fomento de debates e teorizações no campo.

A prevalência de estudos de caso permite apontar a implementação de políticas públicas como fenômeno essencialmente teórico-empírico. Boa parte das pesquisas buscam analisá-lo sob a perspectiva de uma situação prática para propor teorizações ou sugestões referentes a distorções no processo.

A despeito da riqueza inerente à transversalidade da temática, percebe-se uma carência de teorizações com enfoques comparativos. Os artigos que se apoiam em modelos ou *frameworks* o fazem de forma pontual e não de forma a propor novas teorizações a partir de modelos sintéticos ou de abordagens integrativas.

Ao analisar o cenário bibliométrico da temática, observamos que os assuntos governança, desenvolvimento sustentável, *e-government*, *street-level bureaucracy* (burocracia de nível de rua), políticas de saúde e a descentralização de processos da administração pública inspiram de modo recorrente as pesquisas do campo. É possível inferir que o debate sobre esses assuntos têm ganhado relevância, tanto no âmbito acadêmico como no âmbito público e social, repercutindo, assim, em iniciativas de pesquisa que buscam captar a proeminência de novos fluxos decisórios, mais participativos, horizontais e intersetoriais no processo de implementação. Do mesmo modo que novos termos e conceitos ganham espaço na agenda de pesquisa científica, a complexificação das demandas sociais centradas nos usuários de serviços públicos tem requerido problematizações atualizadas e concernentes a tais demandas.

Por fim, percebe-se que uma parcela significativa dos temas (os que designam áreas consolidadas de cobertura em políticas sociais) evidencia a natureza setorial ainda pujante nos estudos sobre implementação. Os estudos que evidenciam esse traço tendem a preservar uma perspectiva estadocêntrica do processo de implementação e da política pública de forma geral, a qual, por muitas vezes, ainda é referenciada como ação ou programa necessariamente revestido do caráter imperativo de autoridade do poder público. Por outro lado, os demais temas mesclam perspectivas multicêntrica e estadocêntrica e ilustram muito bem como diversos atores podem estar inseridos dentro do debate da implementação de políticas.

Considerações finais

Este estudo analisou o percurso científico da implementação de políticas públicas. Utilizando a *methodi ordinatio* na construção do portfólio teórico para análise, direcionamos o entendimento do chamado “estado da arte” da temática às pesquisas que envolvem saúde, educação, meio ambiente natural, tecnologias de informação e comunicação, assistência social, redes, organizações sem fins lucrativos, atores e outros temas transversais à implementação de políticas públicas.

Uma observação pertinente ao agrupamento dos artigos é que, mesmo que categorizados sob temáticas distintas, é possível assumir que alguns trabalhos estejam conectados a mais de uma categoria. Em Busch (2020), por exemplo, o estudo focado em atores é limitado a dois tipos de profissionais do serviço público (juízes do Tribunal Distrital Norueguês e profissionais de um escritório de administração tributária da Noruega), ou seja, burocratas de nível de rua que lidam com tecnologias relativas a *e-government*. É relevante investigar como habilidades tecnológicas e treinamento influenciam o impacto tecnológico na implementação de políticas públicas.

Um segundo exemplo é o estudo realizado por Lotta e equipe (2018), que traz uma agenda de pesquisas destinadas à apropriação dos novos paradigmas do campo com aplicações na realidade complexa da implementação no contexto brasileiro e seus desdobramentos, sugerindo, dentre possibilidades temáticas a serem consideradas, os desafios do federalismo brasileiro, a implementação em contextos de heterogeneidade e desigualdades, o impacto da publicização de serviços, processos participativos e intersectorialidade.

Daniel e Fyall (2019) sugerem que pesquisas futuras podem se aprofundar nos temas identificados para responder a questões sobre intersecção das funções das organizações sem fins lucrativos e políticas públicas, bem como explorar aspectos diversos da multidimensionalidade dessas organizações. São várias as possibilidades de pesquisa sobre a implementação, uma vez que ela se traduz em processos passíveis de melhoria constante e aplicáveis em vários contextos. Desse modo, as discussões deste estudo trazem um panorama atual da área e podem direcionar várias pesquisas.

As contribuições teóricas e empíricas deste estudo são, respectivamente, a apresentação do cenário bibliométrico e o estado da arte com vista ao fomento da literatura sobre o tema e à compreensão de diversas aplicações do tema como inspiração para novos modelos baseados em experiências de vários países. Reforça-se que este artigo é fundamentado em um recorte da literatura, o que seria uma possível limitação. Contudo, modelos teóricos podem ser construídos a partir deste estudo, incentivando pesquisadores e atores de implementação de políticas públicas.

Referências

ALBRECHT, Julia Nina. Challenges in national-level tourism strategy implementation—a long-term perspective on the New Zealand tourism strategy 2015. *International Journal of Tourism Research*, v. 19, n. 3, p. 329-338, 2017.

ALMANZI, Florencia; MOTTA, Jorge Martín; HARDOY, Jorgelina. Incorporating a resilience lens into the social and urban transformation of informal settlements: the participatory upgrading process in Villa 20, Buenos Aires (2016-2020). *Environment and Urbanization*, v. 32, n. 2, p. 407-428, 2020.

AMANOR-LARTEY, Ebenezer Teye. A model of saints, wizards and demons: the dynamics of public policy implementation. *Ghana Social Science*, v. 16, n. 2, p. 140, 2019.

BARALDI, Sara Bonini; SHOUP, Daniel David; ZAN, Luca. When megaprojects meet archaeology: a research framework and case study from Yenikapi, Istanbul. *International Journal of Cultural Policy*, v. 25, n. 4, p. 423-444, 2019.

BAR-ILAN, Judit. Which h-index? – A comparison of WoS, Scopus and Google Scholar. *Scientometrics*, v. 74, n. 2, p. 257-271, 2008.

BICHIR, Renata. Agendas de reformas e descentralização de políticas: um balanço das trajetórias da saúde e da assistência social. In: CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; SILVA, Mauro Santos (Orgs.). *Reformas do Estado no Brasil: trajetórias, inovações e desafios*. Brasília; Rio de Janeiro: Cepal; Ipea, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10548>>.

BIOSCA, Olga; GALASO, Pablo. What makes a key player in interorganizational social policy networks? The case of Uruguay. *International Journal of Public Administration*, v. 43, n. 13, p. 1156-1168, 2020.

BONELLI, Francesco; FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo; COÊLHO, Denilson Bandeira; PALMEIRA, Jamili da Silva. A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas no Brasil: uma proposta de análise expandida. *Cad. Ebape.BR*, v. 17, n. especial, p. 800-816, Rio de Janeiro, Nov. 2019.

BUSCH, Peter André. Crafting or mass-producing decisions: Technology as professional or managerial imperative in public policy implementation. *Information Polity*, v. 25, n. 1, p. 111-128, 2020.

CALDERÓN, María José; ACUÑA, Javier. Conectividad rural y cambio social: los Infocentros Comunitarios en el Ecuador. *Revista Publicando*, v. 4, n. 11 (1), p. 190-207, 2017a.

CALDERÓN, María José; ACUÑA, Javier. Privacidad y derechos digitales en el escenario global: el examen periódico universal de Naciones Unidas y el Ecuador. *Revista Publicando*, v. 4, n. 12 (1), p. 59-67, 2017b.

CARDOSO, Bruno Baranda. The Implementation of Emergency Aid as an exceptional measure of social protection. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CARNEIRO, Steffan Eduardo Silva; MARTINS, Alécio Perini; GUILHERME, Frederico Augusto Guimarães. Caracterização ambiental, uso e ocupação do solo entre os anos de 1985 e 2015, em região no sul do estado de Goiás. *Geoambiente On-line*, n. 38, p. 62-83, 2020.

CASTAÑEDA-MONTES, F. J. et al. Population structure of pseudomonas aeruginosa through a MLST approach and antibiotic resistance profiling of a Mexican clinical collection. *Infection, Genetics and Evolution*, v. 65, p. 43-54, 2018.

CHAND, Vijaya Sherry; DESHMUKH, Ketan Satish. Addressing the undergraduate internship challenge in developing countries: A “learning-by-doing” project-based on-line internship model. *Education+ Training*, 2019.

CHILVARQUER, Marcelo. Aplicando o quadro de referência para análise jurídica de políticas públicas: a implementação do programa Minha Casa, Minha Vida, faixa 1, no município de São Paulo. *Revista Estudos Institucionais (REI)*, v. 5, n. 3, p. 1116-1141, 2019.

DANIEL, Jamie Levine; FYALL, Rachel. The intersection of nonprofit roles and public policy implementation. *Public Performance & Management Review*, v. 42, n. 6, p. 1351-1371, 2019.

DELEON, Peter; DELEON, Linda. What ever happened to policy implementation? An alternative approach. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 12, n. 4, p. 467-492, 2002.

DZIKOWSKI, Piotr. A bibliometric analysis of born global firms. *Journal of Business Research*, v. 85, p. 281-294, 2018.

EVANS, Peter. Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias [on-line]*, n. 9, p. 20-63, 2003.

GAMBI, Mauricio Olavarria. Public policy implementation: lessons for the design. analysis of cases of public management modernization and health care reform in Chile. *Revista Del Clad Reforma y Democracia*, n. 67, p. 95-124, 2017.

GAUTHIER, Cristina; MORAN, Emilio F. Public policy implementation and basic sanitation issues associated with hydroelectric projects in the Brazilian Amazon: Altamira and the Belo Monte dam. *Geoforum*, v. 97, p. 10-21, 2018.

GOMES, S. Sobre a viabilidade de uma agenda de pesquisa coletiva integrando implementação de políticas, formulação e resultados. In.: LOTTA, Gabriela. *Teorias e análises sobre a implementação de políticas públicas*. Brasília: Enap, 2019.

GOMIDE, Alexandre de Ávila, MACHADO, Raphael Amorim ALBUQUERQUE, Pedro Melo. Capacidade estatal e desempenho na percepção dos burocratas brasileiros: desenvolvimento e validação de um modelo de equações estruturais. *Cadernos Ebape.BR [on-line]*, v. 19, n. especial, 2021.

GONTIJO, José Geraldo Leandro. Coordenação, cooperação e políticas públicas: organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In.: Aurélio Pimenta de Faria (org). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2012.

HAQUE, M. Shamsul; RAMESH, M.; PUPPIM DE OLIVEIRA, José A.; GOMIDE, Alexandre de Avila. Building administrative capacity for development: limits and prospects. *International Review of Administrative Sciences*, v. 87, n. 2, p. 211-219, 2021.

HAM, Christopher; HILL, Michael. *The policy process in the modern capitalist State*. London: Harvester, 1993.

HARGROVE, Eerving C. *The missing link: implementation in social policy*. Washington, DC: Urban Institute, 1975.

HOTTENSTEIN, Kristi N. Protecting the teaching and learning environment: a hybrid model for human subject research public policy implementation. *Journal of Research Administration*, v. 48, n. 2, p. 26-36, 2017.

HUENCHO, Verónica Figueroa; FERNÁNDEZ, Cristian Lagos; HIZAUT, Mónica Manriquez; SANHUEZA, Jame Rebolledo. Implementation challenges in public policies towards indigenous peoples: the impact of health policies in urban contexts. *Journal of Intercultural Studies*, v. 41, n. 4, p. 405-423, 2020.

JACCOUD, Luciana B.; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Autonomia, integralidade e desafios de coordenação no SUS. In: JACCOUD, L. B. (Org.). *Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-005-9/cap2>>. Acesso em: 04 Maio 2022.

JURLINA ALIBEGOVIĆ, Dubravka; SLIJEČEVIĆ, Sunčana. Attitudes towards citizen participation in the local decision-making process: A comparative analysis. *Društvena Istraživanja: Časopis za opća Društvena Pitanja*, v. 27, n. 1, p. 155-175, 2018.

KAMUZINZI, Masengesho. When traditional principles bring coherence in complex networks management: the case of “Imihigo” in public policy implementation. *Policy Studies*, 2021.

_____. Imihigo: a hybrid model associating traditional and modern logics in public policy implementation in Rwanda. *International Journal of African Renaissance Studies-Multi-Inter-Transdisciplinarity*, v. 11, n. 1, p. 123-141, 2016.

KAMUZINZI, Masengesho; RUBYUTSA, Jules M. When tradition feeds on modern accountability mechanisms in public policy implementation. The case of “Imihigo” in Rwanda. *Public Performance & Management Review*, v. 42, n. 3, p. 632-656, 2019.

KLASTER, Esther; WILDEROM, Celeste P. M.; MUNTSLAG, Dennis R. Balancing relations and results in regional networks of public-policy implementation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 27, n. 4, p. 676-691, 2017.

LIMA, Luciana Leite; D’ASCENZI, Luciano. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. In.: LOTTA, Gabriela. *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 2019.

LIMA-SILVA, Fernanda; SANDIM, Tatiana Lemos; MAGRI, Giordano Morangueira; LOTTA, Gabriela. Street-level bureaucracy in the pandemic: the perception of frontline social workers on policy implementation. *Revista de Administração Pública [on-line]*, v. 54, n. 5, p. 1458-1471, 2020.

LIPSKY, Michael. *Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: Enap, 2019.

_____. *Street-level bureaucrats*. Nova York: Russel Sage, 1980.

LOCH, Adam; WHEELER, Sarah Ann; SETTRE, Claire. Private transaction costs of water trade in the Murray-Darling Basin. *Ecological Economics*, v. 146, p. 560-573, 2018.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In.: LOTTA, Gabriela. *Teorias e análises sobre a implementação de políticas públicas*. Brasília: Enap, 2019.

_____. Saberes locais, mediação e cidadania: o caso dos agentes comunitários de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 21, p. 210-222, 2012.

LOTTA, Gabriela et al. For a Brazilian agenda of policy implementation studies. *Revista do Serviço Público*, v. 69, n. 4, p. 779-809, 2018.

LOTTA, Gabriela; PAVEZ, Thais Regina. Agentes de implementação e a mediação de políticas públicas: entre dinâmicas e estruturas relacionais. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 15, n. 56, p. 109-125, Jul. 2010.

LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Categorizando usuários “fáceis” e “difíceis”: práticas cotidianas de implementação de políticas públicas e a produção de diferenças sociais. *Dados*, v. 63, 2020.

LUFT, Harold S. Benefit-cost analysis and public policy implementation: from normative to positive analysis. *Public Policy*, v. 24, n. 4, p. 437-462, 1976.

MANI, Bonnie G. The Human capital model or location! location! location!? The gender-based wage gap in the federal civil service. *Gender Issues*, v. 36, n. 2, p. 152-175, 2019.

MATLAND, Richard. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 5, n. 2, p. 145-174, 1995.

MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the Prisma statement. *PLoS Medicine*, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.

MORAES SOBRINHO, João; HELAL, Diogo Henrique. A implementação de políticas públicas voltadas a atividades artesanais: análise do programa de artesanato da Paraíba. *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 80, p. 115-134, Salvador, Jan.-Mar. 2017.

MOTA, Luís F. Estudos de implementação de políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 92, p. 133-150, Lisboa, Jan. 2020.

NDALAMBA, Ken Kalala; ESAU, Michelle. An exploratory study into the understandings and awareness of leadership ethos and its inherent critical success factors by Public Sector Officials in the Department of Trade and Industry (DTI) and the Ministry of the National Economy (Econat). *International Journal of Public Administration*, v. 43, n. 1, p. 60-72, 2020.

NICOLLETTI, Mariana; MASCHIETTO, Fernanda; MORENO, Thais. Integrating social learning into climate change adaptation public policy cycle: Building upon from experiences in Brazil and the United Kingdom. *Environmental Development*, v. 33, p. 100486, 2020.

NOTHDURFTER, Urban; HERMAN, Koen. Meeting (or not) at the street level? A literature review on street-level research in public management, social policy and social work. *International Journal of Social Welfare*, 2018.

OLIVEIRA, A Antônio Carlos. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. *Rev. Adm. Pública*, v. 46, n. 6, p. 1551-1573, Rio de Janeiro, Dez. 2012.

PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. *Scientometrics*, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, 2015.

PANJAITAN, Raffles Brotestes et al. The role of central government and local government and the moderating effect of good governance on forest fire policy in Indonesia. *Benchmarking: An International Journal*, 2019.

PARK, Angela Y.; KRAUSE, Rachel M.; FEIOCK, Richard C. Does collaboration improve organizational efficiency? A stochastic frontier approach examining cities' use of EECBG funds. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 29, n. 3, p. 414-428, 2019.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, p. 121-143, 2016.

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. *Implementation*. Berkeley, CA: University of California Press, 1973.

RANDOLPH, Gregory M.; FETZNER, James P. Regulatory interpretation: regulators, regulated parties, and the courts. *Business and Politics*, v. 20, n. 2, p. 301-328, 2018.

ROSSETTO, Dennys Eduardo et al. Structure and evolution of innovation research in the last 60 years: Review and future trends in the field of business through the citations and co-citations analysis. *Scientometrics*, v. 115, n. 3, p. 1329-1363, 2018.

SABATIER, Paul A. An advocacy coalition framework for policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy Sciences*, v. 21, p. 129-168, 1988.

_____. Top-down and bottom-up approaches to implement research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank. The advocacy coalition framework: An assessment, revisions, and implications for scholars and practitioners. In: _____. (Eds.). *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*, p. 211-235. Boulder, CO: Western Press, 1993.

SANTOS, Christiane Luiza; SANTOS, Paloma Maria; PESSALI, Huascar Fialho; ROVER, Aires José. Health councils and dissemination of SUS management instruments: an analysis of portals in Brazilian capitals. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4389-4399, 2020.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos concretos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. *Cadernos Unicamp*, n. 48, 2000. Disponível em: <https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2020.

SMITS, Pernelle et al. Implementing public policy in a non-directive manner: capacities from an intermediary organization. *Canadian Journal of Public Health*, v. 111, n. 1, p. 72-79, 2020.

THOMANN, Eva; VAN ENGEN, Nadine; TUMMERS, Lars. The necessity of discretion: a behavioral evaluation of bottom-up implementation theory. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 28, n. 4, p. 583-601, Out. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/jopart/muy024>>.

TUMMERS, Lars; BEKKERS, Victor. Policy implementation, street-level bureaucracy and the importance of discretion. *Public Management Review*, v. 16, n. 4, p. 527-547, 2014.

WILEY, Kimberly; BERRY, Frances. Compassionate bureaucracy: assuming the administrative burden of policy implementation. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 47, n. 4, Suppl., p. 55S-75S, 2018.

WILLIAMS, Mark K.; GREEN, Alex; KIM, Ella. Municipal leadership of climate adaptation negotiations: Effective tools and strategies in Houston and Fort Lauderdale. *Negotiation Journal*, v. 33, n. 1, p. 5-23, 2017.

WIMMELMANN, Camilla L.; VALLGÅRDA, Signild; JENSEN, Anja M. B. Meet the local policy workers: implementation of health promotion guidelines in Denmark. *Public Policy and Administration*, v. 33, n. 1, p. 66-87, 2018.

YANG, Chengwei; TANG, Yan. Deviations from China's school football policies during the implementation process: signs, causes, and countermeasures. *The International Journal of the History of Sport*, v. 34, n. 17-18, p. 1933-1949, 2017.

ZHANG, Hong-Li et al. A public psychological pressure index for social networks. *IEEE Access*, v. 8, p. 23457-23469, 2020.



Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social

Recebido: 02.09.21
Aprovado: 27.05.22

Paula Márcia de Castro Marinho (<https://orcid.org/0000-0002-4744-8772>),
Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, GO, Brasilⁱ.

i. Paula Márcia de Castro Marinho é doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. <marinho.paulamarcia@gmail.com>.

Resumo: Este artigo objetiva delinear os contornos peculiares dos conflitos religiosos no Brasil contemporâneo, a partir de uma reflexão teórica com base na literatura sociológica referente à intolerância religiosa nacional. As reflexões apontam para um entendimento de que este fenômeno encerra genealogia ancorada nas formulações ideológicas de origem colonial construídas para subordinar ou extinguir as experiências, histórias, recursos e produtos culturais de povos colonizados/escravizados marcados pela inferioridade mental e cultural baseada em diferenças raciais artificialmente criadas. Seus desenhos atuais respondem ao legado colonial do racismo epistêmico, entrecruzado com a disputa pelo mercado religioso e as características peculiares da religiosidade nacional crédula de soluções mágico-religiosas para seus problemas cotidianos, sobrepostos à tendência da sociedade brasileira em usar da violência para a solução de conflitos. A tese deste artigo teórico sustenta que a intolerância religiosa brasileira contemporânea se articula por estas quatro vertentes de sinergia e performance que se retroalimentam.

Agradeço, por justo e oportuno, ao inestimável apoio intelectual e pessoal de meu orientador de doutorado, professor doutor Luiz Mello de Almeida Neto, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Palavras-chave: Intolerância religiosa. Racismo epistêmico. Mercado religioso. Religiosidade nacional. Violência social.

Religious intolerance, epistemic racism and the marks of cultural, intellectual and social oppression

Abstract: This article aims to delineate the peculiar contours of religious conflicts in contemporary Brazil, based on theoretical reflection on the sociological literature concerning national religious intolerance. The reflections point to an understanding that this phenomenon has a genealogy anchored in ideological formulations of colonial origin built to subordinate or extinguish the experiences, histories, resources and cultural products of colonized/enslaved peoples marked by mental and cultural inferiority based on racial differences artificially created. His current drawings respond to the colonial legacy of epistemic racism, intertwined with the dispute for the religious market and the peculiar characteristics of national religiosity credulous of magical-religious solutions to its daily problems, superimposed on the tendency of Brazilian society to use violence to solve conflict problems. The thesis of this theoretical article sustains that contemporary Brazilian religious intolerance is articulated by these four aspects of synergy and performance that feed each other.

Keywords: Religious intolerance. Epistemic racism. Religious market. National religiosity. Social violence.

Introdução

O momento da contemporaneidade aponta para um reavivamento do fenômeno religioso em todo o mundo. A politização em escala global de comunidades de fé e de tradições religiosas, o declínio numérico de religiões tradicionais ao lado da intensa circulação de pessoas por novas alternativas religiosas (Almeida, 2006; Teixeira, 2013), dentre outros tantos deslocamentos contemporâneos no campo do sagrado, ratificam a resiliência extraordinária subsistente na religião, numa veemência que desafia mesmo a autocompreensão secular e racional da modernidade ocidental (Habermas, 2005). Outra faceta do fenômeno religioso da atualidade, não desarticulada do todo, reside no acirramento, nas mais diversas partes do planeta, de conflitos sob motivações religiosas.

Também no Brasil se observa acontecimentos como a irrupção e ascendência da representatividade religiosa no âmbito político regional e nacional (Freston, 1993), a proliferação de uma variedade de religiões acompanhada de um intenso trânsito no circuito das escolhas de filiação religiosa, bem como o surgimento de fenômenos correlatos como a provisoriabilidade da adesão e a dinâmica de privatização da prática religiosa (Silva, 2007; Pierucci, 2008; Teixeira, 2013). Da mesma forma, na senda dos conflitos religiosos mundiais, o Brasil passou a verificar, expressivamente nas últimas três décadas, uma intensificação significativa de episódios violentos motivados por intolerância religiosa (Oro 1997; Oro & Bem, 2008; Silva, 2015).

A variação hodierna dos conflitos dentro do campo religioso brasileiro postou-se e permanece alocada – não exclusiva, mas principalmente – na demonstração declarada de intolerância religiosa emanada das igrejas neopentecostais contra as religiões afro-brasileiras, numa contenda que estaria relacionada à disputa entre concorrentes do mercado religioso nos mesmos estratos da população (Silva, 2007; 2015; Oro, 1997; Prandi, 2003), ampliada pela demonização das entidades de culto ligadas às religiões de ancestralidade africana (Silva, 2007; 2015; Mariano, 2005, 2015).

Não que as religiões afro-brasileiras estranhem a hostilidade. Confrontos e perseguições são abundantes na história nacional contra os cultos considerados não cristãos, notadamente os rituais de origem africana, incluindo a forma de forte repressão estatal às chamadas práticas mágico-religiosas populares¹. O fato é que os instrumentos de conflito contra religiosidades de ancestralidade africana não foram concebidos por ações proselitistas belicosas advindas das denominações herdeiras do pentecostalismo que aportou em terras brasileiras. Eles estão presentes na cultura nacional desde a dominação de Estado feita pelo catolicismo que transmitiu uma apreciável e fundamental herança de atuação no processo de formação de

1. Inobstante o advento da República e o fim da religião de Estado, o Código Penal Brasileiro de 1890 previa prisão e multa a quem praticasse o espiritismo, a magia e seus sortilégios. Na era getulista, os locais de culto afro-brasileiros (de 1931 até 1964) deveriam registrar-se e obter permissão de funcionamento nas delegacias de polícia e eram vigiados pela Inspetoria de Entorpecentes e Mistificações. A repressão policial contra o “baixo espiritismo”, ainda em meados do século XX, existia e grassava amparada pelo então novo Código Penal, vigente a partir de 1942, que se já não trazia a proibição ao “espiritismo”, abria brechas várias para abusos em dispositivos como a criminalização da prática de curandeirismo (artigo 284 do Decreto-Lei 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro).

estereótipos negativistas contra o que chamava a “práticas religiosas dos negros”, as quais por diversas vezes condenou declaradamente (Oro, 1997: 10).

De fato, o legado de depreciação e demonização das práticas religiosas – tanto das populações nativas das colônias, mas especialmente daquelas sequestradas à África – deve seu vultoso e prolongado tributo de condenação às ações doutrinárias da Igreja Romana, intimamente coligadas aos processos de expansão territorial da colonização europeia e de pilhagem dos recursos humanos e naturais das colônias desde o século XVI. E este é o ponto inicial a partir do qual, 500 anos depois, a pecha de feitiçaria diabólica, não evoluída – eiva da qual se serve as evangélicas mais beligerantes – ainda pesa sobre as práticas rituais das religiões afro-brasileiras. Simultaneamente, esta composição epistemológica depreciativa das cosmogonias e práticas religiosas dos habitantes das colônias seguiu amarrada à estruturação de mecanismos ideológicos que alçaram o sujeito colonizado a uma categoria aquém do humano e suas elaborações intelectuais e culturais reduzidas a manifestações estranhas e primitivas que presumivelmente demonstrariam a sua inépcia congênita ao progresso humano. Em sentido oposto – e não por acaso –, sedimentou-se a narrativa da culminância histórica do desenvolvimento político, cultural e intelectual europeu – e, em termos religiosos, da primazia dos preceitos cristãos – cuja superioridade foi estabelecida sob a lógica da diferença entre Europa e não Europa como “diferenças de natureza racial e não de história do poder” (Quijano, 2005: 122). Para Franz Fanon, estas estratégias de dominação ideológica a partir da imposição opressiva dos modelos culturais europeus, e a concomitante denegação do negro (e do índio) de si, assim como a dominação econômica, fez parte do processo de subjugação colonial. Em suas palavras, “colonialismo epistemológico” (Fanon, 2008: 15) ou, no termo utilizado por este trabalho, racismo epistêmico.

É preciso adiantar que este artigo trata, notadamente, das religiões de ancestralidade africana enquanto religiões atualmente mais propensas a serem atacadas: 71% do total, conforme dados do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir), entre 2012 e 2014; cerca de 62,04% em 2018 e 50,41% até meados de 2019, conforme o Disque 100, e apenas para as denúncias que declinaram a religião das vítimas². Isso não significa obliterar que as religiões de origem nativa americana tenham sido igualmente alvos elegidos e priorizados dos vereditos religiosos que impingiram a domesticação, a catequese e a proscrição às heranças culturais das populações indígenas das Américas, assoladas que foram pelas missões catequéticas, mormente por meio dos jesuítas. Nem que, centenas de anos depois, sejam afligidas pelo mesmo pensamento epistêmico patenteado pela modernidade/colonialidade que opôs e opõe racionalidade à natureza, palavra escrita à tradição oral, cristianismo às formas religiosas “primitivas” (ou à suposta falta

2. Sílvia Nogueira (2020) defende – em face da marginalização das religiões de origem africana, cujos denunciadores estariam mais propensos a esconderem a indicação de pertencimento religioso – que juntando as denúncias informadas e as não informadas as ocorrências contra o que ele prefere denominar CTTro ou Comunidades Tradicionais de Terreiro estariam na faixa dos 80%.

de religião) em vista da continuidade, na atualidade, da evangelização nas aldeias, ações a que Ronaldo de Almeida (2006) chama de missões transculturais, realizadas, em sua maior parte, pelo meio evangélico não pentecostal, como o batista e o presbiteriano, cujo alvo privilegiado, aliás, é o xamanismo.

Dito isso, retornando aos contornos nacionais da intolerância religiosa contemporânea e lembrando que diversos autores dispuseram o conflito religioso, mormente entre neopentecostais *versus* afro-brasileiras, no centro de uma disputa pelo mercado de soluções mágico-simbólicas, Vagner Gonçalves da Silva (2007) ponderou que os ataques às religiões afro-brasileiras parecem ser mais do que uma estratégia de proselitismo junto a populações potencialmente consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais. Decorrem do “papel que as mediações mágicas e a experiência do transe religioso ocupam na própria dinâmica do sistema neopentecostal em contato com o repertório afro-brasileiro” (Silva, 2007: 208), dinâmica que se traduz pela experiência vivida no próprio corpo – uma particularidade que até o surgimento e crescimento das neopentecostais estava sob a hegemonia das religiões afro-brasileiras e do espiritismo kardecista. O confronto das neopentecostais com essas religiões parece, portanto, significar mais do que um meio de arrancar fiéis às adversárias, mas também uma forma de atrair seguidores ansiosos pela experiência de religiões com forte apelo mágico e de arrebatamento místico com o benefício da legitimidade social cristã.

Destarte, a minha análise da intolerância religiosa em terras nacionais avança para além da polarização neopentecostal/afro-religiosa, embora esta relação seja inevitável para a compreensão dos contornos atuais deste fenômeno no Brasil. Da mesma forma, sem prescindir da fundamental importância da concorrência pelo mercado religioso nacional, não se atém a esta rivalidade para ilustrar as articulações da violência motivada por razões religiosas. As ponderações subjacentes aos argumentos expostos neste trabalho destacam a assunção do renovado processo de demonização das entidades de culto relacionadas às religiões de ancestralidade africana, contudo, dentro de um exame que tenciona resgatar como essencial a genealogia colonial profundamente alienante e ferina presente nesta demonização intercalada em uma sociedade brasileira violenta e hostil às suas heranças, especialmente religiosas, nativas e africanas³. Junto a este aviltamento sobrepõem-se as características religiosas brasileiras de crença nas intervenções mágicas e a inclinação pelas experiências de transe místico, das quais assoma um outro fenômeno correlato no bojo dos conflitos religiosos nacionais: a “incorporação” da liturgia afro-brasileira nas práticas neopentecostais de algumas igrejas (Silva, 2009: 207) ou, como prefere Almeida (2006), a peculiaridade evangélica de negação e assimilação do universo simbólico afro-brasileiro como estratégia de crescimento.

3. Exceto, talvez, como a exaltação eventual de manifestações culturais de procedência indígena ou negra, celebradas como “tradição”. Tais louvores mascaram justamente a alocação destes saberes como folclore, lendas, mitos, superstições, mas não celebração legítima do sagrado, não produção reconhecida de conhecimento (Chauí, 2017).

Em resumo, meus raciocínios apontam para uma articulação sinérgica de quatro elementos componentes da intolerância religiosa nacional:

- i.* o racismo epistêmico contido na detração pública das afro-brasileiras, classificadas como demoníacas, primitivas e até criminosas;
- ii.* a disputa pelo mercado religioso em estratégias de expansão neopentecostal que incluem, entre outras, a batalha espiritual contra religiões consideradas seguidoras do diabo, como é o caso das afro-brasileiras;
- iii.* a característica religiosa brasileira confiante das soluções transcendentais para as suas questões mundanas e abonadora das experiências de êxtase religioso, as quais urge tornar cristãs, sem a qual a estratégia de assimilação, já citada, restaria dispensável;
- iv.* a sociedade brasileira violenta que não se furta em agir violentamente contra quem ou o que é apontado como fonte do mal, principalmente se este algo ou alguém já é, de antemão, estigmatizado, como os legados religiosos africanos.

Há um adendo importante em relação às táticas de expansão mercadológica neopentecostal: a busca por ascendência no campo político, tanto quanto o arrebanhamento de fiéis, parece ocupar o centro do empenho das novas evangélicas, com a massiva utilização prosélita e político-partidária dos mais diversos tipos de mídia, tradicionais e eletrônicas. Isso e o fato de gigantes como a Igreja Universal do Reino de Deus diminuírem o tom de seus ataques nos últimos anos em relação às religiões acusadas de demoníacas semelham diminuir a importância das estratégias e pautas doutrinárias firmadas na batalha contra o diabo personificado no panteão afro-brasileiro e o racismo epistêmico nela esculpido. De fato, as abordagens mais recentes parecem tornar mais fluidos os conteúdos epistemologicamente racistas no bojo dos projetos de conversão em massa, institucionais e midiáticos, das novas pentecostais. Apesar disso, estes contextos não camuflam a presença constante (e a percepção intuitiva) da inferiorização de conteúdos culturais diretamente relacionados à herança indígena e negra brasileiras contida em ações tais como a constante sagração da superioridade moral cristã, desde sempre exógena e etnocêntrica, e a resistência evangélica, por exemplo, ao ensino de história da África nas escolas.

Enfim, resta ponderar sobre os elementos da intolerância religiosa nacional aqui expostos não foram imaginados, já estão postos pela literatura sociológica e antropológica de pesquisadores do tema da religião no país. O que o entendimento

deste trabalho pretende suscitar é pensá-los conjuntamente e de modo intrinsecamente interligado para compreender os contornos específicos do fenômeno da intolerância religiosa no Brasil.

Recorte metodológico e alguns parâmetros relevantes

Este artigo objetiva propor uma tese sobre os contornos peculiares dos conflitos religiosos no Brasil do presente.

Este é, pois, um trabalho de reflexão teórica sobre a forma que o fenômeno intolerância religiosa toma no Brasil e tem como subsídios metodológicos a análise reflexiva da literatura sociológica e antropológica de pesquisadores do tema da religião no país, especialmente daqueles e daquelas que tratam de intolerância e violência religiosas. Tal empenho de raciocínio teórico é robustecido por inferências dadas pela avaliação dos conteúdos trazidos por mapas e relatórios sobre intolerância religiosa no Brasil⁴ e dos resultados apresentados por canais de denúncia como o Disque 100.

4. Assinalo o *Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares* do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Direitos Humanos; as pesquisas *Datafolha: “Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil”*, de 2016, e *Avaliação do STF*, de 2020; a pesquisa do Pew Research Center: *Religião na América Latina mudança generalizada em uma região historicamente católica*, de 2014; os resultados publicados pelo Disque Direitos Humanos – Disque 100, para denúncias de discriminação religiosa (denominação dada pelo próprio canal), desde 2011.

Proponho, neste sentido, algo do que a antropóloga Paula Montero (1999: 338) chamou de “imaginação teórica renovada”, diante de uma apetecível “acumulação interna de reflexão teórica” (Montero, 1999: 329). E, por isso, decerto, este meu empreendimento de análise requiera ainda algumas pontuações quanto aos processos escolhidos.

As principais ponderações seguiram, em grande parte, esteadas na teoria descolonial enquanto opção epistêmica, teórica e política para compreender e atuar no mundo marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (Ballestrin, 2013: 89). Essa linha adotada de condução do trabalho, a empreendi sobretudo por se tratar de uma teoria que oferece a possibilidade de releituras históricas e de problematizações de velhas e novas questões sobre o continente latino-americano (Ballestrin, 2013: 89).

Os critérios temporais utilizados para os recortes das leituras e análises foram a produção científica sobre o tema de cerca de 30 anos para cá, momento em que a maioria dos autores estudiosos do fenômeno considera como de acirramento dos conflitos religiosos contemporâneos no Brasil.

Cumpram ainda realizar algumas importantes demarcações de alguns termos utilizados neste trabalho, especificadamente quanto à disposição do significado que tomo para certos conceitos utilizados.

As religiões afro-brasileiras são aquelas que se formaram a partir das tradições religiosas trazidas pelos mais diversos povos da África arrebatados ao Brasil como escravizados entre os séculos XVI e XIX.

Neopentecostal é definido como termo aplicado ao pentecostalismo de terceira onda, conforme a tipologia proposta por Paul Freston (1993), representada no Brasil, principalmente, pelas igrejas Universal do Reino de Deus, Mundial do Poder de Deus e Internacional da Graça de Deus. Essa chamada terceira onda do movimento pentecostal, iniciada nos anos de 1970, é marcada por diferenças significativas no perfil das igrejas pentecostais, tais como atenuação do ascetismo e valorização do pragmatismo, utilização de gestão empresarial na condução dos templos, ênfase na teologia da prosperidade, utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e de propaganda religiosa e centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras.

Refiro-me à intolerância religiosa como a expressão que descreve o conjunto de atitudes agressivas dirigidas a crenças e práticas religiosas diferentes (e, eventualmente, a quem não crê ou segue qualquer religião), que envolve ofensas ao grupo religioso atacado, desmoralização de suas divindades e símbolos religiosos, destruição de templos e de objetos ritualísticos, perseguição, agressão física e morte.

O racismo epistêmico exprime o exercício contínuo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais de povos que foram racializados e é parte do racismo estrutural brasileiro, o qual representa um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados são estruturalmente reproduzidas (Almeida, 2018).

Racialização, por sua vez, representa o processo de classificação, hierarquização e subalternização social derivado da conversão da etnia em raça e a transfiguração do traço fenotípico em estigma, que opera impedindo possibilidades de participação paritária e dificultando, mesmo vedando, aspirações sociais em amplos locais e situações cotidianas (Ianni, 2004).

Por fim, é preciso sopesar que compreender a força de preconceitos tão enraizados no caráter nacional não significa desprezar a agência nem localizar as religiões afro-brasileiras, suas seguidoras e seguidores, no papel de vítimas passivas. É verídico e necessário afirmar que o recrudescimento de afrontas e violência religiosas no Brasil foram acompanhados de reações correlatas e, de certa forma, inauditas diante de um passado não tão distante no qual as reações a estes casos mal passavam de “um esboço isolado e tímido de algumas vítimas” (Silva, 2015: 10). Atos

de vandalismo a locais e objetos de culto, episódios de ataques morais e físicos resultam amiúde, hoje em dia, em inquéritos e processos criminais levados adiante por pessoas físicas ou instituições públicas. Com efeito, e também fruto de reações coordenadas de expoentes de designações religiosas de matriz africana, surgiram nos últimos anos comissões de combate à intolerância religiosa em organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em tribunais de justiça; comitês de respeito à diversidade religiosa, como o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR) do governo federal; a abertura de denúncias em canais como o Disque 100 da Presidência da República, exclusivas para discriminação religiosa e de centros de conservação da liberdade religiosa e dos direitos humanos como o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir), além do estabelecimento nos diversos estados da federação de outros canais de denúncia em ouvidorias e delegacias especializadas.

Dito isso e para avançar ao cerne de minhas ponderações sobre o fenômeno intolerância religiosa no Brasil atual, julgo central visualizar o panorama político nacional contemporâneo que evidencia – e cada vez mais – uma manifesta disposição incluída na intrincada relação entre política e religião no Brasil.

Ações político-religiosas, intolerância, direitos humanos e racismo

O cenário demonstra a crescente influência de atores religiosos na esfera pública, nomeadamente evangélicos, trazendo para o âmbito do político a sua linguagem, seu *ethos* e suas demandas (Burity, 2008). Este movimento, no entanto, não acarretou e nem parece inclinado a promover uma configuração pluralista e democrática de diálogo e coexistência tanto quanto traduz a concorrência religiosa para ter lugar privilegiado na arena civil na qual a conquista de posições de liderança política constitui num arranjo formidável de expansão. Mais significativamente ainda, esta mobilização político-eleitoreira evangélica que Freston (1993) chamou de “irrupção pentecostal” afigura servir para além da ambição de se angariar importância política: parece convir para instaurar em espaço republicano um discurso e uma agenda de proteção a certos valores particularistas que não dissimulam a tentativa de garantir um ambiente propício à prescrição de um modo de vida sectário e um projeto de hegemonia cristã (Giumbelli, 2015) cujas ações se direcionam para exercer “influência direta em questões que os incomodam, ligadas à preservação da família tradicional, costumes, sexualidade e liberdade de culto, no estilo pentecostal, evidentemente” (Baptista, 2009: 194). Ou seja, ações voltadas à aprovação de agendas muitas vezes avessas aos fundamentos da diversidade humana e das próprias liberdade e pluralidade religiosas.

O fato é que de pouco mais de 30 anos para cá, o crescimento vertiginoso aliado a discursos prosélicos altamente belicosos de algumas igrejas neopentecostais e a ampliação da mobilização político-eleitoreira de atores políticos com expressiva identidade religiosa que redundou no aumento significativo de lideranças cristãs no Congresso Nacional, resultou na assunção de figuras políticas cujos pilares de atuação incluem a batalha espiritual contra a ação das forças demoníacas sobre o Brasil (abundantemente identificadas com as entidades afro-brasileiras) encadeados à centralidade negativa dada às questões reprodutivas e da diversidade sexual e à proteção da família tradicional patriarcal. O aumento da presença política religiosa, notadamente evangélica, foi acompanhado do avanço da incidência e da brutalidade dos ataques⁵ contra adeptos e locais de culto afro-brasileiros, cuja violência desenvolta parece se ampliar ao lado de certo destemor das implicações civis e penais destes atos.

Não é o desígnio deste artigo desenredar os entrelaçamentos entre a política nacional e a intolerância religiosa, senão, ao menos neste momento, pontuar mais uma questão cogitativa: as atuais ações político-religiosas marcam uma retomada da presumida superioridade moral fixada nos legados do patriarcado judaico-cristão, simbolizado pelo modelo de normalidade e bastião onde se assenta a virtude social: a família nuclear burguesa. Os saberes de ancestralidade africana, os quais instauram sua vivência religiosa na fala e na corporalidade, que concebem e acatam uma extensiva designação de “família” e autorizam a constituição de uma hierarquia sacerdotal que eleva aos mais altos postos litúrgicos mulheres, homossexuais, travestis e transgêneros, tanto acentuam a sua probabilidade de serem os alvos principais de violência religiosa quanto, e apesar de sua pequenez numérica, perturbam de alguma forma este projeto de poder.

Por outro lado, e não contingencialmente, no que se refere aos principais argumentos acionados pelos grupos constituintes do campo da militância (incluídos os representantes políticos) e dos estudos sobre a intolerância religiosa no Brasil, observa-se uma confluência habitual presente na tendência em propor o problema a partir de um liame com a violação de direitos humanos e a questão no Brasil (Cunha, 2011), notadamente em vista das principais religiões atacadas.

Contudo, esses posicionamentos não escaparam de questionamentos importantes, mormente relativos à premissa de que a intolerância religiosa nacional se fundamenta primordialmente no racismo estrutural da sociedade brasileira. Primeiro, o fato de que a maioria dos fiéis do cristianismo evangélico é negra enquanto religiões como Candomblé e Umbanda vêm embranquecendo paulatinamente (Pierucci, 2006). Segundo, em se considerando os protagonistas no caso brasileiro, a intolerância religiosa que acobertaria mais uma forma de racismo não faria sentido

5. Emprego do termo *ataque* conforme o entendimento de Silva (2015), que o utiliza no sentido de uma investida pública de um grupo religioso contra outro, cujas razões se justificariam, do ponto de vista do atacante, por convicções religiosas, além de ilustrar todo um vocabulário belicoso em que se destacam expressões como “batalha”, “guerra santa” e “soldado de Jesus” para descrever suas ações contra o demônio e as religiões que presumivelmente o cultuam.

já que as igrejas neopentecostais estão, de fato, centradas na questão da batalha espiritual contra o mal e não em uma batalha de origem racial (Mariano, 2015).

Minhas ponderações distinguem-se, em certo alcance, destas predisposições. Elas apontam que há sim interligação entre intolerância religiosa, violação de direitos humanos e racismo no Brasil. Mas, ela se dá entremeada no tecido social no qual irrompe, principalmente:

i. o racismo epistêmico, parte do racismo estrutural brasileiro, que opera desconsiderando os saberes e as experiências das populações afro-diaspóricas e autóctones das Américas e se constitui como o patrono mor do preconceito às produções de conhecimento destes corpos sócio-político-culturais originários das colônias assinalados pela criação e propagação da ideia de raça como marcadora de desenvolvimento ou de atraso (Quijano, 2005);

ii. a violência, que Maria Cecília de Souza Minayo (2006: 27) afiançou “que se poderia chamar estrutural e ‘estruturante’ pelo seu grau de enraizamento” em um Brasil “marcado por ambivalências e ambiguidades de um país escravista e colonizado”;

iii. no bojo de uma sociedade que demonstra ter uma visão tortuosa dos direitos humanos em que 63% dos brasileiros se dizem genericamente “a favor” dos direitos humanos, mas, 28 % afirmam que os “direitos humanos não significam nada no meu cotidiano”, 21% se manifestam contrários à sua mera existência e 56% acham que os “bandidos” são os maiores beneficiados⁶.

6. Dados do Instituto Ipsos, edição 157, referente à pesquisa *Pulso Brasil*, de 1 a 15 de abril de 2018.

Entendo pois que pensar a intolerância religiosa e o racismo é crucial, mas numa interpretação mais intrincada do que um mero embate racial/étnico incidente sobre relações agressivas no âmbito do religioso. Primordialmente, é necessário admitir que o campo da religião é capaz de atingir o centro de nossas valorações do que sejam cultura e cosmogonia legítimas ou ruinosas, cultos e práticas de devoção benévolas ou maléficas. É essa autoridade sobre o poder-saber transcendental que, coligado ao racismo epistêmico, cuidadosamente edificado durante séculos, torna cáustico o terreno religioso no Brasil.

De igual modo, a relação intolerância religiosa e violação de direitos humanos é importante, mas dentro da necessária compreensão capaz de inferir para quem, de fato, foram criados os discursos de tolerância inter-religiosa e os chamados direitos humanos, a quem realmente servem, mas, principalmente, de que forma

eles podem ser acionados no caso de pessoas e conhecimentos inferiorizados que historicamente foram e são colocados em um plano abaixo do humano⁷.

Sem embargo, a primazia das religiões hegemônicas cristãs está coligada às argumentações que sobrelevam os direitos individuais de crença e de culto ao mesmo tempo em que usurpam de outras revelações do sagrado o seu direito à livre manifestação. Porque as práticas e discursos formadores das relações de poder têm fundamento em um domínio epistemológico que incide justamente sobre o que é válido enquanto prática e discurso que legitimam tanto o poder político quanto a esfera da cultura. Em outras palavras, a epistemologia dominante concebe e demarca os fundamentos e a relevância do conhecimento humano, mas, principalmente, a sua validade.

E, é neste recorte subsumido na grandiosidade de se aferir a gnose humana que se arvora a pretensão de dizer o que é ou não é verdadeiro, erudito, correto e eficaz – uma ambição que se amplia para determinar o que é ou não benéfico, útil ou lícito. É, portanto, dentro da dominação global dos fundamentos epistemológicos inapelavelmente masculinos e eurocentrados – não por acaso, incidentes sobre padrões institucionalizados de valoração cultural e humana que se reflete, em pleno século XXI, no Parlamento brasileiro majoritariamente masculino, branco, heterossexual e cristão – que a produção e reprodução de conhecimento efetuado por mulheres e/ou pelos povos racializados das colônias se viram e continuam sendo rebaixados, degradados e desqualificados. Tais saberes e competências desprezados envolvem, e igualmente de forma não eventual, as expressões religiosas outras que não aquelas que usufruem da legitimidade epistemológica dominante, as quais detêm o monopólio “de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais” (Grosfoguel, 2016: 25).

Os delineamentos da intolerância religiosa no Brasil atual

Considero importante pontuar que, historicamente, a animosidade e a coibição, sobretudo em termos de Estado brasileiro, não foi exclusiva dos cultos de origem africana no Brasil. A repressão aos cultos protestantes existiu oficialmente durante o Império brasileiro. O Código Criminal do Império anunciava, no capítulo reservado aos delitos contra a religião, a moral e os bons costumes, que era vedado “celebrar em casa, ou edifício, que tenha alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra Religião, que não seja a do Estado”, sob pena de “serem dispersos pelo Juiz de Paz os que estiverem reunidos para o culto; da demolição da forma exterior; e de multa de dois a doze mil réis, que pagará cada um”⁸. Além disso, não havia registro civil para o matrimônio de protestantes, que

7. Este poderia ser um ponto de partida válido para pensar o porquê dos brasileiros em geral se mostrarem tão alienados e, de certa forma, avessos à linguagem dos direitos humanos.

8. Artigo 276 da Lei de 16 de dezembro de 1830, Código Criminal do Império.

9. O casamento de protestantes seria definido por lei pelo decreto de 21 de outubro de 1865 o qual, contudo, exigia que os filhos de matrimônio misto fossem batizados na Igreja Católica, contudo, o decreto significou um avanço, pois permitia aos não católicos que tivessem casamentos oficiados por pastores.

só podia ser validado em presença de um sacerdote católico. Quem não o fizesse estaria em concubinato e, por conseguinte, teria filhos ilegítimos que não herdariam os bens paternos⁹. O problema recrudescia quando aconteciam os óbitos. Não havia cemitérios públicos e os existentes ou pertenciam às paróquias ou haviam sido abençoados por autoridade eclesiástica. Cristãos dissidentes não podiam ser sepultados em tais locais e os protestantes, não raro, tinham que enterrar seus mortos no campo. Apenas com a Constituição republicana de 1891 resolveu-se a questão ao considerar públicos todos os cemitérios (Dreher, 1999).

Apesar disso, o que almejo ressaltar, além de destacar que os protestantes também se constituíram em alvo de perseguição religiosa em determinada fase da história nacional, é que foram eles os que, em realidade, se beneficiaram das aberturas dadas pelo regime republicano laico. Pois, de toda forma, eram cristãos e, em maior parte, imigrantes brancos europeus e seus descendentes, cujos estabelecimentos em terras nacionais o Estado brasileiro não só desejava como incentivava. Os praticantes de religiões afro-brasileiras prosseguiriam ignorados pelas instituições republicanas e continuariam perseguidos pelas autoridades públicas.

Assim, não obstante a República e o Estado laico de direito, artífice de uma Constituição que se afirmou inclusiva, as últimas décadas assistiram ao recrudescimento de perseguições religiosas, em grande parte ativado justamente pela postura doutrinária das herdeiras da Reforma – aquelas cujas antecessoras foram acoçadas na época do Império – imbuídas da “guerra santa” ou da “batalha espiritual” contra a influência do diabo no mundo, constantemente identificado com as divindades afro-brasileiro, e ansiosas por monopolizar o mercado de soluções simbólicas e prestação de serviços religiosos para os problemas materiais e espirituais de estratos da população que compartilham “os mesmos códigos simbólicos e cognitivos” (Oro, 1997: 17). Portanto, uma finalidade prática coligada a uma convicção doutrinária, sobre as quais assevera Ricardo Mariano:

O combate aos cultos afro-brasileiros, além de basear-se nos ideários bíblico e idiossincrático mencionados, em termos práticos visa converter os adeptos das religiões rivais e, por meio disso, dizimar a concorrência espírita nos estratos populares com o fechamento de centros espíritas, tendas de Umbanda e terreiros de Candomblé existentes, sobretudo, nas redondezas dos templos evangélicos (Mariano, 2015: 137).

Ocorre, entretanto, que uma grave demanda social e um intrigante questionamento acompanham a detecção desta disputa mercadológica religiosa em terras nacionais marcada pela difamação renitente e a conclamação à guerra contra o

demônio encarnado no panteão afro-brasileiro: o afluxo de violência, em virtude de intolerância religiosa no Brasil, no qual vem se avolumando notícias de agressões físicas, afrontas públicas, destruição de templos e de objetos sagrados, expulsões de bairros e de comunidades que se tornaram comuns de um modo inequivocamente inquietante; a realidade de que somadas todas as fés de ancestralidade africana presentes no Brasil, estas mal chegam a 2% da totalidade de devotos (*Datafolha*, 2020), motivo pelo qual indago sobre os motivos por trás destes ataques às afro-brasileiras, tendo em vista uma disputa pelo mercado de bens religiosos, ainda que junto à aversão doutrinária de suas divindades e símbolos, diante de um adversário numericamente tão pouco significativo.

Se o domínio do mercado religioso e de sua considerável ascendência sobre a conquista de posições de liderança social e política é elemento fundamental desta disputa, por que se importar com religiões como o Candomblé e a Umbanda que não são mais do que 2% da população? Ainda que se considere estes valores subestimados por diversos motivos históricos como os que geraram o duplo pertencimento dos adeptos às religiões afro-brasileiras ao catolicismo (Silva, 2007; Prandi, 2003), os números são irrisórios¹⁰.

Eis porque sustento que a intolerância religiosa atual no Brasil expõe os seus mais potentes alicerces fincados nos construtos ideológicos de origem colonial (Quijano, 2005; 2014; Grosfoguel, 2007; 2016; Maldonado-Torres, 2014) sistematicamente arquitetados para subalternizar ou extinguir – na impossibilidade de amoldá-los aos planos da conquista – as experiências, histórias, recursos e produtos culturais dos povos colonizados. Estas concepções altamente aviltantes erigidas sobre elaborações ideológicas possantes e persistentes, impostas com constância e violência, no campo das religiões, forjaram a demonização obstinada das cosmogonias e concepções do sagrado das populações colonizadas e/ou escravizadas, de modo que, até hoje, as religiões advindas das culturas africanas são classificadas como primitivas, incivilizadas e têm suas práticas cerimoniais tidas por sórdidas, quando não, criminosas, e continuamente redemonizadas. Estas elaborações ideológicas, reais e concretas, alinhavadas com a disputa pelo mercado religioso, diante das características peculiares da religiosidade brasileira e de sua tendência ao uso da violência para a solução de conflitos delineiam a intolerância religiosa nacional da atualidade.

Sendo assim, minhas considerações partem das seguintes premissas:

- i. As construções ideológicas coloniais entranhadas na sociedade brasileira forjaram um pensamento colonizado persistente, o qual privilegia e entende como superior e civilizada quase exclusivamente a

10. Não seria, pois, o Catolicismo decrescido, mas ainda majoritário, o grande adversário? Ocorre que contra um inimigo ainda tão poderoso quanto a Igreja Católica, são necessárias outras estratégias que não o embate direto. Relembre-se o episódio do “chute na santa” e as rumorosas repercussões negativas que lhe sobrevieram e se percebe a dificuldade do enfrentamento aberto contra um secular monopólio religioso que apresenta vínculos fortes com as mais diversas esferas da sociedade brasileira.

11. Não confundir esta negação com a exaltação eventual de manifestações culturais de procedência indígena ou negra, celebradas como “tradição”. Tais louvores mascaram justamente a alocação destes saberes como folclore, lendas, mitos, superstições. Tudo menos celebração legítima do sagrado; tudo menos produção reconhecida de conhecimento (Chauí, 2017).

tradição de pensamento dos eruditos europeus (Grosfoguel, 2007; 2016). Paralelamente, estes construtos erigiram a inferiorização dos saberes¹¹ e dos modos de produção de conhecimento dos povos colonizados e escravizados nas Américas e no Brasil (Quijano, 2005), até mesmo a hierarquização espiritual-religiosa fundada na prerrogativa irrestrita das espiritualidades cristãs ocidentais em detrimento das espiritualidades não cristãs coloniais (Mignolo, 2017);

ii. Tais construções ideológicas estão ancoradas na composição histórico-estrutural racial das diferenças entre colônia e metrópole (Mignolo, 2017) e são artífices e produto da criação, estabelecimento e firmação do conceito de raça (Quijano, 2005) e da racialização do mundo (Ianni, 2004);

iii. A despeito do domínio quase absoluto da Igreja Cristã (católica e depois protestante), abalizado pela expansão colonial, a práxis religiosa que se estabilizou na sociedade brasileira persistiu eminentemente crédulo e confiante nas soluções mágicas no que se refere ao uso de forças sobrenaturais para intervenção na esfera mundana (Maggie, 1992);

iv. Neste quadro pintado por séculos, o expansionismo evangélico encontrou terreno fértil para combater as religiões de ancestralidade africana, identificando-as com a obra do demônio, mas também apropriando-se, no que lhes servia, do vocabulário e de algumas práticas dos cultos africanos;

v. Por fim, resta destacar que estamos inseridos em uma sociedade brasileira violenta, autoritária, racista, recalcada quanto às suas heranças históricas de desprezo aos seus legados nativos e africanos, “como se estivessem superados, séculos de escravidão, séculos daquela escravidão que permaneceu vigente como uma das últimas do mundo a ser abolida” (Misse, 2008: 372).

Tais reflexões possibilitaram minhas inferências sobre os abalamentos da intolerância religiosa no Brasil, sua origem e especificidades, interseções e inserção na sociedade brasileira contemporânea, especialmente no que se refere às características do conflito relacionadas à maioria dos ataques direcionados contra as religiões de matriz africana. Portanto:

i. Ela é epistemologicamente racista;

ii. As religiões afro-brasileiras são as mais suscetíveis de serem atacadas porque são racializadas, ou seja, são classificadas, hierarquizadas

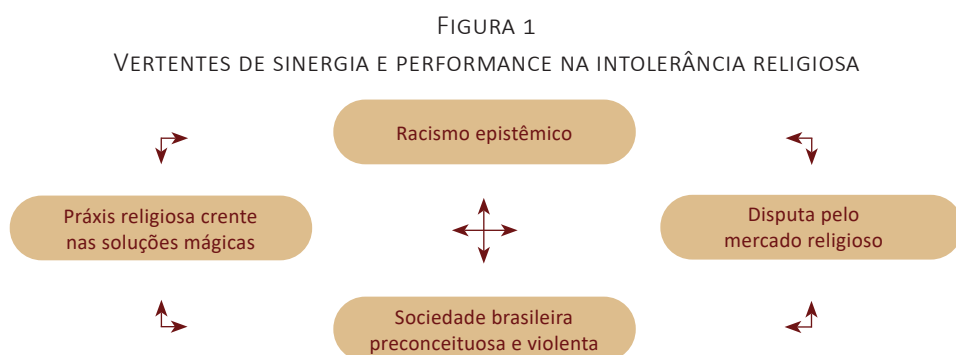
e estigmatizadas por sua procedência marcada pela criação e reprodução da ideia de raça (Quijano, 2005)¹² enquanto registro de inferioridade social, biológica, intelectual e cultural (Grosfoguel, 2016);

iii. A eleição das vítimas preferenciais, seja dos ataques verbais ou da violência explícita derivados de conflitos religiosos, não é aleatória e atende à difamação epistêmica das concepções de mundo e da religiosidade dos povos colonizados/escravizados e de sua racialização;

iv. Os ataques por motivos religiosos transformam-se em agressões, destruição e morte porque a sociedade brasileira é violenta (Misse, 2008; Minayo, 2006), ao revés de uma historiografia dada a eufemismos e à idealização do brasileiro pacífico e caloroso (Chauí, 2017) e possuidora de um histórico de abuso, coação e exclusão, mormente para com quem ou o que já é previamente passível de fustigo ou de eliminação¹³;

v. A praxe religiosa brasileira, carregada de confiança nos expedientes sobrenaturais para os problemas mundanos, sempre teve as religiões afro-brasileiras como as mais prestigiosas e eficazes nestes assuntos (Silva, 2007; Maggie, 1992). Este foi um dos ensejos para a peculiaridade do proselitismo evangélico da negação concomitante à assimilação do universo tradutor das religiões afro-brasileiras (Almeida, 2006). De modo que as liturgias que constituem a teologia neopentecostal se aproveitam largamente do vocabulário do sistema difamado em seu próprio benefício como a introdução nos cultos de manipulações mágicas e pessoais com a utilização das terminologias e dos elementos simbólicos das afro-brasileiras.

Esquemáticamente, a intolerância religiosa brasileira articula-se em quatro vertentes de sinergia e performance que se retroalimentam (Figura 1).



12. Esta classificação social, por meio da criação e reprodução da ideia de raça à partir da colonização das Américas, é delimitada pelo conceito de colonialidade, introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao qual me aterei mais adiante.

13. Trago, para ilustrar este último argumento, a contribuição de Judith Butler (2011) e sua concepção de vidas precárias incidente sobre aquelas vidas passíveis de eliminação e aquelas dignas de luto. Resgato esta autora para asseverar que a precariedade da vida, no Brasil, possui raça e classe social (vide os resultados apresentados pelo Atlas da Violência 2017 – Ipea e FBSP, especialmente o homicídio em massa de negros), e a estendo para a “precariedade” cultural do que já é historicamente considerado abjeto (outro termo de Judith Butler), como as religiosidades de origem africana, as quais não provocam maiores manifestações de luto, nem social, nem institucional, quando ameaçadas.

14. Colonialidade do poder é um conceito inaugurado por Aníbal Quijano que define o eixo fundamental da dominação colonial caracterizado pela classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, que foi criado e consolidado a partir da colonização e constituição da América e da edificação do capitalismo colonial/moderno eurocentrado como o novo padrão de poder mundial. Esta matriz colonial de poder naturalizou hierarquias – raciais, territoriais, culturais, de gênero e epistemológicas – bem como tomou para si o controle da subjetividade, da cultura e da produção do conhecimento das populações conquistadas ao tempo em que compôs para apagar ou subalternizar os conhecimentos, experiências e modos de vida daquelas populações.

Meu entendimento aprofunda a relevância da disputa pelo mercado religioso que segue abraçada à conquista de posições de liderança social e autoridade política, sobretudo nos últimos 30 anos. Mas sublinho, pelo que expus, que a contenda mercadológica e a premissa do combate ativo à influência do demônio na terra personificado pelas entidades afro-brasileiras, não dão conta, *per se*, do fenômeno da intolerância religiosa no Brasil.

As fissuras que descerro apontam para a fundamental análise crítica da intolerância religiosa no Brasil como desmembramento relacionado à sociedade brasileira violenta, autoritária, vertical e racista (Chauí, 2007), acionada pelo legado colonial que alocou e continua realocando as descobertas mentais e culturais os povos conquistados e dominados numa posição presumidamente originária de subalternidade (Quijano, 2005). Esta intolerância religiosa que fomenta a violência religiosa tem base assentada no racismo epistemológico porque encontra justificativa discursiva na episteme da cristandade europeia, e não apenas na arenga, que remonta ao medievo europeu, da diferença hierárquica natural entre os cristãos e os não cristãos (que as conquistas d’além-mar rapidamente transformaria em diferenças raciais), mas também na inferiorização e supressão das heranças culturais dos povos colonizados/racializados transformadas em heréticas e diabólicas para as quais urgia o dever cristão de converter à fé verdadeira.

As manifestações de intolerância religiosa no Brasil contemporâneo estão atreladas ao racismo estrutural da sociedade brasileira, mas não para afirmar um contexto de existência de religiões que seriam ou deveriam ser primordial e substancialmente vinculadas a uma etnia. Digo que a intolerância religiosa que fomenta a violência religiosa nacional é racista porque deriva do racismo epistêmico implantado pela colonialidade¹⁴ que fixou as elaborações ideológicas de origem colonial, as quais foram concebidas, executadas e compelidas sobre os alicerces da diferença racial como marca da inferioridade espiritual, moral, intelectual e cultural dos povos colonizados/escravizados.

Algumas considerações finais

A intolerância religiosa brasileira configura mais um dos efeitos do racismo epistêmico enquanto apagamento, diminuição e marginalização das crenças ancestrais dos povos colonizados, militarmente subjugados e economicamente explorados, que estipulou, e continua estabelecendo, não apenas uma ordenação que coibiu e condenou manifestações de devoção ao sagrado que não decorressem da crença do colonizador, mas também assentou metodicamente e durante séculos a concepção destas crenças como integradas ao contexto do mal.

A intolerância religiosa nacional bebe da mesma fonte epistemologicamente racista que enunciou as elaborações ideológicas coloniais, que foram concebidas, executadas e compelidas sobre os alicerces da diferença racial como marca da inferioridade espiritual, moral, intelectual e cultural dos povos colonizados/escravizados –, uma concepção epistêmica que está igualmente encravada no racismo estrutural de nossa sociedade.

A estratégia prosélita evangélica de degeneração da imagem pública das religiões de matriz africana, novamente desqualificando-as e as redemonizando, utilizando as mesmas concepções coloniais de inferiorização e supressão via alocação do sagrado ancestral dos povos invadidos e conquistados na fronteira do sortilégio e do anátema inclui outra tática relacionada que é a apropriação do vocabulário e de elementos simbólicos das religiões difamadas, notadamente entre as neopentecostais, ação que exprime tanto uma negação por meio do ultraje quanto uma assimilação do universo tradutor das religiões afro-brasileiras no interior de comunidades que compartilham de seus significados. A percepção deste nicho dentro do mercado de serviços sobrenaturais até então dominado por portadores de práticas religiosas de vasta freguesia, mesmo que continuamente negados, carregado de todo um vocabulário familiar aos ouvidos de todas as camadas sociais brasileiras e a compreensão do papel que as mediações mágicas e a experiência do transe religioso possuem para a dinâmica religiosa brasileira foi o grande tino da inteligência neopentecostal para atrair seguidores ávidos pela experiência de arrebatamento com as vantagens da legitimidade social cristã.

Os ataques por motivos religiosos convertem-se em agressões, destruição e morte porque a sociedade brasileira é violenta, autoritária, hierárquica e racista. Não obstante, poderia se arguir que o mero desprezo às manifestações religiosas de outrem, a simples dissensão no que se concebe por verdade transcendental não deveria ocasionar, por si só, atos como o de apedrejar pessoas em logradouros públicos apenas por portar vestuário atinente à sua devoção religiosa, ou ações como invadir e derrubar templos e objetos sacros, expulsar sacerdotes e devotos de suas localidades, ou agredir e até matar o Outro que não partilha de igual visão do sagrado. Tais ações exigem mais do que menosprezo e repulsa. Demandam uma aversão à que se incorpora uma tendência de aniquilamento do que se considera eliminável, tudo isso no seio de uma sociedade construída sob a égide da violência colonial, do esmagamento de sua população nativa, da escravização de milhões de seres humanos desterrados. Ou seja, de uma sociedade edificada sob níveis altíssimos de crueldade e aviltamento, coroados pelo peso da colonialidade e do racismo epistêmico que forjaram o repúdio às heranças não afetas aos pretensamente superiores legados europeus seculares, filosóficos, científicos e religiosos.

A linguagem da religião e da liberdade religiosa, em interface com a intolerância religiosa, permeia cada vez mais os discursos em arena republicana e constitui um fenômeno político que não se pode mais avaliar insignificante, ao contrário, perpassa com manifesta constância as ações e mediações estatais hodiernas, de modo que deve ser considerado em toda sua extensão e importância. A linguagem da religião encadeada à dicção e ação políticas pode constituir um campo minado quando relacionada à intolerância religiosa no que se refere à assunção político-hegemônica de apenas uma dimensão, mormente se exclusivista, do sagrado. A organização das religiões de matriz africana, que historicamente se formaram a partir de um mapa religioso constituído por uma variedade de federações e terreiros, todos ao mesmo tempo autônomos e rivais entre si, ainda não representam um movimento articulado que faça frente, por exemplo, à organização dos evangélicos cada vez mais empenhados em ocupar espaços estratégicos nos meios de comunicação e nos poderes Legislativo e Executivo. A despeito da insurgência coordenada por líderes de comunidades tradicionais de terreiro e do surgimento de comissões e de canais de denúncia, as reações estruturadas a ataques no campo religioso (e isso também pode se referir a outras religiões minoritárias igualmente atacadas) precisam ainda avançar em respostas e aparelhamento em campo político.

Por todas estas perspectivas, que interferem na liberdade religiosa e de culto, que se perfaz o nó que interliga intolerância religiosa, violação de direitos humanos e racismo: o desrespeito continuado às prescrições dos direitos fundamentais recepcionados e ordenados pela Constituição Federal, consubstanciado pela intolerância que, em realidade, nega a liberdade de crença e de culto sob argumentos que remontam asserções epistêmicas racistas de origem colonial.

As interferências do privilégio e do desprestígio epistêmicos são tão permanentemente presentes quanto dissimuladas pela ilusão da amabilidade e congraçamento inerentes ao povo brasileiro, pelo racismo e sexismo recreativos acobertados pelo riso e pela falta de intensão em ofender, pela injustiça epistêmica e sua cortante parcialidade contaminada pelos preconceitos remissivos ao pertencimento identitário da pessoa que abaliza um déficit de credibilidade quanto à sua capacidade de conhecer e de transmitir conhecimento. É preciso, pois, desvendar estas influências, porque elas suscitam mais que o apagamento intelectual e cultural de mulheres ou das populações que sofreram a invasão colonial e que até o presente constituem a periferia do sistema-mundo, mas seguem interferindo para continuar promovendo sistematicamente o epistemicídio destas vozes e destes conhecimentos. Porque o laço do racismo epistêmico, mormente quando encravado na religião, é justamente manter-se oculto não somente nas entrelinhas dos mecanismos usados para privi-

legiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais, mas naqueles utilizados para determinar o que é a verdade, a lei, o real e o correto para todos.

Por fim, faz oportuno e fundamental asseverar que a intolerância religiosa é sempre uma violência, independentemente do grau do ataque, porque ultraja e mais uma vez confisca a experimentação da espiritualidade e de elementos religiosos e sagrados dos antepassados de povos que foram impedidos de perpetuar sua memória, de sequer se expressar em seu idioma ou pronunciar o próprio nome. Por isso é cogente a necessidade de reconhecer a agência das pessoas, dos lugares e das religiosidades historicamente subalternizadas naquilo que pode ser a grande resistência existente na religião em face da inferiorização, do domínio e da coerção forjados pela colonialidade: o empenho pela legitimidade do sagrado, a partir do conhecimento que foi subtraído e demonizado.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*, p. 111-122. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural*. São Paulo: Letramento, 2018.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, Maio-Ago. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo; São Bernardo do Campo, SP: Annablume: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BURITY, Joanildo. A. Religião política e cultura. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/rvTvKJ5tW6KLvNt9wB8nqny/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar*, n. 1, p. 13-33, Jan.-Jul. 2011.

CHAUÍ. Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Contra a violência*. Portal da Fundação Perseu Abramo, 03 Abr. 2007. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/contraviolencia-por-marilena-chau>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

CUNHA, Christina V. “Traficantes evangélicos” e intolerância religiosa nas favelas hoje: o caso de Acari. Rio de Janeiro, XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

DATAFOLHA. Avaliação do STF. Instituto de Pesquisa Datafolha. São Paulo, Jan. 2020. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/01/02/7e8c42d-d3b0fc21750fd09831e73bdd9stf.pdf>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

DREHER, Martin N. *A igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1999.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. Um projeto de cristianismo hegemônico. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora USP, 2015.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, Jan.-Abr. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

_____. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e Cultura*, v. 59, n. 2 p. 32-35, Abr.-Jun. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

_____. A teoria da adaptação. *Folha de S. Paulo*, “Caderno Mais”. São Paulo, 2003. Disponível em <<http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0501200309.htm>>.

IANNI, Octávio. Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, Fev. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/78rQndTBbYLBzHMdc3ygj4w/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Religion, conquest, and race in the foundations of the modern/colonial world. *Journal of the American Academy of Religion*, v. 82, n. 3, p. 636–665, Sep. 2014. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jaar/article-abstract/82/3/636/2931355>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação – a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora USP, 2015.

_____. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. *Debates do NER*, Ano XIV, n. 24, p. 119-137, Jul.-Dez. 2013.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94 p. 1-18, Jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, v. 8, n. 3, p. 371-385, Set.-Dez. 2008. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4865>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MONTERO, Paula. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): antropologia*, p.327-367. Sumaré, SP; Brasília: Anpocs; Capes, 1999.

NOGUEIRA, S. *Intolerância religiosa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

ORO, Ari. P. Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? *Debates do NER*, n. 1, p. 10-37, 1997. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300005>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

ORO, Ari P.; BEM, Daniel F. de. A discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje. *Ciências & Letras*. n. 44, p. 301-318, Jul.-Dez. 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/39757369-A-discriminacao-contras-religioes-afro-brasileiras-ontem-e-hoje.html>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

PIERUCCL, Antônio F. Religião como solvente: uma aula. *Novos Estudos*, n. 75, p. 111-127, Jul. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/sppGWNSmKdp6RfbbPPVMmPN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. *Civitas*. v. 3, n. 1 p. 15-33, Jun. 2003.

_____. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. *Horizontes Antropológicos*, Ano IV, n. 8, p. 151-167, Jun. 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/g35m5TSrGjDp9HxYGjBqNGg/?lang=pt>>. Acesso em: 03 Ago. 2021.

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui: cuestiones abiertas. In: _____. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Prefácio ou Notícias de uma guerra nada particular: os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil. In: _____. *Intolerância religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*, p. 9-27. São Paulo: Editora USP, 2015.

_____. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana Estudos de Antropologia Social*, v. 13, n. 1 p. 207-236, Abr. 2007.

_____. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. 5. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

TEIXEIRA, Faustino. O Censo de 2010 e as religiões no Brasil: esboço de apresentação. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



“Negro: de bom escravo a traficante”.

Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil

Recebido: 12.12.21
Aprovado: 14.03.22

Pedro Henrique Antunes da Costa (<https://orcid.org/0000-0003-2404-8888>)ⁱ,
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Kíssila Teixeira Mendes (<https://orcid.org/0000-0002-7817-599X>)ⁱⁱ,
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

i. Pedro Henrique Antunes da Costa tem graduação, mestrado e doutorado em psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor na Universidade de Brasília. <phantunes.costa@gmail.com>.

ii. Kíssila Teixeira Mendes é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, professora na UniAcademia Centro Universitário. <kissilamm@hotmail.com>.

Resumo: No artigo, discorremos sobre as contribuições de Clóvis Moura para a crítica da Guerra às Drogas (GD) no presente estágio do capitalismo dependente brasileiro. Ao resgatar sua análise sobre a formação social brasileira e a centralidade da questão racial, apreendemos como a GD se produz enquanto mecanismo de bargame ao negro, desde sua faceta mais evidente, por meio de mecanismos de criminalização, encarceramento e extermínio, até a forma como se atrela a outros mecanismos de bargame econômicos, políticos e ideológicos (sendo conformada por eles e os conformando). Nisso, se fundamenta e corrobora a construção histórica do negro como mau cidadão – neste caso, como traficante. Ademais, discorremos sobre como a sociologia da práxis negra mouriana permite apreender – e fomentar – a passagem do negro como objeto da GD a sujeito político de sua crítica e superação, vinculando a luta antiproibicionista à luta de classes, orientada a um horizonte antirracista e anticapitalista.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Sociologia da práxis negra. Guerra às Drogas. Racismo. Formação social brasileira.

“Negro: from good slave to drug dealer”.

Clóvis Moura’s contributions to the critique of War on Drugs in Brazil

Abstract: In the article we discuss Clóvis Moura’s contributions to the critique of War on Drugs (GD) in the present stage of Brazilian dependent capitalism. Retrieving his analysis of Brazilian social formation and the centrality of racial issue, we learn how GD is produced as a barrier mechanism for black people, from its most evident facet, through mechanisms of criminalization, imprisonment and extermination, to the way in which it links to other economic, political and ideological dam mechanisms (being shaped by them and shaping them). In this, corroborates the historical construction of black people as bad citizens – in this case, as drug dealers. Furthermore, we discuss how Moura’s sociology of black praxis allows us to apprehend – and foster – the passage of black people as an object of GD to political agents of its critique and overcoming, linking antiprohibitionism to class fight, oriented towards antiracism and anticapitalism.

Keywords: Clóvis Moura. Black praxis sociology. War on Drugs. Racism. Brazilian social formation.

Introdução

No presente artigo, discorreremos sobre as contribuições de Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) e sua interpretação sobre a formação social brasileira para a análise crítica da *Guerra às Drogas* (GD) no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Pontuamos como o proibicionismo e, de maneira mais específica, a GD são importantes *mecanismos de barragem* ao negro, expressando nossas estruturas classistas e racistas, ao mesmo tempo que as reiterando. Ademais, como procuramos evidenciar no título – uma paráfrase da obra *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (Moura, 2021) –, argumentamos como um dos mecanismos ideológicos de barragem que perpassam e constituem a GD em nosso país é a construção do negro como *traficante*, justificando o desenvolvimento de um conjunto de estratégias econômicas, políticas e ideológicas que o subalternizam, segregam, encarceram e fatalizam.

A título de aprofundamento teórico, a GD pode ser entendida como a forma contemporânea do proibicionismo, uma sofisticação e recrudescimento das políticas proibicionistas no atual estágio de desenvolvimento capitalista; a “face mais violenta da proibição” (Lemgruber et al., 202: 10). É germinada em solo estadunidense, em 1971, no governo Nixon, atrelada a toda uma engenharia militar que, por meio da retórica de combate às drogas, se destinava, internamente, ao combate, repressão e encarceramento de grupos e organizações de esquerda e movimento negro e, externamente, à dominação imperialista dos países latino-americanos, caracterizados como produtores e distribuidores de tais substâncias, chancelando assim intervenções militares e demais ações restritivas e de controle. Nesse sentido, desde sua gênese já tinha um evidente conteúdo racista.

Trata-se de um ensaio teórico, aportado analiticamente na produção mouriana, bem como na literatura secundária, em trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre sua vida e obra, como forma de aprofundar e contextualizar seus postulados. Sobre a GD, apresentamos dados e sua dinâmica em nossa realidade contemporânea a partir de análises históricas e pesquisas atuais das políticas sobre drogas, resultantes de buscas não sistemáticas. Por fim, o exercício analítico, bem como o seu método, isto é, a forma de apreender a realidade tal como ela se produz, encontram-se alicerçados no materialismo histórico-dialético, assim como na análise mouriana. Segundo Marcio Farias (2019), ao mesmo tempo em que Moura opera a partir do materialismo histórico-dialético, ele produz uma superação por dentro do próprio marxismo, em especial do marxismo dogmático de sua época, questionando transposições descontextualizadas e formulações hegemônicas de cariz

economicista, trazendo à tona o papel do negro enquanto agente de dinamização e transformação da sociedade escravista – e de nossa formação social como um todo.

O resgate de Clóvis Moura aqui operado para analisarmos criticamente a GD se deve à sua importância enquanto sociólogo, historiador, jornalista, poeta, cuja produção teórica, acadêmica, sistematizada numa robusta interpretação da realidade brasileira, acompanhou sua caminhada militante-revolucionária. Analisar a GD pelo prisma *mouriano* se dá pelo papel do autor na reivindicação da centralidade da questão racial em nossa formação social – algo que pode parecer mais banal no presente, mas que no país da *democracia racial* nunca foi óbvio, até mesmo para a tradição marxista do pensamento social brasileiro (Farias, 2019).

Falar sobre GD nessa sociabilidade é, portanto, falar sobre racismo. O racismo fundamenta a proibição de certas drogas, tanto no plano global, como justificativa da expansão e dominação colonial e imperialista (Carneiro, 2018), quanto internamente, em nossa formação social, como no caso maconha (Saad, 2013). Abordar a GD enquanto forma contemporânea do proibicionismo e, nisso, como mecanismo de bargagem ao negro em nosso país, é remeter à sua estrutura racista engendrada desde o escravismo, que produz uma ideologia justificatória – e é conformada, dialeticamente, por ela. O racismo moderno, que nasce com o capitalismo – como “arma ideológica de dominação” (Moura, 1994: 28), “um dos galhos ideológicos do capitalismo” (Moura, 1994: 29), “uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular” (Moura, 1994: 29) – acaba por penetrar na totalidade das relações produtivas, na estrutura econômica, de onde emerge. Atua mesmo como mecanismo de hierarquização – pela negação e desumanização ainda mais venal do(a) negro(a) – e o conseqüente rebaixamento da força de trabalho, orientado à produção e extração de mais-valor, demonstrando como há uma relação dialética entre a estrutura e a superestrutura; neste caso, o racismo como *arma ideológica*, em tese, no plano superestrutural, incide na estrutura, amalgamado ao antagonismo de classes, absorvido por ele e o conformando, dialeticamente.

Além disso, o resgate *mouriano* se deve não apenas às contribuições incontornáveis que o mesmo nos fornece para a apreensão de nossa realidade e, nela da GD, de modo a nos subsidiar com *armas da crítica* para uma *práxis* militante e revolucionária que, no campo das drogas, significa ser antiproibicionista. Um traço marcante de suas análises é a constatação – e reivindicação – do negro como sujeito político em nossa história, rompendo com análises que o tem, por um lado, como mera vítima, sujeito passivo e, por outro, como responsável por nossas mazelas sociais. Por meio de sua *sociologia da práxis negra* (Oliveira, 2009), é possível captar e não apenas o papel do racismo na GD – e da GD para o racismo – como da *práxis negra* na supe-

ração de tal dinâmica; o negro como negação de um aparato e uma dinâmica social que se volta – objetiva e subjetivamente – à sua barragem, à sua negação.

A faceta mais evidente da GD como mecanismo de barragem ao negro: criminalização, encarceramento e extermínio

Ao abordar a condição precarizada e pauperizada do negro em nosso capitalismo dependente, Clóvis Moura (1988: 46) atentou para a concretização de “um permanente processo de imobilismo social que bloqueou e congelou a população negra e não branca permanentemente em nível nacional”. Processo este que tem o racismo como fundamento, gestado no seio da sociedade escravista¹, mas não sendo superado com o fim da escravidão, sofisticando-se e reatualizando-se por meio de mecanismos de barragem, “manipulados pelas classes dominantes racistas para mantê-lo [o negro] nos últimos estratos da sociedade” (Moura, 1988: 44).

No presente, a GD caracteriza-se como um destes mecanismos de barragem, ao passo que utiliza e se relaciona a outros (conformando-os e sendo por eles conformada). A GD como forma de manutenção de uma hierarquia racial (Ferrugem, 2018). De maneira mais evidente, temos na e a partir da GD a edificação de todo um aparato repressor, criminalizante e de extermínio que tem um suposto combate às drogas como justificativa, mas que, no fundo, volta-se majoritariamente contra a população negra (também jovem, dos estratos mais pauperizados da classe trabalhadora e periférica), construída ideologicamente como *responsável por tais drogas*, na forma do traficante. De acordo com Nathália Oliveira e Eduardo Ribeiro,

não é a guerra às drogas que inventa o racismo no Brasil, no entanto, sua ideologia organiza ações estatais de grande impacto com um amplo consentimento social que permite que as vidas negras sigam valendo tão pouco (Oliveira & Ribeiro, 2018: 39).

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), em 2020, 50.033 pessoas foram assassinadas, sendo 76,3% negras, 54,3% jovens e 91,3% homens. A letalidade policial atingiu um patamar recorde – mesmo com a pandemia–, 6.416 pessoas mortas em intervenções policiais, sendo 78,9% negras, 76,2% tendo entre 12 e 29 anos e 98,4% homens. Apesar de nem todas estas mortes serem em decorrência da GD, o tráfico de drogas aparece como o indicador mais frequente no banco de dados – mesmo que este também seja bastante falho.

Nesse sentido, a primeira forma de barragem ao negro decorrente da GD é a sua morte; uma barragem pela fatalização, seja diretamente pelo braço repressivo do

1. Observamos no desenvolvimento mouriano uma aproximação e concordância com a tese – que tem em Jacob Gorender seu principal expoente – de que a colonização e o período escravista dizem do modo de produção escravista. Há amplo debate no pensamento social brasileiro, mesmo na tradição marxista, acerca das vias de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Citamos as reflexões de Caio Prado Jr. (*sentido da colonização*) e os desenvolvimentos posteriores de José Chasin (*via colonial*) e Antonio Carlos Mazzeo (*via prussiano-colonial*) que, em suas especificidades, defendem o caráter e o sentido capitalista do período colonial e da escravidão, em termos de como o capitalismo enquanto modo de produção totalizante, se entificou particularmente na formação social brasileira. Sobre esse panorama e como Clóvis Moura se situa nele, ver Farias (2019).

Estado ou terceirizada por ele, no bojo das disputas entre as chamadas facções. “Negro se mata primeiro para depois saber se é criminoso é um *slogan* dos órgãos de segurança” (Moura, 1988). E, mesmo depois de morto, continuam outras formas de fatalização subjetiva (era traficante, criminoso, favelado ou, no fim das contas, negro) como justificativa. Tudo isso diz da sofisticação de um *modus operandi* de controle pelo extermínio, pelo genocídio da população negra, historicamente operado, mas, também, denunciado pela própria população negra, tendo em Moura um nome incontestável ao reiterar o *negro como sujeito político* em nossa história, como agente de dinamização (Moura, 2014; Farias, 2019; Oliveira, 2009).

Devido ao fato de a barragem ao negro pela morte ser mais “visível”, ela deve se aliar a outros meios – não menos sutis –, como a criminalização e o encarceramento. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2022), em fevereiro de 2022 tínhamos 673.614 pessoas presas em unidades prisionais no país, sendo que 207.151 (cerca de 30%) eram provisórias. Ao todo, 383.833 eram negras (pretas e pardas), ou seja, 66,7%. Cabe ressaltar que, nessa porcentagem, não entram 98.434 pessoas, sem informações sobre raça. Dos 724.788 presos com dados de tipificação penal, cerca de 30% (218.255) estavam tipificados na Lei de Drogas, ou seja, associado ao tráfico, sendo a segunda maior causa de aprisionamento, só atrás dos crimes contra o patrimônio. No caso das mulheres, essa porcentagem chegava a 58% (17.513 de um total de 30.199), sendo a principal causa de encarceramento, enquanto no dos homens era de 31,2% (200.742 de 643.415). Cabe ressaltar a ascendência histórica das taxas de encarceramento de negros, mesmo nos marcos “democráticos” da Nova República. Não sendo possível – nem inteligente – controlar “apenas” pelo genocídio, desenvolve-se e sofistica-se um aparato repressivo, de criminalização e encarceramento do negro, tendo a GD como sua mola-mestra.

De acordo com levantamento da Agência Pública (Domenici & Barcelos, 2019), que analisou quatro mil sentenças de tráfico de 2017 na cidade de São Paulo, a proporção de condenação a negros é maior que a de brancos (71% e 67%, respectivamente). Apesar de a frequência de absolvição ser similar (11% para negros e 10,8% para brancos), quando analisadas as diferenças nas tipificações de “posse de drogas para consumo pessoal”, em que a pessoa é enquadrada como usuária e não como traficante, a diferença “em favor” dos brancos aumenta: 7,7% , em comparação com 5,3% para negros. Para piorar, negros foram processados por tráfico com quantidade inferior de maconha, cocaína e crack. Enquanto com brancos, a mediana de apreensão foi de 85 gramas para maconha, 27 gramas para cocaína e 10,1 gramas para o crack, para réus negros as medianas foram respectivamente de: 65 gramas, 22 gramas e 9,5 gramas. Cabe ressaltar que, segundo os dados do Censo de 2010, 63,9% da população de São Paulo se autodeclarou branca e 34,6% negros (IBGE,

2012), ou seja, quase o dobro, o que reforça a constatação da maior criminalização da população negra.

De acordo com o Levantamento Anual do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase) 2017, dos 16.716 adolescentes no Sinase que tinham registro de raça ou cor (sendo que outros 9.393 não tinham registros), 10.532 eram negros, ou seja, 63%. Tráfico e associação ao tráfico de drogas foram o segundo ato infracional de maior incidência (atrás de roubo), sendo o primeiro no caso de adolescentes mulheres (Brasil, 2019). Podemos constatar, então, que a GD já atua como mecanismo de barragem ao negro e à negra desde sua infância e adolescência. Ademais, ao prendê-lo ou matá-lo, sua atuação e função não se refere apenas ao imobilismo social, em termos de ascensão social, mas, em última instância, enquanto barragem da vida, de humanização.

Segundo pesquisa intitulada *Um tiro no pé*, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Lemgruber et al., 2021), a partir de dados orçamentários de 2017, apenas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo foram gastos R\$ 5,2 bilhões para manter a GD, sobretudo nas favelas e periferias, sendo um pouco mais de R\$ 1 bilhão no primeiro e de R\$ 4,2 bilhões no segundo. Este montante, além de produzir morte e sofrimento, acentuando a já brutal desigualdade do país, não teve qualquer resultado naquilo que se propôs, ao menos no discurso e na aparência: a extinção do consumo de drogas – nem mesmo a redução. Dessa forma, as pesquisadoras concluem que a proibição das drogas no Brasil é *um tiro no pé*, custa muito caro e não traz resultado, sendo, portanto, ineficiente.

Entretanto, se deixamos de analisar a GD por sua aparência, isto é, o que formalmente se propõe, e a analisamos em termos do que ela concretamente se propõe (e faz), do seu conteúdo e implicações, em suma, de sua concretude – como mecanismo de barragem do negro –, constatamos que, ao invés de *um tiro no pé*, estratégia falida ou ineficaz, se trata de uma política extremamente eficiente. Por exemplo, o retorno que o Estado tem de seu “investimento”, em termos da criminalização, do encarceramento e do extermínio da massa sobrando preta, pobre e periférica; o que se economiza ao terceirizar a gestão da vida (e da morte) aos grupos vinculados ao tráfico (que são mantidos e fortalecidos pela própria política proibicionista); os próprios imbricamentos do Estado com o tráfico de drogas e de ambos com o mercado financeiro (que gerencia os montantes do tráfico); os ganhos no plano ideológico (p. ex. a manutenção da narrativa do inimigo interno, individualização das mazelas sociais etc., que trabalharemos a seguir); e a acumulação proveniente do setor da “segurança”, afinal, as armas que matam negros são tão mercadorias quanto as drogas. No próprio relatório, sinalizam que se o objetivo é

submeter minorias raciais ao encarceramento e à violência, tornar o mercado de drogas ilícitas mais lucrativo e alimentar o comércio internacional de armas e munições, é possível dizer que a *proibição funciona* (Lemgruber et al., 2021: 9).

Tudo isso faz da GD uma das experiências mais sofisticadas e exitosas de nossa formação social.

Trata-se da criminalização, do encarceramento e do extermínio de negros e *trabalhadores*, o que nos leva aos imbricamentos de classe e raça; à divisão social e racial do trabalho, com negros ocupando sistematicamente posições mais precarizadas, como os trabalhos informais ou, mesmo, atividades ilícitas – resultado do peneiramento e dos mecanismos de barragem que tolhem dele uma série de oportunidades. Em consonância a Daniela Ferrugem (2018), há uma profunda sinergia entre raça e classe na produção da GD, expressando as múltiplas determinações de nossa formação social. Como explicita Gabriel dos Santos Rocha (2021), a modernização capitalista brasileira se deu “acomodada às estruturas coloniais arcaicas, e manteve a racialização da exploração do trabalho empurrando o negro para os estratos mais precarizados da sociedade de classes”. A própria presença majoritária de negros trabalhando no tráfico reforça que:

[e]m determinada fase de nossa história econômica, houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas, através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações, ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e os seus descendentes diretos predominassem (Moura, 2019: 102-103).

Soma-se ainda a isso um aparato asilar-manicomial, que é também privativo, numa lógica de mercantilização dos processos de cuidado para pessoas com problemas associados ao consumo de drogas e que vem se reinstitucionalizando e reformulando – mais na aparência que no conteúdo – num contexto de contrarreforma psiquiátrica. Podemos dar como principais exemplos, as comunidades terapêuticas enquanto novos (velhos) manicômios que também se voltam à segregação, ao asilamento e controle, e não de quaisquer pessoas, mas sobretudo de negros e pobres – com chancela estatal, aliás. Inúmeras violências e violações de direitos são cometidas por tais instituições, conforme é fartamente documentado tanto em pesquisas de caráter regional, como as conduzidas em Minas Gerais (Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, 2016) e São Paulo (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016), como as nacionais (Conselho Federal de Psicologia, 2011; 2018). Tais instituições de violência, cujo caráter violento não se resume à práticas mais extre-

mas, mas pela própria lógica manicomial que as rege, mesmo que tergiversem retoricamente – por mais que estas práticas também sejam cometidas por uma parcela significativa das CTs como as pesquisas supracitadas elucidam – ganham terreno e força política ao se passarem por instituições de tratamento, de cuidado, acompanhando a ascensão fundamentalista religiosa e embebidas no pânico social e moral das drogas como males em si; ou seja, a base discursiva da GD. Por isso, conformam mecanismos de barragem ainda mais insidiosos, devido à dificuldade de serem reconhecidos como tal.

A GD, direta ou indiretamente (como no caso do asilamento-manicomialização travestido de cuidado), produz mecanismos de barragem ao negro; a GD e seus braços, suas ramificações como um mecanismo de barragem – atrelado a outros. Ao reiterar e reatualizar mecanismos ideológicos de barragem, historicamente sintetizados na noção do negro como inimigo interno, causa de nossos problemas sociais e, por conseguinte, devendo ser morto ou preso (Moura, 2019; 2021). Inimigo interno por ser negro e, sendo negro, perigoso, cuja periculosidade aumenta enquanto negro e drogado (cuja doença o retira as faculdades mentais, tornando-o incontrolável) ou negro-traficante, como veremos. De acordo com Moura (1988: 46), “identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não brancas em criminosas em potencial”. Assim, para compreender a GD como barragem não apenas ao negro, mas ao negro da classe trabalhadora (mormente pauperizado, periférico e jovem), é necessário analisar como se dá a produção deste como trabalhador no tráfico, mais especificamente como essa produção objetiva se alia à construção ideológica do negro como traficante, justificando sua criminalização, prisão e extermínio.

O trabalho no tráfico como mecanismo de barragem e a construção do negro como traficante

A produção do negro como traficante em nossa realidade diz muito sobre uma série de determinações econômicas, políticas e ideológicas. Passa, primeiramente, por mecanismos econômicos de barragem (Moura, 2019) ou “mecanismos de direcionamento econômico” que conformam uma “sistemática de peneiramento” (Moura, 2021: 31). Com a passagem sem rupturas da estrutura escravista à sociedade competitiva (o capitalismo dependente brasileiro), forja-se uma condição segregadora – de marginalização, nas palavras de Moura –, em que o negro é sumariamente alijado do mercado formal de trabalho, ou mesmo do informal, como demonstrado no/pelo tráfico. Para o negro, a passagem da escravidão *stricto sensu* ao trabalho livre assalariado se dá, sobretudo, na forma do desemprego, de atividades informais, esporádicas, quando não ilícitas (como sobrevivência).

De modo a justificar essa situação, cria-se um conjunto de ideias mistificadoras, como a do negro indolente, preguiçoso, mau cidadão, incapaz do trabalho assalariado etc., contrariando a própria concretude do negro como sinônimo dos trabalhos mais exaustivos e superexploratórios; como elemento de dinamização de nossa sociedade – até mesmo por negá-la (Moura, 2014). “Elementos ideológicos de barragem social” (Moura, 2019: 94), que emanam dos mecanismos econômico-políticos de barragem presentes até mesmo na classe trabalhadora, criando clivagens e hierarquizações não só inter, mas intraclasses e contribuindo para empurrar o negro às franjas mais subalternizadas da classe trabalhadora. Logo, a condição de inferiorização do negro diz dessa amálgama objetivo-subjetiva: ele é subalternizado objetivamente, e tal realidade objetiva é subjetivada de maneira mistificadora, sendo expressa idealmente de modo que seja justificada e perpetuada. Ao tirar os grilhões físicos da escravidão, a classe dominante (branca) precisou criar ou remodelar outros grilhões objetivos e subjetivos, como forma de manter tal barragem ao negro.

Conforme atestaram Pedro Henrique Costa, Kíssila Mendes e Ítalo Guedes (2021), em revisão da literatura, em nossa realidade presente o tráfico como trabalho se põe a muitos jovens negros e periféricos como uma das poucas possibilidades concretas de sobrevivência, num contexto de precariedade, pauperização e constante alijamento do mercado formal de trabalho, com o exército industrial de reserva (EIR), a superpopulação relativa na apreensão de Marx (2013), bem como o grosso da força de trabalho superexplorada – como apreende a teoria marxista da dependência – sendo mormente negros/as. Pesquisas são unânimes em reportar o óbvio: que o trabalho no ciclo das drogas ilícitas é majoritariamente negro, jovem, pauperizado e periférico, cujas forças de trabalho são superexploradas (Costa, Mendes & Guedes, 2021).

O ciclo das drogas, isto é, a produção, comercialização e a realização de tais mercadorias no/pelo consumo, como qualquer atividade produtiva no modo de produção capitalista, requer trabalho humano e dispêndio de força de trabalho como produtora de mais-valor. A base da GD, que é a proibição de determinadas drogas-mercadorias – proibição, aliás, alicerçada em preceitos raciais e racistas (Carneiro, 2018; Saad, 2013) –, não faz com que o trabalho para produzi-las e comercializá-las deixe de ser trabalho, apenas que se torne ilegal, com todas as consequências deletérias para quem trabalha: ausência de regulação e, portanto, de um colchão de direitos protetivos mínimo e a violência exacerbada na disputa por tal mercado. Logo, a ilicitude de algumas substâncias, que resulta na ilegalidade de seus ciclos, é útil ao ciclo de reprodução do capital; até porque agrega valor às mercadorias – no caso, às drogas-mercadorias –, e, por conseguinte, ao seu mercado.

Nesse sentido, o caráter de ilicitude do ciclo de determinadas drogas, lido socialmente como *mau*, é, no seu conteúdo e concretude, *bom*, no que se refere à reprodução do sistema. Essa dialética *bom-mau* manifesta-se na forma como os agentes também são lidos socialmente. No caso do negro, é permitido produzir mercadorias, comercializá-las, e, nisso, contribuir para a geração de riqueza, desde que esta não seja apropriada por ele. Contraditória e complementarmente – eis a dialética –, ele é punido por isso, mesmo que não se aproprie do valor produzido por sua força de trabalho, como demonstram tanto os dados sobre a dinâmica de trabalho no tráfico (Costa, Mendes & Guedes, 2021), quanto os de encarceramento em massa e homicídios estatais supracitados que têm na GD seu principal mecanismo.

Assim, o trabalho no tráfico para o negro, ao mesmo tempo que uma possibilidade concreta de manutenção e reprodução social, “impede” ou “tolhe” sua ascensão social ou mobilidade vertical – não só em termos dos parcos ganhos para o grosso dos/as trabalhadores/as, cujas forças de trabalho são superexploradas na base do tráfico, como pelo encarceramento e extermínio. Enquanto na aparência fenomênica se apresenta como possibilidade de ascensão social, acaba por detê-la – com as exceções que, usualmente, são tomadas como regras, universalizadas. Para reforçar o caráter de *ruindade*, *maleficência* destas ações, foi necessário acoplá-las a indivíduos igualmente *ruins* ou, segundo Moura (2021), *maus cidadãos*. Da mesma forma, a má condição de tais indivíduos reforça o mau caráter de tais ações – e vice-versa. Ou seja, *más atividades* para *maus indivíduos*; *atividades más*, pois de *maus indivíduos*; *indivíduos maus* porque em *más atividades*.

E tal caráter impeditivo advém do proibicionismo, fundamento da GD e materializado nela/por ela, que tem nela a sua forma contemporânea. Por isso mesmo, não se pode desconsiderar as ramificações e implicações da mesma no âmbito das relações produtivas, no mundo do trabalho, que se plasmam àquelas mais evidentes de *barragem* pela criminalização, encarceramento e extermínio em massa, como discorremos. É assim que a GD se faz (mais) um mecanismo de barragem ao negro, da mesma forma que plasmada e consubstanciada por outros mecanismos que remetem às particularidades de nosso capitalismo dependente, racista.

Ao ampliar o entendimento do caráter impeditivo do tráfico, conforme Costa, Mendes e Guedes (2021: 16), “as condicionalidades de inserção e trabalho no tráfico, propositalmente contribuem para obstaculizar processos de organização e mobilização destes jovens e, conseqüentemente, de consciência de classe”. O caráter de *barragem*, pois, não é apenas à mobilidade vertical ou ascensão social, mas à organização política e emancipação humana. E isso se dá ao canalizar e orientar estratégias e mecanismos de revolta contra a ordem só que, em última instância,

se voltam contra os próprios indivíduos ou, no máximo, reiteram mecanismos de ação individuais (e individualistas) e falácias meritocráticas. Para além da satisfação de condições objetivas de vida (conseguir comer, ter lugar para morar, roupas para vestir etc.), o tráfico também cumpre papel de socialização, provê sentimentos de pertencimento, de identificação, ao mesmo tempo que se manifesta como mecanismo de revolta sobretudo a jovens, negros, pobres e periféricos, cuja normalidade da vida se dá na/pela negação de uma vida digna. Ora, há de se esperar que tais indivíduos, como reação, criem ou adotem “mecanismos de defesa específicos para tal estado de coisas, elaborando um verdadeiro código de honra de lealdade entre si e de hostilidade às pessoas, grupos ou instituições que representam as forças de repressão” (Moura, 2021: 32). “Alguns descarregam esse sentimento de frustração na criminalidade e na agressão pura e simples” (Moura, 2021: 33). No entanto, questionamos se (e em que sentido) tal protesto e revolta via tráfico fortalece ou tolhe o negro enquanto sujeito político e sua capacidade de transformar nossa sociabilidade.

Conforme Moura (2021), um dos motivos para a marginalização do negro foi o tolhimento da capacidade do escravizado elevar suas lutas no plano da consciência, em decorrência da sua condição de escravizado – era difícil estabelecer outra ordenação social, quando se lutava no dia a dia pela sobrevivência. Nesse sentido, “somente através do espírito de rebeldia, da luta e da reelaboração de comunidades livres, ele conseguia a sua reumanização” (Moura, 2020a: 38). A “sublevação quilombola contra o aparelho repressor” (Moura, 2020a: 39), isto é, contra o Estado escravista, ao se confrontar com todo um aparato de violência, só podia combatê-lo “com uma violência idêntica em sentido contrário”; “o escravo tinha de rebelar-se e de usar a violência contra o aparelho de dominação militar, ideológica e política que o desumanizava como ser” (Moura, 2020a: 39). Porém, o trabalho no tráfico e suas implicações não se voltam à *reelaboração de comunidades livres*, à emancipação humana, mesmo que se confrontem contra o aparelho repressor estatal.

Ademais, ao considerar a dinâmica de profunda precarização e violência do tráfico, mesmo entendido também como protesto/revolta, que se volta contra o Estado ou agentes estatais, ao invés de uma negação da negação (negação de uma realidade desumanizante, espoliadora de humanidade, de uma condição negada, pela afirmação e resgate de humanidade), tal como as rebeliões da senzala (Moura, 2014; 2020a), na verdade corrobora uma condição oprimida, explorada – até por se tratar de uma disputa mercantil, cuja linha de frente é de trabalhadores em condição de trabalho alienado e superexplorado. A apreensão das múltiplas mediações, determinações e sentidos do tráfico não é, portanto, idealização e romantização do mesmo; apenas um exercício de analisá-lo em sua concretude.

2. Ao trabalhar com as noções de marginalização, franja ou massa marginal, Moura questiona categorias como EIR ou superpopulação relativa para expressar e explicar especificidades da população negra. Segundo Moura (1983: 133), nossa economia dependente, no pós-Abolição, já sob jugo imperialista, necessitou “de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros [...] Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias”.

Todo esse processo se atrela também à própria desconsideração da atividade no fluxo das drogas como trabalho, ao passo que reforça, mesmo que inconscientemente, a construção ideológica de que *trabalho ruim* é sinônimo de *mau cidadão*: de negro/a. Conforme Moura (2021: 37), “*ruindade e bondade* são conceitos criados por uma classe social que detém condições de estabelecer o que é *bom* e o que é *mau*, de acordo com os valores e ideias dominantes”. Ao se tratar de construção ideológica, aliás, expressa e justifica no plano das ideias a dinâmica e estrutura de dominação. Temos, assim, a mistificação e inversão da funcionalidade da ilicitude das drogas e seu ciclo, isto é, do quanto são *bons* para nosso capitalismo dependente e suas classes dominantes (brancas), apesar de *maus* para a classe trabalhadora, especialmente para os/as trabalhadores/as negros/as.

Na esteira de Moura (2021), toda esta discussão sobre bom ou mau serve para conhecermos o que está por trás da mesma e sua funcionalidade, retirando a análise e a crítica do âmbito da moralidade, e desfazendo-se de noções dicotômicas/maniqueístas, mas apreendendo dialeticamente as múltiplas mediações que fazem do real concreto, concreto. Em nosso caso, a crítica à GD, que não se produz no vazio, mas cujos chãos históricos são os da formação social brasileira enquanto particularidade do modo de produção capitalista.

Uma ponderação a ser feita diz respeito à noção de *marginalidade*, de *marginalização* trabalhada por Moura para caracterizar a situação do negro em nossa realidade². Não discordamos da análise e denúncia operadas pelo autor acerca da condição subalternizada, pauperizada e a marginalidade territorial de uma configuração urbana gentrificada, decorrente da amálgama exploratório-opressiva de nossas estruturas classistas e racistas; de sua condição subalternizada na própria classe trabalhadora, cuja hierarquia da estrutura produtiva o aloca no desemprego ou nas atividades “menos significativas social e economicamente (Moura, 2019: 105); da dupla condição de desumanização enquanto negro(a) e trabalhador(a). Contudo, circunscritos à formação social brasileira, tais processos de “marginalização”, não são marginais, mas centrais; não estão à margem, mas no cerne de nosso desenvolvimento.

Ademais, assim como o negro escravizado e seu trabalho eram elementos de dinamização da estrutura produtiva da economia, no regime escravista, o trabalho assalariado dos negros, nas condições rebaixadas do capitalismo dependente brasileiro, também apresentam funcionalidade dinamizadora da teia produtiva no presente. O fato de se darem em condições degradantes diz, justamente, da particularidade do capitalismo dependente brasileiro e de sua estrutura racista, que carece de produzir tal excedente populacional e se utiliza dele para rebaixar ainda mais as condições de reprodução das forças de trabalho, ao passo que, por estes meca-

nismos, maximiza a produção e apropriação de mais-valor. Se o racismo opera não apenas *interclasses*, mas *intraclasse* de modo a hierarquizar trabalhadores, “pois o interesse das classes dominantes é vê-lo [o negro] marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto” (Moura, 2020b: 215), então, o negro e o racismo – que estrutura a dinâmica produtiva, o mundo do trabalho – não são marginais, não marginalizam o negro; pelo contrário, o subalternizam colocando-o no centro das relações de produção – de maneira subalternizada.

O extermínio não significa que o trabalhador precário negro, enquanto EIR, não tenha utilidade, seja descartável, mas que seu volume é tão grande que mesmo algumas “perdas” não rebaixam tal montante a um quantitativo que anule o seu sentido e o seu papel em nossa dinâmica social. Nesse interregno, descobrem-se maneiras de se lucrar com isso, ao passo que se opera toda uma lógica de controle – até mesmo preventiva – dessa massa sobrança que expressa em si as contradições do sistema, trazendo consigo potencial revolucionário – devido à sua quantidade e às próprias condições de vida. No caso do tráfico de drogas, aliás, o fato de ele ser ilegal e realizado pelo EIR (negro), faz dele produto e alavanca de acumulação capitalista, como apregoou Marx (2013) para as atividades ilícitas e à própria superpopulação relativa. E, num contexto de ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, por meio de contrarreformas, não só o tráfico tende a se apresentar como alternativa a um número maior de pessoas (negras, pauperizadas, jovens e periféricas), como a dinâmica do trabalho legal, cada vez mais informal e precária também tende a se assemelhar cada vez mais à do tráfico (Costa, Mendes & Guedes, 2021).

Temos, portanto, a noção de *traficante* como sinônimo de negro, pauperizado e periférico, como construção ideológica altamente sofisticada na esteira das produções históricas do *negro bom escravo* e *mau cidadão*. Do mesmo modo que o termo traz uma conotação negativa que reforça a condição social do negro, justificando e recrudescendo ainda mais sua segregação, criminalização, encarceramento e extermínio, tal conotação negativa também já diz de sua utilização para caracterizar o negro; uma continuidade histórica, em que o “novo” diz da maior complexidade do presente, mas que não se produz do nada, no vácuo: um novo-velho, moderno-arcaico, característicos da formação social brasileira. Se “estabelecer o negro como *mau cidadão* foi a violência necessária que fundou o projeto republicano e a modernização capitalista no Brasil” (Queiroz, 2021: 277), reatualizar e sofisticar tal noção, por meio de novas roupagens – com velhos conteúdos –, serve ao recrudescimento da violência contra o mesmo como normalidade.

Reitera-se o negro como negativo – corolário do branco como positivo – ou adiciona a ele mais *tintas de negatividade*, ao atrelar sua imagem à do traficante. “Quando se

fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão” (Moura, 2021: 27), até porque é tudo traficante, conforme o senso comum; ou é traficante porque é mau cidadão – *quando* se é cidadão. Caso ficasse na passiva espera da morte, aceitando sua condição subalternizada, tudo bem; o problema é buscar emprego, trabalhar, revoltar-se. Não à toa, a noção de traficante colide com a de cidadão; são antagonistas, cujas relações se dão na base da negação uma da outra; se se é um, não se pode ser o outro. Conforme Clóvis Moura:

É visto ainda como mau cidadão negro aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra. É exatamente aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão (Moura, 2021: 29).

O negro: de objeto da GD a agente de sua superação

A partir do exposto, constatamos que a GD não se volta às drogas-mercadorias, mas às mercadorias que as produzem: as forças de trabalho que têm classe e raça muito bem definidas. Se “[o] racismo brasileiro quer um país ‘eugênico’” (Moura, 1994: 32), ele precisa de meios para isso. A GD é um deles. A nosso ver, o principal em nossa realidade contemporânea; um grande aparato de barragem ao negro, conjugando e reiterando mecanismos de barragem ideológicos, econômicos e políticos. Nada mais sofisticado e eficaz que mecanismos e estratégias impeditivos, cerceadores e *eugenistas*, sem serem reconhecidos como tal; parafraseando Moura (2019: 109), para quem o Brasil “teria de ser branco e capitalista”, a *Guerra às Drogas* no Brasil teria de ser *negra e capitalista*, ou melhor dizendo, *contra negros e capitalista*.

Assentados na sociologia da *práxis negra* de Clóvis Moura (Oliveira, 2009), em sua historiografia que apreende a dialética radical do negro no Brasil e do Brasil negro (Moura, 2020b), se a GD tem o negro como seu principal objeto, o negro, dialeticamente, se põe como o sujeito de negação e superação da GD. Se a interpretação *mouriana* sobre a realidade brasileira contribui para que “o negro saia da condição de objeto da história para reaparecer como agente humano e elemento dinamizador da ordem social” (Queiroz, 2021: 261), a extração de suas análises e reflexões para a crítica da GD, objetiva que o negro saia da condição de objeto da mesma para reaparecer como agente humano e elemento dinamizador das políticas sobre drogas, passando pela superação da GD.

Nesse sentido, é premente demarcar a importância do *protesto negro* (e periférico) na crítica à GD e seu caráter classista e racista. Grupos, partidos, políticos, organizações, movimentos sociais, militantes, pesquisadores, as próprias vítimas do genocídio, negros(as) têm permanentemente atuado e denunciado a GD, apontando para a sua superação, numa perspectiva antiproibicionista³. A partir da análise *mouriana*, entendemos tal movimento como uma necessária e potente forma de *aquilombar* a luta antiproibicionista, de *quilombagem* da luta antiproibicionista ou de *aquilombamento antiproibicionista*. Algumas das próprias alternativas ao proibicionismo e à GD, na forma de propostas de legalização e regulamentação das drogas, têm sido questionadas em termos de suas insuficiências quanto à população negra, quanto ao seu caráter antirracista, como, por exemplo, se pautam medidas de reparação histórica às vítimas e a concessão de anistia a pessoas condenadas por associação ao tráfico no âmbito varejista (Oliveira & Ribeiro, 2018; Prado, 2020; Ribeiro, Elias & Oliveira, 2020; Telles, Arouca & Santiago, 2018).

Resgatamos, então, as categorias de *grupos diferenciados* e *grupos específicos* trabalhadas por Moura (2019; 2021) a partir dos conceitos de *classe em si* e *classe para si* de Marx. No caso da GD, o negro é tido como seu objeto – e objeto de controle ou de extermínio; uma alteridade genocida, na qual o outro aparece como não ser, negado, objetificado ou como alvo a ser derrubado concretamente. Não por acaso, a sua sinonimização de traficante, bandido etc. Nisso, ele é lido socialmente como *grupo diferenciado*. Logo, quem não é negro não é bandido, traficante, *mau cidadão*, ou quem não é bandido, traficante, *mau cidadão*, não é negro (é branco). Por isso, não é de se espantar as diferenças de tratativas, desde a mídia até o Judiciário e sua recepção pela sociedade, nos casos de tráfico com pessoas negras e brancas. Ou seja, o caráter eugênico, de embranquecimento da GD – expressando de maneira particular o de nossa própria sociabilidade – se mostra não apenas na criminalização, encarceramento e genocídio negro, mas na reprodução e reiteração do branco como sinônimo de não traficante, justamente por ser branco; no máximo, uma pessoa que se desviou de si – nisso, assemelhou-se ou se aproximou ao/do negro – ou foi vítima de quem, de fato, produz e comercializa as drogas: o negro.

Contudo, como forma de sobrevivência, temos visto a passagem do grupo diferenciado ao específico. Segundo Moura:

O grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico na medida em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico, ou mecanismos de integração na sociedade (Moura, 2021: 275-276).

3. Rememoramos Marielle Franco, parlamentar mulher, negra, periférica e socialista, que, pouco antes de ser assassinada, questionou: “Quantos mais vão precisar morrer para essa guerra acabar?”. Citamos também alguns movimentos, como a Iniciativa negra por uma nova política sobre drogas, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa), Rede de Observatórios da Segurança, dentre outras, não descartando também a atuação de variados e destacados militantes e pesquisadores. Certas referências aqui colocadas são de alguns destes atores e iniciativas.

No caso do negro, os grupos específicos possuem utilidade de reconhecimento, de identificação, de elevação de consciência acerca de sua condição numa sociabilidade racista e, nisso, de organização coletiva, de sobrevivência, de resistência, impedindo processos de subalternização por completo – ou dirimindo os efeitos da subalternização. Trata-se de uma defesa contra os mecanismos de barragem. Dialeticamente, ao serem subjugados, embarreirados, diferenciados, negam tais movimentos, afirmando-se nas/pelas suas diferenças – a *negritude* como afirmação positiva –, ao mesmo tempo que vão além: o exemplo histórico mais evidente – e bastante trabalhado por Moura – foram os quilombos, o que o autor, numa análise totalizante, veio a denominar de *quilombagem* (Moura, 2020a; 2020b).

Na análise sobre a GD, o negro, ao ser seu principal alvo e vítima, se organiza e se põe como seu principal antagonista; coloca-se como o sujeito de denúncia, como negação e resistência à mesma e na mobilização para o seu fim. Com isso, terá reforçado seu caráter de *mau cidadão*, afinal o *bom negro* é aquele que não questiona, critica etc. Trata-se, portanto, de reconhecer o caráter racial e racista da GD para que se tenha consciência do caráter racial e racializado de sua negação, de sua superação. Um processo de racialização consciente – até porque já é racializado, mesmo que não se tenha consciência disso – para a desracialização não só da GD, mas da sociabilidade que a produz e é conformada por ela, forjando, uma democracia, de fato, racial e social; uma unidade na diversidade, orientada à emancipação humana.

Para Moura (2021), o *grupo específico* possibilita uma elevação de consciência e possibilidade organizativa. Entretanto, como *grupo*, não é possível concretizar um salto qualitativo em termos da emancipação humana, dos grilhões objetivos e subjetivos não apenas de raça, mas de classe – que se produzem de maneira imbricada. Para isso, os grupos precisam se reconhecer desde suas classes, não havendo necessidade de organização separada, de modo que a força social que dinamize a sociedade seja “a classe oprimida a que o membro de cada grupo específico pertence” (Moura, 2021: 329). O reconhecimento da especificidade, que é especificidade de um todo, ao mesmo tempo que o faz totalidade, enquanto elevação de consciência e mediação para uma consciência de classe para si, de modo que

os membros que visualizaram a sua classe como a unidade fundamental – estrutural e dinamicamente – colocam em segundo plano os grupos específicos aos quais pertencem e passam a viver a realidade, o dinamismo e as lutas de classe. Não mais como negro, mas como operário, assalariado, agrícola, meeiro, etc. Sua consciência passa a exigir uma práxis dinâmico/radical: uma posição política (Moura, 2021: 330).

Da mesma forma, seguindo a trilha analítica *mouriana*, *grupos específicos* que paulem mudanças nas políticas sobre drogas e, por conseguinte, o fim da GD e do proibicionismo, a despeito de sua relevância como *grupos específicos*, devem procurar vincular-se ao conjunto de lutas e formas organizativas da classe trabalhadora. Trata-se de (re)alocar a crítica à GD, a luta antiproibicionista, no bojo da luta de classes – sem desconsiderar suas nuances. A análise *mouriana* sobre a formação social brasileira, desde seu marxismo original, aqui apreendida para a crítica da GD, nos lega que a luta antiproibicionista deve ser, por coerência, antirracista e anticapitalista (e contra quaisquer formas de exploração e opressão).

Por fim, ressaltamos a própria *práxis mouriana*, como caracterizou sua filha, Soraya Moura (2021, s/p) “um homem da *práxis*”, sua militância comunista junto a partidos revolucionários, e fora deles, sua importância no/ao movimento negro (França, 2014), bem como suas múltiplas formas de apreender a realidade e nela atuar, enquanto jornalista, sociólogo, historiador, poeta etc. Novamente, trazendo para a crítica da GD, a *práxis mouriana* nos ensina a importância de análises totalizantes que rasurem a compartimentalização do saber, e que as formas e as frentes de luta são diversas, dizendo da própria complexidade da realidade, mas, ao mesmo tempo, da potência do ser humano enquanto agente desta mesma realidade.

Considerações finais

No presente trabalho, discorreremos sobre as contribuições de Clóvis Moura à crítica da *Guerra às Drogas* em nossa realidade presente. Desde a sua análise sobre a formação social brasileira, apreendemos como a GD constitui um importante aparato de barragem ao negro, desde sua faceta mais evidente, por meio de mecanismos de criminalização, encarceramento e extermínio, até a forma como se atrela a outros mecanismos de barragem econômicos, políticos e ideológicos (sendo conformada por eles e os conformando), corroborando a construção histórica do *negro como mau cidadão* – neste caso, como traficante. Por fim, assentados em sua *sociologia da práxis negra*, debatemos o negro como sujeito político, agente de crítica, negação e superação da GD, vinculando a luta antiproibicionista à luta de classes e orientada a um horizonte antirracista e anticapitalista.

Acreditamos, com isso, demonstrar a pertinência deste incontornável personagem de nossa história e sua validade para o conjunto de lutas no presente. No caso específico da crítica e superação da GD a partir da luta antiproibicionista, evidenciamos como a mesma pode se fortalecer ao se nutrir das *armas da crítica mourianas*, forjando uma *práxis radical*, que tome a própria *práxis* de Moura como fundamento.

Referências

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Levantamento Anual Sinase, 2017*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

_____. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias, 2021*. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>>. Acesso em: 03 Mar. 2022.

CARNEIRO, Henrique. *Drogas: a história do proibicionismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. Ministério Público Federal. *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas*. Brasília: CFP; MNPCT; MPF, 2018.

_____. *Relatório da IV Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*. Brasília: CFP, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP-SP). *Relatório de inspeção de comunidades terapêuticas para usuárias(os) de drogas no estado de São Paulo: mapeamento das violações de direitos humanos*. São Paulo: CRP-SP, 2016.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira; GUEDES, Ítalo de Oliveira. Juventude brasileira e o trabalho no tráfico de drogas: pauperização, precarização e superexploração. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, v. 14, n. 3, e18452, 2021.

DOMENICI, Thiago; BARCELOS, Iuri. Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas em São Paulo. *Pública*, São Paulo, 6 de maio de 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 09 Dez. 2021.

FARIAS, Marcio. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Dandara, 2019.

FERRUGEM, Daniela. *Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FRANÇA, Edson. A importância de Clóvis Moura para o movimento negro. *Princípios*, n. 129, p. 33-36, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo: FBSP, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEMGRUBER, Julita et al. *Um tiro no pé: impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo. Relatório da primeira etapa do projeto “Drogas: quanto custa proibir”*. Rio de Janeiro: CESeC, 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Dandara, 2021.

_____. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

_____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

_____. O racismo como arma ideológica de dominação. *Princípios*, n. 34, p. 28-38, 1994.

_____. Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 2, n. 2, p. 44-46, Abr.-Jun. 1988.

_____. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, n. 14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Soraya. *Clóvis Moura: uma biografia*. Entrevista online com Soraya Moura [Entrevista concedida a] Jeferson Garcia. Fundação Dinarco Reis, São Paulo, Nov. 2021. Disponível em: <<https://fdinarcoreis.org.br/2021/11/04/clovis-moura-uma-biografia/>>. Acesso em: 09 Dez. 2021.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

OLIVEIRA, Nathália; RIBEIRO, Eduardo. O massacre negro brasileiro na Guerra às Drogas. Reflexões sobre raça, necropolítica e o controle de psicoativos a partir da construção de uma experiência negra. *SUR*, v. 15, n. 28, p. 35-43, 2018

PRADO, Monique. “As bocas de fumo devem ser tombadas?”: o que significa reparação histórica para quem trabalha no narcotráfico? *Revista da Plataforma Brasileira de Política de Drogas*, v. 4, n. 4, p. 39-62, 2020.

QUEIROZ, Marcos. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. *Revista Fim do Mundo*, n. 4, p. 254-280, 2021

RIBEIRO, Dudu; ELIAS, Gabriel; OLIVEIRA, Nathália. Justiça de transição como chave pacificadora e reparadora da guerra às drogas. *Revista da Plataforma Brasileira de Política de Drogas*, v. 4, n. 4, p. 87-93, 2020.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Prefácio. In: MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, p. 7-11. São Paulo: Dandara, 2021.

SAAD, Luísa Gonçalves. “Fumo de negro”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SES-MG). *Relatório de vitórias em comunidades terapêuticas do Programa Aliança pela Vida*. Belo Horizonte: SES-MG, 2016.

TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raul. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 18, p. 107-112. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.



Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: relações de poder e violências múltiplas

Recebido: 13.01.22
Aprovado: 23.05.22

Ana Cristina Costa Figueiredo (<https://orcid.org/0000-0003-1765-1996>),
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade do Porto, Portugalⁱ.

Márcia Stengel (<https://orcid.org/0000-0002-9211-9433>),
Programa de Pós-graduação de Psicologia da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais, MG, Brasilⁱⁱ.

Alexandra Oliveira (<https://orcid.org/0000-0002-8453-1719>),
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, Porto, Portugalⁱⁱⁱ.

i. Ana Cristina Costa Figueiredo é pós-doutora em psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, doutora em Psicologia pela PUC-Minas/UMinho. Atuou como psicóloga da Secretaria de Administração Prisional de Minas Gerais. <psianacristina@hotmail.com>.

ii. Márcia Stengel é doutora em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004), com pós-doutorado em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da graduação e do Programa de Pós-graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <marciastengel@gmail.com>.

iii. Alexandra Oliveira é doutora em psicologia pela Universidade do Porto, Portugal, professora auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Resumo. O presente artigo analisa a sexualidade de mulheres em um presídio misto brasileiro, abordando os fatores sociais e subjetivos que atravessam a realidade vivenciada. Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com reclusas. A partir das narrativas, os dados foram organizados a partir dos seguintes eixos temáticos: as violências múltiplas nos relacionamentos afetivo-sexuais; o abandono, a repressão e o fortalecimento dos relacionamentos na prisão; as visitas íntimas; a repressão das necessidades sexuais. Os resultados evidenciaram a ênfase na dimensão afetiva da sexualidade pelas participantes e violências múltiplas em suas vidas. As visitas íntimas, embora previstas legalmente, evidenciam restrições para que sejam realizadas. A forma como vivenciam a sexualidade no cárcere reflete a desigualdade de gênero, a situação desumana e as violências de gênero e estatal na prisão. Em suma, demonstrou-se a primazia da vigilância e os obstáculos para o exercício da sexualidade na instituição prisional, desvelando as relações de poder neste contexto.

Palavras chave: Mulheres aprisionadas. Presídios mistos brasileiros. Sexualidade. Visitas íntimas. Violências.

Women's sexuality in a Brazilian mixed prison: power relations and multiple violence

Abstract. This article analyzes women's sexuality in a Brazilian mixed prison, approaching the social and subjective factors that goes through the reality experienced. Six semi-structured interviews were performed with imprisoned women. From the narratives, the data was organized from the following thematic axes: multiple violence in affective-sexual relationships; abandonment, repression and strengthening of relationships in prison; intimate visits; repression of sexual needs. The results evidenced the emphasis in the affective dimension of sexuality by the participants

da Universidade do Porto, Portugal. <oliveira@fpce.up.pt>

1. No Brasil, a Portaria do Ministério da Justiça (MJ) n. 718, de 28 de agosto de 2017, regulamenta a visita íntima em penitenciárias federais e a Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) n. 04, de 29 de junho de 2011, assegura-a às pessoas presas nos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres. No estado de Minas Gerais, essa modalidade de visita é prevista pelos Regulamentos e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais – ReNP (2016, p. 198), no art. 544.

and multiple violence in their lives. The intimate visits, even if legally expected, have restrictions to be effectively performed. The way women experience sexuality in prison reflects the gender inequality, inhuman situation, gender and state violence in prison. In sum, it was demonstrated the primacy of surveillance and the difficulties to guarantee sexual rights in the prison institution, revealing the power relations in this context.

Keywords: Imprisoned women. Brazilian mixed prisons. Sexuality. Intimate visits. Violence.

Introdução

A sexualidade é um aspecto central da vida do ser humano, que engloba não apenas a relação sexual em si, assim como a orientação sexual, o prazer, a intimidade, a reprodução, as identidades e as performances de gênero (WHO, 2006). Embora seja um elemento de expressiva relevância para a compreensão dos processos de subjetivação em diversos contextos, é frequentemente invisibilizado nas análises acerca do encarceramento (Cunha, 1994; Figueiredo & Granja, 2020; Gonçalves, Coelho & Vilas Boas, 2017).

No contexto prisional, sabe-se que as visitas íntimas podem trazer benefícios para as pessoas aprisionadas, diminuindo a sensação de isolamento e o sofrimento psíquico (Granja, 2015; Pinto & Oliveira, 2020), podendo até mesmo reduzir a probabilidade de reincidência criminal (Mears et al., 2012) e auxiliar no processo de reinserção social (Visher & O’Connell, 2012). Todavia, os contatos externos são geridos como se fossem privilégios e não um dos direitos da pessoa aprisionada (Granja, 2015), sendo utilizados como instrumento de controle (Figueiredo & Granja, 2020; Pinto & Oliveira, 2020).

A monitorização e a institucionalização da vida afetiva e sexual ocorrem a partir da reclusão (Figueiredo & Granja, 2020), sendo impostas limitações aos contatos íntimos e às expressões de afetividade e sexualidade (Comfort et al., 2005). Ainda que a legislação brasileira e, especificamente, a do estado de Minas Gerais¹, onde realizou-se a pesquisa, assegurem a visitação íntima – incluindo casais homoafetivos –, exigências impostas, como exames médicos e documentação comprobatória da união, impedem a maioria das visitas íntimas, revelando o valor dado à instituição casamento e o não reconhecimento de outras formas de relacionamento (Figueiredo & Granja, 2020).

A discussão sobre a sexualidade das mulheres aprisionadas está inserida em um amplo contexto de violência tanto de gênero quanto estatal, observada a partir da perseguição policial e penal às pessoas com características específicas: negras, pobres, com baixo nível de escolaridade (Cappellari, 2018; Carvalho & Mayorga, 2017;

Cunha, 2018; Pimentel, 2016). Elas sofrem múltiplas privações e violências, sendo o aprisionamento a oficialização da exclusão sempre afrontada (Borges, 2019; Carvalho & Mayorga, 2017; Davis, 2018). Nas prisões, violências são notáveis a partir da escassa prestação dos direitos à saúde, assistências social e jurídica, assim como das condições insalubres e desumanizantes presentes, havendo um descumprimento das leis e da Constituição (Pires, 2018). As restrições para a manutenção dos vínculos afetivos e sexuais, sejam elas implícitas ou explícitas (Figueiredo & Granja, 2020), podem ser analisadas como mais uma das violências arrostadas, assim como a desconsideração das especificidades de gênero (Cunha, 2018; Pimentel, 2016).

A primazia de modelos que visam o controle, a disciplina, a vigilância e a disciplinarização dos corpos impede a formação ou manutenção de vínculos sexuais no cárcere, principalmente para as mulheres (Carvalho & Mayorga, 2017; Figueiredo & Granja, 2020). As violências estatal e de gênero contribuem para relações de dominação, estigmatização, invisibilização e exclusão das apenadas (Carvalho & Mayorga, 2017; Granja, 2015; Pinto & Oliveira, 2020). O cotidiano prisional é permeado por desigualdades de gênero (Carvalho & Mayorga, 2017; Figueiredo & Granja, 2020), sendo a liberdade sexual, sobretudo das mulheres, coibida até mesmo pelas normas internas ditadas pelas próprias pessoas aprisionadas (Paz, 2009).

O estrito controle sobre a vida sexual das mulheres pode ser compreendido a partir das heranças históricas e relações de poder que envolvem discursos que se articulam, determinam suas práticas e ditam modos de ser (Foucault, 1977). As mulheres são alvo de objetivos moralizadores e as reclusas são submetidas a uma dupla punição: tanto por transgredirem a lei, quanto pelas normas de gênero, as quais prescrevem características como santidade, pureza, submissão, docilidade e passividade às mulheres (Carvalho & Mayorga, 2017; França, 2014). A sexualidade – já controlada fora das prisões – passa a ser administrada como um dispositivo punitivo, retirando direitos básicos e moralmente infringindo as apenadas (Figueiredo & Granja, 2020). Entre os casais homoafetivos, visitas íntimas geralmente não chegam a serem requisitadas entre as mulheres encarceradas, pois “nem se cogita que recebam visitas íntimas de suas companheiras” (Gonçalves, Coelho & Vilas Boas, 2017). Para os casais heterossexuais, estereótipos de gênero que impõem o cuidado exclusivamente às mulheres trazem impactos na possibilidade de manutenção de vínculos afetivos e sexuais das mulheres aprisionadas que possuem companheiros que se encontram em liberdade e frequentemente as abandonam (Granja, 2015; Lemgruber, 2010; Matos & Machado, 2007). Quando ambos os parceiros se encontram privados de liberdade, as limitações institucionais para o contato recorrentemente impedem o encontro entre eles (Paz, 2009).

Nos presídios mistos especificamente, os homens predominam em números absolutos e nas determinações acerca do acesso aos espaços e às dinâmicas relacionais. As práticas desses estabelecimentos prisionais são androcêntricas e estereótipos de gênero definem comportamentos de homens e mulheres, havendo desigualdade no que é permitido ou proibido de acordo com o sexo. Uma ordem hierárquica é estabelecida, na qual às mulheres cabe uma posição de inferioridade, vigorando-se a oposição binária de gênero e ampliando-se as interdições sobre o corpo feminino (Colares & Chies, 2010). As relações sexuais são permitidas ou proibidas pela administração prisional a partir de critérios regidos pela heteronormatividade (Colares & Chies, 2010), sendo o contato entre homens e mulheres encarcerados recorrentemente coibido, levando-os a manifestarem a afetividade e/ou sexualidade apenas de forma velada (Carvalho & Mayorga, 2017; Paz, 2009).

Tendo em vista a escassez de estudos acerca da sexualidade das mulheres aprisionadas, as violências presentes nas instituições prisionais e o estrito controle exercido sobre suas práticas sexuais em presídios mistos, o presente artigo propõe analisar o exercício da sexualidade de mulheres em presídios mistos brasileiros, abarcando os fatores sociais e subjetivos que permeiam a realidade vivenciada.

Método

Realizou-se uma pesquisa qualitativa (Guba & Lincoln, 1994) com o intuito de se vislumbrar o exercício da sexualidade na prisão através do quadro de referências das próprias mulheres, alcançando-se particularidades de cada uma. Por meio da análise de narrativas orais, buscou-se recuperar trajetórias femininas e apresentar discussões em torno das experiências narradas, revelando as singularidades e as relações apresentadas entre as histórias de vida e os fatores histórico-político-culturais (Kofes, 2001).

O estudo decorreu em um presídio misto, com capacidade para 118 pessoas, no qual cerca de 270 encontravam-se reclusas. Dentre essas, 17 eram mulheres e permaneciam juntas em uma única cela. O número de participantes foi definido por meio da saturação teórica (Glaser & Strauss, 1967) e a amostra foi aleatória, tendo sido entrevistadas mulheres privadas de liberdade que estivessem em um relacionamento afetivo-sexual ou que tenham sido reclusas durante o relacionamento, independentemente do estado civil legalizado ou da orientação sexual.

O perfil das entrevistadas apresentou grande diversidade, contrastando com os dados do perfil nacional das mulheres aprisionadas, como poderá ser observado no

QUADRO 1
PARTICIPANTES DA PESQUISA

	Estado civil	Idade	Etnia	Acusação	Escolaridade	Reclusão
1. Amanda	Solteira	33	Branca	Tráfico de drogas	Ensino méd. incompleto	3ª Reclusão
2. Cláudia	Divorciada	53	Branca	Proveito da prostituição alheia	Ensino fund. incompleto	1ª Reclusão
3. Elisa	Solteira	34	Branca	Proveito da prostituição alheia	Ensino sup. incompleto	1ª Reclusão
4. Gislene	Casada	36	Branca	Tráfico de drogas	Ensino fund. incompleto	1ª Reclusão
5. Karen	Solteira	35	Branca	Estupro de vulnerável	Ensino méd. incompleto	1ª Reclusão
6. Paola	Solteira	32	Branca	Roubo	Ensino fund. completo	13ª Reclusão

Fonte: Dados da pesquisa. Nomes fictícios.

Quadro 1. No Brasil, a população prisional feminina é majoritariamente composta por jovens entre 18 e 24 anos (25,22%), solteiras (58,55%), com ensino fundamental incompleto (44,42%) e presas por tráfico de drogas (59,9%). Em relação à raça, as mulheres pardas e negras totalizam 63,55% da população feminina encarcerada (Brasil, Infopen Mulheres, 2017a). Neste estudo, o perfil das participantes diferenciou-se do perfil nacional, sobretudo no que se refere à raça e aos crimes cometidos. É de se observar que todas as entrevistadas se declararam heterossexuais.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido demonstrando estar de acordo com o objetivo da pesquisa, e o projeto foi aprovado pela Secretaria de Administração Prisional e pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os preceitos éticos foram cumpridos seguindo as Resoluções 466/12 e 510/16.

Foram coligidas entrevistas semiestruturadas (Richardson, 1999), realizadas em junho de 2017, gravadas e transcritas posteriormente. Nestas, os seguintes tópicos foram explorados:

- i.* dados demográficos;
- ii.* histórico da família de origem e modelos de relacionamentos afetivo-sexuais observados durante a infância;
- iii.* informações sobre o projeto de vida da participante e rede de relacionamentos;
- iv.* histórico de envolvimento com o crime e a privação de liberdade;
- v.* expectativas de relacionamento afetivo-sexual que foram construídas ao longo da vida;

vi. histórico dos relacionamentos afetivo-sexuais vivenciados (formação e rompimento);

vii. relacionamento afetivo-sexual vivenciado durante o encarceramento e descrição das dificuldades enfrentadas;

viii. implicações na vida atual.

Escolheu-se a sexualidade das mulheres entrevistadas como foco do estudo, com ênfase nas relações de poder e violências múltiplas facejadas. Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo. Realizou-se uma decomposição das narrativas e identificação de unidades de análise ou grupos de representações para a categorização dos fenômenos, seguida de reagrupamento baseado em analogias e diálogo com a literatura (Richardson, 1999). Algumas categorias foram definidas *a priori*, a partir dos tópicos do roteiro de entrevista, e outras foram provenientes do discurso das entrevistadas.

Resultados e discussão

Os resultados foram organizados a partir dos seguintes eixos de análise: os relacionamentos afetivo-sexuais antes da reclusão: violências múltiplas; os relacionamentos afetivo-sexuais durante a reclusão: abandono, repressão e fortalecimento; as visitas íntimas: barreiras e benefícios; a repressão das necessidades sexuais.

Os relacionamentos afetivo-sexuais antes da reclusão: violências múltiplas

As trajetórias da maioria das entrevistadas reafirmam a violência estatal enfrentada desde a infância e/ou adolescência e a falta de acesso a políticas públicas que pudessem ampará-las. Desde tenra idade, buscaram estratégias de sobrevivência para lidarem com as múltiplas violências: psicológica, sexual, física e/ou financeira (Finckelhor et al., 2005), coexperienciadas interativa ou cumulativamente ao longo da vida, exercendo impacto também nos laços afetivos e na sexualidade.

Os relacionamentos afetivo-sexuais anteriores à reclusão são marcados por violências, tendo sido observada a repetição do ciclo da violência de gênero em âmbito doméstico, com rotinização e cronificação (Smigay, 2000). A desigualdade entre os gêneros pode ter favorecido a permanência nos relacionamentos íntimos (Gomes et al., 2012), assim como o mito do amor romântico (Smigay, 2000). Karen, por exemplo, relatou ter observado casos extraconjugais e agressões do pai direcionadas contra a mãe durante a sua infância. Ela esperava ter um relacionamento

diferente daquele vivenciado pelos pais na vida adulta e jamais aceitar situação semelhante. Entretanto, o primeiro namoro “foi um relacionamento de muita traição” e “agressões físicas”. Ainda assim, ela optou pela continuidade da relação e afirmou: “Ele foi meu primeiro namorado, foi o meu primeiro amor da minha vida. Eu gostava muito, era apaixonada por ele”.

Ao considerar a dinâmica de funcionamento dos relacionamentos afetivo-sexuais e as escolhas dos parceiros amorosos, foi perceptível que a maioria das participantes escolheu parceiros infieis, violentos, alcoolistas e/ou toxicodependentes e envolvidos com a criminalidade, assim como os modelos obtidos na infância. Amanda (33 anos) contou:

Conhecia só gente do meu nível ali. Gente que era envolvida com droga, que não queria nada com nada. Sempre! Nunca conheci uma pessoa. Eu cheguei a conhecer ele, ele que tá aí junto comigo. Ele sim tem uma cabeça boa, sabe? Tem serviço e tudo. Mas, mesmo assim, ele mexia com droga também. Ele vendia, né?

O rompimento dos vínculos afetivo-sexuais aconteceu consecutivamente na vida adulta e os filhos foram gerados sem planejamento por todas as entrevistadas, sendo que duas delas não exerceram a maternagem após nenhuma das gestações. Entre as mulheres que faziam uso abusivo de drogas, os relacionamentos intencionavam apenas a obtenção de prazer instantâneo, conforme relatou Amanda (33 anos): “Não pensava em nada. Só curtidão só. A droga, a senhora me desculpe, essa desgraça dessa droga, o crack, não deixa a gente pensar em tomar banho direito, não deixa. Vive em torno daquilo”. A inserção no contexto de utilização de substâncias psicoativas, a falta de planejamento em torno da maternidade e as bruscas rupturas dos laços – seja com os parceiros amorosos ou com os filhos –, refletem a falta de amparo estatal anterior à reclusão e de políticas públicas que oferecessem aconselhamento e serviços de saúde integral a essas mulheres, incluindo a condição reprodutiva.

Uma representação negativa do sexo foi observada no relato das participantes, algumas vezes desde a infância ou adolescência, especialmente por aquelas que sofreram violência sexual. Paola (32 anos), por exemplo, vivia em situação de rua e teve sua primeira experiência sexual aos nove anos durante um programa, que foi desprazerosa e vergonhosa. A associação entre o ato sexual, a violência e a exploração parece ter exercido impacto em seus relacionamentos.

Três das entrevistadas engajaram-se na prostituição, tendo o sexo como fonte de subsistência e de aquisição de drogas. Paola (32 anos) contou:

É muito ruim, é muito triste você usar o seu corpo para fazer essas coisas. Ainda mais quando você não tem amor, você tem nojo da pessoa. Eu não via a hora daquilo acabar, sabe? Eu fazia aquilo lá para usar droga e eu sentia nojo de mim mesma. Por isso que hoje eu não faço mais programa. Eu prefiro roubar, pedir, do que fazer programa.

Outra das participantes, Gislene (36 anos), afirmou sentir-se “um lixo” em muitos momentos, mas mencionou o sexo como fonte de troca de prazer e afetividade, mesmo durante o tempo em que era trabalhadora do sexo. Sobre um de seus clientes, comentou: “Era muito bom! Ele, sabe, era bom”. Tratava-se de um homem que a satisfazia sexualmente, expressava afeto e também ajudava sua família financeiramente.

De maneira geral, nas narrativas das participantes, o desejo sexual parece ser uma característica marcante dos homens e raramente aparece nas mulheres. Cláudia (53 anos), que foi deixada pelo namorado na adolescência após ter tido sua primeira relação sexual, relatou: “Aí, depois que ele conseguiu o que ele queria [sexo], aí acabou”.

Portanto, a representação e as expectativas construídas acerca da sexualidade ocorreram a partir de experiências nas quais prazer, intimidade e troca afetiva raramente estiveram presentes. Submetidas às violações dos seus direitos, as violências individuais e estruturais interseccionam-se ao longo das vidas (Akotirene, 2019), quando a privação da liberdade se soma a elas (Pires, 2018).

Os relacionamentos afetivo-sexuais durante a reclusão: abandono, repressão e fortalecimento

A vida afetiva e sexual no cárcere é marcada pelo enfrentamento do abandono, rompimento forçado dos vínculos afetivos e sexuais devido às normas institucionais, e/ou busca de estratégias para que eles sejam mantidos por meio da quebra das barreiras estabelecidas nas prisões. Em um sistema penal que não prioriza a reestruturação psicossocial do indivíduo (Rauter, 2007), reflexos são notados em diferentes âmbitos, incluindo os vínculos afetivos e sexuais.

Um dos desafios a serem enfrentados pelas mulheres aprisionadas é o abandono por parte de seus companheiros, o que pode se relacionar às crenças acerca dos papéis de gênero que atribuem o cuidado exclusivamente às mulheres (Figueiredo & Granja, 2020; Lemgruber, 2010). As duas entrevistadas que mantinham relacionamentos anteriormente à reclusão com homens que permaneceram em liberdade não demonstraram expectativa de serem contatadas por eles ao longo do encar-

ceramento, o que é corriqueiro entre as apenadas. Elisa (34 anos) comentou: “Eu sabia que ele não ia vir aqui, que ele é muito de ir pela cabeça das pessoas”. Para elas, não esperar pela visita dos companheiros pode ser um mecanismo de defesa que visa supostamente evitar o sofrimento ao constatarem o abandono.

As mulheres que iniciaram novos relacionamentos durante a reclusão fizeram-no com homens também aprisionados. Embora os homens reclusos não costumem ter dificuldade de encontrar mulheres livres dispostas a se engajarem em relacionamentos amorosos, raramente o oposto acontece (Granja, 2015; Lemgruber, 2010). As normas de gênero podem contribuir para esta realidade, assim como os mitos do amor romântico e da salvação, que podem induzir nas mulheres a fantasia de um relacionamento com parceiros que necessitem delas (Smigay, 2000).

Quando ambos os parceiros se encontram reclusos, as relações são de dominação, o que é comum em presídios mistos, nos quais prevalecem as normas estabelecidas pelos homens (Colares & Chies, 2010). Duas das participantes descreveram terem sido “interditadas” pelos companheiros, ou seja, não poderiam sequer se corresponder com outros homens. Paola (32 anos) explicou que a interdição é feita através de uma carta enviada ao líder do Primeiro Comando da Capital (PCC)² do presídio, sendo que casos de desobediência podem ensejar agressão física: “Ele pode fazer um monte de coisa, só não pode matar”. A facção criminosa intervém nos relacionamentos, corpos e comportamentos, impondo normas que pressupõem a posse do homem sobre a mulher. A forma como essas mulheres vivem a sexualidade nas prisões mistas – ou são impedidas de viver – reflete a ordem hierárquica dominante.

2. Facção criminosa que controla o tráfico de drogas e exerce poder no presídio investigado.

No presídio misto investigado, foram constatados obstáculos institucionais para a manutenção dos laços afetivo-sexuais, com a preponderância de práticas que objetivam o controle e a vigilância dos corpos, o que corrobora estudos sobre essa temática (Carvalho & Mayorga, 2017; Figueiredo & Granja, 2020; Granja, 2015; Lemgruber, 2010; Rauter, 2007) e reforça a lógica do (des)sujeitamento e desumanização presente no sistema penal brasileiro (Cappellari, 2018; Pires, 2018). Gislene, por exemplo, relatou a proibição da visita social com o parceiro diante da inexistência do casamento ou escritura pública de reconhecimento de união estável registrada em cartório, embora esta exigência aplique-se apenas à visita íntima, de acordo com os Regulamentos e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais (2016). Em vista disso, descreveu: “Eu queria até casar para poder nós sair juntos”. Esta situação social desvela a discricionariedade existente, pois os critérios para a visita modificam-se caso a caso.

Por um lado, os obstáculos ao contato íntimo favorecem a dissolução de relacionamentos (Matos & Machado, 2007; Paz, 2009), como ocorreu com Gislene (36 anos), que enfrentou o rompimento do relacionamento com o parceiro, recluso em outro estabelecimento prisional. As limitações para a manutenção da intimidade e a escassez de apoios institucionais nesse âmbito (Comfort et al., 2005), assim como motivações pessoais podem ter exercido impacto em sua decisão. Por outro lado, relacionamentos podem ser fortalecidos após a reclusão (Comfort, 2008; Granja, 2015) por meio de estratégias para o enfrentamento da separação física e rompimento de barreiras (Granja, 2015). A manutenção de contato é buscada através de formas permitidas pela administração prisional, como a troca de correspondência. Por sinal, a prisão enquanto instituição arcaica, com práticas obsoletas, impõe um modo de relação ultrapassado: a carta. Também são utilizados meios para o contato que ultrapassam as normas institucionais, como o envio de bilhetes e a comunicação através das janelas e dos espaços compartilhados.

O estabelecimento prisional no qual a pesquisa foi realizada conta com uma estrutura física precária, o que acabava viabilizando encontros que não ocorrem na maioria das unidades prisionais, nas quais as barreiras físicas são quase impermeáveis. A fragilidade existente tornava exequível troca de olhares e encontros entre homens e mulheres pelos corredores e janelas. Os casais quebravam regras institucionais, visando contato físico. Duas das participantes, por exemplo, relataram ter conseguido beijar os parceiros nos corredores, mesmo sob o risco de serem sancionadas. Paola (32 anos), que conseguia aproximar-se do parceiro quando ele trabalhava na faxina e circulava pela instituição, comentou: “Aí, aqui, nós dava uns beijinhos”. Esse processo de criação para a manutenção dos vínculos afetivos é um modo de resistência, estratégia de confronto, mudança da realidade, luta contra as formas de dominação e produção de novos modos de subjetivação. Conforme Michel Foucault (1979: 241), “a partir do momento em que há uma relação de poder, há também possibilidade de escape”. Destarte, ainda que a vigilância institucional incida sobre a comunicação entre o casal, esta pode ser reavivada (Comfort, 2008) e a troca afetiva pode ser intensificada (Granja, 2015).

Duas das entrevistadas permaneceram no mesmo estabelecimento prisional que os companheiros, o que raramente acontece, e relataram o fortalecimento do relacionamento após a reclusão. Amanda (33 anos) comentou que a comunicação e a afetividade entre o casal foram intensificadas:

Porque a gente sente saudade, falta, né, de tudo o que tinha lá fora. Aqui dentro, uma coisinha, uma cartinha que eu recebo dele é, nossa, é felicidade! Quando eu saio na visita [social] pra ver ele, nossa, parece que faz um ano que eu não vejo!

Os relacionamentos são percebidos como fonte de força para suportarem a difícil realidade (Granja, 2015). Gislene (36 anos) citou como as cartas, as visitas e os bilhetes proibidos ocupam os pensamentos, trazendo alento e reduzindo as dores prisionais (Einat & Rabinovitz, 2012): “E você ficar pensando, assim, no homem... Ah, que saudade e que não sei o quê, já dá uma forcinha porque você sabe que você não pode fazer nada. Então, você fica pensando só com aquele gostinho gostoso”.

Sendo assim, a presença de casais em presídios mistos pode ter efeitos ambíguos para as mulheres. Ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades ao permanecerem em um ambiente voltado para os homens e terem a vida íntima sob constante vigilância, o apoio do parceiro pode aumentar a capacidade de resistência na prisão, além de favorecer as trocas afetivas e/ou sexuais.

Portanto, as barreiras para a manutenção dos vínculos afetivos e sexuais, assim como a lógica hierárquica presente no sistema prisional trazem implicações para a vivência das mulheres aprisionadas. Ainda que relacionamentos possam ser mantidos e barreiras transpostas por meio de diferentes estratégias, as privações enfrentadas nesse âmbito expressam mais um tipo de violência estatal que impede os direitos dos(as) apenados(as).

As visitas íntimas: barreiras e benefícios

No que se refere às visitas íntimas, mesmo se previstas legalmente, são envoltas de muitas restrições (Figueiredo & Granja, 2020). A exigência de exames médicos, do casamento legal ou da união estável reconhecida em cartório dificulta a garantia desse direito, conforme explicou Karen (35 anos), a única a usufruir desse direito:

Acho que todas queriam ter, mas não são todas que têm o acesso, né, à documentação, aos exames. Porque têm muitas que é de rua, que às vezes, têm marido, mas mora na rua com o marido, entendeu? Ou, senão, às vezes, elas conhecem o parceiro dentro da cadeia mesmo, vai ter dez anos de cadeia pra tirar e acaba se envolvendo com o parceiro e gostariam de ser íntima, e é tudo muito difícil, né? O processo de documentação e tudo. É complicado porque tem a escolta, e não é todo presídio que tem uma enfermaria dentro do presídio. Às vezes, tem que levar no postinho de saúde e aí vai ter que disponibilizar escolta. No postinho de saúde, demora de três a quatro meses pra ficar pronto o resultado do exame. Então, é muito burocrático.

A maneira como a visitação é gerida pelas instituições prisionais parece buscar adequar o comportamento das mulheres ao código moral que rege as relações hete-

rossexuais legitimadas (Colares & Chies, 2010), havendo discricionariedade, já que os supostos critérios para a visita íntima são modificados consoante os casos, ainda que com a prevalência da divisão binária de gênero. Diante das barreiras institucionais, algumas mulheres chegam a vislumbrar o casamento legal até mesmo com desconhecidos, como ocorreu com Gislene (36 anos), para que pudesse ter a visita social com um homem de quem pouca informação possuía.

No presídio em que a pesquisa foi realizada, quando a visita íntima é autorizada, ocorre em uma cela idêntica às demais utilizadas para a custódia das pessoas encarceradas, insalubre, precária e que não garante privacidade, tendo em vista que as grades costumam ser simplesmente cobertas por um lençol, o que ressalta a relevância de se pensar na adequação dos locais para a realização dessa modalidade de visitação (Figueiredo & Granja, 2020; Gonçalves, Coelho & Vilas Boas, 2017).

Sobre os benefícios obtidos quando se usufrui da visita íntima, mesmo em uma cela sem condições apropriadas, Karen (35 anos) afirmou que se sentia mais protegida durante os momentos de intimidade com o parceiro, destacando a dimensão afetiva e a possibilidade de refúgio em um ambiente estressor, o que corrobora outros estudos (Cunha, 1994; Einat & Rabinovitz, 2012; Granja, 2015; Pinto & Oliveira, 2020):

Essa visita íntima é muito bom e não é só pra sexo, entendeu? Não é só sexo. É pra você ter uma noite de sono agradável junto com o seu marido, com a pessoa que você ama, que você confia, que você conhece.

Tendo em vista as condições desumanas e degradantes do cárcere, as visitas íntimas são desejadas e vistas como um momento de escape diante da opressão corriqueira.

Desse modo, em um contexto no qual o foco é a punição, tem sido escasso o acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, assistência jurídica e social (Pires, 2018). Da mesma forma, o direito às visitas íntimas tem sido violado e essa modalidade de visita raramente ocorre.

A repressão das necessidades sexuais

As participantes reconheceram os desejos sexuais e as dificuldades diante da abstinência sexual ao falarem a respeito das outras mulheres aprisionadas. Algumas mencionaram que práticas sexuais chegam a ocorrer no banheiro do pátio durante as visitas sociais de forma velada, mesmo com o risco de ensejarem sanção disciplinar. Paola (32 anos) comentou: “Eu acho que esse negócio de banheiro não dá.

Assim também não tem gosto porque, na realidade, satisfaz o homem, você não se satisfaz”. Ainda que apontem o desejo sexual das outras mulheres, tendem a negar os próprios desejos, o que pode estar relacionado tanto ao histórico pouco satisfatório na área sexual, quanto à internalização de prescrições sociais que exigem pudor para as mulheres (Cunha, 1994), impactando a maneira como vivem a sexualidade.

Ao falarem sobre outras mulheres, citaram a homoafetividade como decorrente de privações sexuais. Karen (35 anos) comentou:

Mas tem muita gente que pensa, que só pensa em sexo. Mesmo estando nesse lugar, né? Então, assim, eu acho que é por isso que tem muitos casais, né, de gay e casais de sapatão, né? O que não é o meu caso.

A carência afetiva também foi citada como propulsora das relações homoafetivas, articulando-se à predominância de uma moralidade sexual que reflete normativas de gênero socialmente construídas (Cunha, 1994).

Uma única participante afirmou ter tido relacionamentos homoafetivos durante suas reclusões, não os tendo relatado espontaneamente, mas apenas após a pergunta específica sobre a homoafetividade. Ela destacou o carinho e a compreensão obtida nesses relacionamentos, o que não recebeu dos homens. Descreveu que seus relacionamentos homoafetivos ocorreram em decorrência da privação de contato com os homens, sendo circunstanciais, conforme descrito por Barcinski (2012). Embora tenha referido maior satisfação afetiva e sexual com mulheres do que com homens, suas expectativas futuras são direcionadas pela heteronormatividade, revelando como normativas sociais e o discurso sobre o sexo relacionam-se intrinsecamente ao poder (Foucault, 1977).

Portanto, não apenas a prisão pode ser concebida como instituição infantilizante e moralista, que reprime o desejo sexual das apenadas (Carvalho & Mayorga, 2017), mas tais concepções morais parecem ser internalizadas por elas, levando-as à negação e repressão da própria sexualidade. Formas estratégicas de poder difusas podem contribuir para que busquem atender às expectativas sociais no que se refere à sexualidade.

Entretanto, os dados encontrados nesta pesquisa acerca da lesbianidade dentro do sistema prisional e sobre como as hierarquias de gênero incidem sobre as visitas em sistemas prisionais diferem daqueles apresentados em outros estudos. Ludmila Gaudad (2013), por exemplo, encontrou discursos contraditórios acerca da lesbianidade

no sistema prisional em seu estudo com mulheres aprisionadas no Distrito Federal, assim como práticas não condizentes com os discursos produzidos. Na perspectiva da autora, embora alguns fatores ainda colaborem para a negação da existência da homossexualidade entre mulheres no cárcere — como a autorrepressão e o medo da discriminação atrelado ao conservadorismo do patriarcado cristão —, as práticas homoeróticas são frequentes e são construídas relações fortes e estáveis entre as reclusas. A lesbianidade pode ser considerada uma forma de resistência ao controle que se busca exercer sobre o corpo e a mente das mulheres aprisionadas, sendo disruptivas das normas penitenciárias, possibilitando mudanças e novas experiências.

Considerações finais

Por meio da análise das narrativas, foi perceptível que a situação desumana e a violência do Estado sobre as pessoas aprisionadas e, sobretudo, as mulheres, refletem na maneira como vivenciam a sexualidade, que se articula às questões econômicas, sociais, culturais e políticas. As participantes, em sua maioria, enfrentaram exclusão social, situações de invisibilidade, negligências, escassas possibilidades de acesso aos recursos econômicos, educacionais ou culturais, além de violências múltiplas em suas trajetórias: física, psicológica, sexual, exploração financeira e/ou estatal. Estas são intensificadas nas prisões, nas quais o sexismo da lógica patriarcal de estruturação social é reafirmado.

Observou-se a repressão sexual sobre o corpo das mulheres no presídio misto investigado, no qual o exercício da sexualidade feminina é frequentemente proibido pela instituição prisional e por meio de normas internas ditadas pelas próprias pessoas aprisionadas, sancionadas pela facção criminosa dominante. Embora a manutenção dos vínculos afetivos e sexuais seja um dos direitos das pessoas aprisionadas, evidenciou-se a presença de inúmeras barreiras que a impedem no cotidiano prisional. As visitas íntimas são raramente usufruídas pelas mulheres privadas de liberdade e as políticas de visitação são transvestidas de concepções dominantes, sendo que o valor social atribuído à instituição casamento impossibilita o reconhecimento de outros modos de relacionamento pelas administrações penitenciárias.

Apenas uma mulher dentre as entrevistadas usufruiu formalmente desse direito no estabelecimento prisional e destacou sua dimensão afetiva, também enfatizada pelas demais participantes ao discorrerem acerca da própria sexualidade, possivelmente em decorrência de um histórico marcado por experiências sexuais pouco satisfatórias, das prescrições sociais de gênero que impõem recato às mulheres, assim como devido à própria experiência prisional que vivenciam, na qual se encontram mais solitárias, longe das pessoas com quem estabelecem laços afetivos. Ainda que

tendam a negar as suas próprias necessidades sexuais e as dificuldades diante da abstinência sexual imposta, elas são reconhecidas nas companheiras de cela.

A desigualdade de gênero intensificada nas prisões traz impactos na maneira como as reclusas vivem a sexualidade e em sua saúde mental. Notou-se que o modelo de família hegemônico tradicional e a contenção sexual foram internalizados pelas apenadas, possivelmente como meio de saírem da marginalização e como estratégia de resistência e enfrentamento às precariedades do cárcere. A história e os discursos produzidos acerca da sexualidade exercem impacto nos processos de subjetivação e exercício da sexualidade das participantes. Maioritariamente segregadas ao longo da vida, buscam adequar-se às normativas sociais acerca da sexualidade visando ao prestígio social. Ao considerar que o atual modelo de privação de liberdade submete as apenadas a violações de direitos e obstáculos para o exercício da cidadania, infelizmente, era expectável encontrar tais características no que se refere à sexualidade no cárcere

Tendo sido perceptível que o atual sistema prisional brasileiro não prioriza a reestruturação psicossocial do indivíduo — o que tem reflexo na sexualidade dentro dos muros prisionais —, recomenda-se a concretização de novos trabalhos que promovam a discussão dessa temática, suscitando a produção de conhecimento transformador nesse campo. A ineficácia do sistema penal brasileiro aponta a necessidade de questionamento desse modelo de privação de liberdade; quando menos, sugere-se a implementação de políticas para melhorar a situação do sistema prisional e o acesso a direitos amplos, incluindo a sexualidade. São necessárias medidas para a revisão e o acompanhamento dos regulamentos que garantem o direito sexual das reclusas, para que este direito seja efetivamente assegurado, independentemente da orientação sexual ou do estado civil, em condições propícias, respeitando a dignidade das pessoas aprisionadas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARCINSKI, Mariana. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transformar em homem” na prisão. *Psico-USF*, v. 17, n. 3, p. 437-446, Set.-Dez. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-82712012000300010>>. Acesso em: 02 Jun. 2022.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, 2017a. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf>. Acesso em: 22 Out. 2018.

_____. Ministério da Justiça. Portaria n. 718. Regulamenta a visita íntima no interior das penitenciárias federais. *Diário Oficial da União*, n. 167, Brasília-DF, 28 de agosto de 2017b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19266268/do1-2017-08-30-portaria-n-718-de-28-de-agosto-de-2017-19266157>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

_____. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. Resolução n. 04, de 29 de junho de 2011. Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima a pessoa presa, recolhida nos estabelecimentos prisionais. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Resolucao04_2011Recomenda.pdf>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

CAPPELLARI, Mariana Py Muniz. Gêneros encarcerados: LGBTs no sistema prisional brasileiro. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)*, v. 4, n. 1, p. 91-112, Jan.-Dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/13722>>. Acesso em: 01 Out. 2019.

CARVALHO, Daniela Tiffany Prado; MAYORGA, Claudia. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 99-116, Jan.-Abr. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p99>>. Acesso em: 01 Out. 2019.

COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, p. 407-423, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200007>>. Acesso em: 01 Out. 2019.

COMFORT, Megan. Tanto bom homem atrás das grades! O encarceramento maciço e a transformação das relações amorosas nos Estados Unidos. In: CUNHA, Manuela Ivone (Org.). *Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*, p. 125-176. Lisboa: Noventa Graus, 2008.

COMFORT, Megan; GRINSTEAD, Olga; MCCARTNEY, Kathleen; BOURGOIS, Philippe; KNIGHT, Kelly. You cannot do nothing in this damn place: Sex and intimacy among couples with an incarcerated male partner. *Journal of Sex Research*, v. 42, n. 1, p. 3-12, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00224490509552251>>. Acesso em: 01 Out. 2019.

CUNHA, Manuela Ivone. On stage and off: the shifting relevance of gender in women's prison, in: GOMES, Sílvia; DUARTE, Vera (Eds.). *Female crime and delinquency in Portugal: in and out of the criminal justice system*, p. 57-74. London: Palgrave Macmillan, 2018.

_____. *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018.

EINAT, Tomer; RABINOVITZ, Sharon. A warm touch in a cold cell: Inmates' views on conjugal visits in a maximum-security women's prison in Israel. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 57, n. 12, p. 1522-1545, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306624X12461475>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FIGUEIREDO, Ana Cristina Costa; GRANJA, Rafaela Patrícia Gonçalves. Laços Familiares e Afetivo-Sexuais de Mulheres nas Prisões Brasileiras e Portuguesas. *Revista Subjetividades*, v. 20, n. 3, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e10358>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

FINKELHOR, David; ORMHOD, Richard K.; TURNER Heather A.; HAMBY, Sherry L. Measuring poly-victimization using the juvenile victimization questionnaire. *Child Abuse & Neglect*, v. 29, p. 1297-1312, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2005.06.005>>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A vontade de saber. "História da sexualidade I"*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANÇA, Maria Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, v. 18, n. 1, p. 212-227, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/22547>>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

GAUDAD, Ludmila. Sistema penitenciário: lesbianidade como forma de resistência? *Revista del Centro de Estudios Interdisciplinario sobre Mujeres*, Año XXI, n. 22, p. 55-64, 2013.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago, IL: Aldine, 1967.

GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; CAMARGO, Clime-
ne Laura de; SILVA, Marieve Pereira. Homens e mulheres em vivência de violên-
cia conjugal: características socioeconômicas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v.
33, n. 2, p. 109-116, 2012. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472012000200016>>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

GONÇALVES, Betânia Diniz; COELHO, Carolina Marra Simões; VILAS BOAS, Cristina
Campolina. *Mulheres na prisão: um estudo qualitativo*. Curitiba: Appris, 2017.

GRANJA, Rafaela Patrícia Gonçalves. *Para cá e para lá dos muros: relações familia-
res na interface entre o interior e o exterior da prisão*. Tese (Doutorado em Sociolo-
gia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, PT, 2015.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Competing paradigms in qualitative research.
In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *Handbook of qualitative re-
search*, p.105-117. London: Sage Publications, 1994.

KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras,
2001.

LEMGRUBER, Julita. *A dona das chaves: uma mulher no comando das prisões do Rio
de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MATOS, Raquel; MACHADO, Carla. Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Aná-
lise Social*, v. 42, n. 185, p. 1041-1054, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.
pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003=25732007000400005-&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003=25732007000400005-&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

MEARS, Daniel P.; COCHRAN, Joshua C., SIENNICK, Sonja E.; BALES, William D. Prison
visitation and recidivism. *Justice Quarterly*, v. 29, n. 6, p. 888-918, 2012. Disponível
em: <<https://doi.org/10.1080/07418825.2011.583932>>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social – Subsecretaria de Admi-
nistração Prisional. Regulamentos e normas de procedimento do Sistema Prision-
al de Minas Gerais (ReNP). Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <[http://www.
seap.mg.gov.br/images/Publicacoes/Subsecretariadeadministracaoprisional/Regu-
lamento-e-Normas-de-Procedimentos-do-Sistema-Prisional-de-Minas-Gerais-28.
pdf](http://www.seap.mg.gov.br/images/Publicacoes/Subsecretariadeadministracaoprisional/Regu-
lamento-e-Normas-de-Procedimentos-do-Sistema-Prisional-de-Minas-Gerais-28.
pdf)>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

PAZ, Sabrina Rosa. *A caravana do amor: Um estudo sobre reciprocidades, afetos e sexualidade em um estabelecimento prisional que comporta homens e mulheres em seu interior*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

PIMENTEL, Elaine. As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*, v. 2, p. 169-178, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/11434>>. Acesso em: 01 Out. 2018.

PINTO, Rita; OLIVEIRA, Alexandra. Reclusão feminina: As implicações da visita íntima na adaptação à prisão. *Revista Ex-Æquo*, v. 41, p. 163-177, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.10>>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

PIRES, Thula. Cartas do cárcere: testemunhos políticos dos limites do Estado Democrático de Direito. In: PIRES, Thula; FREITAS, Felipe (Orgs.). *Vozes do cárcere: ecos da resistência política*, p. 166-212. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.

RAUTER, Cristina. Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Psicologia e Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 42-47, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000200006>>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SMIGAY, Karin Ellen Von. *Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública?* Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VISHER, Christy A.; O'CONNELL, Daniel J. Incarceration and inmates' self perceptions about returning home. *Journal of Criminal Justice*, v. 40, n. 5, p. 386-393, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2012.06.007>>. Acesso em: 11 Jan. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health*, 2006. Disponível em: <who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf>. Acesso em: 11 Jan. 2022.



Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre

Recebido: 18.03.22
Aprovado: 18.05.22

Fernando de Figueiredo Balieiro (<https://orcid.org/0000-0003-3952-4779>),
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasilⁱ.

i. Fernando de Figueiredo Balieiro é professor do Departamento e do Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <fernandofbalieiro@gmail.com>.

Resumo: Este artigo apresenta uma análise do escândalo em torno do fechamento da exposição Queermuseu, ocorrida no Espaço Santander Cultural, em Porto Alegre, no segundo semestre de 2017. O texto busca desvelar o processo no qual, a partir de mobilização nas plataformas digitais, uma mostra artística voltada ao tema da diversidade sexual passou a ser compreendida em certos segmentos como promotora de “pedofilia”, “zoofilia” e “blasfêmia”, teve seu encerramento antecipado, resultando em perseguições a artistas e ao seu curador, bem como na difusão de uma interpretação que associa a esquerda a uma agenda de “perversão moral” às crianças. A análise empírica teve como fonte reportagens digitais e impressas do jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, além de textos, imagens e vídeos que circularam em plataformas digitais, abordando em específico o enquadramento do evento pelo Movimento Brasil Livre (MBL), grupo que liderou a campanha pelo fechamento da exposição. Ao analisar o alcance do enquadramento do MBL, permite-se reconhecer como as plataformas digitais ampliaram o espaço para grupos políticos agendarem questões públicas e imporem seu enquadramento para suas audiências. O artigo elucidada, a partir do caso empírico analisado, aspectos da pervasividade das mídias no debate público no contexto de uma esfera pública tecnomidiatizada e busca evidenciar aspectos da acentuada midiática da política na era digital.

Palavras-chave: Queermuseu. Enquadramento midiático. Movimento Brasil Livre. Esfera pública tecnomidiatizada. Midiatização.

A scandal sociology of the Queermuseu exhibition: disputes over the mediatic framing between professional journalism and the Movimento Brasil Livre

Abstract: This paper analyzes the scandal surrounding the closing of the Queermuseu exhibition, which took place at the Santander Cultural space in Porto Alegre in the second half of 2017. The text seeks to reveal the process in which, from the mobilization on digital platforms, an art exhibition focused on sexual diversity came to be understood in certain segments as a promoter of “pedophilia”, “zoophilia” and “blasphemy”, and was early closed, which resulted in the persecution of artists and its curator, and the dissemination of an interpretation that associates the left with an agenda of “moral perversion” towards children. The empirical analysis was based on digital and

1. *Queer*, vocábulo de origem inglesa que designa dissidência sexual, remete tanto ao questionamento das normas sexuais quanto à indeterminação sexual, em oposição ao essencialismo identitário. A proposta curatorial recusa sua tradução como termo guarda-chuva das questões LGBTQI+, com a pretensão de incorporar a questão das diferenças, de forma a desestabilizar o cânone artístico que, historicamente as invisibilizou. Sobre a utilização conceitual do *queer* na exposição, consultar Fidélis, 2017.

2. A exposição foi contemplada com 800 mil reais, via renúncia fiscal, pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, quantia que seria devolvida aos cofres públicos, segundo declaração oficial do Santander.

3. Ainda que não seja essa a denominação escolhida pelo curador, diversidade foi o termo que sintetizou a abordagem oficial da exposição pelo espaço cultural promotor. Sérgio Rial, presidente do Santander Cultural, em texto de abertura do catálogo da mostra deixa claro como a política da diversidade está ancorada em uma estratégia empresarial: “O

printed reports from the newspaper Zero Hora, from Porto Alegre, in addition to texts, images, and videos that circulated on digital platforms, specifically addressing the framing of the event by the Movimento Brasil Livre (MBL), a group that led the campaign to close the exhibition. Analyzing the scope of the MBL framework, it is possible to recognize how digital platforms have expanded the space for political groups to schedule public issues and impose their framework on their audiences. From the empirical case analyzed, the paper elucidates aspects of the pervasiveness of the media in the public debate in the context of a technical-mediatized public sphere and seeks to highlight aspects of the accentuated mediatization of politics in the digital age.

Keywords: Queermuseu. Media framing. Movimento Brasil Livre. Technical-mediatized public sphere. Mediatization.

A exposição Queermuseu (Cartografias da Diferença na Arte Brasileira) reuniu cerca de 270 obras de 85 artistas. Dentre a destacada diversidade regional e geracional entre os e as artistas, citam-se os consagrados Candido Portinari, Alfredo Volpi e Lygia Clark, o trabalho de vanguarda de Flávio de Carvalho e a reconhecida artista contemporânea Adriana Varejão. A exposição estava prevista para ocorrer entre os dias 15 de agosto e 8 de outubro no Santander Cultural, localizado na Praça da Alfândega, no centro histórico de Porto Alegre. A mostra trouxe uma proposta de curadoria não heteronormativa, assinada por Gaudêncio Fidélis, a qual se define como a primeira exposição *queer* de vulto na América Latina¹.

Promovida, por meio de política de renúncia fiscal², dentro de um espaço cultural de um banco, surgiu afinada com uma política empresarial voltada à diversidade³. A exposição foi alvo de intensa mobilização de detratores que se organizaram por meio das plataformas digitais em uma campanha contra o próprio banco, acusado de promover a “pedofilia”, “zoofilia” e ofender a religiosidade cristã. A polêmica se voltou a poucas obras: “Travesti da lambada e deusa das águas” e “Adriano bafônica e Luiz França She-há” da jovem artista Bia Leite; “Cena de interior II (1994)”, de Adriana Varejão; “*Et verbum*” (2011), de Antonio Obá; e “Cruzando Jesus Cristo com deusa Schiva” (1996), de Fernando Baril. A Queermuseu acabou precocemente fechada em 10 de setembro, com a publicação de uma Carta, divulgada no Facebook da instituição⁴.

Este artigo busca elucidar a disputa de enquadramento midiático⁵ que permitiu que uma exposição voltada para a diversidade sexual passasse a ser compreendida, por certos segmentos, nos termos de seus detratores. Para tanto, aborda a produção, circulação e reelaboração incessante de imagens e vídeos sobre a exposição, ou seja, seu enquadramento protagonizado por atores políticos que atuam de forma destacada nas plataformas digitais. A análise exigiu atenção às dinâmicas complexas de uma nova ecologia midiática consolidada nas últimas décadas em uma abordagem que contemplasse o contexto e as inter-relações entre as mídias.

A pesquisa empírica se desenvolveu por meio do acompanhamento do jornal *Zero Hora* durante toda a polêmica, comparando-o com a abordagem do Movimento Brasil Livre (MBL). A escolha do jornal porto-alegrense, do conglomerado RBS, se deu pela proximidade, contato direto com as fontes primárias e presença *in loco* na exposição e em momentos de conflito. A análise do enquadramento pelo MBL se realizou por meio do acompanhamento de sua página no Facebook e dos canais do grupo e de seus membros no YouTube. O artigo se divide em três partes: contextualização sócio-histórica; discussão sobre a nova ecologia midiática sobre a qual se desdobraram as disputas em torno da exposição; e a análise voltada ao enquadramento midiático, comparando o enquadramento jornalístico àquele criado pelo grupo político.

A construção do escândalo Queermuseu

Em 6 de setembro, foram publicadas as primeiras acusações contra a mostra em uma matéria do sítio de jornalismo digital de direita, chamado *Locus*, que atua na cidade gaúcha de Passo Fundo⁶. Outros dois vídeos circularam pelas plataformas digitais: o de Felipe Diehl, autoproclamado dirigente do grupo “Direita Gaúcha”, e o vídeo de Rafinha BK, YouTuber, ambos filmando *in loco* a exposição e projetando-a nas plataformas digitais.

As páginas do jornal local e dos comunicadores digitais citados tinham alcance restrito, mas foram difundidas nas redes de direita e – destaque – tiveram grande visibilidade com sua reprodução das páginas do MBL que liderou uma campanha pelo fechamento da mostra por meio da organização de um boicote à instituição bancária que a patrocinou e sediou. Na sequência, a circulação de imagens de obras da mostra e das acusações atribuídas a elas, independentemente da posição editorial, alcançou as páginas de jornais e a cobertura televisiva. Tratou-se de um momento oportuno de projeção de lideranças locais e nacionais do MBL, os quais tiveram espaço para reproduzir sua interpretação sobre a exposição e a defesa do que se considerou um direito legítimo, dos consumidores, de boicotarem o banco.

Marcio Tavares (2022) analisou as obras alvo de polêmica no Queermuseu, questionando a interpretação dos detratores da mostra ao revelar que estes não levaram em conta a intencionalidade artística tanto dos autores das obras como do curador, dada a polarização política que contaminou a apreensão estética das obras. Uma análise sociológica pode compreender o escândalo em torno da Mostra Queermuseu como algo mais do que incompreensão estética, a partir de três aspectos caracterizadores: o alcance nacional e a extensão temporal da polêmica,

que é diverso e tem multiplicidade, seja na área cultural ou étnica, na crença ou na linguística, ganha cada vez mais atenção por parte da nossa organização. Diferentes ângulos de visão e abordagens são fundamentais e extrapolam questões institucionais ou relacionadas ao politicamente correto. Trata-se de um valor para nossa empresa, pois acreditamos que a diversidade é a impulsora da criatividade e da eficiência” (Fidélis, 2017: 1). Na sequência, manifesta a pretensão de pioneirismo do banco em adotar a abordagem: “Esta é a primeira exposição já realizada no Brasil com a referida abordagem, além de ser a primeira com tal envergadura na América Latina, o que insere plenamente o Santander em um contexto global. Queremos cultivar a diversidade em uma organização contemporânea, plural, criativa e madura (Fidélis, 2017: 1).

4. “[...] ouvimos as manifestações e entendemos que algumas das obras da exposição Queermuseu desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo. Quando a arte não é capaz

de gerar inclusão e reflexão positiva, perde seu propósito maior, que é elevar a condição humana”.

Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/santanderbrasil/posts/10154720373470588/>>. Acesso em: 02 Mar. 2022.

5. Refere-se à dimensão interpretativa realizada pelas mídias que, ao se voltarem para determinados eventos, não apenas os reproduzem, mas são partes constitutivas de sua construção social. O conceito de enquadramento midiático ou *media framing* têm como influência indireta a obra madura de Erving Goffman (2012), que compreende enquadramento como a forma em que um indivíduo enxerga a realidade sempre a partir de matrizes interpretativas anteriormente formadas. A abordagem do autor foi apropriada a partir dos anos 1980 pelas áreas da comunicação e da sociologia das mídias, especificamente no estudo do jornalismo.

6. Disponível em: <<https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre>>. Acesso em 13 Mar. 2022.

a inteligibilidade da interpretação derivada das redes de direita forjadas nas mídias digitais e, por fim, de uma construção ativa, certamente produto de um contexto político, mas que dependeu da atuação midiática concertada de atores políticos interessados.

É possível demonstrar que, a despeito das acusações de fundamentalistas religiosos por seus críticos⁷, os objetivos envolvidos no fechamento da mostra eram muito “terrenos”, próprios ao contexto pré-eleitoral, no qual novos candidatos surgiam vinculados a um amplo espectro da direita política que, no período, se caracterizava pela ênfase em uma proeminente pauta moral⁸. O episódio caracterizou-se pela intensa midiáticação, transformando a mostra em escândalo nacional, o que é atestado não apenas pela projeção nas mídias de um grupo político que protagonizou a campanha contra a exposição, mas pelo alcance do debate a seu respeito em casas legislativas e no pronunciamento público de diversos representantes políticos.

A mera alegação de uma predisposição conservadora em grupos que se engajaram ou manipularam o fechamento da mostra não explica a magnitude da mobilização em torno do evento. Por que essa mostra especificamente, e não outros eventos de teor artístico e de diversidade sexual com maior público e mais expressivos no mercado, se tornou alvo de um escândalo? De que forma o escândalo que se difundiu nas mídias digitais, impressas e televisivas, tornou-se objeto de discurso parlamentar em diversas regiões do país e chegou a instituições judiciais e policiais?

Escândalos são fenômenos sociais que exigem, portanto, explicação sociológica. Uma sociologia do escândalo é um desdobramento da sociologia da moral, voltada à análise da dramatização pública de alegadas transgressões morais. Não se trata de observar, ao estilo de um realismo ingênuo, o que constitui em si uma transgressão moral em dado contexto, posto que para um mesmo tipo de ação ou evento as respostas não são constantes ou homogêneas.

Ari Adut (2008) afirma que o escândalo depende de uma relação contextual entre uma presumida transgressão, sua publicização e o interesse público. Questões toleráveis em contextos privados podem se tornar alvo de reações públicas quando publicizadas. O escândalo envolve sua construção por atores sociais, o que não significa reduzi-lo a uma produção voluntarista. Sua compreensão exige articular a dimensão histórica e estrutural da qual é produto, com os interesses envolvidos. Escândalos são constantemente instrumentalizados em disputas intralite e produzem efeitos ampliados, dado seu poder de contaminação a atores, instituições e valores que passam a ser associados à alegada transgressão (Adut, 2008).

A abertura de uma exposição com o tema da sexualidade sem classificação etária⁹ e com material educativo direcionado a professores de escolas que agendassem visitação fora utilizada como argumento pelos detratores da mostra para afirmar se tratar de parte de uma agenda da esquerda de doutrinação infantil. A acusação se tornou crível para certo público ao recuperar a campanha contra a chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Especialmente entre os anos de 2014 e 2015, grupos de interesse diversos passaram a se posicionar frontalmente contra práticas pedagógicas voltadas a perspectivas de gênero, no bojo da discussão sobre os planos nacional, estaduais e municipais de educação. As imagens, os vídeos e as narrativas compartilhadas sobre a Queermuseu acabaram por reforçar uma interpretação de que as crianç as seriam alvo de uma agenda perversa envolvendo as questões de gênero.

O uso do significante “ideologia de gênero” por grupos de interesse que lutam contra os direitos sexuais e reprodutivos e se opõem ao campo dos estudos de gênero   originário de posições do Vaticano e de intelectuais associados na segunda metade da década de 1990 (Junqueira, 2017; Corrêa, 2018). Entretanto, ele se difundiu no contexto brasileiro apenas na última década. “Ideologia de gênero” desqualifica como “mera ideologia” as demandas por igualdade entre homens e mulheres e reconhecimento LGBTI+, assim como a produção acadêmica que lida com temas correlatos. Em nosso contexto, diversos atores políticos e midiáticos espalharam o diagnóstico de que instituições (como as escolas, os partidos e as universidades) difundiriam a chamada “ideologia de gênero”, supostamente promovendo a “sexualização infantil” e a “pedofilia”.

A campanha contra a “ideologia de gênero”, entre 2011 e 2018, pode ser tomada como manifestação de pânico moral. Em 2011, um pequeno grupo de representantes políticos criou uma campanha contra a elaboração pelo Ministério da Educação (MEC) de um material didático de enfrentamento à homofobia nas escolas, batizado por seus detratores de “kit gay”. Entre 2014 e 2015, nas discussões em torno dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, foi proibida a menção a gênero nos documentos e se difundiu nacionalmente a noção de “ideologia de gênero”. Em 2017, ocorreram os conflitos em torno do Queermuseu, em Porto Alegre, de uma performance artística no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo e da recepção agressiva   filósofa Judith Butler em um evento no Serviço Social do Comércio (Sesc) Pompeia (Balieiro, 2018). O caso foi retomado nas eleições presidenciais de 2018, quando se espalhou uma falsa denúncia de que o então candidato Fernando Haddad teria distribuído mamadeiras eróticas em creches quando prefeito de São Paulo.

7. Parte da bibliografia a respeito do evento classificou os detratores da mostra como “fundamentalistas religiosos”, categoria acusatória que menos explica do que confunde, ao deixar de fora da análise o fato de que o principal grupo vinculado à campanha contra a exposição não era religioso, mas laico e autocompreendido como liberal. Tal visão se espraiou nas próprias falas do curador do evento, Gaudêncio Fidélis, e em textos que circularam na imprensa, como o de Ivana Bentes (2017). A interpretação reduz a polêmica   oposição entre os defensores da exposição e “religiosos”, considerados ameaça   laicidade do Estado.

8. Como exemplo, a polêmica circulou em grupos de extrema-direita voltadas à pr -candidatura de Bolsonaro no Facebook, associando arte e uma suposta agenda da esquerda com a “pedofilia”. Publicações retomavam a atuação do então deputado federal contra o kit anti-homofobia, em 2011, e se compartilhou um programa televisivo no qual Bolsonaro afirmava a necessidade

de se “fuzilar” os envolvidos na mostra, salientando que se tratava de uma expressão em sentido figurado (Dalmonte & Souza, 2019).

9. Em relação à ausência de classificação etária, havia uma equipe de monitores que orientava grupos com crianças ou menores de idade sobre obras com cenas de nudez ou referência a sexo, localizando os trabalhos com tais características. Disponível em: <<https://gauhazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/09/queermuseu-mostra-e-cancelada-apos-ataques-em-redes-sociais-9892968.html>>. Acesso em: 12 Mar. 2022.

10. Em diálogo com a psicanálise, poder-se-ia denominar mais propriamente de histeria moral, em vez de pânico, conforme desenvolvido em artigo, ao considerar aspectos como a projeção, o recalque e a autodefesa na construção do Outro como ameaça (Marzochi & Balieiro, 2021).

O conceito de “pânico moral” foi criado por Stanley Cohen (1972), na década de 1960, ao caracterizar fenômenos sociais de reação intensa nas mídias, com impacto na opinião pública, em relação a comportamentos e a atores sociais que pretensamente rompem com os padrões morais considerados a base da coesão social. Eric Goode e Nachman Ben-Yehuda (1994) elaboraram cinco indicadores que atestariam sua ocorrência: o consenso a respeito de um determinado assunto que mobiliza o pânico; a preocupação articulada à crença ampliada de que se trata de uma ameaça “real”; a volatilidade, aparecendo de forma súbita e desaparecendo em seguida; a desproporcionalidade em relação à preocupação, baseada em percepção falseada ou exagerada; e a hostilidade a determinados grupos ou indivíduos que são responsabilizados pela ameaça.

O conceito buscava, originalmente, interpretar ansiedades sociais próprias de sua época, os anos 1960, em especial conflitos geracionais em torno da questão da juventude. O caso Queermuseu permite-nos repensar suas dinâmicas atuais em um novo contexto. As questões morais do caso analisado estão atreladas a estratégias políticas e eleitorais e o pânico emerge em uma nova configuração midiática. No caso analisado, não se trata da construção do medo do outro ou mesmo da angústia e paralisia em face do que é temido, como o termo pânico parece sugerir. Trata-se antes da projeção do Outro, englobando tanto uma elite cultural como a esquerda, como ameaça social, o que serviu como plataforma política para o MBL¹⁰.

Uma primeira interpretação poderia sugerir que a campanha contra a exposição seria efeito da ação organizada de setores conservadores, inclinados a retirar os direitos adquiridos e a reverter transformações culturais. Tratar-se-ia de uma reação organizada diante de uma série de mudanças em prol da igualdade de gênero e da diversidade sexual. Entretanto, a análise voltada ao contexto mais amplo permite perceber que se trata de algo mais. Como afirma Gayle Rubin (2018: 63-64), polêmicas que envolvem sexualidade costumam aparecer em contextos de crise política e tempos de estresse social. São, em geral, um veículo para descarregar angústias sociais e intensidades emocionais concomitantes a ela. Além disso, como será demonstrado, tais ansiedades podem ser mobilizadas por atores políticos interessados em se apresentar como defensores da moralidade para segmentos sensíveis ao tema.

Estávamos no ano seguinte ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, cujo governo era acusado, por seus opositores, de organizar o maior escândalo de corrupção da história nacional. As denúncias de corrupção passavam a atingir também o governo então empossado. As páginas de jornal que traziam as notícias do fechamento da mostra artística vinham acompanhadas de notícias de escândalos políticos e seus desdobramentos, dentre eles, a acusação pelo então procurador-geral

Rodrigo Janot de o presidente Michel Temer chefiar uma quadrilha que atuaria desviando dinheiro de órgãos públicos; a prisão do reitor da UFSC Luiz Cancellier, com suspeita de desvio de verbas da universidade; além do processo contra o ex-presidente Lula, que resultaria em sua prisão no semestre subsequente. Já se completavam três anos marcados pela cobertura diária dos jornais impressos e televisivos da operação Lava-Jato, pela qual se construía um enquadramento de oposição entre políticos corruptos e um judiciário virtuoso, corporificado na imagem do juiz Sérgio Moro¹¹. Para além da mostra, o diagnóstico presente nas páginas dos jornais e no telejornalismo induzia seus respectivos públicos a pensar em um quadro de “crise moral” que acometia o país como um todo¹².

Qual seria a relação entre o diagnóstico espalhado de corrupção com uma exposição cujo tema é a diversidade sexual? A resposta a essa questão se apresentou empiricamente, comparando a cobertura do jornal *Zero Hora* com o enquadramento de atores político-midiáticos nas plataformas digitais. O enquadramento jornalístico apresenta uma esperada diferenciação na abordagem da crise política e o escândalo em torno da mostra (publicados em seções distintas do jornal, respectivamente, no primeiro caderno e no caderno cultural), já na abordagem dos vídeos e textos nas plataformas digitais, há uma relação de continuidade: a exposição revelaria nada menos do que o ápice da corrupção moral da esquerda, manifestada em suas piores expressões: a “pedofilia”, a “zoofilia” e a ofensa à tradição cristã.

A sexualidade não é apenas um campo de expressão afetiva das relações humanas, mas também um campo de significação no qual indivíduos, grupos e instituições são classificados. Não são poucos os exemplos em que a sexualidade “perversa” serviu como metáfora para designar períodos de crise social e política. De outro lado, trazer a sexualidade ao discurso pode aludir a uma promessa de liberação. Isso desde ao menos os anos 1960, quando a sexualidade adentrou a “esfera pública” com intensidade, a partir das pautas de movimentos feministas, da contracultura e dos que hoje chamamos de LGBTI+.

Ari Adut (2008), ao analisar o escândalo midiático do *affair* Bill Clinton e Monica Lewinsky, afirma que os escândalos sexuais do presente não são uma expressão de suposta volta a um passado moralista e vitoriano. Ao contrário, sua presença salienta que a partir da politização da sexualidade em prol da mudança cultural, a sexualidade entrou de vez para a “esfera pública” e, dada sua publicidade, tornou-se não apenas objeto de embates valorativos entre posições políticas divergentes, mas também como tópico catalisador de escândalos – o que antes das décadas finais do século XX era menos provável de ocorrer dada a rejeição à publicidade de assuntos obscenos – que podem atingir indivíduos, grupos e instituições.

11. Afora a indignação moral esperada em relação ao desvelamento de uma grande operação de corrupção, cabe ressaltar seu aspecto midiático, que apresentou um quadro interpretativo a ela. A exposição midiática da Operação Lava-Jato foi sistemática desde 2014, com inúmeras ações televisonadas: mandados de busca e apreensão, conduções coercitivas e prisões preventivas. Grandes empreiteiras e agentes públicos foram alvo da operação que envolvia desvio de dinheiro público a partir do pagamento de propina para o favorecimento de contratos em licitações da Petrobrás. Além das imagens de prisões e conduções policiais de investigados, a imprensa passaria a publicar continuamente material de denúncias fornecidas pelas delações premiadas. O ápice da operação se deu com a prisão do ex-presidente Lula no ano eleitoral de 2018. Dois anos antes ocorreria a amplamente televisonada condução coercitiva do líder petista em uma operação policial que foi marcada por sua magnitude.

12. Como exemplo, algumas matérias

analisadas da *Zero Hora*, de natureza distinta, parecem sintetizar tal diagnóstico, como o editorial de 15 de setembro, que defende o “cerco” judicial “à má política” e uma matéria do dia posterior sobre uma palestra do filósofo Clóvis de Barros Filho, com o título “Estamos assistindo a uma erosão da moral” em que convida os leitores do jornal a assistirem sua palestra “Por um país mais ético”.

13. Os defensores da mostra, por sua vez, passaram a se apresentar como representantes da liberdade artística, da democracia e dos direitos LGBTI+ em oposição a “reacionários” e “fundamentalistas”. Em ambos os casos, há possíveis ganhos simbólicos que potencialmente podem ser revertidos para a política. Gaudêncio Fidélis candidatou-se a deputado estadual, a convite do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2018.

14. As últimas décadas foram marcadas pela expansão do acesso à Internet, o que foi intensificado a partir de meados da década de 2010, com o barateamento do custo dos telefones móveis e da expansão das redes móveis. Em 2014, o acesso via celulares

Trazer a sexualidade ao discurso significa remeter a sistemas de classificação formados por categorias relacionais (Seidman, 1996) mobilizadas por atores sociais de acordo com os universos simbólicos em que se situam. Por um lado, a sexualidade alude à diferenciação entre progresso/atraso, modernidade/arcaísmo, liberdade/opressão e diversidade/preconceito. De outro, pode remeter às díades de moralidade/imoralidade e virtude/perversão. A exposição poderia associar positivamente a marca Santander à contemporaneidade e à promoção à diversidade, mas acabou por vinculá-la à imoralidade. Decorrente da contaminação própria ao fenômeno do escândalo, as acusações se dirigiram da exposição, de seu curador, a artistas, ao banco, a partidos de esquerda e a uma intelectualidade voltada ao campo progressista¹³. Ao denunciar aqueles a quem se atribuía uma agenda perversa às crianças, os empreendedores morais de ocasião apresentavam-se a si mesmos como os defensores da moralidade.

Por meio do escândalo da Queermuseu, ressaltou-se o papel autoatribuído do MBL de protagonista em sua cruzada pela moralização nacional. Coerente com sua atuação prévia na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, e em substituição a ela, de modo oportuno o caso Queermuseu permitiu que retomasse seu protagonismo na seara das questões morais, incorporando uma pauta espraiada nas redes de direita, reativando o pânico moral em suposta defesa das crianças sob ameaça.

A compreensão do pânico moral sob análise exige observar sua construção processual, mas também considerar sua relação com conflitos latentes próprios de uma conjuntura social. Seu desenvolvimento coincidiu com o contexto de crise política, agravado pelo aprofundamento de uma crise econômica. Além disso, acompanhou uma profunda transformação tecnológica e midiática. Trata-se de um contexto de ampliação massiva do acesso à Internet a partir do barateamento dos dispositivos móveis, os quais também permitiram – com as redes móveis – o surgimento de uma conectividade ubíqua, a produção e o consumo de mídia individualizados¹⁴. As mudanças sociotécnicas acabaram por forjar uma nova e complexa ecologia midiática, trazendo implicações no acesso a informações de interesse público e ao próprio debate público. Entre as características da nova ecologia midiática, destacam-se a descentralização, a automatização, a plataformação e a midiaticização.

Enquadramento midiático na “esfera pública” tecnomidiatizada

Manuel Castells (2015) definiu o contexto midiático em que vivemos como autocomunicação de massas, ou seja, uma forma de comunicação não mais marcada pela relação potencialmente unidirecional entre emissor-receptor da comunicação de

massas. Na autocomunicação de massas, o conteúdo é autogerado, a emissão é autodirecionada e a recepção autosselecionada. A mudança teria permitido certa autonomia aos sujeitos, ampliando o acesso à informação e comunicação.

A perspectiva de que o próprio usuário escolha o conteúdo que quer acessar ou mesmo que o produza destaca horizontalidade na comunicação, mas obscurece como as redes se constituem de forma hierárquica por nódulos de influência que centralizam a difusão de informação para públicos segmentados que tendem a compartilhar as mensagens de seus membros ou grupos mais influentes. A autocomunicação produz uma segmentação profunda, a qual, apesar de potencialmente estender nossas fontes de informação, pode nos expor a uma menor diversidade de enfoques e pontos de vista, a partir das seleções que cada usuário faz no uso de diversas plataformas digitais. Essa característica é reforçada com a automatização.

A automatização se refere a dimensões técnicas das plataformas, como a mediação algorítmica que distribui os conteúdos de forma personalizada. Os mecanismos automatizados são designados por Eli Pariser (2011) de “filtros-bolha”, os quais, a partir de informações coletadas do perfil do usuário, encaminham conteúdo personalizado. Muitos críticos reforçam como a automatização favorece a produção de enclaves ideológicos, produzindo câmaras de eco, nas quais informações e posicionamentos divergentes são dirimidos. De acordo com Frank Pasquale (2017), experimentamos hoje uma “esfera pública” automatizada, na qual a agenda pública passa a ser conduzida por algoritmos que classificam o conteúdo e dirigem os usuários da Internet com base no processamento de dados de buscas individuais e coletivos¹⁵.

Ao considerar os aspectos mencionados, pode-se dizer o papel de *gatekeeper* do jornalismo profissional foi reduzido. Em decorrência da abundância informacional, os jornalistas não monopolizam mais a seleção do conteúdo a ser publicado, mas passam a qualificar e redistribuir a informação já publicada. Novos atores midiáticos passam a competir com a imprensa na disseminação de interpretações sobre acontecimentos e a credibilidade do jornalismo é posta em xeque por aqueles que disputam a construção da agenda das questões públicas.

Poucas plataformas digitais passaram a ter um papel central como via de acesso à informação e ao debate público. A plataformização se refere à lógica comercial que conduz os usos da Internet em um sistema oligopolizado. Segundo José Van Djick, Tomas Poell e Martijn de Wall (2018) a lógica da plataformização depende da transformação dos dados dos usuários em mercadoria. Quanto mais participativos os usuários, mais contribuem para a formação de um banco de dados comercial, matéria-prima da publicidade e do consumo personalizados.

ultrapassou aquele realizado por computadores, consolidando uma nova forma de consumo midiático, ultrassegmentado e individualizado (Miskolci & Balieiro, 2018).

15. A teoria da esfera pública, de origem habermasiana, está novamente na ordem do dia nas discussões contemporâneas sobre a questão do impacto que as transformações midiáticas oferecem à democracia. A “esfera pública”, na acepção de Jürgen Habermas (2014), caracteriza-se por um contexto comunicativo baseado no princípio de prover “discussão pública mediante razões”. A despeito das críticas à sua concepção restritiva de “esfera pública” (Fraser, 1990), interessa retomar como Habermas levou em conta a uma mudança estrutural no processo de formação da opinião pública em um contexto de emergência dos meios de comunicação de massa.

Não à toa, as plataformas digitais tendem a incentivar seus usuários a permanecerem conectados, interajam de forma instantânea e estabelecem meios de quantificar suas interações, como nas métricas de engajamento (curtidas, visualizações, comentários e compartilhamentos). Van Djick (2016) postula que a arquitetura das plataformas digitais é modelada no “princípio de popularidade”, o qual ranqueia as publicações, dando mais visibilidade àquelas com maiores índices de interação dos usuários. Na visão da autora, não se trata de característica meramente técnica, está ancorada em uma ideologia que privilegia a competitividade e favorece formas de comunicação de adesão imediata, dando mais visibilidade a um tipo de conteúdo de apelo emocional.

A tônica emocional no uso das plataformas digitais fora abordada por diversos autores. Castells (2013) ressalta como imediatividade e interatividade própria da era digital fomenta certas formas de ação coletiva nas quais a emoção precede a organização institucionalizada e racionalizada das estratégias e dos objetivos dos protestos sociais. Em suas palavras,

[...] quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança (Castells, 2013: 23).

O autor se refere com otimismo em relação à potencialidade da organização de protestos forjados no *individualismo em rede*. Em oposição a formas clássicas de movimento social, os mais recentes protestos seriam mais flexíveis e dinâmicos, caracterizados por projetos instáveis e mutantes e impulsionados pela esperança ou pela indignação forjada instantaneamente em rede.

A dimensão emocional própria da comunicação nas plataformas digitais fora abordada de forma mais crítica por diversos autores, como Van Djick (2016), Richard Miskolci (2021), Samira Marzochi e Fernando Balieiro (2021) que ressaltam a assimétrica precedência do afetivo sobre o reflexivo no debate de questões de interesse público na era digital. Sobretudo ao considerar a capacidade de manipulação passional por aqueles que possuem meios de lidar com banco de dados digitais desprotegidos para fins comerciais, como desvelado no escândalo da Cambridge Analytica, mas também no reforço narcísico das convicções promovidas pelas câmaras de eco das plataformas digitais. Em livro mais recente, o próprio Castells mudou o tom em relação à questão, quando afirma criticamente: “Esse parece ser um dado fundamental da conduta política de nosso tempo. Os cidadãos selecionam as informações que recebem em função de suas convicções enraizadas nas emoções” (Castells, 2018: 60).

Um dos desdobramentos, de natureza propriamente midiática do apelo emocional que predomina nas plataformas digitais é o que Jeffrey Berry e Sarah Sobieraj (2014) chamaram de discurso indignado (*outraged discourse*), prevalente nas câmaras de eco, avessas ao debate matizado, reflexivo e ponderado:

O discurso indignado envolve esforços para provocar respostas emocionais (por exemplo, raiva, medo, indignação moral) pela audiência por meio do uso de supergeneralizações sensacionalismo, informação enganadora ou patentemente não acurada, ataques *ad hominem* e depreciação ridicularizadora dos oponentes. A indignação acompanha as nuances confusas de complexos tópicos políticos em favor do melodrama, do exagero deturpado, a zombaria, e previsões hiperbólicas de desgraça iminente (Berry & Sobieraj, 2014: 7).

Próprio de um estilo midiático de longa data, o jornalismo sensacionalista, o discurso indignado pôde se difundir em plataformas digitais que lucram ao incentivar tais formas de comunicação, dada sua capacidade de reter a atenção dos espectadores. Tal aspecto nos leva a pensar como as mudanças sociotécnicas abordadas estão inseridas em um contexto de aprofundamento do consumo e exposição às mídias, consumo que cada vez mais se apresenta como generalizado por quase toda a população, ubíquo (permanente) e individualizado. Neste contexto, diversos veículos e formatos de mídia convergem em um sistema comunicacional híbrido e multimodal no qual as mídias passam a mediar as relações sociais.

Stig Hjarvard (2012) denomina de midiatização o processo, próprio da modernidade tardia, no qual as mídias adquirem certa autonomia frente a outros aspectos da vida social, ao mesmo tempo em que – dada sua centralidade – impõem sua lógica a eles. Quando se refere à lógica midiática, não se trata de uma definição estanque, mas de um aspecto a ser investigado, necessitando da contextualização e análise empírica do *modus operandi* das mídias e como suas características reconfiguram outros campos da vida social, dentre elas, seus aspectos organizacionais, estéticos e tecnológicos, suas regras formais e informais e suas dimensões materiais e simbólicas. São vários os autores (Hjarvard, 2014; Strömbäck, 2008) que fazem uso do conceito para a compreensão de profundas transformações na vida política.

Miskolci (2021) reelabora criticamente essas características da nova ecologia midiática para a sua conceituação de “esfera pública” tecnomidiatizada. O autor salienta que o debate de questões de interesse público se reconfigurou em uma sociedade mediada pela lógica comercial das plataformas digitais. Salienta ainda que a lógica da popularidade, da instantaneidade e da competição degradou a “esfera pública”. Uma das consequências visíveis do novo contexto seria o ataque frequente aos me-

diadores culturais, sejam eles as universidades, o jornalismo profissional ou seus representantes. As formas legitimadas de produção do conhecimento e da informação passam a concorrer com outras modalidades, não mais balizadas pelo controle da comunidade acadêmica ou pelos critérios do jornalismo profissional.

Essas características impactaram em questões-chave, como a construção da agenda pública e o enquadramento midiático¹⁶, os quais se tornaram um campo de disputa entre o jornalismo profissional e outros atores políticos com expertise e capital midiático. Em contraste com usuários comuns, alguns atores têm acesso diferencial a base de dados, ferramentas sofisticadas de monitoramento das plataformas digitais e conhecimento técnico avançado para se manter em condição de visibilidade nas plataformas ou para a disseminação em massa de determinadas mensagens. Atores competentes no processamento e interpretação dos dados e no domínio técnico das características automatizadas das plataformas – o que evidentemente demanda recursos financeiros e disposições específicas – passam a disputar o agendamento e o enquadramento midiático para seus próprios objetivos.

O conceito de enquadramento midiático permite evitar a análise simplista das representações midiáticas a partir de uma dicotomia entre uma suposta apreensão factual ou enviesada dos acontecimentos. Há uma série de determinantes que passam as rotinas de produção das notícias, as convenções e crenças profissionais, as fontes consultadas, o julgamento da audiência, além de matrizes interpretativas que conformam um determinado contexto cultural. Além da intencionalidade política expressa em enquadramentos editoriais, há aspectos institucionais que conformam as possibilidades de enquadramento, destaque os ideais de objetividade e facticidade presentes na formação e prática do jornalismo profissional. Ainda que sejam ideais, eles funcionam como norma que exige a justificação e validação social.

Atores sociais disputam os enquadramentos interpretativos dos acontecimentos, como políticos, partidos, sindicatos, movimentos sociais, associações profissionais. Entretanto, os grupos de interesse diversos até recentemente tinham poder limitado de disseminar seu próprio enquadramento, atuando como fontes privilegiadas no jornalismo ou quando conseguiam destaque na cobertura televisiva. Ainda assim sua visão era mediada por outro enquadramento, o do jornalismo, que se apresenta como profissional, neutro e objetivo. A capacidade de agendamento e enquadramento se transformou nas últimas décadas, com as transformações abordadas da ecologia midiática.

O enquadramento midiático do debate público tornou-se mais complexo em um contexto, segundo os termos de Judith Butler, de “onipresença das câmeras disper-

16. O agendamento é o nome que se dá ao poder da mídia de pautar certos temas como relevantes ou não. Trata-se da discussão em torno do poder – especialmente do jornalismo – de produzir e hierarquizar temas conforme o grau de importância atribuído. Derivada da teoria da *agenda setting*, criada originalmente por Maxwell MacCombs e Donald Shaw (1972), não se trata da discussão sobre os pontos de vista dominantes, mas da relevância, hierarquia e exclusão dos temas abordados. Já o enquadramento midiático se refere a como as mídias, além de trazer um tema para o debate público, são um veículo importante para gerar e disseminar uma interpretação sobre o mesmo.

sas”. Butler (2015) aborda a centralidade das imagens (audio)visuais na construção do nosso campo de percepção, considerando que é a partir da visualidade que se configura nossa capacidade de reagir com indignação, antagonismo e crítica. Estamos em contexto de diversificada produção audiovisual, produto da difusão de dispositivos móveis com câmeras, além de uma infinidade de dispositivos, softwares de edição e plataformas de divulgação. Em um contexto no qual se pode produzir, editar e publicar fotografias e vídeos, o enquadramento tem que ser repensado, especialmente na medida em que as imagens ou os vídeos, construídos a partir da intencionalidade de quem os produz, aparecem como evidência transparente da realidade.

Da exposição à polêmica pelas lentes do jornal *Zero Hora*

Stuart Hall e equipe (1999), ao discutirem as práticas rotineiras de produção de notícias, abordam tanto a estrutura organizacional do jornalismo, sua separação em departamentos temáticos (a parte cultural e a esportiva, por exemplo), como também sua dependência de fontes institucionais regulares e credíveis, os chamados definidores primários, aqueles que definem sua interpretação primária, conduzindo o enquadramento do problema. Ao conservar a atualidade do argumento dos autores, a cobertura do evento artístico esteve inicialmente atrelada aos termos de divulgação do Santander Cultural. Entretanto, dentro de uma nova ecologia midiática, o enquadramento inicial foi profundamente deslocado, quando disputado por atores político-midiáticos que passaram também a aparecer nas páginas do jornal.

Mudanças expressivas nas últimas décadas incidiram sobre o jornalismo com a plataforma das notícias (Van Djick, Poell & Wall, 2018). A própria prática da leitura das notícias modificou-se radicalmente, tornando-se pulverizada e com a curadoria editorial afetada em razão da mediação das plataformas digitais que distribuem as notícias individualmente, de acordo com o perfil dos usuários. Sem aprofundar nessas questões, importa mencionar a produção simultânea das notícias sobre a Queermuseu pelo *Zero Hora* em sua versão impressa e digitalizada. Boa parte dos textos publicados na versão impressa também fora digitalizada. Entretanto, a produção digital das notícias teve volume muito superior, marcada pelo imperativo da publicação imediata, acompanhando os conflitos em tempo real.

Em agosto, mês inicial da mostra, foram poucas as matérias publicadas, sempre descritivas e convidativas, no intuito de divulgação das atividades do Santander Cultural. Destaca-se a matéria assinada pelo próprio curador da mostra, Gaudêncio Fidélis, a quatro dias do início da exposição, salientando a estética transgressiva e

provocativa da exposição *queer*. Outra matéria adotava um tom também convidativo, apresentando a exposição como “promotora da discussão sobre diversidade nas artes visuais”. A última abordou a exposição com certa complexidade, tocando em diversos aspectos da mostra, passando pela proposta do curador, a visão do representante do Santander, a disposição das obras no espaço e as características de algumas obras destacadas. Nesse primeiro momento, o enquadramento da exposição é afinado com o enquadramento das fontes privilegiadas, quais sejam, o curador e o espaço cultural.

A partir de setembro há uma profusão de matérias, tanto no formato digital como na versão impressa. A abordagem mudou do foco da proposta estética da exposição para a polêmica em torno das acusações de promoção à “pedofilia”, “blasfêmia” e “zoofilia” e da defesa da exposição e da liberdade artística, apresentando os atores sociais envolvidos em um conflito em torno do fechamento da exposição e a respeito da natureza das obras. Há, portanto, a partir do reenquadramento nas plataformas digitais, uma guinada na abordagem da exposição para um conflito instalado em torno da interpretação da exposição.

Ressalta-se a publicação de muitas matérias opinativas, com jornalistas e professores universitários. Ainda que com visões distintas sobre a exposição, todos os artigos criticaram o seu fechamento. Além da posição comum de que, por princípio democrático, não se deve proibir exposição artística, os textos traziam críticas ao grupo que liderou a campanha. Encontra-se desde o questionamento do caráter genuinamente liberal do MBL à comparação do episódio com práticas de silenciamento de grupos de esquerda, à classificação dos detratores da exposição como fascistas, a depender da visão do crítico. O espaço aberto a uma variedade de vozes contrárias ao fechamento da mostra fez prevalecer no jornal uma visão crítica de seus detratores e, majoritariamente, em defesa da exposição, seu curador, bem como as e os artistas.

Entretanto, a demarcada presença do MBL, em repetidas matérias, fez com que seu enquadramento ganhasse espaço nas matérias do jornal. Nelas são apresentados recorrentemente os pontos defendidos pelo grupo político: a crítica ao conteúdo da exposição, supostamente contendo “pedofilia”, “zoofilia” e ofensa à fé cristã; a crítica ao financiamento público da exposição por meio de lei de incentivo à cultura; o questionamento da qualidade artística das obras contidas na exposição, consideradas de má qualidade; a defesa do boicote, entendido como expressão maior do livre mercado. O jornal ainda abriu espaço para o curador do evento que, sem poder afetar o novo enquadramento disseminado, repudia as interpretações do MBL, em réplica às acusações.

Ainda que escape ao *corpus* analítico desta pesquisa, é importante mencionar que o MBL teve presença marcada em vários outros veículos midiáticos¹⁷, com destaque para programas de diversos canais televisivos que apresentaram o conflito seja entrevistando membros do próprio grupo ou dando espaço igual às partes – favoráveis e contrárias ao fechamento da exposição – ambas entendidas enquanto interlocutoras legítimas. O episódio atesta a capacidade do grupo político em projetar seu enquadramento nas mídias convencionais.

A atuação político-midiática do MBL

Criado em 2014, com sede em São Paulo, o Movimento Brasil Livre (MBL) esteve entre os grupos organizadores das manifestações massivas pelo impeachment de Dilma Rousseff. Originário, em parte, do grupo *Students for Liberty*, que participara dos protestos de 2013, sua formação está associada indiretamente ao apoio da rede de *think tanks* Atlas Network (Gohn, 2017)¹⁸. Oportunamente, no lastro do Movimento Passe Livre (MPL), organização que protagonizou as manifestações de rua de 2013, formou-se o MBL, mobilizando progressivamente a indignação expressa nas grandes manifestações de rua. As chamadas Jornadas de Junho surgiram em defesa do transporte público gratuito, mas dado seu caráter descentralizado, esteve aberta para uma diversidade de outras pautas, incluindo a denúncia da corrupção e o rechaço aos partidos, sentimento coletivo que abriria uma janela de oportunidade para um grupo de jovens se apresentar como alternativa para a renovação da política nacional.

Sua visão política sempre esteve atrelada a um posicionamento moral: o combate à corrupção e ao governo e aos partidos de esquerda foram seus principais focos de atuação. Diante do diagnóstico de corrupção generalizada no país, a qual era também atribuída a um suposto papel exacerbado do Estado na economia e nas políticas públicas, o grupo, desde então, defende a diminuição do papel do Estado na economia e amplas políticas de privatização. Maria da Glória Gohn (2017) afirma que o MBL se aproxima mais de um grupo de pressão do que de um movimento social, uma vez que não possui base social organizada. Ainda que tal definição seja coerente com sua primeira fase, o MBL se tornaria algo distinto nos anos subsequentes. Especialmente após o impeachment, o grupo político passou a se dividir entre a política institucional e uma política midiática, buscando preservar sua relevância digital.

No contexto pós-impeachment de Dilma Rousseff, grupos de direita se articulavam em vista das eleições de 2018, com destaque para a campanha de Jair Bolsonaro nas plataformas digitais. Trata-se de um momento de refluxo das grandes manifes-

17. Destaca-se a presença de representantes do MBL em programas da TV Bandeirantes, TV Gazeta, TVE do Rio Grande do Sul e na Rádio Guaíba. A abordagem televisiva sobre o escândalo não foi homogênea. Ressalta-se o contraste entre uma matéria do Fantástico, da TV Globo, e outra no Domingo Espetacular, da TV Record. A primeira, voltada ao tema da intolerância, convida especialistas jurídicos que recusam as acusações dos detratores da mostra e defendem a liberdade artística. Já a segunda matéria apresenta especialistas que afirmam a incompatibilidade da exposição – e de performance ocorrida posteriormente no MAM – com o público infantil, supostamente representando uma violação aos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

18. A data de origem do grupo é discutível. Salienta-se que uma página com o nome de Movimento Brasil Livre foi criada no Facebook no dia 17 de junho de 2013, durante as manifestações de rua. Aparentemente trata-se de uma marca criada pela agremiação Estudantes pela Liberdade (EPL) para

poder participar das manifestações sem comprometer as doações de organizações americanas ao grupo (Caldara, 2020).

19. Idealizado por Miguel Nagib, o projeto se apresenta como proposta que supostamente defende a pluralidade, ocultando suas motivações conservadoras. Trata-se de um projeto de lei com o objetivo de vigilância dos professores, estimulando a judicialização das relações pedagógicas e a delação de professores por alunos ou colegas. A partir de 2015, seus defensores passam a combater de forma direta a chamada “ideologia de gênero” nas escolas (Miguel, 2016).

20. Trata-se do filme “Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre” (2019), de Alexandre Santos e Fred Rauh.

tações, no qual o MBL passou cada vez mais a se voltar para a disputa pelo agendamento midiático de questões políticas e à profissionalização da carreira política de seus principais membros. Desde 2016, o MBL atua na política formal, elegendo oito candidatos no estado de São Paulo, dentre eles, uma de suas principais lideranças, o jovem Fernando Holiday, vereador na capital. Em 2018, elegeu outras duas de suas lideranças nacionais, Kim Kataguiri, como deputado federal e Arthur do Val, deputado estadual. Destaca-se que todos foram eleitos pelo Democratas, partido tradicional da direita, em relação ao qual adotou-se a justificativa de que os membros do MBL teriam autonomia de posicionamento, vantagem que não teria sido oferecida por outra legenda.

O MBL associou-se mais claramente ao conservadorismo moral já a partir do segundo ano de sua formação, mas o tema passou a ocupar uma parte importante de suas atuações após o impeachment, em 2016. Desde 2015, o MBL defende o projeto Escola sem Partido¹⁹, constando do documento apresentado em seu primeiro Congresso Nacional “Propostas de Políticas Públicas do MBL”. Em 2016, sua atuação passa pelo enfrentamento de mobilizações de esquerda, em um período profícuo de ocupações em escolas públicas, além das incursões do vereador Fernando Holiday nas escolas para pretensamente combater a suposta doutrinação ideológica dos professores. A atuação do grupo, no caso do Queermuseu, representou uma forma de amplificar seu protagonismo nesta seara de combate ideológico e moral à esquerda com apelo a segmentos eleitorais afinados com as redes de direita.

Parte da bibliografia sobre o MBL o caracteriza por sua expertise na utilização das plataformas digitais para fins de organização de manifestações de segmentos da sociedade civil. Essa abordagem vê as mídias digitais como meio de organização política, deixando de abordar como o MBL se constituiu propriamente enquanto ator midiático. A comunicação digital é característica definidora do grupo, o que é visível na criação do sítio de notícias próprio, o *MBLNews*, mas especialmente em sua atuação em diversas plataformas digitais. Como conta o documentário produzido por eles mesmos sobre a história do grupo até o impeachment²⁰, o audiovisual é algo central desde os momentos embrionários do grupo, a partir de então voltado à elaboração de vídeos e “memes descolados”. Soma-se à expertise no uso das plataformas de redes sociais a capacidade e as escolhas estratégicas a respeito dos temas e das abordagens com apelo à audiência, e habilita a disseminação destes vídeos por canais diversos.

O caso Queermuseu é exemplar da atuação política-midiática do MBL a partir de um estilo de discurso que visava produzir a indignação moral de suas audiências. Um dos expoentes mais relevantes foi Arthur do Val, do canal de YouTube “Mamãe-

Falei”. Nascido em 1986, deputado estadual de São Paulo – hoje cassado –, Arthur do Val é uma das lideranças atuais do MBL, mas à diferença dos outros membros, entrou apenas em 2016. Seu canal no YouTube, desde que se notabilizou, sempre teve mais inscritos do que o do próprio MBL, cuja atuação se dava prioritariamente pelo Facebook. Ele é por volta de dez anos mais velho do que os dois jovens líderes que despontaram, inicialmente, como a jovem face pública do MBL, Kim Kataguirí e Fernando Holiday. Incorporado ao grupo, Arthur do Val se destaca na comunicação pelo YouTube, marcada por um estilo provocativo, tendo a esquerda como seu alvo preferencial.

Quase um ano após sua criação, no dia 18 de março de 2016, com a publicação do vídeo “Testando a militância petista na manifestação pró-governo”, com mais de um milhão de visualizações, do Val criou um estilo de produção audiovisual. Na parte destinada aos comentários, o próprio YouTuber relata, dois anos depois, que foi o vídeo que mudou a sua vida, em decorrência da visibilidade alcançada. A partir de então, tornaram-se correntes os vídeos em que ele adentra em manifestações organizadas por partidos ou movimentos de esquerda, para provocar os manifestantes, levando-os a entrar em contradição e expondo-os para efeitos cômicos. Ao editar os vídeos nas manifestações, faz valer a ideia de que os manifestantes de esquerda são alienados, desconhecendo verdadeiramente as causas que dizem defender e, portanto, não passam de manipulados pelos organizadores das manifestações.

Não raro, suas abordagens provocativas resultam em conflitos que podem chegar às vias de fato, sugerindo o caráter violento dos manifestantes para sua audiência que, por sua vez, apenas têm uma visão parcial dos conflitos, com a filmagem e edição de Do Val. O YouTuber esteve no centro dos debates envolvendo o Queer-museu. Além dele, o estilo provocativo de seus vídeos fora adotado por outro YouTuber local, correligionário do grupo na causa.

Dois tipos de produção audiovisual em torno da exposição se difundiram sobre a exposição. O primeiro, produto da portabilidade dos dispositivos digitais que possibilita a produção audiovisual de eventos *in loco*, caracterizou-se pela abordagem de dentro do Santander Cultural e suas adjacências, permitindo o recorte de certos fragmentos do acontecimento, direcionando a interpretação da audiência. O segundo, produzido em estúdio, caracterizado pela comunicação direta entre o comunicador e sua audiência, interpelando-a afetivamente e compartilhando uma narrativa.

Rafinha BK, YouTuber de Porto Alegre, gravou um vídeo que teve um papel relevante na campanha contra a Mostra do QueerMuseu. Como seu canal foi criado posteriormente ao Mamãe-Falei, presume-se que tenha sido influenciado por Ar-

21. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OWNQNFuSKBY&ab_channel=BKTuber>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

22. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=npS8U5Vp0gg&ab_channel=Mamaefalei>. Acesso em: 06 Mar. 2022.

23. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x-bqkbDx4dQ&ab_channel=BKTuber> e <https://www.youtube.com/watch?v=JoYMSvT7Uqo&list=PLFlr3z62yNBFDGr6NON2CCcAQ2MThXQos&index=9&ab_channel=BKTuber>. Acesso em: 06 Mar. 2022.

24. O título da matéria na página é “O Bk tuber foi até um debate com o curador do Queermuseu e mais uma militância defensora de exposições com sexo e nudez para crianças e [tentou] falar verdades sobre o assunto. Óbvio que Gaudêncio fugiu do debate e sua militância ficou irritada com o caso”. Disponível em: <<https://web.facebook.com/watch/?v=718496951607784>>. Acesso em: 14 Mar. 2022.

thur do Val, publicando vídeos confrontando estudantes da UFRGS em ocupação estudantil. A circulação de seu vídeo sobre a QueerMuseu rendeu a divulgação de seu nome nas páginas do jornal *Zero Hora*, confundido como membro do MBL. No vídeo “Censura: Santander incentiva a pedofilia!”²¹, publicado em 9 de setembro de 2017, ele apresenta a gravação como uma denúncia. A todo tempo é informado por funcionários que não se pode filmar dentro do Santander Cultural, recusando obedecer às orientações, e afirmando a existência de crimes nas obras expostas, de “blasfêmia” e “pedofilia”. Circula pela exposição, com um apoiador que o segue, denunciando o caráter “absurdo” que enxerga em certas obras e perguntando aos funcionários se há público infantil que visita a exposição. O vídeo termina quando ele é retirado à força por seguranças.

As filmagens *in loco* persistiram no dia de manifestação contrária ao fechamento da exposição. Não reconhecido por parte do público, Arthur do Val filmou a manifestação contrária ao fechamento da exposição, entrevistando os participantes²². Sem se apresentar, dirigia-se ao público perguntando e rebatendo o argumento de que o MBL realizou uma espécie de censura da exposição, quando a seu ver seria um boicote, além de questionar a opinião a respeito do projeto de Lei Escola Sem Partido. Um manifestante que o reconheceu passa a abordá-lo perguntando quanto recebeu para estar lá, ao que ele responde que está lá para expor pessoas como ele. A exposição midiática é perceptível no vídeo, na tentativa de desmoralizar seus entrevistados, tentando contradizer os entrevistados ou deixá-los sem resposta, aumentando a provocação com o desenrolar do vídeo. Um dos manifestantes lhe dirige um soco, o que é filmado e reproduzido não apenas pela câmera do YouTuber, mas por outras duas câmeras em outros ângulos. Os manifestantes expulsam o YouTuber, atingindo-o corporalmente. Ele retorna à manifestação e filma um grupo de pessoas chamando-o de fascista.

BK Tuber publicou outros dois vídeos, um na mesma manifestação e outro em um debate²³ com o desembargador federal e procurador do Ministério Público Federal, no sindicato dos bancários de Porto Alegre, no dia 20 de setembro. O vídeo, reproduzido na página do MBL²⁴, apresenta uma abordagem ainda mais provocativa. Chega ao local e se apresenta como um admirador e abraça Gaudêncio Fidélis, que demora a reconhecê-lo. Passa então a acusá-lo diretamente, de frente para as câmeras, de apologia ao crime e diz que vai participar do debate. A câmera é usada não apenas para captar a discussão, mas para constranger as pessoas ali presentes. Expõe o curador e os participantes da mesa, dizendo que se o país fosse sério eles deveriam ser exonerados e Fidélis preso. A provocação chega ao ápice quando é retirado do espaço, desta vez por participantes da discussão que o levam para fora do local. Entretanto, ele continua a perseguir o curador até este entrar no carro que o retiraria dali.

Em concomitância aos vídeos *in loco* produzidos e/ou divulgados pelo MBL, vídeos narrativos foram também elaborados. Kim Kataguirí, defendendo-se da acusação de que promovera a censura da exposição, afirmou: “quem foi que pegou o dinheiro do pagador de impostos, em meio a uma das maiores crises da história do país, para fazer uma exposição que promove zoofilia, pedofilia e ataca o cristianismo, para crianças. E que fique bastante claro: era para crianças!”. Ao defender o boicote, finaliza dizendo: “quer organizar essa porcaria dessa mostra, organiza com dinheiro privado e para adultos”²⁵.

Arthur do Val divulgou um vídeo que resumiu sua visão do teor da mostra:

Educação, cultura e diversidade são obras de arte com zoofilia, pedofilia, crianças trans? [...] Isso faz parte claramente de uma agenda autoritária de esquerda. [...] Por pessoas querendo de maneira autoritária empurrar isso goela abaixo [...] para crianças e para jovens²⁶.

Seu vídeo termina associando a exposição com a campanha contra a suposta doutrinação nas escolas e afirma para a audiência que para acabar com a doutrinação das crianças, parte da agenda da esquerda autoritária, é preciso apoiar o projeto Escola Sem Partido. A descrição do vídeo trazia o link para uma petição favorável ao projeto de lei Escola Sem Partido criada pelo próprio MBL no sítio Citizen Go.

Poucos dias depois do fechamento da mostra, outra apresentação artística se tornou objeto de discussão pública: a performance “La Bête”, do artista Wagner Schwartz, na abertura da exposição “Panorama de arte brasileira”, no MAM-SP, inspirada na obra “Os bichos”, de Lígia Clark. Na apresentação,

[...] o artista nu manipulou uma réplica de plástico de uma das esculturas da série de Lígia Clark e convidou o público a articular as diferentes partes de seu corpo por meio de suas dobradiças (Silva, 2019: 244).

Outro escândalo foi construído a partir da circulação de um vídeo da performance, na abertura da mostra para uma plateia seleta, que captou um momento no qual uma criança participava da apresentação tocando no tornozelo do artista. O nu era encarado como sinônimo de sexualidade, visando o público infantil.

Dentre vários vídeos e postagens do MBL sobre o ocorrido, Kim Kataguirí divulgou um vídeo com o seguinte título: “Exposição no Museu de Arte Moderna de São Paulo é mais uma que mostra a falta de bom senso e de decência de pessoas que querem seguir uma agenda criminosa e nociva para nossas crianças”. No vídeo, ele

25. Disponível em: <<https://web.facebook.com/watch/?v=681719215285558>>. Acesso em: 14 Mar. 2022.

26. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FiSNvXJYmP4>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

27. Disponível em: <<https://www.facebook.com/kataguirikim/videos/vb.833053646745836/1668934713157721>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

28. A exceção são políticos de bancadas religiosas que fizeram uso palavra em parlamentos municipais, estaduais e municipais para manifestarem repúdio à exposição e, em acréscimo, à esquerda. Entretanto, não foram apenas os políticos religiosos que se manifestaram, mas também aqueles situados no espectro político da direita, como o então prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, que se manifestou contra a performance no MAM. Cabe ainda ressaltar que a polêmica rendeu dividendos políticos ao outro lado do embate moral, em defesa da exposição artística e dos direitos LGBTI+. Gaudêncio Fidélis, curador da mostra, tornou-se candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. O fato de não ter sido eleito – ao contrário de seus detratores do MBL – talvez seja um indicativo de que os ganhos políticos em torno das polêmicas morais são mais favoráveis ao campo da direita, historicamente associado ao conservadorismo moral.

diz: “E eu não sei qual é a tara que essa gente tem por criança! [...] Por que fazer isso com criança? [...] Para quê? Qual a agenda que está por trás disso?”. A interpretação de ambos os membros do MBL associa a exposição e a performance artística a uma agenda política de esquerda que visaria o público infantil²⁷.

O episódio teve seus desdobramentos finais quando Gaudêncio Fidelis, curador da exposição Queermuseu, foi convocado a depor na CPI de Maus-Tratos a Crianças e Adolescentes, no dia 23 de novembro de 2017, na mesma sessão em que depôs também Luiz Camillo Osório, curador da exposição do MAM. O Ministério Público abriu inquérito para investigar Schwartz em denúncia de conteúdo impróprio às crianças, e o artista prestou depoimento de quase três horas na 4ª Delegacia de Polícia de Repressão à Pedofilia.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar as disputas de enquadramento midiático em torno do escândalo da QueerMuseu, comparando a abordagem jornalística do *Zero Hora* com a abordagem do MBL disseminada nas plataformas digitais. Foi possível atestar como o grupo político foi capaz de difundir o seu enquadramento também nas mídias convencionais, ampliando a recepção para além de seu público segmentado, desvelando um *continuum* entre as mídias em um contexto de complexa convergência midiática. Seu enquadramento se caracterizou por um estilo de comunicação passional com o objetivo de produzir indignação moral, interpelando emocionalmente segmentos sensíveis a sua interpretação.

Em contraste com interpretações correntes que deslocaram a polêmica a uma disputa entre o que se chamou de “fundamentalistas religiosos” e “ativistas dos direitos humanos”, o caso específico do QueerMuseu não foi protagonizado por religiosos, os quais apenas se posicionaram em um segundo momento, junto com outros atores políticos e não de forma homogênea²⁸. A Arquidiocese de Porto Alegre, por exemplo, difundiu nota crítica em relação à exposição em 11 de setembro, depois de seu fechamento, com outro tom. A crítica se dirige à utilização de símbolos religiosos, recusando-se a reproduzir a acusação de “pedofilia”, além de reiterar a importância de se combater o preconceito e a intolerância de qualquer espécie²⁹.

A reabertura da exposição no Parque Lage, no Rio de Janeiro, entre agosto e setembro de 2018, com financiamento coletivo de apoiadores, demonstra que a interpretação do MBL nem de longe se tornou unânime. Entretanto, ela certamente serviu para reforçar sua presença nas mídias em um tema sensível para segmentos de direita, ao reforçar uma visão espraiada de corrupção moral de esquerda. Ao se apre-

sentarem como representantes do povo, em crítica a uma presumida elite cultural, protagonizaram uma batalha moral. Sua posição destacada nas mídias apareceu em momento oportuno, na preparação para o ano eleitoral de 2018, a partir do qual a política institucional faria cada vez mais parte dos objetivos do grupo.

Referências

ADUT, Ari. *On scandal: moral disturbances in society, politics, and art*. New York: Cambridge University Press, 2008.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, e185306, 2018.

BENTES, Ivana. A arte que virou pornografia aos olhos dos neofundamentalistas. *Portal Revista Cult*, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/arte-que-virou-pornografia-aos-olhos-dos-neofundamentalistas/>>.

BERRY, Jeffrey M; SOBIERAJ, Sarah. *The outrage industry: political opinion media and the new incivility*. New York: Oxford University Press, 2014.

BUTLER, Judith. Tortura e a ética da fotografia: pensando com Sontag. In: _____. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDARA, Marcus V. C. *Contornos discursivos do antipetismo nas mídias sociais: uma análise a partir do Movimento Brasil Livre*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2020.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

_____. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers*. London: MacGibbon & Kee, 1972.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n. 53. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530001>, 2018>.

29. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/artes/noticia/2017/09/eliminar-as-dificuldades-jamais-pode-significar-desrespeitar-o-outro-e-suas-crencas-diz-arquidiocese-de-poa-sobre-mostra-queermuseu-9894242.html>>. Acesso em: 14 Mar. 2022.

DALMONTE, Edson Fernando; SOUZA, Pedro Carlos. Ativismo por fandoms políticos conservadores: a discussão em torno dos casos Queermuseu e La bête por páginas pró-Bolsonaro. *Comunicação & Sociedade (online)*, v. 41, p. 335-371, 2019.

FIDELIS, Gaudêncio. (Org.) *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*. Porto Alegre: Santander Cultural, 2017.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25-26, p. 56-80, 1990. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/466240>>.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral panics: the social construction of deviance*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALL, Stuart, et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In TRAUQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1999.

HJARVARD, Stig. *A midiatisação da cultura e da sociedade*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2014.

_____. Midiatisação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (Orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*, p. 25-52. Rio Grande, RS: Editora Furg, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro, *Direito & Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, p. 176-187, 1972.

MARZOCHI, Samira Feldman; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Muralha de espelhos: o narcisismo político nas plataformas digitais. *Revista Brasileira de Sociologia (RBS)*, v. 9, n. 23, p. 121-148, 2021.

MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiaticizada*, v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Sociologia digital: balanço provisório e desafios. *Revista Brasileira de Sociologia (RBS)*, v. 6, n. 12, 2018.

PARISER, Eli. *The filter bubble: what the Internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011.

PASQUALE, Frank. A esfera pública automatizada. *Líbero*, Ano XX, n. 39, p. 16-35, Jan.-Ago. 2017.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. In: _____. *Políticas do sexo*. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

SEIDMAN, Steven. *Queer theory/Sociology*. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.

SILVA, Sara Raquel de Andrade. *Reação, mobilização e produção de sentidos na arte: um olhar sobre a trajetória da exposição Queermuseu*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four phases of mediatization: an analysis of the mediatization of politics. *International Journal of Press/Politics*, v. 13, n. 3, p. 228-46, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/1940161208319097>>.

TAVARES, Márcio. Arte sob ataque: os usos e abusos da arte pelas redes reacionárias durante a censura da exposição Queermuseu. *Modos: Revista de História da Arte*, v. 6, n. 1, p. 18-49, Jan. 2022. Disponível em: <[10.20396/modos.v6i1.8667547](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8667547)>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8667547>>.

VAN DIJCK, José. *La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

VAN DIJCK, José; POELL, Tomas; WAAL, Martijn de. *The platform society: public values in a connective world*. New York: Oxford University Press, 2018.



Actores políticos y promoción de contenidos desinformativos en Twitter. Caso Españaⁱ

Recebido: 27.09.21
Aprovado: 07.02.22

Elias Said-Hung (<https://orcid.org/0000-0002-0594-5906>),
Universidad Internacional de La Rioja (Unir), La Rioja, Españaⁱⁱ.

Iago Ocaranza-Prado (<https://orcid.org/0000-0002-0404-4946>),
Universidad de Vigo, Vigo, Españaⁱⁱⁱ.

Resumen: El artículo tiene como objetivo conocer el rol que cumplen los principales grupos políticos en España, en la promoción de contenidos desinformativos en Twitter. El estudio aplica análisis estadísticos y de tópico a la total de tuits publicados en español (n = 40.445 tuits), entre septiembre (2019) y febrero (2020), por las cuentas oficiales de los partidos, líderes y portavoces de cada uno de los principales grupos políticos en España (PSOE, Partido Popular, Unidas Podemos, Vox y Ciudadanos); y los contenidos desinformativos identificados, entre agosto 2019 y marzo de 2020, por dos de los principales proyectos periodísticos de *Fact-Checking* (n = 2.730 contenidos desinformativos) en España (Maldita.es y Newtral.es). Los datos permiten ver, cómo los grupos políticos analizados presentan un nivel alto de coocurrencia con los contenidos desinformativos identificados por Maldita.es y Newtral.es. Lo que estaría confirmando el papel activo de estos actores en la expansión de este tipo de contenidos en Twitter.

Palabras claves: Contenido desinformativo. Políticos. Comunicación política. Twitter. *Fact-checking*.

Atores políticos e promoção de conteúdo desinformativo no Twitter. O caso da Espanha

Resumo: O artigo tem como objetivo conhecer o papel desempenhado pelos principais grupos políticos espanhóis na promoção de conteúdos desinformativos no Twitter. O estudo aplica análise estatística e temática ao total de tweets publicados em espanhol (n = 40.445 tweets), entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, pelas contas oficiais dos partidos, dirigentes e porta-vozes de cada um dos principais políticos grupos na Espanha (PSOE, Partido Popular, Unidas Podemos, Vox e Ciudadanos); e o conteúdo desinformativo identificado entre agosto de 2019 e março de 2020, por dois dos principais projetos jornalísticos de *Fact-Checking* (n = 2.730 conteúdos desinformativos) na Espanha (Maldita.es e Newtral.es). Os dados permitem perceber como os grupos políticos analisados apresentam um elevado grau de coocorrência com os conteúdos desinformativos identificados por Maldita.es e Newtral.es. O que estaria confirmando o papel ativo desses atores na expansão desse tipo de conteúdo no Twitter.

Palavras chaves: Conteúdo desinformativo. Políticos. Comunicação política. Twitter. *Fact-Checking*.

i. Agradecimientos: este trabajo se hizo con el apoyo de la Universidad Internacional de la Rioja, quienes financiaron el proyecto de investigación B0036-1920. Se agradece el apoyo de la empresa Esposable SL, quien colaboró en el levantamiento y procesamiento de los datos empleados en este trabajo.

ii. Elias Said-Hung é professor da Faculdade de Educação, membro do grupo de pesquisa ProComm e diretor do mestrado em educação inclusiva e intercultural da Universidade Internacional de Rioja (Unir). Presidente da Associação de Ciência, Tecnologia e Sociedade (Citesoc), é doutor em ciências da comunicação pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha. <elias.said@unir.net>.

iii. Iago Ocaranza-Prado é engenheiro superior em telecomunicações pela Universidade de Vigo, e doutorando no Programa de Métodos Matemáticos e

Introducción

El impacto de redes sociales como Twitter, en el desarrollo de las conversaciones políticas y el desarrollo de la democracia, ha sido uno de los temas más abordados, desde el punto de vista académico, en los últimos años (Pérez-Curiel & García-Gordillo, 2020; Recuero, Bonow Soares & Grudz, 2020). Sobre todo, en lo que concierne al papel que ejercen los actores políticos, en la promoción de escenarios de polarización y las condiciones necesarias para la diseminación de contenidos desinformativos (Scheufele & Krause, 2019). Un término que no ha estado exento de debate, por el carácter polimórfico de factores que inciden en éste (Comisión Europea, 2018), y la incidencia que ello ha traído en la falta de unificación al momento de aludir a este fenómeno desde el uso de términos como *fake news* o *misinformation*, relacionados entre sí, pero no iguales (Hrčková, et al., 2019).

Como bien apuntan autores como Laura Cervi y Nuria Roca (2017) o Zizi Papacharissi (2019), hemos sido testigo en los últimos años, de un cambio de paradigma en la forma como se emplean escenarios digitales como Twitter. Una transformación, en el que los actores y sistema político español no ha estado exento, al favorecer la irrupción de nuevos partidos políticos, una mayor influencia de los ya existentes, y la ruptura del sistema bipartidista parlamentario español, en las últimas elecciones autonómicas y generales (Arnaldo Alcubilla, 2019; Carral & Tuñón-Navarro, 2020).

Estudios realizados hasta la fecha han dado cuenta del papel ejercido por la comunicación en los escenarios digitales, al momento de agrupar ciudadanos (usuarios) alrededor de orientaciones políticas afines, aumentando la homofilia y la polarización al interior de estos (Grudz & Roy, 2014; Cinelli et al., 2020). Pero también, se ha venido apuntando al papel que ejercen los usuarios (en especial, los líderes o influenciadores sociales), al filtrar activamente contenidos orientados a reforzar posiciones políticas determinadas y lo que se conoce como campana de eco. Lo que ayuda a una mayor exposición selectiva de la información y la polarización social (Cinelli et al., 2020). Un fenómeno que, autores como Carol Soon and Shawn Goh (2018), ha incidido más alrededor de los usuarios con una orientación política más conservadora y radical que lo que no lo son. Lo que ha venido socavando la calidad del debate público, alrededor de determinados usuarios y temas promovidos desde la dieta mediática publicada en escenarios digitales como Twitter.

La diseminación de contenidos desinformativos puede provenir de diferentes actores y/o canales, desde escenarios digitales asociados a medios de comunicación, cada vez más hiperpartidistas; pero también, a través de la participación de *bots*,

usuarios reales y influenciadores sociales, entre los que se encuentran líderes políticos (Recuero, Bonow Soares & Gruzdz, 2020). Lo que favorece el desarrollo de conversaciones, alrededor del ecosistema comunicativo híbrido actual, en el que conviven medios tradicionales y digitales, centrados en la divulgación de mensajes, desde “minorías vocales” que afectan a la opinión pública y los valores democráticos en nuestras sociedades (Eady et al., 2019), y contribuyen al creciente avance de los contenidos desinformativos en ellos (Hrčková et al., 2019; Keller et al., 2020). Unos contenidos que, con base a lo que exponen autores como Andrea Hrčková y equipo (2019) o Elías Said-Hung, María Adoración Merino y Javier Martínez-Torres (2021), deben ser entendidos como aquellos contenidos orientados a la divulgación maliciosa de mensajes con información confusa, falsa o centrada en el engaño. Que se diferencia de otros términos afines, como por ejemplo *fake news*, centrado más en la divulgación maliciosa de historias falsas, manipuladas, que se suelen centrar en el medio en el que se divulgan, donde suelen retransmitirse ampliamente; o *misinformation*, centrado más en la divulgación de contenidos basados en rumores, información inexacta, no verificada o falsa, que suele llevarse a cabo al compartir información sobre un determinado tema.

El aumento de la divulgación de contenidos desinformativos en los últimos años, en especial desde 2016, ante la proliferación del término *fake news* en elecciones de los Estados Unidos de dicho año, ha traído consigo el surgimiento de proyectos de *Fact-Checking*, centrados en analizar, contrastar y verificar la información publicada desde los medios tradicionales y digitales (Vázquez-Herrero, Vizoso & López-García, 2019). Un escenario, favorecido por el aumento del ecosistema comunicativo híbrido actual, que ha multiplicado los ruidos informativos que rodean a los ciudadanos, en la actualidad (Allcott, Gentzkow & Yu, 2019).

Bajo lo expuesto en el párrafo anterior, es que surgen proyectos como Maldita.es y Newtral.es en España, a lo largo de Europa y otras regiones del mundo (ej. FactCheck.org, Snopes, Politifact, First Draft en Estados Unidos; ColombiaCheck en Colombia; Chequeando en la Argentina; Verificado2018 en México: o Lupa, Aos Fatos, Estadão Verifica en Brasil). Proyectos, centrados en la promoción de mecanismos de verificación periodística y ciudadana, de la información transmitida en los diferentes canales de comunicación, en especial desde escenarios digitales como Twitter, que favorecen a una mayor difusión de contenidos desinformativos (Vosoughi, Roy & Aral, 2018). Proyectos que ayudan al cambio de actitud de las personas, al conocer el carácter falso de mensajes asociados a este tipo de contenidos (De-Keersmaecker & Roets, 2017). Sobre todo, si tenemos en cuenta que este tipo de contenidos generan mayores niveles de viralización, a través del temor, la indignación o la sorpresa que pueden traer consigo (Vosoughi, Roy & Aral, 2018).

Trabajos realizados por autores como Patricia Andrade del Cid, Rubén Flores González y Mariangel Pablo Contreras (2020), muestran la importancia que tiene el análisis de los diferentes temas publicados por los actores políticos, en escenarios digitales como Twitter. De allí que estudios como los realizados por Klaifer García y Lilian Berton (2021) han venido centrando su atención en el estudio del modelaje de tópicos alrededor de Twitter (Lee et al., 2011). Los avances generados, por ejemplo, por estos autores, no solo, reconocen la importancia que tiene Twitter en el empoderamiento social de quienes participan en este escenario digital; sino también, el rol asimétrico que cumplen los actores políticos, al momento de llevar a cabo acercamiento con sus potenciales electores, desde la exposición unidireccional de ideas y una estrategia de comunicación basada en la confrontación con sus oponentes (Cervi & Roca, 2017; Prada Espinel & Romero, 2019).

Metodología

El artículo tiene como objetivo conocer el rol que cumplen los principales grupos políticos en España, en la promoción de contenidos desinformativos en Twitter. Para ello, este trabajo:

1. Establecerá la intensidad de las palabras asociadas a los tuits publicados en Twitter, por los usuarios de los partidos, líderes y portavoces de los grupos políticos analizados;
2. Identificará los tópicos o temas abordados en los mensajes de cada usuario asociado a los grupos políticos analizados, así como de los contenidos identificados en Maldita.es y Newtral.es, durante el período estudiado;
3. Establecer el enfoque que domina la estrategia de comunicación política aplicada por los usuarios analizados;
4. Estimar el nivel de coocurrencia, es decir, el nivel en que los temas abordados en los mensajes publicados por los usuarios analizados, guardan correspondencia o similitud con los principales temas tratados en los contenidos desinformativos identificados en Maldita.es y Newtral.es, durante el período estudiado; y
5. Estimar la dependencia y/o asociación que tiene el nivel de coocurrencia observada de acuerdo con la viralidad y tipo de mensajes publicados por los usuarios asociados a los grupos políticos analizados en este trabajo.

Para alcanzar el objetivo propuesto en este trabajo, se llevó a cabo:

- Análisis estadístico de alguna de las variables asociadas a los mensajes publicados por los actores vinculados a los grupos analizados (viralización, tipo de mensajes y nivel de coocurrencia detectada a nivel de los mensajes publicados, respecto con los contenidos desinformativos). Lo que permitirá tener una comprensión general del tema abordado, tanto a nivel general, como a nivel cada grupo político analizado;
- Análisis de tópicos de, por una parte, los temas abordados por los grupos políticos analizados; y por la otra, de los contenidos desinformativos detectados en los principales proyectos de *Fact-Checking* en España – Maldita.es y Newtral.es. Lo que permite identificar y comparar los principales ejes discursivos o temas abordados, en base a las distribuciones de palabras que integraban la totalidad de tuits y los contenidos desinformativos recabados para el abordaje del tema propuesto en este trabajo.

El estudio centra su atención en el total de tuits publicados en español¹, del 1 de septiembre de 2019 a febrero de 2020 (seis meses naturales continuos), por cada uno de los usuarios oficiales, vinculados a los partidos, líderes y portavoces de cada uno de los grupos políticos que han obtenido, en alguna de las dos últimas elecciones generales, al menos el 10% del total de votos (Tabla 1). La recolección diaria de los tuits analizados se hizo a través del empleo del paquete *RTweet* de R². El análisis de cada grupo político, según los perfiles antes indicados en Twitter, se hace partiendo del supuesto asumido en este trabajo: pese a las diferencias que cada uno de estos usuarios pueden tener, todos siguen y cumplen una estrategia y agenda de comunicación común, destinada a maximizar el alcance de los mensajes transmitidos por estos, a favor del proyecto político que representan.

Para poder medir el nivel de coocurrencia entre los temas abordados en los mensajes publicados por los usuarios que integran los grupos políticos analizados y los contenidos desinformativos, se tomaron como referencia para la recopilación de estos últimos, los proyectos de *Fact-Checking* en España, Maldita.es y Newtral.es. Ello, en vista que:

- Son dos de las primeras iniciativas periodísticas puestas en marcha para la verificación de contenido desinformativo en España (2018, en ambos casos), siendo los periodistas asociados al segundo proyecto (Newtral.es) parte en 2017 de la red internacional de verificaciones (IFCN, en sus siglas en inglés); y

1. Para la detección del idioma predominante de cada tuit, se usó la librería *polyglot*. <<https://pypi.org/project/polyglot/>>.

2. <<https://cran.r-project.org/web/packages/rtweet/rtweet.pdf>>.

TABLA 1
GRUPOS POLÍTICOS Y TUI TS ANALIZADOS EN TWITTER*

Grupo político	Actor político analizado	Tipo de actor	Número de tuits recabados
Partido Socialista Obrero Español (PSOE)	PSOE Pedro Sánchez Adriana Lastra	Partido Líderes Portavoz	6.983
Partido Popular	Partido Popular Pablo Casado Cayetana Álvarez de Toledo	Partido político Líderes Portavoz	5.130
Ciudadanos	Ciudadanos Albert Rivera Inés Arrimadas José Manuel Villegas Manuel García Bofill	Partido político Líderes Portavoz Portavoz Portavoz	13.323
Unidas Podemos	Unidas Podemos Pablo Iglesias Irene Montero	Partido político Líderes Portavoz	6.291
Vox	Vox Santiago Abascal Iván Espinosa de los Monteros	Partido político Líderes Portavoz	8.718
Total			40.445

*Durante el período de recolección de los datos, el rol de portavoz fue asumido por varios políticos, en el caso del partido político Ciudadanos. Fuente: Elaborado por los autores.

□ Han sido dos de los proyectos de verificación de contenidos desinformativos que más interés académico han centrado su atención, por autores como Gloria García y Xosé López (2020); José Manuel Sánchez-Duarte y Raúl Magallón Rosa (2020) o Ana Bernal-Triviño y Judith Clares Gavilán (2019), para el análisis de la evolución y viralización de este tipo de contenidos desde las redes sociales. La metodología aplicada para la identificación de contenidos desinformativos en ambos proyectos de *Fact-Checking*, asumen enfoques periodísticos, en el que: En el caso de Maldita.es (2020), se hace una selección activa de contenidos desinformativos (según el nivel de viralización y potencial peligrosidad) que son clasificados como “verdad a medias”, “engañoso” o “falso”, que son investigados por un miembro de su equipo, con el fin de determinar evidencias y fuentes asociadas, y se valida el trabajo por los editores a cargo de este proyecto. En el caso de Newtral.es (s.f.), el equipo de verificadores recogen diariamente las diferentes declaraciones de agentes sociales claves (ej. políticos y administración pública), seleccionan las afirmaciones con interés o relevancia periodística (con el fin de valorar la trascendencia de dichas declaraciones), se verifican los datos públicos y oficiales disponibles, a través de fuentes y expertos, y con dicha información, llevan a cabo una verificación por pares, por el coordinador a cargo del equipo de verificadores y del jefe de redacción del proyecto, de los contenidos

verificados (aquellos contenidos que pasan esta triple verificación son las que publican), los cuales se clasifican como bulo (contenidos desinformativos falsos, total o parcialmente) y contenidos sin pruebas suficientes para su consideración dentro del primer grupo, sin llegar a ser necesariamente estos verdaderos.

Lo antes expuesto nos muestra un contexto en el que los proyectos de *Fact-Checking* considerados gozan de una alta discrecionalidad, ante el desafío de adjudicar lo que es o no un contenido desinformativo, desde el condicionamiento, por ejemplo, de los diferentes contextos sociales y lingüísticos inherentes a la labor periodística (Graves, 2016); o bien desde el interés de ejercer como contrapeso independiente o no del poder político, en los términos expuestos por Joseph Uscinski (2015). Esto se mantendría, más allá de los mecanismos de control y metodologías de periodismo de investigación aplicados por estos, bajo los diferentes enfoques de aproximación descritos en el párrafo anterior, que han hecho que Maldita.es y Newtral.es en España, se hayan convertido en dos de los principales proyectos periodísticos que ayudan a la identificación no científica de este tipo de contenidos. Por lo que, los resultados de este estudio pudieran contribuir, a que este tipo de proyectos puedan identificar aquellos actores con mayores niveles de coocurrencia alrededor de los contenidos desinformativos identificados por estos, que estarían favoreciendo las condiciones de viralización de este tipo de contenido, dentro de la opinión pública en España, en los términos expuestos por Michelle Amazeen (2015). Sin dejar de lado que estos datos también pueden contribuir a la identificación de la estrategia de comunicación empleada por dichos actores al momento de publicar mensajes o comentarios con un lenguaje ambiguo, que puede o no contribuir a la viralización de este tipo de contenidos (Lim, 2018). Lo que dificulta, aún más, la labor de proyectos de *Fact-Checking* como los considerados en este estudio, y el papel que cumplen como herramienta de construcción de la democracia (Amazeen, 2017).

A nivel de los proyectos *Fact-Checking* seleccionados (Maldita.es y Newtral.es), se recolectó la totalidad de contenidos desinformativos identificados esos ($n = 2.730$ contenidos desinformativos) en España, entre el 16 de agosto de 2019 y el 15 de marzo de 2020 (siete meses naturales continuos), a través del paquete en R *Relenium*³ y *Rvest*⁴. Unos datos que nos ayudará a establecer el nivel de coocurrencia de temas abordados por los actores políticos analizados en este trabajo, respecto a los temas abordados en los contenidos desinformativos identificados (como bulo, verdad a medias, engañosa o falsa), en los proyectos periodísticos antes mencionados, a partir del análisis de tópicos y estadístico señalado al comienzo de este apartado.

3. <<https://cran.r-project.org/web/packages/Relenium/index.html>>.

4. <<https://rvest.tidyverse.org/>>.

El período de recolección de contenidos desinformativos en Maldita.es y Newtral.es fue mayor que el considerado en el caso de los tuits analizados, a nivel de cada grupo político considerado, en vista que se quiso garantizar la mayor identificación de contenidos desinformativos potencialmente tratados por cada grupo estudiado en este trabajo.

Para el modelado probabilístico asociado al análisis de tópico pautado en este trabajo, tanto a nivel de los tuits recabados como de los contenidos desinformativos identificados en Maldita.es y Newtral.es, se siguieron los pasos indicados a continuación:

- Tokenizar la base de datos de todos los tuits y contenidos desinformativos recolectados, a través del uso de la librería `tmtoolkit`⁵;
- Limpiar los tokens o palabras independientes de cada tuit, para excluir en el análisis aquellas palabras sin significado de por sí (ej. preposiciones y conjunciones), dejando solo aquellas palabras con carga informativa o sustantivas, haciendo uso de la función `filter_for_pos`, disponible de la librería `tmtoolkit`;
- Normalización de la escritura a nivel de cada uno de los tokens asociados a los tuits recolectados para el desarrollo de este estudio, convirtiéndolos solo en *strings* (cadenas de caracteres) con caracteres en minúscula y segmentando las palabras unidas en cada caso (ej. España-progresista);
- Comparativa cruzada entre tokens o palabras asociadas a contenidos expuestos en los tuits publicados por los usuarios analizados y tokens o palabras asociadas a contenidos desinformativos extraídos de los proyectos de *Fact-Checking*, tenidos en cuenta en este trabajo, a partir de la elaboración de una matriz resultado del cruce entre *datasets* asociados a los tuits y contenidos desinformativos recabados. Esta matriz tendrá como propósito igualar cada uno de los tokens elemento a elemento. El resultado de ello permitirá mostrar las coincidencias de pares de tokens tuits versus tokens contenidos desinformativos;
- Agregado de coincidencias asociadas a la matriz resultada del cruce entre *datasets* asociados a los tuits y contenidos desinformativos recabados, que permiten identificar el nivel de similitud de los tuits (no token), con cada una de las noticias desinformativas;
- Cuantificación del nivel de desinformación de tuits basado en la máxima similitud con contenido informativo. Un paso que se hace

5. <<https://pypi.org/project/tmtoolkit/0.6.1/>>.

partiendo del supuesto que: si un tuit proviene de un contenido desinformativo, éste se va a parecer mucho a una de los 2.730 contenidos desinformativos recabados en Maldita.es y Newtral.es. De esta manera, reducimos la matriz anterior a un vector unidimensional, en donde representamos el número máximo de cruces de cada tuit con contenidos desinformativos identificados. De esta forma, tenemos un vector (indicador cuantitativo), que ayuda a determinar el nivel de similitud o coincidencia que puede tener cada tuit con el contenido desinformativo recabado;

□ Diseño de nivel de coocurrencia de los mensajes publicados por los actores analizados, respecto con los contenidos desinformativos recabados en Maldita.es y Newtral.es. El nivel de coocurrencia se clasifica en cinco niveles discretos, de acuerdo con los valores asociados a cada vector mencionado en el paso anterior. Para ello, utilizamos la función `qcut` de Numpy⁶. De tal forma que distribuimos los valores de cada vector generado en quintiles, asociando a cada tuit el nivel discreto que le corresponde de contenido desinformativo (cruces observados a nivel de lemas, entre los mensajes publicados por los usuarios analizados, respecto con los contenidos desinformativos identificados en Maldita.es y Newtral.es): Muy bajo (entre 0 y 20 cruces), bajo (entre 21 y 38 cruces), medio (entre 39 y 69 cruces), alto (entre 70 y 108 cruces), y muy alto (109 o más cruces).

6. <<https://numpy.org/>>.

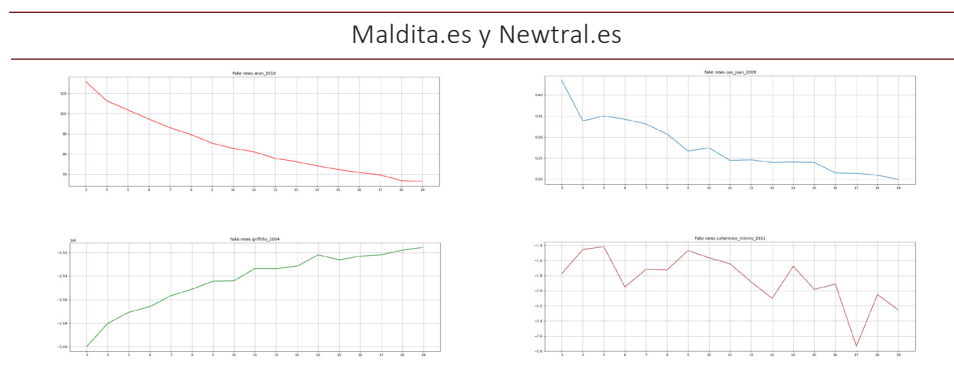
El análisis de tópico realizado en este trabajo, alrededor de los contenidos desinformativos identificados en Maldita.es y Newtral.es, se basó en la metodología empleada por autores como por Ramit Debnath y Ronita Bardhan (2020), Song, Kim y Jeong (2014), o Walker, Chandra, Zhang y Van Witteloostuijn (2019), quienes han hecho uso del modelado de temas (MT), en estudios de contexto narrativo político, procesos electorales en redes sociales y políticas públicas. El MT estaría destinado a la identificación de tópicos que mejor ayuden a distribuir este tipo de contenidos alrededor de determinados ejes discursivos específicos.

Para ello, se empleó técnicas de *machine learning*, por medio del uso del algoritmo de asignación de Dirichlet latente o *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), que facilitó el proceso de análisis automático de los 2.730 contenidos desinformativos recabados por los proyectos de *Fact-Checking* seleccionados para el desarrollo de este trabajo.

Como el modelo LDA, como bien apunta Rishabh Mehrotra y equipo (2013), se centra en el análisis automático de contenidos y no en la estimación exacta de

tópicos óptimos abordados en los contenidos desinformativos analizados en este trabajo, se emplearon métricas destinadas a la estimación de esto. En nuestro caso específico, se tomaron en consideración las planteadas por Thomas Griffiths y Mark Steyvers (2004), Juan Cao y equipo (2009), R. Arun y equipo (2010), David Mimno y equipo (2011) y Romain Deveaud, Eric Sanjaun y Patrick Ballot (2014), para identificar el número de tópicos que maximiza o minimiza el debate formado alrededor de los contenidos desinformativos publicados en maldita.es y Newtral.es (Figura 1).

FIGURA 1
MÉTRICAS EMPLEADAS PARA IDENTIFICACIÓN DE TÓPICOS
EN CONTENIDOS DESINFORMATIVOS IDENTIFICADOS POR MALDITA.ES Y NEWTRAL.ES



Fuente: Elaborado por los autores.

Resultados

En lo que se refiere al objetivo específico 1 y 2, la Figura 2 nos muestra cómo, en los grupos políticos analizados, la intensidad de las palabras asociadas a los tuits publicados por los usuarios de los partidos, líderes y portavoces de estos. Tuits que, como se aprecia, se vieron influenciados por el desarrollo de las elecciones generales de noviembre de 2019, durante el período de recolección de los datos analizados en este trabajo. Unas elecciones, resultado del fallido intento de conformación de gobierno del anterior proceso electoral realizado en abril del mismo año:

- En el caso del Partido Popular y Ciudadanos, centralizaron el interés político-comunicativo en la exposición y alusión críticas al grupo político de gobierno y su líder (PSOE y Pedro Sánchez), y en el llamado a su militancia o usuarios afines políticamente a la movilización electoral, haciendo uso intensivo de las protestas ocurridas en Barcelona (octubre-noviembre de 2019), como resultado de la decisión del Tribunal Superior contra los líderes del referéndum independentis-

de los grupos políticos analizados tienen un nivel de coocurrencia media, alta o muy alta, respecto a los contenidos desinformativos detectados en los proyectos periódicos de *Fact-Checking* tenidos en cuenta en este estudio; encontrándose más cerca de este promedio, Ciudadanos y Unidas Podemos (6,3 de cada 10 mensajes publicados en Twitter); mientras que el grupo político PSOE y el Partido Popular son quienes tienen una proporción mayor de coocurrencia media, alta o muy alta, respecto a este tipo de contenido, que en el resto de casos estudiados (6,9 y 7 de cada 10 mensajes publicados en Twitter, respectivamente); y en el caso de Vox es quien posee el promedio ligeramente más bajo de coocurrencia media, alta o muy alta (6 de cada 10 mensajes).

TABLA 2
PORCENTAJE DE MENSAJES PUBLICADOS POR
ACTORES ANALIZADOS, SEGÚN NIVEL DE COOCURRENCIA CON CONTENIDOS
DESINFORMATIVOS IDENTIFICADOS POR MALDITA.ES Y NEWTRAL.ES

Grupos políticos analizados	Nivel de coocurrencia con contenidos desinformativos identificados en Maldita.es y Newtral.es				
	Muy bajo	Bajo	Medio	Alto	Muy Alto
CiudadanosCs	16,87%	20,08%	21,08%	19,97%	22,01%
Podemos	17,99%	19,54%	20,90%	20,46%	21,11%
populares	13,29%	14,95%	21,38%	21,85%	28,52%
PSOE	13,62%	17,37%	17,61%	23,83%	27,57%
vox_es	18,41%	20,81%	20,11%	22,28%	18,40%
Total general	16,04%	18,55%	20,22%	21,68%	23,52%

Fuente: Elaborado por los autores.

Al analizar los principales temas que centraron los contenidos desinformativos identificados por proyectos de *Fact-Checking*, como es el caso de Maldita.es y Newtral.es (Tabla 3 y Figura 3), durante el período de recopilación de los tuits publicados por los grupos políticos analizados, vemos cómo estos se centraron, principalmente, en temas relacionados con:

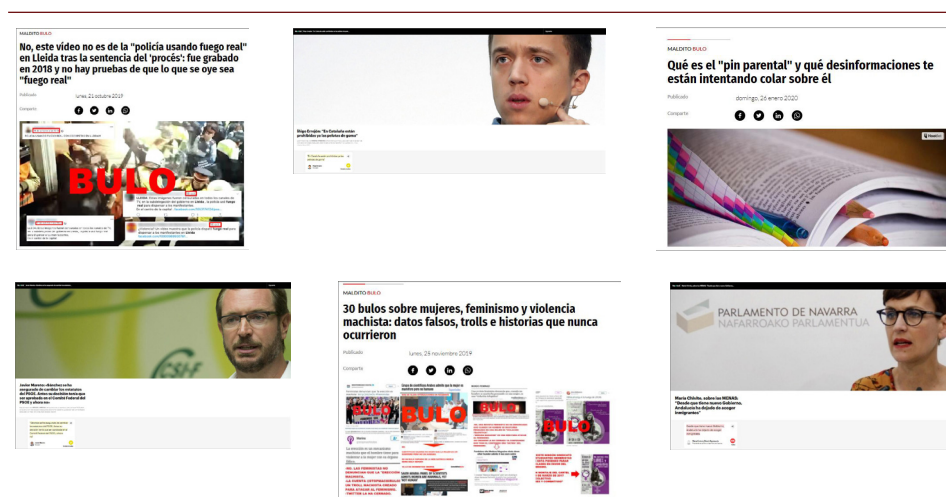
- Acciones policiales ocurridas durante las protestas independentistas ocurridas en Barcelona en octubre de 2019;
- Contenido electoral asociado a posibles pactos entre los grupos políticos PSOE y Unidas Podemos;
- Phishing y fraudes económicos;
- Contenidos publicados en Twitter e Internet para estafas a ciudadanos;
- Ayudas recibidas a inmigrantes, en general, en especial menores inmigrantes no acompañados en Madrid y España;

TABLA 3
TOP10 DE TÓPICOS EXTRAÍDOS POR LDF,
DE CONTENIDO DESINFORMATIVO IDENTIFICADO POR
MALDITA.ES Y NEWTRAL.ES, CON MAYORES PROBABILIDADES DE COOCURRENCIA (β)

Tópicos	Maldita.es y Newtral.es
topic_1	policía (0.02212), vídeo (0.01754), barcelona (0.01264), sentencia (0.01208), cataluña (0.01178), bulo (0.0102), audio (0.007952), nacional (0.007901), redes (0.007647), mossos (0.007494)
topic_2	elecciones (0.01714), sánchez (0.01472), partido (0.01419), pablo (0.01264), podemos (0.01211), pedro (0.01211), pp (0.01067), bulo (0.01037), iglesias (0.0101), psoc (0.01007)
topic_3	datos (0.02751), mensaje (0.02231), phishing (0.01988), whatsapp (0.01936), web (0.01873), página (0.01769), empresa (0.01607), correo (0.01526), sms (0.01468), correos (0.01324)
topic_4	bitcoin (0.02547), timo (0.01501), programa (0.01111), personas (0.01068), dinero (0.009814), caras (0.008659), inversión (0.008371), caso (0.008299), jordi (0.008082), artículo (0.008082)
topic_5	contenido (0.03095), web (0.01744), tuit (0.01663), publicación (0.01545), cuenta (0.0142), captura (0.01395), bulo (0.0137), texto (0.009966), titular (0.009592), pruebas (0.008284)
topic_6	datos (0.01566), año (0.01178), gobierno (0.01145), españa (0.01035), años (0.0102), madrid (0.009579), hombres (0.00819), número (0.008094), comunidad (0.007089), afirmación (0.00661)
topic_7	coronavirus (0.06044), artículo (0.02041), brote (0.01922), china (0.01577), virus (0.01299), vídeo (0.01074), covid19 (0.008152), oms (0.007954), sanidad (0.007887), países (0.007887)
topic_8	vídeo (0.04889), bulo (0.01871), imágenes (0.01845), imagen (0.01315), foto (0.009758), redes (0.008292), facebook (0.007332), hombre (0.006927), españa (0.006826), the (0.006674)
topic_9	euros (0.0246), españa (0.02169), ayudas (0.02022), años (0.01507), inmigrantes (0.0138), personas (0.01192), ayuda (0.01125), mena (0.009472), madrid (0.009167), social (0.009014)
topic_10	vídeo (0.01593), educación (0.01285), españa (0.01285), bulo (0.01135), colegio (0.01097), años (0.0109), niños (0.0103), alumnos (0.00992), ayuntamiento (0.009619), padres (0.009018)

Fuente: Elaborado por los autores.

FIGURA 3
EJEMPLO DE CONTENIDOS DESINFORMATIVOS IDENTIFICADOS
EN MALDITA.ES Y NEWTRAL.ES, QUE COMPARTEN TEMAS TRATADOS
POR ACTORES POLÍTICOS ANALIZADOS EN TWITTER



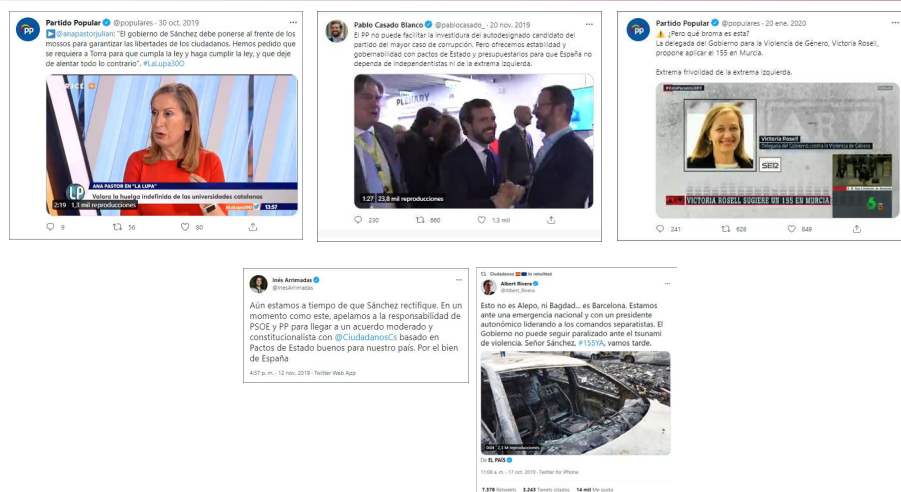
Fuente: Elaborado por los autores.

- Medidas promovidas por el gobierno español contra la violencia de género; y
- El Pin Parental en educación.

La identificación de estos temas, por tanto, nos ayudarían a identificar inicialmente el tipo de mensajes con un nivel de coocurrencia alta o muy alta, a nivel de cada grupo político, y teniendo en cuenta la centralidad discursiva mostrada a partir de la Figura 2 antes mencionada:

- En el caso del Partido Popular, mensajes confrontativos hacia el grupo político de gobierno, asociados al debate generado por la propuesta de Vox en materia del Pin Parental a nivel educativo en España, y las protestas ocurridas en Barcelona (octubre-noviembre, 2019), o potenciales alianzas destinadas a la conformación de gobierno nacional (Figura 3). En el caso de Ciudadanos, los tuits con niveles altos o muy altos de coocurrencia se centraron en temas asociados a contenido desinformativo en materia de alianzas para la conformación del gobierno de España, y alrededor de la violencia experimentada en Barcelona, a manos de movimientos independentistas (Figura 4).

FIGURA 4
EJEMPLO DE MENSAJES ASOCIADOS AL PARTIDO POPULAR Y CIUDADANOS, EN TWITTER



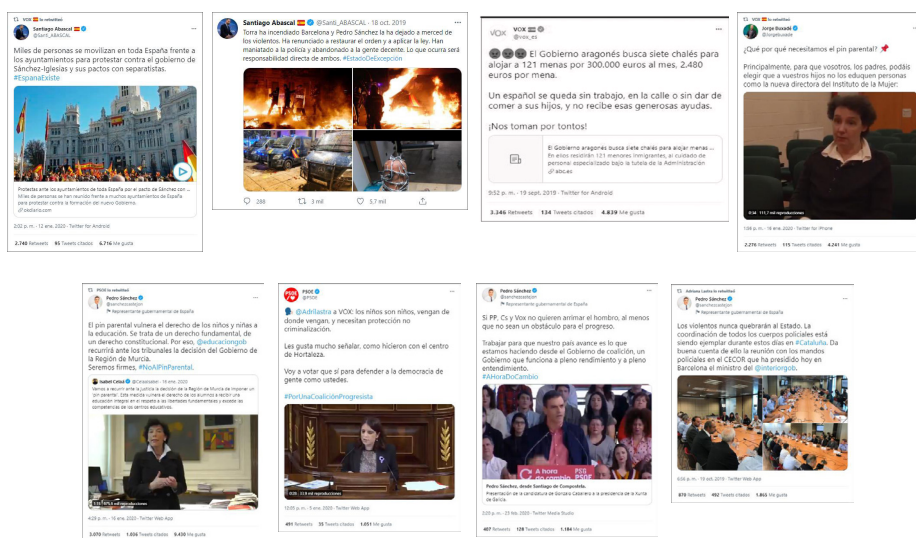
Fuente: Elaborado por los autores.

- En el caso de Vox, los tuits con niveles altos o muy alto de coocurrencia con contenidos desinformativos identificados en Maldita.es y New

tral.es, estaban asociados más a mensajes de confrontación contra el gobierno, a causa de la violencia ocurrida en Barcelona, por protestas independentistas, y alianzas para la conformación de gobierno entre PSOE y Unidas Podemos. Pero también, sobre otros temas, como la propuesta de Pin Parental hecha por este grupo político, y hacia la inmigración irregular en España (Figura 5).

□ En lo que se refiere al grupo político asociado al PSOE, los mensajes con mayores niveles de coocurrencia son confrontativos hacia Vox y el PP, en respuesta a la propuesta del Pin Parental propuesto por el primero, el escenario de alianza para la conformación de un nuevo gobierno en España, sobre el tratamiento de menores inmigrantes en el país, y los actos de violencia ocurridos en Barcelona por movimientos independentistas (Figura 5).

FIGURA 5
EJEMPLO DE MENSAJES ASOCIADOS A VOX Y PSOE, EN TWITTER



Fuente. Elaborado por los autores

□ Y en el caso de Unidas Podemos, los mensajes con niveles alto o muy alto de coocurrencia, se centraron en responder, en tono confrontativo a partidos como Vox y Partido Popular, y hacer llamados o apelar a otros como PSOE, en materia de potenciales alianzas para la conformación de gobierno en España y en temas asociados al Pin Parental propuesto por Vox y declaraciones contra migrantes (Figura 6).

FIGURA 6
EJEMPLO DE MENSAJES ASOCIADOS A UNIDOS PODEMOS, EN TWITTER



Fuente: Elaborado por los autores.

En lo que se refiere al objetivo específico 5 de este trabajo, la prueba de asociación del χ^2 nos permite confirmar la existencia de una dependencia estadísticamente significativa ($p = 0.000$), entre el nivel de coocurrencia observada de los mensajes analizados de los grupos políticos analizados con los contenidos desinformativos recabados de Maldita.es y Newtral.es, y el tipo de mensaje publicado por los actores vinculados a estos grupos. Los valores de las medidas V de Cramer ($V = 0,070$) y Lambda ($\lambda = 0,011$) muestran una asociación simétrica muy baja y una relación direccional nula entre ambas. Es decir, el tipo de mensaje publicado no ayudaría a predecir el nivel de coocurrencia observado a nivel de los datos mostrados en este trabajo.

A pesar de lo expuesto en el párrafo anterior, los datos nos permiten ver cómo:

- El PSOE y Partido Popular, son los grupos políticos que poseen mayores diferencias observadas, en cuanto al nivel de coocurrencia y si el mensaje es original (6,9 y 7,2 de cada 10 mensajes publicados en Twitter) o retuiteado (6,7 y 7 de cada 10 mensajes publicados en Twitter).
- Mientras que, Ciudadanos y Vox, son quienes, poseen quienes poseen una proporción menor de mensajes coocurrentes medio, alto o muy alto, según el tipo de mensaje publicado. En el caso de Ciudadanos, la proporción es mejor si los mensajes son retuits (6 de cada 10 mensajes publicados en Twitter); Y en el caso de Vox, será menos si son mensajes originales o propios (5,7 de cada 10 mensajes publicados en Twitter).
- Unidos Podemos es el único grupo político con una variación porcentual casi nula (menos del 1%), si comparamos la proporción general de mensajes con una coocurrencia media, alta o muy alta, respecto a los contenidos desinformativos, identificados en Maldita.es y Newtral.es,

con la proporción observada de mensajes originales (tuits) o de otros (retuits) publicados por estos.

Lo antes expuesto no quiere decir que, a nivel de los actores políticos analizados tengan una mayor o menos incidencia en la promoción de contenidos desinformativos, sino que en cada uno de ellos hay un mayor o menor nivel de abordaje de temas coincidentes, respecto con la mayoría de los temas abordados en los contenidos identificados por Maldita.es y Newtral.es.

Al momento de cruzar el nivel de coocurrencia de los mensajes publicados por los grupos políticos, respecto a los contenidos identificados en Maldita.es y Newtral.es, con el nivel de viralización de los primeros en Twitter, se observa una relación muy baja pero estadísticamente significativa entre ambas ($T_c = 0,074$ y $p = 0.00$). Lo que marcaría un contexto, en el que el nivel de coocurrencia detectada tendría una asociación positiva, respecto al nivel de viralización de los mensajes publicados por estos. Es decir, el nivel de coocurrencia de los mensajes publicados por los grupos políticos, respecto a los contenidos identificados en Maldita.es y Newtral.es será mayor en aquellos mensajes que generaron mayores niveles de viralización⁷, entre los actores vinculados a los grupos políticos analizados.

Conclusiones

Más allá del tono confrontativo dentro del discurso promovido desde los grupos políticos analizados, los niveles de coocurrencia de los mensajes publicados por estos y los contenidos desinformativos identificados a través de proyectos como Maldita.es y Newtral.es, nos ayudaría a ver cómo los grupos políticos asociados a los usuarios analizados tendrían una posición destacada, más no protagónica (al menos a partir de los datos analizados) dentro del proceso de expansión de este tipo de contenidos en escenarios digitales como Twitter. Ello, bajo la confrontación política observada entre estos y el abordaje de temas asociados los principales contenidos desinformativos identificados en los proyectos de *Fact-Checking* considerados. Una posición que vendría dada por la publicación de mensajes en el que se abordan temas con una alta similitud, respecto con los contenidos desinformativos identificados en las redes sociales en España, por Maldita.es y Newtral.es. Algo que reforzaría el papel que estaría cumpliendo escenarios digitales como Twitter en el cambio de paradigma apuntado por autores como Cervi y Roca (2017) o Papacharissi (2019). Sobre todo, si tenemos en cuenta cómo los diferentes actores políticos analizados desarrollan sus diferentes estrategias de comunicación política basados en la confrontación, la polarización y la promoción de un marco sociopolítico cada vez más homofílico dentro del escenario político español, cada vez más fragmenta-

7. El nivel de viralización es una variable ad-hoc que usa una escala de cinco niveles (muy bajo – mensajes con 0 a 27 veces retuiteados o indicados como favoritos por otros usuarios, bajo-mensajes con 28 a 91 veces retuiteados o indicados como favoritos por otros usuarios, medio - mensajes con 91 a 262 veces retuiteados o indicados como favoritos por otros usuarios, alto- mensajes con 263 a 873 veces retuiteados o indicados como favoritos por otros usuarios, y muy alto- mensajes con 874 o más veces retuiteados o indicados como favoritos por otros usuarios. Esta variable se creada a partir de la suma del número de veces en que cada mensaje publicado por los grupos políticos analizados como favoritos + número de veces en que estos mensajes fueron retuiteados en Twitter. El resultado de esta suma generó un nuevo valor X en cada mensaje, los cuales fueron distribuidos en quintiles que sirvieron para el abordaje de esta variable.

do, donde los ciudadanos se agrupan en alrededor de la dieta mediática publicada por los actores analizados, destinada a reforzar fenómenos como la campana de eco y el ruido informativo que rodea a los ciudadanos, desde contenidos transmitidos por estos (Allcott, Gentzkow & Yu, 2019). Por lo que, el fenómeno observado estaría favoreciendo un deterioro de la calidad del debate público, desde el falso consenso que los principales usuarios asociados a los grupos políticos analizados (partido, líder y portavoz) intentan promover.

Los niveles de coocurrencia de los mensajes publicados por los grupos políticos analizados en este trabajo, respecto a contenidos desinformativos por Maldita.es y Newtral.es, nos permitiría también destacar el papel que estos cumplen en la diseminación de este tipo de contenidos, desde escenarios digitales como Twitter. Lo que ayudaría a reafirmar lo indicado por autores como G. Eady y equipo (2019), entre otros mencionados en este artículo, al destacar el papel que cumplen influenciadores sociales como los aquí estudiados (usuarios asociados a grupos políticos españoles), en el proceso de proliferación de este tipo de contenido. Algo que estarían haciendo desde el papel que cumplen como parte de las "minorías vocales" dentro de la política española en Twitter, centradas en incidir la opinión pública, con fines electorales y/o políticos concretos.

Las diferencias observadas, alrededor de las estrategias de comunicación aplicadas en Twitter, entre los grupos políticos tradicionales (PSOE y Partido Popular) versus el resto grupos políticos (Ciudadanos, Unidas Podemos y Vox), puede ser entendido como parte del proceso de fragmentación del paisaje político español, ante el deterioro del bipartidismo representados por los primeros (Arnaldo Alcubilla, 2019; Carral & Tuñón-Navarro, 2020), y el nivel de atracción ejercida por estos, al ser blanco u objeto de los temas asociados a los contenidos desinformativos identificados en Maldita.es y Newtral.es. Algo que resulta lógico, si tenemos en cuenta que, en el caso del PSOE ejercía de grupo político de gobierno, durante el período de toma de datos considerados en este estudio, y el Partido Popular ejercía el papel de principal partido de oposición, bajo una lucha con otros grupos políticos (Ciudadanos y Vox). Por lo que los niveles de coocurrencia observada, no necesariamente indica que el papel de emisores de contenidos desinformativos, pero directa e indirectamente, cada uno de estos grupos parecieran estar envueltos de diferente forma en el proceso de desinformativo promovida en Internet y a través de Twitter.

Los mensajes publicados por los principales usuarios vinculados a los grupos políticos analizados, en especial, aquellos cuyos temas guardan una relación con los abordados en los contenidos desinformativos, identificados por los proyectos de *Fact-Checking* tomados en cuenta en este estudio, estarían favoreciendo las con-

diciones necesarias para la viralización de contenidos desinformativos, dentro del escenario digital comunicativo español. No tanto, por el hecho que los actores políticos ejerzan una actitud promotora activa, al momento de viralizar contenidos desinformativos, identificados por los proyectos periodísticos tomados como referentes de este estudio (algo que no permite llegar a establecer este trabajo); sino más bien, por el hecho de observar cómo la mayoría de los temas asociados a los mensajes publicados por estos, desde sus usuarios o cuentas de Twitter, cuentan con niveles medio, alto o muy alto de coocurrencia, respecto a este tipo de contenidos. Lo que nos llevaría a entender y reafirmar el papel que cumplen estos actores, como fuentes, tomados en cuenta para la viralización de contenidos desde redes sociales como las que hemos estudiado (Twitter). Algo que reafirmaría, al menos alrededor de los usuarios asociados a los grupos políticos estudiados en este trabajo, resultados observados en estudios aplicados por autores como Soroush Vosoughi, Deb Roy y Sinan Aral (2018), en lo que se refiere a la capacidad que tendrían los mensajes publicados por este tipo de actores a una mayor viralización de contenidos desinformativos, a medida que los mensajes publicados por estos tienen un mayor nivel de coocurrencia observada en este estudio. Sobre todo, si tenemos en cuenta la relación muy baja pero estadísticamente significativa entre el nivel de coocurrencia y la viralización de los mensajes publicados por los actores analizados y los contenidos desinformativos recabados en Maldita.es y Newtral.es. Un fenómeno que requiere de mayor nivel de estudio, en futuros trabajos destinados al análisis de lo aquí expuesto, alrededor de los actores analizados como en otros pertenecientes al sector político español, para confirmar, por ejemplo, si lo observado en este artículo se estaría dando de forma puntual o es un fenómeno que se estaría extendiendo a nivel de los grupos políticos representados en el acto parlamentario español, o si hay variaciones de este fenómeno, de acuerdo con el ámbito de actuación o perfil político que cada uno pueda tener.

Lo expuesto hasta ahora estaría contribuyendo al aumento de las dificultades de proyectos de *Fact-Checking* como los tenidos en consideración en este trabajo (Maldita.es y Newtral.es). Proyectos que, pese a la alta discrecionalidad aplicada para el establecimiento de temas e identificación de contenidos desinformativos, más allá de los contextos, desafíos y/o motivos detrás de la verificación de hechos, este tipo de proyectos (Uscinski, 2015; Graves, 2016), resultan beneficiosos al momento de comprender la potencial incidencia que tiene la viralización de este tipo de contenido, en la forma cómo están siendo abordados los temas a nivel de la opinión pública, en nuestro caso en España. Para lo cual, resultados como los mostrados en este estudio, pueden ser de utilidad práctica, al momento de favorecer una mejor comprensión del nivel de participación ejercido (más no el tipo de papel asumido) por los actores políticos analizados, en el proceso de viralización de con-

tenidos desinformativos (desde una mejor comprensión de la estrategia comunicativa empleada y los niveles de coocurrencia identificados en estudios como el aquí abordado), a nivel de la opinión pública española, a través de redes sociales como Twitter. Un papel que, pese a no poderse decir que se enmarca en la promoción directa de contenidos desinformativos (no fue el objeto de este estudio), si ayuda a sentar las bases de un contexto comunicativo, donde los actores analizados estarían actuando como “cajas de resonancia” o replicadores de los temas que nutren la elaboración, diseminación y viralización de este tipo de contenido, identificado por Maldita.es y Newtral.es. Proyectos que pudiesen verse beneficiados con lo antes destacado, desde la perspectiva expuesta por autores como Chloe Lim (2018) o Amazeen (2015, 2017), al momento de llevar a cabo las tareas de monitoreo de lo que dicen o comentan este tipo de actores sociales, quienes estarían asumiendo distintos roles dentro del proceso de viralización de contenidos desinformativos a la opinión pública española, desde redes sociales como Twitter: como actores aludidos expresamente dentro de contenidos desinformativos viralizados; y como promotores de contexto comunicativo que sirve para reforzar la viralización de este tipo de contenidos. Esto se estaría dando alrededor de temas concretos que, al menos en el período estudiado, centralizó la divulgación de contenidos desinformativos dentro del escenario digital español.

Hay que destacar las limitaciones propias de estudios como el abordado en este trabajo, basado en un modelo probabilístico aplicado para el análisis de tópico de los principales temas expuestos tanto a nivel de los actores políticos analizados, como a nivel de los contenidos desinformativos en los proyectos de *Fact-Checking* considerados para el abordaje del tema propuesto. Un enfoque que debe ser complementado, en futuros trabajos de investigación, con otros, como por ejemplo el análisis de redes o análisis cualitativo de los contenidos, que permitan avanzar en objetivos más encaminados a identificar las estrategias de diseminación y conocer el papel o rol asumido por los actores políticos en el surgimiento y promoción de contenidos desinformativos desde las redes sociales en España.

Agradecimientos.

Referencias

ALLCOTT, Hunt; GENTZKNOW, Matthew; YU, Chuan. Trends in the diffusion of misinformation on social media. *Research & Politics*, v. 6, n. 2, p. 1-8, 2019.

AMEZEEN, Michelle A. Journalistic interventions: the structural factors affecting the global emergence of. *Journalism*, v. 21, n. 1, p. 95-111, 2017.

_____. Revisiting the epistemology of fact-checking. *Critical Review*, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2015.

ANDRADE DEL CID, Patricia; FLORES GONZÁLEZ, Rubén; PABLO CONTRERAS, Mariangel. Comportamiento de las comunidades digitales en Twitter durante las elecciones México 2018. *Revista de Comunicación*, v. 19, n. 1, p. 19-36, 2020.

ARNALDO ALCUBILLA, Enrique. El funcionamiento del sistema electoral español. *Revista de Derecho Electoral*, v. 28, p. 177-183, 2019.

ARUN, R.; SURESH, V.; VENI, C.E.; NARASIMHA, M.N. On finding the natural number of topics with latent dirichlet allocation: some observations. *Neurocomputing: An International Journal*, v. 72, n. 7-9, p. 1775-1781, 2010.

BERNAL-TRIVIÑO, Ana; CLARES GAVILÁN, Judith. Uso del móvil y las redes sociales como canales de verificación de *fake news*. El caso de Maldita.es. *El Profesional de la Información*. v. 28, n. 3, 2019.

CAO, Juan; XIA, Tian; LI, Jintao; ZHANG, Yongdong; TANG, Sheng. A density-based method for adaptive LDA model selection. *Neurocomputing: An International Journal*, v. 72, n. 7-9, p. 1775-1781, 2009.

CARRAL, Uxía; TUÑÓN-NAVARRO, Jorge. Estrategia de comunicación organizacional en redes sociales: análisis electoral de la extrema derecha francesa en Twitter. *Profesional de la Información*, v. 29, n. 6, 2020.

CERVI, Laura; ROCA, Nuria. La modernización de la campaña electoral para las elecciones generales de España en 2015 ¿Hacia la americanización? *Comunicación y Hombre*, v. 13, p. 133-150, 2017.

CINELLI, Matteo; DE FRANCISCI MORALES, Gianmarco; GALEAZZI, Alessandro; QUATTROCIOCCI, Warter; STARNINI, Michele. The echo chamber effect on social media. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 111, n. 9, e2023301118, 2020.

COMISIÓN EUROPEA. Lucha contra la desinformación en línea, 2018. Disponible en: <https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/es/IP_18_1746>. Accedido en: 15 Mayo 2021.

DEBNATH, Ramit; BARDHAN, Ronita. India nudges to contain Covid-19 pandemic: a reactive public policy analysis using machine-learning based topic modelling. *PLoS ONE*, v. 15, n. 9, e0238972, 2020.

DE-KEERSMAECKER, Jonas; ROETS, Arne. “Fake news”: incorrect, but hard to correct. The role of cognitive ability on the impact of false information on social impressions. *Intelligence*, v. 65, p. 107-110, 2017.

DEVEAUD, Romain; SANJUAN, Eric M.; BALLOT, Patrick. Accurate and effective latent concept modeling for ad hoc information retrieval. *Document Numérique*, p. 61-84. 2014.

EADY, G.; NAGLER, J.; GUESS, A.; ZILINSKY, J.; TUCKER, J. How Many People Live in Political Bubbles on Social Media? Evidence From Linked Survey and Twitter Data. *Sage Open*, v. 9, n. 1, 2019.

GARCÍA, Klaifer; BERTON, Lilian. Topic detection and sentiment analysis in Twitter content related to COVID-19 from Brazil and the USA. *Applied Soft Computing*. v. 101, 2021.

GARCÍA, Gloria; LÓPEZ, Xosé. La verificación de datos en Europa. Análisis de 5 iniciativas europeas: Maldita.es, Newtral, Pagella Política, Les Décodeurs y BBC Reality Check. *adComunica: Revista Científica de Estrategias, Tendencias e Innovación en Comunicación*, n. 21, p. 235-264, 2021.

GRAVES, Lucas. Anatomy of a fact check: objective practice and the contested epistemology of fact checking. *Communication, Culture & Critique*, v. 10, n. 3, p. 518-537, 2016.

GRIFFITHS, Thomas; STEYVERS, Mark. Finding scientific topics. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 101, suppl. 1, Apr. 2004. Disponible en: <https://www.pnas.org/content/101/suppl_1/5228>. Accedido en: 15 Mayo 2021.

GRUZD, Anatoliy; ROY, Jeffrey. Investigating political polarization on twitter: a Canadian perspective. *Policy and Internet*, v. 6, n. 1, p. 28-45, 2014.

HRČKOVÁ, Andrea; SRBA, Ivan; MÓRO, Róbert; BLAHO, Radoslav; ŠIMKO, Jakub; NÁVRAT, Pavol; BIELIKOVÁ, Mária. Unravelling the basic concepts and intents of misbehavior in post-truth society. *Bibliotecas. Anales de Investigación*. v. 15, n. 3, p. 421-428, 2019.

KELLER, Franziska; SCHOCH, David, STIER, Sebastian; YANG, JungHwang. Political astroturfing on Twitter: how to coordinate a disinformation campaign. *Political Communication*, v. 37, n. 2, p. 256-280, 2020. Disponible en: <<https://doi.org/10.1080/10584609.2019.1661888>>. Accedido en: 30 Jun. 2020.

LEE, Kathy; PALSETIA, Diana; NARAYANAN, Ramanathan; PATWARY, Ali; AGRAWAL, Ankil; CHOUDHARY, Aloc. Twitter trending topic classification. *IEEE 11th International Conference on Data Mining Workshops*, p. 251-258, 2011.

LIM, Chloe. Checking how fact-checkers check. *Research & Politics*, v. 5, n. 3, p. 1-7, 2018.

MALDITA.ES. Metodología de maldito bulo. Disponible en: <<https://maldita.es/metodologia-de-maldito-bulo>>. Accedido en: 19 Dic. 2021.

MEHROTRA, Rishabh; SANNER, Scott; BUNTINE, Wray; XIE, Lexing. Improving LDA topic models for microblogs via tweet poolings and automatic labeling. *Proceedings of the 36th international ACM SIGIR Conference on Research and Development in Information Retrieval (889-892)*. ACM, 2013. Disponible en: <<https://dl.acm.org/doi/10.1145/2484028.2484166>>. Accedido en: 21 Jun. 2021.

MIMNO, David; WALLACH, Hanna; TALLEY, Edmund; LEENDERS, Miriam; MCCALLUM, Andrew. Optimizing semantic coherence in topic models, 2011. Disponible en: <<http://dirichlet.net/pdf/mimno11optimizing.pdf>>. Accedido en: 21 Jun. 2021.

NEWTRAL.ES. Metodología y transparencia. Disponible en: <<https://www.newtral.es/metodologia-transparencia/>>. Accedido en: 19 Dic. 2021.

PAPACHARISSI, Zizi. Forget Messiahs. *Social Media+Society*, v. 5, n. 3, 2019.

PÉREZ-CURIEL, Concha; GARCÍA-GORDILLO, Mar. Del debate electoral en TV al ciberdebate en Twitter. *Encuadres de influencia en las elecciones generales en España (28A)*. *El Profesional de la Información*, v. 29, n. 4, e290405, 2020.

PRADA ESPINEL, Óscar; ROMERO RODRÍGUEZ, Luis Miguel. Población y demonización en la campaña presidencial de Colombia de 2018: análisis del comportamiento comunicacional en el Twitter de Gustavo Petro e Iván Duque. *Revista Humanidades*, v. 9, n. 1, p. 1-26, 2019.

RECUERO, Raquel; BONOW SOARES, Felipe; GRUZD, Anatolij. Hyperpartisanship, Disinformation and political conversations on twitter: the brazilian presidential election of 2018. *Proceedings of the Fourteenth International AAI Conference on Web and Social Media (ICWSM 2020)*, 2020. Disponible en: <<https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/7324>>. Accedido en: 21 Jun. 2021.

SAID-HUNG, Elías Manuel; MERINO-ARRIBAS, María Adoración; MARTINEZ-TORRES, Javier. Evolución del debate académico en la Web of Science y Scopus sobre unfaking news (2014-2019). *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico*, v. 26, n. 3, p. 961-971, 2021.

SÁNCHEZ-DUARTE, José Manuel; MAGALLÓN ROSA, Raúl. Infodemia y Covid-19. Evolución y viralización de informaciones falsas en España. *Revista Española de Comunicación en Salud*, n. 1, p. 31-41, 2020.

SCHEUFELE, Dietram; KRAUSE, Nicole. Science audiences, misinformation, and fake news. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 116, n. 16, p. 7662-7669, 2019.

SONG, Min; KIM, Meen; JEONG, Yoo. Analyzing the political landscape of 2012 Korean Presidential Election in Twitter. *IEEE Intelligent Systems*, v. 29, n. 2, p. 18-26, 2014.

SOON, Carol; GOH, Shawn. Fake news, false information and more: countering human biases Ips, 2018. Disponible en: <https://lkyspp.nus.edu.sg/docs/default-source/ips/ips-working-paper-31_fake-news-false-information-and-more_260918.pdf>. Accedido en: 14 Mayo 2021.

USCINSKI, Joseph. The epistemology of fact checking (is still naïve): rejoinder to amazeen. *Critical Review: A Journal of Politics and Society*, v. 27, n. 2, p. 1-10. 2015.

VÁZQUEZ-HERRERO, Jorge; VIZOSO, Ángel; LÓPEZ-GARCÍA, Xosé. Innovación tecnológica y comunicativa para combatir la desinformación: 135 experiencias para un cambio de rumbo. *El Profesional de la Información*, v. 28, n. 3, 2019.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018.

WALKER, Richard; CHANDRA, Yanto; ZHANG, Jiansheng; VAN WITTERLOOSTUIJN, Arjen. Topic modeling the research-practice gap in public administration. *Public Administration Review*, v. 79, n. 6, p. 931-937, 2019.



Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020

Recebido: 30.05.21
Aprovado: 14.03.22

Emerson Urizzi Cervi (<https://orcid.org/0000-0001-8073-014X>),
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasilⁱ.

Felipe Borba (<https://orcid.org/0000-0001-8396-7548>),
Departamento de Estudos Políticos, Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasilⁱⁱ.

i. Emerson Urizzi Cervi, doutorado em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Brasil, é professor associado da Universidade Federal do Paraná. <ecervi7@gmail.com>.

ii. Felipe Borba, doutorado e pós-doutorado em ciência política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UESP-UERJ), é professor adjunto do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. <felipe.borba10@gmail.com>.

Resumo: O artigo se insere na linha de pesquisas sobre participação eleitoral em disputas políticas locais. A partir de um modelo multivariado, tem o objetivo de analisar os efeitos de variáveis políticas associadas ao efeito da pandemia da Covid-19 na abstenção eleitoral das eleições municipais de 2020 no Brasil. São consideradas as disputas para prefeito de todos os 5.568 municípios com eleições municipais para responder à pergunta: onde e quem mais se absteve nas eleições de 2020? Os resultados mostram que, do ponto de vista agregado, municípios com mais mortes por Covid-19 tenderam a ter maior abstenção. Porém, o número de candidatos, usado como indicador de competição eleitoral, exerceu forte efeito contrário. No nível individual, os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicam que homens, com baixa escolaridade e idade acima de 40 anos tenderam a participar menos das eleições de 2020.

Palavras-chave: Eleições municipais, 2020. Covid-19. Competição política. Abstenção.

Who abstains in Brazil? Local competition and Covid-19 effect on turnout in the 2020 municipal election

Abstract: In the present research we examines the electoral abstention. The paper is about the voter participation in political disputes. The objective is to analyze the effects of political variables associated with the effect of the Covid-19 pandemic on electoral abstention in the 2020 local elections in Brazil. The disputes of all 5,568 municipalities are considered to answer the question: who and where else abstained in the 2020 elections? The aggregate results show that municipalities with more deaths from Covid-19 tended to have higher abstention. However, the number of candidates, used as an indicator of electoral competition, exerted a strong opposite effect – in favor of turnout. At the individual level, the data indicate that men, low schooling and age over 40 years tended to participate less in the 2020 elections.

Keywords: Municipal elections, 2020. Covid-19. Political competition. Abstention.

Introdução

A participação política é tradicionalmente considerada um elemento crucial para o funcionamento da democracia. Eleitores dispõem de inúmeras modalidades de participação política, como assinar petições, filiar-se a partidos políticos, candidatar-se a cargos eletivos, contribuir com dinheiro para causas públicas ou aderir a boicotes, protestos e manifestações (Hooghe, 2014). Nos sistemas representativos modernos, como o brasileiro, o voto em eleições acaba sendo a modalidade de participação política mais difundida e fator crucial para a legitimidade dos governantes e dos sistemas democráticos.

O processo eleitoral de 2020, entretanto, foi marcado por alto nível de abstenção. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 23,14% dos eleitores brasileiros (32,2 de 147,9 milhões no total) não compareceram às urnas no primeiro turno, sendo o maior percentual verificado na última década. Nas duas eleições municipais anteriores, a abstenção no primeiro turno foi de 17,58% em 2016 e 16,41% em 2012. Este aumento do número de não votantes reacendeu o debate sobre os motivos da não participação eleitoral e, principalmente, sobre o perfil desse eleitor ausente.

O crescimento da abstenção era, de certo modo, esperado por efeito da pandemia da Covid-19 que, até o fim de outubro de 2020, véspera da eleição, havia infectado 4,8 milhões de brasileiros, com 144,6 mil vítimas fatais até então, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde. O medo do contágio pelo novo coronavírus já havia sido responsável, via Emenda Constitucional n. 107/2020, pelo adiamento do primeiro e do segundo turnos para os dias 15 e 29 de novembro, pois se suspeitava que as aglomerações provocadas pelas atividades de campanha e pelos dias de votação pudessem disseminar ainda mais a doença. A expectativa, segundo argumentação do TSE, era que a pandemia contaminasse principalmente idosos, pessoas de grupos de risco e os mais pobres do processo eleitoral.

A abstenção em um sistema democrático é um problema que merece atenção. Mudanças no tamanho e na composição do eleitorado podem levar a desequilíbrios no sistema representativo, caso as abstenções não sejam uniformes em todo o território nacional ou caso as abstenções variem pelas características sociais dos representados (Lutz & Marsh, 2007). No Brasil, apesar da crescente abstenção observada nas últimas eleições, o assunto não despertou uma agenda sólida de pesquisa. Há relativo interesse pelo tema a partir da década de 1970, mas escassa produção após o restabelecimento da democracia (Silva, 2016). Apenas recentemente alguns pesquisadores retomaram o assunto em busca de compreender os determinantes do não comparecimento, o perfil desse eleitor ausente e as pos-

síveis consequências da baixa participação eleitoral (Nicolau, 2004; Borba, 2008; Silva, 2016; Souza, 2019).

O objetivo deste artigo é contribuir com a literatura sobre a participação do eleitor brasileiro, analisando como se distribuiu a abstenção eleitoral no primeiro turno das eleições municipais de 2020. A meta é analisar como a Covid-19 interagiu com as características dos municípios e dos eleitores e o grau de competição local para explicar as variações das abstenções eleitorais no primeiro turno de 2020. Para tanto, consideraremos os seguintes conjuntos de variáveis explicativas:

- i.* o número de mortos por Covid-19 registrados/mil habitantes até outubro de 2020;
- ii.* a competição eleitoral, medida pelo número de candidatos a prefeito/mil eleitores;
- iii.* o tamanho do município, medido em número de eleitores;
- iv.* a posição geográfica do município nas regiões do país; e, por fim,
- v.* a localização do município, se em área metropolitana ou não.

No segundo momento são descritas as características individuais, sexo, idade e escolaridade dos eleitores que mais se abstiveram em 2020.

O artigo segue dividido da seguinte maneira. A próxima seção resume os principais achados da literatura sobre os condicionantes da participação eleitoral e como esses achados ajudam a entender a abstenção eleitoral no contexto brasileiro. O debate da literatura é organizado segundo três conjuntos de macrofatores, a saber, o contexto político, as instituições eleitorais, o ambiente socioeconômico e as características individuais dos eleitores. Na seção seguinte, expomos o banco de dados, a metodologia usada para análise dos resultados e os resultados. Finalizamos com uma discussão sobre os principais achados.

As razões da abstenção eleitoral

A literatura identifica diferentes blocos de fatores que influenciam a participação eleitoral. Os quatro mais comuns são

- i.* as instituições políticas e as leis eleitorais;
- ii.* o contexto político;

iii. as características individuais dos eleitores; e/ou

iv. o ambiente socioeconômico (Blais e Dobrzynska, 1998; Geys, 2006; Hooghe, 2014).

Medir o efeito isolado e conjunto de cada um desses fatores tem sido um desafio teórico e empírico enfrentado por cientistas políticos ao longo de inúmeras décadas e seus achados são importantes para ajudar a pensarmos o caso brasileiro.

Dentre as principais regras com impacto sobre a participação eleitoral, a obrigatoriedade do voto é sem dúvida a principal delas. Historicamente, países que adotam o voto obrigatório apresentam taxas de participação eleitoral superior aos países em que a decisão de votar é opcional. O voto compulsório estimula a participação pelas punições que prevê sobre os eleitores faltosos, mas também por desenvolver o hábito de comparecer às urnas (Franklin, 1999; Birch, 2009). Por outro lado, as sanções para a não participação são muitas vezes suaves ou a regulamentação é pouco precisa, fazendo com que, na prática, a obrigatoriedade do voto não impulsiona tanto assim a participação (Solijonov, 2016). Esse é o caso, por exemplo, do Brasil, onde o valor da multa pelo não comparecimento é de apenas R\$ 3,50.

As exigências legais para o registro eleitoral são fatores comumente associados às variações da participação eleitoral. Segundo Benjamin Highton (1997), quanto mais exigentes são os critérios adotados, menores são as taxas de participação, principalmente entre a população com menores recursos econômicos e cognitivos, já que o processo de alistamento inclui, muitas vezes, gastos de recursos financeiros ou de tempo. O registro automático ou o registro feito no dia das eleições são vistos como procedimentos alternativos eficientes para diminuir as barreiras do voto (Solijonov, 2016).

O ato de votar e os procedimentos de identificação são variáveis com impacto sobre as taxas de participação. Os procedimentos variam de lugar para lugar e aumentam ou diminuem a participação por diferentes razões. Entre as principais: se as eleições acontecem em um ou mais dias, se realizadas em dias úteis ou não, se há disponibilidade de tecnologia como urna eletrônica, o tipo de cédula eleitoral, a facilidade de acesso aos locais de votação e até mesmo procedimentos alternativos como votação antecipada, votação pelo correio ou por procuração e os tipos de documentos exigidos para a identificação do eleitor (Hanmer, 2009).

No Brasil, a identificação na hora do voto tem sido tema de discussão e judicialização entre os partidos políticos. Em 2020, o Partido dos Trabalhadores (PT) ajuizou

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF contra a obrigatoriedade de o eleitor apresentar dois documentos na hora de votar, o título de eleitor e outra identificação com fotografia, conforme previsto no Artigo 91-A da Lei das Eleições (Lei 9.504/97). Segundo a ministra Rosa Weber, relatora da ação que acatou o pedido do PT, o mecanismo criou obstáculos desnecessários para o exercício do voto, impedindo a participação de eleitores regularmente registrados. Em seu despacho, a ministra frisou que o título tem utilidade no momento da votação para localização da seção eleitoral, “mas a ausência do mesmo não importa nenhuma interferência no exercício pleno dos direitos políticos do eleitorado”, bastando, portanto, ao eleitor apresentar algum documento de identidade oficial com fotografia¹.

O tipo de sistema eleitoral, a ocorrência de eleições simultâneas para diferentes cargos e os distritos eleitorais pequenos são desenhos institucionais que promovem incentivos que aumentam a participação eleitoral (Blais & Carty, 1990; Anduzia, Cantijoch & Gallego, 2003; Blais, 2006; Barnes & Rangel, 2018). O primeiro turno das eleições brasileiras tem o mérito de reunir, de uma só vez, o sistema majoritário para os cargos executivos e o sistema proporcional para os cargos legislativos, promovendo assim o duplo incentivo das eleições simultâneas para os diferentes cargos e as vantagens dos dois tipos de sistemas eleitorais – o majoritário pela proximidade entre representantes e representados e o proporcional pelo estímulo aos eleitores dos pequenos partidos. Por outro lado, o número de eleitores e a magnitude dos distritos varia enormemente dentro do Brasil, indo desde cidades com três mil até municípios que superam milhões de eleitores. Desse modo, é de se esperar observarmos variações na participação eleitoral segundo o tamanho dos municípios e o número de eleitores.

A competitividade da eleição é o elemento mais analisado na literatura sobre comparecimento eleitoral. Em balanço da literatura, Benny Geys (2006) relata que mais da metade dos estudos que revisou (52 em 83) incluiu alguma medida de competição (a maioria dos estudos operacionaliza a partir da margem de vitória). A competitividade da eleição seria um catalizador da participação por aumentar o grau de imprevisibilidade sobre o vencedor da disputa. Em contextos marcados pela incerteza sobre o vencedor, a utilidade do voto aumentaria, levando o eleitor a comparecer motivado pela percepção de que seu voto pode decidir o resultado final. A competitividade da eleição provocaria também maiores esforços de mobilização por parte da elite política e esses esforços de campanha pelo voto é o que aumentariam as taxas de participação eleitoral. Nesse caso, portanto, embora competitividade e participação eleitoral estejam positivamente relacionadas, o efeito observado seria apenas indireto, mediado pelos esforços de mobilização das campanhas (Cox & Munger, 1989; Holbrook & McClurg, 2005).

1. Em 2020, a identificação biométrica foi suspensa como medida para evitar o contágio por coronavírus. A Justiça Eleitoral considerou que a identificação biométrica causaria mais filas e aglomerações. Com isso, outra possível barreira para o voto foi removida.

Uma questão importante relativa ao contexto político é o número de candidatos e a presença ou não de candidatos à reeleição, bem como os gastos de campanha. A quantidade de candidatos é, muitas vezes, operacionalizada na forma do número efetivo de partidos. Neste caso, há duas hipóteses divergentes. Uma aponta que a maior oferta está positivamente correlacionada à participação por aumentar o leque de opções para o eleitor; a outra sugere o oposto: uma maior oferta diminui a participação por adicionar custos para a decisão do eleitor (Geys, 2006; Blais, 2010). A presença de candidato à reeleição também aponta a direções opostas. Enquanto parte dos autores teoriza que diminui a participação pelas vantagens inerentes dos candidatos no exercício do poder, outra argumenta que mobiliza os eleitores que votam motivados para punir o mal governante (Caldeira, Patterson & Markko, 1985). Os gastos de campanha são menos controversos e têm sido positivamente associados ao comparecimento eleitoral. Eles seriam uma espécie de *proxy* para as atividades das elites políticas: em contexto de alta competição, candidatos possuem maiores incentivos para arrecadar e financiadores para doar (Cox & Munger, 1989).

A literatura sobre participação política identifica diferentes variáveis socioeconômicas. O nível de desenvolvimento econômico, o tamanho da população, a densidade populacional e a homogeneidade da população são os principais fatores considerados. André Blais e Agnieszka Dobrzynska (1998) consideraram esses diferentes fatores conjuntamente em análise sobre 324 eleições disputadas em 91 países e encontram evidências de que a participação é maior em países pequenos, industrializados e densamente povoado. Por outro lado, Geys (2006) não encontrou evidências do impacto da concentração e da homogeneidade populacional em metanálise da literatura, mas reforçou a importância do tamanho da população e da estabilidade da população devido à pressão social e dos menores custos de informação. Nas últimas eleições, conforme pontuado acima, a pandemia da Covid-19 acrescentou fator novo ao contexto social. Segundo relatório do Instituto Internacional pela Democracia e Assistência Eleitoral (Idea, na sigla em inglês), cerca de 63% das eleições realizadas no mundo registraram aumento na abstenção na comparação com pleitos anteriores².

2. Disponível em: <<https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-Covid-19-impact-elections>>.

O último bloco dos fatores são as características individuais dos eleitores. Desde as obras clássicas sobre comportamento eleitoral – como *The people's choice* e *The American voter* –, sabe-se que as variações individuais dos eleitores importam para a participação eleitoral. A educação é, possivelmente, a principal determinante socioeconômica da abstenção, tendo as pessoas mais escolarizadas maior probabilidade de comparecer às urnas do que as pessoas menos escolarizadas (Blais, 2006). A escolarização é vista como variável importante por ter relação direta com

o interesse por política, acesso privilegiado a melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, melhor poder aquisitivo (Leighley & Nagler, 1992). Além disso, a sofisticação intelectual proporcionada pela escolaridade ajuda a compreensão de questões intrincadas da política, estimula o senso do dever cívico e desenvolve a percepção de que a participação é importante para o desenvolvimento e consolidação da democracia. Pessoas com escolaridade baixa, por sua vez, apresentam dificuldades para a compreensão de aspectos próprios do debate político cujo custo de interação e informação são mais altos (LeDuc & Niemi, 2014).

A idade também aparece como importante preditor da participação política e eleitoral. A abstenção tende a ser, invariavelmente, maior entre os mais jovens (Wattenberg, 2012). A não participação do público da faixa etária jovem normalmente é associada à apatia e à falta de interesse pelo processo político. Eleitores mais velhos, por outro lado, já enraizaram o hábito de votar, desenvolveram preferências políticas e partidárias estáveis, estão cientes das conseqüências da não participação eleitoral e demonstram maior interesse sobre os temas em debate (Goerres, 2007). Menos conclusivos são os achados relativos ao sexo do eleitor. Embora historicamente seja atribuído aos homens maior participação do que às mulheres, essa diferença é, muitas vezes causada pela menor escolaridade que caracteriza o público feminino. Quando o sexo é, portanto, controlado por outras características sociodemográficas, as diferenças entre homens e mulheres deixam de ser significativas (Leighley e Nagler, 1992).

Os achados na literatura internacional têm servido para iluminar as discussões sobre abstenção no Brasil. Os estudos têm se alternado entre análises que usam dados agregados e/ou dados individuais de pesquisas de opinião. Resumidamente, pode-se dizer que esses estudos encontraram evidências de que a participação do eleitor brasileiro é impactada positivamente pela urbanização e negativamente pela extensão territorial e pelo analfabetismo (Lima Jr., 1993). Cíntia Souza (2019) analisou variáveis conjunturais, especialmente a margem de vitória, os gastos de campanha e a fragmentação partidária. Os seus resultados confirmam a hipótese em relação à competição e aos gastos de campanha. Porém, os resultados apontam um efeito negativo da fragmentação. Em seu estudo sobre participação na eleição municipal de 2012, a reeleição não produziu nenhum efeito sobre o comparecimento. Individualmente, a abstenção se relaciona com baixa escolaridade e com sentimentos de indiferença e de ineficácia política (Silva, 2016).

Neste estudo, buscamos contribuir com a literatura incorporando alguns elementos novos à análise. Do ponto de vista teórico, incorporamos o efeito do novo coronavírus entre os fatores sociais e contextuais com possíveis efeitos sobre a par-

ticipação do eleitor. A pandemia da Covid-19 teve impactos fortes e diretos sobre o processo eleitoral de 2020. Primeiro, ela foi a razão para o adiamento das datas do primeiro e do segundo turnos para os dias 15 e 29 de novembro. Segundo, pelas medidas de isolamento social, a pandemia esfriou a temperatura da eleição, principalmente nos pequenos municípios, onde as atividades de campanha tendem a ter caráter mais intimista. Terceiro, o medo de contaminação pode ter levado inúmeros eleitores a decidirem permanecer em confinamento longe das urnas, sobretudo idosos e eleitores membros de grupos de risco, como já apontam diferentes estudos internacionais que mediram o efeito da pandemia da Covid-19 sobre a decisão de ir votar (Santana, Rama & Bértoa, 2020; Vázquez-Carrero, Artés, García & Jiménez, 2020; Fernández-Navia, Polo-Muro & Tercero-Lucas, 2021; Picchio & Santolini, 2021).

Já no contexto da pandemia e seguindo o mesmo modelo analítico proposto neste trabalho, Noury et al. (2021) analisam a participação nas eleições municipais francesas, ocorridas em março de 2020 – no mês pós-decretação de pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os autores analisam a participação eleitoral em relação à maior incidência de Covid-19, controlando pela densidade populacional do município e número de listas de candidatos. Os resultados apresentados por eles indicam que maior risco de contaminação por Covid-19 impacta sobre a participação eleitoral, porém, os efeitos são maiores quando há menos competidores ou lista única de candidatos (Noury et al., 2021). Com a utilização da metodologia de *survey*, Cletus Nwankwo (2021) pesquisou o efeito da Covid-19 sobre a participação eleitoral em três municípios do estado de Lagos, na Nigéria. Lagos foi o epicentro de casos nigerianos. Os questionários foram aplicados em domicílio, entre julho e setembro de 2020. Os resultados destoam do trabalho anterior. No caso analisado, os eleitores consideraram que as medidas de segurança contra o vírus não eram importantes. Ainda assim, a abstenção eleitoral cresceu por medo de entrar em contato com o vírus. As análises multivariadas a partir das respostas aos questionários mostraram que as conexões sociais explicaram mais as medidas de contenção da pandemia e a participação política (Nwankwo, 2021).

Do ponto de vista empírico, analisamos dados sobre o universo dos eleitores faltosos disponíveis pelo TSE, mas que têm sido pouco utilizados (Cepaluni & Hidalgo, 2016). Esses dados informam as características individuais como sexo, idade e escolaridade de todos os 34,2 milhões que se ausentaram no primeiro turno nas eleições municipais de 2020. Desse modo, pretendemos conjugar nesta análise o efeito da pandemia da Covid-19 com o nível de competição, o tamanho e a localização dos municípios e as características sociodemográficas dos eleitores. A seção seguinte apresenta a metodologia e os resultados.

Resultados e discussões

A partir daqui apresentamos um modelo analítico que leva em consideração a competição eleitoral e as mortes por Covid-19 como fatores explicativos com efeitos opostos para a abstenção no primeiro turno das eleições municipais de 2020. O modelo também inclui variáveis de controle dos municípios, que são a unidade de análise.

Nosso *corpus* empírico é formado por todos os 5.570 municípios brasileiros, dos quais, 5.568 tiveram eleições municipais. Usamos um banco de dados do TSE que contém o cadastro com o perfil socioeconômico (sexo, idade e escolaridade) de todos os eleitores ausentes no primeiro turno das eleições municipais de 2020. Os dados cadastrais do TSE oferecem algumas vantagens analíticas para conhecer o perfil dos eleitores absenteístas relativas aos estudos que priorizam *surveys* para o mesmo fim por duas razões básicas. Primeiro, os registros oficiais do TSE reúnem informações sobre o número total eleitores faltantes e não analisa apenas uma amostra da população – que na maior parte dos estudos eleitorais brasileiros não é probabilística. No caso da eleição municipal de 2020, os dados cadastrais reúnem informações de mais de 34,2 milhões de eleitores que deixaram de votar. Segundo, os registros do TSE contêm informações de pessoas que, de fato, não compareceram às urnas no dia das eleições, enquanto as estimativas geradas por pesquisas de opinião indagam sobre a expectativa de um comportamento futuro ou sobre comportamento passado, contendo problemas de confiabilidade. Em *surveys*, eleitores que pretendem se abster ou se abstiveram podem ajustar as suas respostas para serem socialmente aceitáveis ou podem errar as suas respostas porque realmente não lembram do que fizeram no dia da eleição.

Para a análise das variações de abstenção por município nas eleições de 2020 utilizamos cinco variáveis, entre independentes e de controle. As últimas são as geográficas, que incluem o tamanho do município, a região de localização e se o município faz parte ou não de uma região metropolitana. Além dessas, há outras duas variáveis explicativas. Uma delas é propriamente política e diz respeito à competição eleitoral, medida pelo número de candidatos a prefeito por mil eleitores no município. A outra é o número de óbitos registrados por Covid-19 até o final de outubro de 2020 por mil habitantes em cada município, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde.

Em 2020 foram registrados no TSE e chegaram ao final da campanha 18.795 candidatos a prefeito no Brasil, o que representa uma média de 3,38 candidatos/município.

Quando consideramos o número de candidatos a prefeito/mil eleitores, temos uma média geral de 0,405 candidato/mil eleitores em 2020. Em relação às mortes por Covid-19, até outubro de 2020 tinham sido registradas 0,0004 mortes por habitante (0,4/mil habitantes), em média, nos municípios brasileiros.

A Tabela 1 sumariza as médias de abstenção por categoria de cada uma das variáveis explicativas no modelo e os testes de independência das variações entre categorias das variáveis. As variáveis explicativas e de controle apresentadas a seguir são resultado de testes individuais de significância estatística. Em relação ao tamanho do município, as categorias foram definidas a partir dos quartis de quantidade de eleitores, excetuando os municípios com mais de 200 mil eleitores. Com isso, obtém-se cinco categorias de tamanho de município, sendo que as quatro primeiras representam aproximadamente 25% do total de municípios brasileiros. As médias de abstenção por tamanho mostram que há um crescimento constante entre as categorias. Os menores municípios, com até cinco mil eleitores, apresentam média de 12,38% de abstenção, contra 26,44% de abstenção na média de municípios com mais de 200 mil eleitores. O teste de independência de médias das categorias de Fisher para tamanho do município apresenta o maior coeficiente (855,999) quando comparado às variações de médias encontradas em outras variáveis. Isso indica forte capacidade de associação entre as variações de abstenção e o tamanho do município.

A variável de localização geográfica utiliza as categorias oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as categorias estão dispostas na Tabela 1 em ordem decrescente de média de abstenção. O Sudeste foi a região que apresentou a maior média, com 20,41% de abstenção nos municípios e a Região Sul ficou com a menor média, com 15%. A estatística de Fisher apresentou coeficiente de 224,166, indicando diferenças estatisticamente significativas de médias entre as regiões do país, embora tenha ficado abaixo do coeficiente da variável tamanho do município.

Outra característica de localização que indicou significância estatística para variações de abstenção foi o pertencimento ou não a uma região metropolitana. De acordo com as médias apresentadas na Tabela 1, se o município pertence a uma região metropolitana, a média de abstenção fica em 18,83%. Para os municípios do interior, a abstenção fica um pouco abaixo, com média de 17,22%. Apesar da proximidade dos valores, o teste de diferença de média para as categorias aponta significância estatística, com coeficiente $t = 6,381$.

A variável “número de candidatos a prefeito/mil eleitores” no município tem o objetivo de identificar se o grau de concorrência política está associado com a partici-

TABELA 1
ESTATÍSTICAS INDIVIDUAIS PARA ABSTENÇÃO ELEITORAL EM 2020.
DADOS PARA REGISTRO DE ABSTENÇÃO NO PRIMEIRO TURNO DOS 5.568 MUNICÍPIOS

Variável explicativa	Categorias	Média de abstenção	Desvio padrão abstenção	Teste de indep. de médias
Tamanho do município	Até 5 mil eleitores	12,38	4,52	F = 855,999***
	De 5 a 10 mil eleitores	16,68	4,75	
	De 10 a 20 mil eleitores	19,19	4,92	
	De 20 a 200 mil eleitores	22,30	5,04	
	Mais 200 mil eleitores	26,44	4,37	
Região do país	Sudeste	20,41	5,85	F = 224,166***
	Centro-oeste	19,24	6,14	
	Norte	17,70	5,77	
	Nordeste	15,70	4,81	
	Sul	15,00	6,32	
Região metropolitana	Está em Região metropolitana	18,83	7,03	F = 6,328***
	Não está em Região metropolitana	17,22	6,09	
Candidatos a prefeito/mil eleitores	Abaixo da mediana	20,26	5,39	t = 39,817***
	Acima da mediana	14,54	5,32	
Óbitos/mil habitantes covid até out. 2020	Abaixo da mediana	16,65	5,97	t = -9,281***
	Acima da mediana	18,15	6,08	

***0,000.

Fonte: autores a partir do TSE.

pação eleitoral, como sugere a literatura. Na Tabela 1, o número de candidato/mil eleitores é dividido em dois grupos, a partir da mediana, para identificação das médias e do teste de diferença de médias t de Student. Quando olhamos para as médias de cada grupo, percebemos uma diferença significativa. Para municípios que ficaram abaixo da mediana de concorrência às prefeituras, a média de abstenção foi de 20,26%, enquanto os municípios que tiveram maior concorrência, ficando acima da mediana de concorrentes, a média de abstenção foi 14,54% de abstenção. O coeficiente t de Student mostrou diferenças estatisticamente significativas entre as duas categorias, com coeficiente de 39,817.

Por fim, a característica única da eleição municipal de 2020 no Brasil foi ela ter ocorrido após seis meses do início da pandemia de Covid-19. Para testarmos o possível efeito dessa variável na participação eleitoral, consideramos os números oficiais de mortes por Covid-19 por município, segundo o Ministério da Saúde, até outubro de 2020. Consideramos o número de mortos por mil habitantes em cada município. Estabelecemos a mediana de mortes/mil habitantes para diferenciar as

médias de abstenção. Nos municípios que ficaram abaixo da mediana de mortes/mil habitantes até outubro de 2020 a média de abstenção ficou em 16,65%, enquanto nos municípios com maiores taxas de óbito/mil habitantes, o percentual foi de 18,15% de média de abstenção. O coeficiente t de Student foi de 9,281, com significância estatística para a diferença entre os dois grupos. Isso indica que municípios com maiores mortalidades por Covid-19 tenderam a apresentar maiores percentuais de abstenção no primeiro turno de 2020.

As estatísticas descritivas individuais mostram que o tamanho, a localização geográfica, integrar ou não uma região metropolitana, assim como o volume de concorrência pelo cargo de prefeito e a proporção de óbitos por Covid-19 estão associadas com os percentuais de abstenção eleitoral em 2020. A partir disso são montados modelos explicativos para identificar quais variáveis apresentam maiores efeitos sobre a abstenção na eleição municipal, controlados pelas demais variáveis. São apresentados quatro modelos em ordem crescente de ajustamento, conforme os coeficientes r^2 e critério de Akaike (AIC), e que incluem as variáveis apresentadas na Tabela 1. Como o objetivo é comparar os efeitos das variáveis explicativas, entre elas e entre os modelos, utilizamos o coeficiente Beta padronizado como principal indicador de efeito.

Nos Modelos 1 e 2 constam apenas as variáveis geográficas e os Modelos 3 e 4 incluem a concorrência eleitoral e o efeito das mortes por Covid-19 no período eleitoral. Em todos os modelos, todas as variáveis explicativas apresentam significância estatística, com p-value $\leq 0,001$. O coeficiente de determinação r^2 indica um crescimento na capacidade explicativa das variações de percentuais de abstenção entre os modelos, partindo de 2,5% ($r^2 = 0,025$) no Modelo 1 para 27,7% ($r^2 = 0,277$) de ajustamento no Modelo 4. Assim como o critério Akaike de ajustamento, que diminui do Modelo 1 ao 4, indicando melhor explicação das variações entre as unidades de análise.

No Modelo 1, onde consta apenas tamanho do município, o beta padronizado é 0,160, que é o maior coeficiente da variável entre os modelos. No Modelo 2, com a inclusão da região do país e situar-se em região metropolitana há uma redução no beta padronizado do tamanho para 0,151, que fica bem acima dos coeficientes das outras duas variáveis: região (beta padronizado de 0,040) e estar em região metropolitana (beta padronizado de 0,052). Isso significa que quando consideramos apenas as variáveis geográficas, embora o ajustamento do modelo seja muito baixo, tamanho do município é a variável que apresenta melhor explicação para as variações de abstenção. Como vimos antes, quanto menor o município e mais localizado no interior do país, não em regiões metropolitanas, principalmente nas

TABELA 2
 MODELOS DE REGRESSÃO PARA PERCENTUAL DE ABSTENÇÃO – 1º TURNO DE 2020

Estadísticas individuais	Mod. 1	Mod. 2	Mod. 3	Mod. 4
Intercepto (desvio padrão)	17,238*** (0,000005)	16,254 (0,298)	18,151*** (0,2624)	17,613*** (0,281)
Tamanho do município (Desvio padrão) Beta padronizado	0,000006*** (0,0000005) 0,160	0,000005*** (0,0000005) 0,151	0,000003*** (0,0000004) 0,092	0,000003*** (0,0000004) 0,086
Região do país (Desvio padrão) Beta padronizado		0,2238** (0,0743) 0,040	0,7804 (0,06564) 0,139	0,8024*** (0,06562) 0,143
Se é região Metropolitana (Desvio padrão) Beta padronizado		0,9575*** (0,2478) 0,052	-0,4591* (0,2170) -0,025	-0,6100** (0,21846) -0,033
Cand. prefeito/mil eleitores (Desvio padrão) Beta padronizado			-9,4396*** (0,2186) -0,512	-9,3219*** (0,2192) -0,505
Mortes Covid/habitante (Desvio padrão) Beta padronizado				987,90*** (189,091) 0,061
Estadísticas dos modelos				
r ²	0,025	0,030	0,273	0,277
AIC	35.753,70	35.730,23	34.123,07	34.097,81

*** 0,000 ** 0,001 *0,005.
 Fonte: autores a partir do TSE.

Regiões Nordeste e Sul, maior a participação eleitoral. O percentual de abstenção tende a crescer em municípios maiores, localizados em regiões metropolitanas das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Quando o modelo inclui a variável de concorrência eleitoral – número de candidatos a prefeito por mil eleitores – o ajustamento do modelo cresce bastante. O beta padronizado do número de candidatos/mil eleitores fica muito acima dos demais, em -0,512, ou seja, quanto maior a proporção de candidatos a prefeito, menor o percentual de abstenção. Além disso, tamanho do município e estar em região metropolitana apresentam queda no beta padronizado, enquanto região do país ganha coeficiente. No Modelo 4 é inserida a variável mortes por Covid-19/mil habitantes. Há um pequeno aumento no ajuste do modelo. Os efeitos das variáveis geográficas se mantêm estáveis, com pequenas variações para cima ou para baixo. Também há uma pequena queda no coeficiente padronizado da concorrência política, embora ainda fique muito acima dos demais. O coeficiente padronizado de mortes por Covid-19 é positivo, ou seja, em municípios onde a proporção de mortes por Covid-19 aumenta, também cresce o percentual de abstenção.

Os modelos mostram que a principal explicação para as variações das abstenções entre os municípios é a concorrência eleitoral. Quanto maior a proporção de can-

didatos/mil eleitores, menor a abstenção. Além disso, a proporção de mortes por Covid-19 apresentou um efeito complementar ao da concorrência eleitoral, ou seja, mesmo em municípios com alta concorrência, quando há grande proporção de mortes por Covid-19, tende a existir um aumento na abstenção e isso independe do tamanho ou região de localização do município.

Uma vez identificada a explicação para variação da abstenção entre os municípios em 2020, o próximo passo é descrever a dinâmica da ausência eleitoral dentro dos municípios, no primeiro turno das eleições. Para isso, usamos as características individuais dos eleitores que se abstiveram em 2020. São três variáveis de perfil do eleitorado. Sexo, se homem ou mulher. Escolaridade, dividida entre até fundamental, médio e superior. E idade, dividida em seis faixas, começando por 16 e 17 anos e indo até mais de 70 anos. O primeiro objetivo aqui é identificar que características apresentam maiores percentuais de abstenção. Depois, serão associadas as abstenções por características individuais às categorias das variáveis explicativas que constam nos modelos de regressão (Tabela 2).

A Tabela 3 mostra os percentuais médios e o desvio padrão de abstenção por categoria individual, além do teste t de Student para diferenças de médias. Em todos os casos os coeficientes t de Student são estatisticamente significativos, o que indica existência de grande variação dos percentuais em todas as características apresentadas na tabela. Em relação ao sexo, os homens tenderam a apresentar maior abstenção (18,02%) do que mulheres (16,78%). Quanto à escolaridade, a abstenção média diminui conforme cresce o nível de escolaridade do eleitor, passando de 20,48% entre eleitores com ensino até o fundamental, para 12,22% para eleitores com escolaridade superior. Sobre a faixa etária, os percentuais de abstenção não seguem uma gradação contínua. Entre os eleitores mais velhos, acima de 70 anos, o percentual de abstenção chega a 53,77%. Essa faixa etária não tem mais o voto obrigatório. No entanto, na faixa dos mais jovens, entre 16 e 17 anos, também sem voto compulsório, há uma das médias mais baixas de abstenção, ficando em 13,24%. Porém, a mais baixa média de abstenção é de 10,59%, para eleitores com idade entre 40 e 54 anos.

Como todas as categorias individuais apresentam variações estatisticamente significativas, é possível que pelo menos em algumas dessas características as variações de abstenção apresentem correlação com as características dos municípios. No Quadro 1 constam as variações de percentuais bivariados, entre categorias individuais dos eleitores e dos municípios, ponderadas pelos resíduos do Modelo 4 de regressão apresentado anteriormente. Para melhor visualização, os valores abaixo da média das relações estão marcados em azul e os que estão acima da média de abstenção

TABELA 3
ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DE ABSTENÇÃO POR CATEGORIA INDIVIDUAL

Variável	Categoria	Abstenção		Estatística t (*** p-value <= 0,000)
		Média	Desvio padrão	
Sexo	Mulher	16,78	6,00	208,71***
	Homem	18,02	6,28	213,99***
Escolaridade	Ensino fundamental	20,48	7,48	204,16***
	Ensino médio	14,30	5,71	186,80***
	Ensino superior	12,22	5,25	173,64***
Idade	De 16 e 17 anos	13,24	6,37	154,91***
	De 18 a 24 anos	18,91	7,23	195,21***
	De 25 a 39 anos	15,34	6,01	190,36***
	De 40 a 54 anos	10,59	4,62	170,74***
	De 55 a 69 anos	14,03	5,59	187,29***
	Acima 70 anos	53,77	15,59	257,36***

Fonte: autores a partir do TSE.

em vermelho. Quanto mais intensa a cor vermelha ou azul, mais distante da média. Como a categoria “idade acima de 70 anos” apresenta percentuais muito acima das demais, optamos por excluí-la do cálculo de média para a distribuição das cores. Os valores constantes no quadro não equivalem às médias da tabela anterior, pois aqui eles estão ponderados pelos resíduos da regressão pelo Modelo 4. Para as variáveis candidatos/eleitores e óbitos por Covid/habitantes foram incluídas as associações para os municípios que ficam acima da mediana dos valores populacionais.

QUADRO 1
RELAÇÃO BIVARIADA ENTRE CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS E VARIÁVEIS AGREGADAS

Candidato pref. média	20.23	22.02	24.54	17.77	13.95	15.46	23.01	19.10	13.31	16.43	59.10
Óbitos Covid média	24.02	25.65	29.72	21.07	17.44	19.97	26.90	22.55	16.59	20.02	67.42
Região metropolitana	24.61	25.37	29.48	22.19	19.27	20.69	27.91	23.58	16.89	19.47	68.25
mais de 200 mil eleitores	28.37	28.14	35.21	25.38	23.35	23.53	29.99	26.96	19.56	22.04	75.72
de 20 a 200 mil eleitores	26.46	27.71	32.71	23.22	19.25	22.53	29.41	24.57	18.00	21.65	73.42
de 10 a 20 mil eleitores	24.36	26.02	29.38	20.87	15.76	19.27	27.07	22.39	16.07	20.33	68.28
de 5 a 10 mil eleitores	21.98	23.81	26.46	19.00	14.09	16.56	24.55	20.39	14.11	17.91	64.13
até 5 mil eleitores	17.26	19.06	21.00	15.57	12.63	12.80	20.24	16.90	11.27	13.47	51.39
Centro-Oeste	22.84	26.10	27.91	22.02	17.29	22.28	29.00	22.72	17.51	20.72	60.36
Sul	24.08	24.50	28.71	21.43	17.97	21.67	28.24	22.86	16.77	17.87	63.88
Sudeste	24.30	25.12	29.60	21.15	17.25	18.08	26.00	22.58	15.45	18.08	68.89
Nordeste	21.32	24.17	26.43	17.13	10.99	15.21	24.15	19.49	13.22	19.03	65.35
Norte	21.58	24.14	26.48	18.83	15.55	20.01	24.75	19.51	16.74	23.06	62.91
	Mulher	Homem	E. fund.	E. méd.	E. sup.	id.16-17	id.18-24	id.25-39	id.40-54	id.55-70	id.+70

Fonte: autores a partir do TSE.

Em relação ao sexo do eleitor, a relação entre homens e mulheres apresenta o mesmo comportamento em todos os tipos de município, com mulheres ficando sempre abaixo dos valores dos homens. O menor valor para homens e mulheres está em municípios com até cinco mil eleitores, seguido de municípios que ficam acima da mediana de candidatos/eleitores. Os maiores valores ficam em municípios acima de 200 mil eleitores, que também é a característica em que homens e mulheres apresentam percentuais mais próximos entre si.

Quanto à escolaridade, o Quadro 1 deixa claro que eleitores até com ensino fundamental apresentam os maiores percentuais relativos (mais cor vermelha), notadamente em municípios com mais de 200 mil eleitores (35,21). No outro extremo, a escolaridade superior tende a estar abaixo da média geral (cor azul), com destaque para baixa abstenção de eleitores com escolaridade superior na Região Nordeste (10,99).

Ao considerar a exclusão da faixa etária de 70 anos ou mais, em relação às demais faixas etárias, a que apresenta os maiores percentuais de abstenção é entre 18 e 24 anos. O único percentual abaixo da média nesta faixa etária é em municípios com até cinco mil eleitores (20,24). No outro extremo está a faixa etária de 40 a 54 anos, com todos os valores abaixo da média, com destaque para os micromunicípios, onde o percentual de abstenção é o mais baixo.

Ao analisar linha a linha as características dos municípios, fica claro que os municípios com até cinco mil eleitores são os que apresentam os menores índices de abstenção, quando consideradas todas as características individuais. Já os municípios com mais de 200 mil eleitores são os que apresentam os maiores percentuais de abstenção. Se considerarmos a localização geográfica, a Região Nordeste é a que apresenta os percentuais de abstenção mais baixos, enquanto o Centro-Oeste apresenta as maiores abstenções.

As eleições municipais no Brasil ocorreram menos de um ano após a primeira morte por Covid-19 no país. Toda a campanha eleitoral se deu em ambiente de incertezas em relação à saúde pública. Além disso, como agravante, houve uma disputa de narrativas políticas entre dois grupos: os que defendiam medidas de segurança para conter a propagação do vírus e os que defendiam a pouca efetividade dessas medidas. O fato é que em 2020 o eleitor brasileiro preferiu participar menos do que em disputas anteriores. Ao considerar a associação entre a maior abstenção e o tamanho do município, é possível pensar em uma relação entre os dois fatores. Da mesma forma, a participação cresceu em municípios menores, onde o impacto da Covid-19 demorou mais para ser notado. Além disso, em menores municípios as

disputas locais tendem a ser mais acirradas, com candidatos e eleitores mais próximos entre si, o que aumenta os estímulos à participação. De qualquer maneira, é preciso esperar as primeiras eleições municipais pós-pandemia (espera-se que sejam as de 2024) para compararmos as abstenções e sabermos quão duradouros serão os efeitos da Covid-19 sobre o engajamento eleitoral do brasileiro.

Conclusões

Em 2020, a sociedade brasileira já tinha sido profundamente afetada pela pandemia da Covid-19. Para além da tragédia que vitimou milhares de brasileiros, a pandemia impactou diretamente a realização das eleições municipais. Pela primeira vez em nossa história política, as datas reservadas ao primeiro e segundo turnos das eleições tiveram que ser adiadas como medida para conter o avanço da doença. Neste contexto, uma das perguntas que permeou a dinâmica das eleições foi justamente saber se a pandemia da Covid-19 teria sido uma das responsáveis pelo aumento observado da abstenção eleitoral nas eleições municipais de 2020.

Para compreender o crescimento da abstenção e medir o efeito da pandemia do coronavírus nas eleições municipais de 2020, usamos um banco de dados do TSE que contém as informações sobre o sexo, a idade e a escolaridade do eleitor faltoso e, a partir dele, incluímos outras variáveis sociais e políticas que costumam estar associadas à participação eleitoral, entre elas o tamanho e a localização do município, a competição eleitoral e, por óbvio, a taxa de mortalidade por 100 mil habitantes até um mês antes da realização do primeiro turno.

Os resultados mostram que a variável agregada que conseguiu explicar melhor as variações da abstenção foi a competição eleitoral. Em municípios onde há mais candidatos a prefeito/mil eleitores na disputa, observa-se a tendência a uma menor abstenção. Esse resultado era esperado e encontra apoio em ampla literatura sobre o assunto. Quando o eleitor racionaliza que o seu voto pode impactar no resultado final, maiores são os incentivos para sair de casa e ir votar, mesmo em países onde o voto é obrigatório, como no Brasil.

A abstenção eleitoral, pelo menos nas eleições municipais de 2020, apresenta também um componente agregado que está relacionado ao tamanho do município e à região do país. As maiores abstenções em 2020 tenderam a estar em municípios grandes, com mais de 200 mil eleitores, e nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. As menores abstenções ficaram nos micromunicípios, com até cinco mil eleitores, e da Região Nordeste. Neste ponto, é preciso atenção para o fato de que as maiores competições estão em municípios menores. Nos municípios com até cinco mil

eleitores, a média em 2020 foi de 0,78 candidato a prefeito/mil eleitores. Já nos municípios com mais de 200 mil eleitores a média ficou em apenas 0,03 candidato a prefeito/mil eleitores.

Apesar de a variável “competição” oferecer a melhor explicação para as variações de abstenção, a proporção de mortos por Covid-19 até o final da campanha eleitoral teve impacto positivo sobre a abstenção. Quanto maior a proporção de mortos até a eleição, menos eleitores participaram do primeiro turno. Novamente, esse resultado vai ao encontro das expectativas iniciais que serviram para balizar a decisão do TSE em adiar o primeiro e o segundo turnos das eleições. A expansão da doença, a falta de vacinas e seus efeitos ainda pouco conhecidos por especialistas e pela comunidade médica arrefeceram o ânimo das campanhas e provavelmente levaram as pessoas permanecerem em confinamento em suas residências para evitar o risco de contaminação.

Por fim, sobre as características individuais dos eleitores que se abstêm, os resultados de 2020 corroboram os achados em trabalho anterior, sobre a disputa nacional de 2018 (Cervi & Borba, 2019). As mulheres tendem a participar mais do que os homens na votação. Ao mesmo tempo, nota-se o forte efeito da escolaridade. Eleitores com escolaridade fundamental são os que mais se abstiveram na eleição. Em relação às faixas etárias, entre 40 e 54 anos houve a menor abstenção no primeiro turno de 2020.

Em resumo, como base nos resultados deste artigo, podemos dizer que os eleitores com ensino fundamental, do sexo masculino, moradores de municípios com mais de 200 mil eleitores e localizados nas regiões metropolitanas do Sudeste e Centro-Oeste são os que mais contribuíram para a abstenção em 2018. Ao mesmo tempo, a competição eleitoral (medida pelo número de competidores) e a taxa de mortalidade da Covid-19 contribuíram para a abstenção de maneiras diferentes para as taxas de participação. Enquanto a competição estimulou positivamente a participação, nos municípios onde a Covid-19 mais matou a participação foi menor.

Referências

ANDUZIA, Eva; CANTIJOCH, Marta; GALLEGRO, Aina. Political participation and the Internet. *Information, Communication & Society*, v. 12, n. 6, p. 860-878, 2009.

BARNES, Tiffany; RANGEL, Gabriela. Subnational patterns of participation: compulsory voting and the conditional impact of institutional design. *Political Research Quarterly*, v. 71, n. 4, p. 826-841, 2018.

BIRCH, Sarah. *Full participation: a comparative study of compulsory voting*. Manchester, UK: Manchester University Press, 2009.

BLAIS, André. Political participation. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard; NORRIS, Pipa (Orgs.). *Comparing democracies 3: elections and voting in the 21st Century*. London: Sage, 2010.

_____. What affects voter turnout? *Annual Review of Political Science*, v. 9, n. 1, p. 111-125, 2006.

BLAIS, André; CARTY, Kenneth. Does proportional representation foster voter turnout? *European Journal of Political Science*, v. 18, n. 2, p. 167-181, 1990.

BLAIS, André; DOBRZYNSKA, Agnieszka. Turnout in electoral democracies. *European Journal of Political Research*, v. 33, p. 239-261, 1998.

BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. *Revista Debates*, v. 2, n. 2, p. 134-157, 2008.

CALDEIRA, Gregory; PATTERSON, Samuel; MARKKO, Gregory. The mobilization of voters in congressional elections. *The Journal of Politics*, v. 47, n. 2, p. 490-509, 1985.

CEPALUNI, Gabriel; HIDALGO, Daniel. Compulsory voting can increase political inequality: evidence from Brazil. *Political Analysis*, v. 24, n. 2, p. 273-280, 2016.

CERVI, Emerson; BORBA, Felipe. Quem se abstém no Brasil? Uma descrição do perfil socioeconômico dos eleitores ausentes no primeiro turno das eleições de 2018. Trabalho apresentado no XLIII Encontro Nacional da Anpocs, 2019.

COX, Gary; MUNGER, Michael. Closeness, expenditures, and turnout in the 1982 US house elections. *The American Political Science Review*, v. 83, n. 1, p. 217-231, 1989.

FERNANDÉZ-NAVIA, Tania; POLO-MURO, Eduardo; TERCERO-LUCAS, David. Too afraid to vote? The effects of Covid-19 on voting behavior. *European Journal of Political Economy*, no prelo, 2021.

FRANKLIN, Mark. Electoral engineering and cross-national turnout differences: what role for compulsory voting? *British Journal of Political Science*, v. 29, n. 1, p. 205-216, 1999.

GEYS, Benny. Explaining voter turnout: a review of aggregate-level research. *Electoral Studies*, v. 25, n. 4, p. 637-663, 2006.

GOERRES, Achim. Why are older people more likely to vote? The impact of ageing on electoral turnout in Europe. *British Journal of Politics & International Relations*, v. 9, n. 1, p. 90-121, 2007.

HANMER, Michael. *Discount voting: voter registration reform and their effects*. New York: Cambridge University Press, 2009.

HIGHTON, Benjamin. Easy registration and voter turnout. *The Journal of Politics*, v. 59, n. 2, p. 565-575, 1997.

HOLBROOK, Thomas; MCCLURG, Scott. The mobilization of core supporters: campaigns, turnout, and electoral composition in United States presidential elections. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 4, p. 689-703, 2005.

HOOGHE, Marc. Citizenship and participation. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard; NORRIS, Pipa (Orgs.). *Comparing democracies 4: elections and voting in a changing world*. London: Sage, 2014.

JACKMAN, Robert. Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. *The American Political Science Review*, v. 81, n. 2, p. 405-424, 1987.

LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard. Voting behavior: choice and context. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard; NORRIS, Pipa (Orgs.). *Comparing democracies 4: elections and voting in a changing world*. London: Sage, 2014.

LEIGHLEY, Jan; NAGLER, Jonathan. Individual and Systemic Influences on Turnout: Who Votes? 1984. *The Journal of Politics*, v. 54, n. 3, p. 718-740, 1992.

LIMA JR., Olavo Brasil. *Democracia e instituições políticas no brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

LUTZ, George; MARSH, Michael. Introduction: consequences of low turnout. *Electoral Studies*, v. 26, n. 3, p. 1-9, 2007.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

NOURI, Abdul; FRANÇOIS, Abel; GERGAUD, Olivier; GAREL, Alexandre. How does Covid-19 affect electoral participation? Evidence from the French municipal elections. *PLoS ONE*, v. 16, n. 2, e0247026, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247026>>.

NWANKWO, Cletus F. Covid-19 pandemic and political participation in Lagos, Nigeria. *SN Social Science*, n. 1, p. 146-169, 2021.

PICCHIO, Matteo; SANTOLINI, Raffaella. The Covid-19 pandemic's effects on voter turnout. *IZA Working Paper* 14241, 2021.

SANTANA, Andrés; RAMA, José; BÉRTOA, Fernando. The coronavirus pandemic and voter turnout: addressing the impact of Covid-19 on electoral participation. *SocArXiv*, 2020.

SILVA, Rafael. *Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

SOLIJONOV, Abdurashid. Voter turnout trends around the world. *International Idea*, 2016.

SOUZA, Cíntia. Efeitos de competição, gastos de campanha e fragmentação eleitoral sobre comparecimento e votos válidos nas eleições municipais brasileiras em 2012. *Revista Opinião Pública*, v. 25, n. 2, p. 312-342, 2019.

VÁZQUEZ-CARRERO, Miguel; ARTÉS, Joaquim; GARCÍA, Carmen; JIMENÉZ, Juan Luís. Empirical evidence of the effects of Covid-19 on voter turnout. *Covid Economics*, v. 50, p. 181-208, 2020.

WATTENBERG, Martin. *Is voting for young people?* Boston, MA: Harvard University Press, 2012.



Rasguem o que escrevi!

Uma análise comparada do intelectual e do presidente Fernando Henrique Cardoso

Recebido: 21.09.21
Aprovado: 27.01.22

Rodrigo Badaró de Carvalho (<https://orcid.org/0000-0003-4624-8397>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasilⁱ.

i. Rodrigo Badaró de Carvalho é doutorando em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa da Fapemig, mestre em direito e bacharel em ciências do Estado pela UFMG. <rodrigobadaro@yahoo.com.br>.

Resumo: O presente artigo investiga a relação entre as construções teóricas de Fernando Henrique Cardoso e os principais projetos levados à frente, décadas depois, pelo presidente FHC. Comprova-se a hipótese de que, ressalvadas as diferenças inerentes às diferentes funções e aos diferentes contextos, há considerável continuidade entre as propostas desenvolvidas pelo teórico e aquela levada a cabo pelo político em termos de projeto de desenvolvimento. Para verificar essas relações, faz-se análise bibliográfica de algumas das principais obras do autor e, em seguida, é feita também uma análise de importantes instrumentos do governo, como Plano de Governo, Projeto de Reforma do Estado e emendas constitucionais diversas. Permeia a análise uma reflexão acerca das relações entre teoria e mudança política, concluindo pela identificação da importância da realização de estudos teóricos para a devida compreensão da realidade político-institucional.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Dependência. Burguesia. Patrimonialismo. Gerencialismo.

Rip what I wrote!

A comparative analysis of the intellectual and President Fernando Henrique Cardoso

Abstract: This article investigates the relationship between the theoretical constructions of Fernando Henrique Cardoso and the main projects carried out decades later by President FHC. The hypothesis is confirmed that, except for the differences inherent to the different functions and different contexts, there is considerable continuity between the proposals developed by the theorist and the one carried out by the politician in terms of the development project. In order to verify these relationships, a bibliographic analysis of some of the author's main works is carried out, followed by an analysis of important government instruments, such as the government plan, the State Reform project and various constitutional amendments. A reflection on the relationship between theory and political change permeates the analysis, concluding by identifying the importance of conducting theoretical studies for a proper understanding of the political-institutional reality.

Keywords: Development. Dependency. Bourgeoisie. Patrimonialism. Gerencialism.

1. O presente artigo busca apresentar de modo sintético reflexões desenvolvidas de modo mais extenso em trabalhos anteriores (Carvalho, 2015; 2020).

Introdução¹

Ao longo das últimas seis décadas, Fernando Henrique Cardoso assumiu singular protagonismo na vida política e acadêmica brasileira, obtendo grande destaque no âmbito intelectual, tendo mesmo recebido a alcunha de príncipe dos sociólogos, e percebido por Milton Lahuerta (2001) como um daqueles intelectuais que dirigiam intelectuais. No âmbito político, como se sabe (Dulci, 2010), teve papel central na fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Sua vitória em duas eleições consecutivas para o cargo de maior importância da República atesta o sucesso de sua trajetória. Ainda hoje, não raras vezes é ele um personagem central, seja para fazer análises de conjuntura em espaços de destaque, seja para costurar alianças políticas.

Ao incontestado destaque alcançado tanto pelo sociólogo como pelo político, não se seguiram análises mais profundas acerca das conexões entre esses dois atores. Há diversas obras importantes que buscam abordar o seu legado político e intelectual, mas poucas efetivamente se propuseram a verificar aspectos de continuidade e ruptura entre os dois momentos. Em diversos casos, reproduziu-se como verdadeira uma suposta frase dita por FHC: “rasguem o que escrevi”. É possível que a realidade disciplinar acadêmica ajude a explicar as dificuldades próprias desse tipo de empreitada. Em geral, as tarefas envolvidas exigem um esforço de pesquisa interdisciplinar, com um forte pé na sociologia, outro na ciência política, além do auxílio recorrentemente necessário da economia e do direito. Tais limites, no entanto, não devem impedir que se promova tais reflexões. Encontrar relações e analisar alguns dos principais feitos do sociólogo e do presidente é o objetivo deste trabalho.

A análise do sociólogo passa por algumas de suas principais obras, notadamente por aquelas que deram sustentação ao pensamento de Cardoso, destacando-se *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*; *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e outras compilações de escritos como *Autoritarismo e democratização* e *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Já a análise do presidente se dará a partir de alguns instrumentos político-jurídicos fundamentais para a compreensão de seu período, em especial o *Mãos à obra, proposta de governo*, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, bem como um conjunto de emendas constitucionais e legislações infraconstitucionais que foram decisivas para compreender o período.

Ao final, busca-se demonstrar que, em linhas gerais, são grandes as convergências entre as bases que sustentam esses dois momentos. Um elo fundamental que se identifica e que serve como costura para os dois momentos do pensamento nacio-

nal, sem prejuízo das diferenças imperiosas dos contextos, reside justamente na crítica ao projeto e legado do nacional desenvolvimentismo representado por Getúlio Vargas. Nesse sentido, parte-se, inicialmente, do discurso proferido por FHC na despedida do Senado Federal, pouco antes de assumir a Presidência da República, compreendendo esse discurso como sintomático e esclarecedor do que se procura evidenciar neste trabalho.

O discurso contra Vargas nos anos 90

Proferido ao final de 1994, o discurso de despedida do Senado Federal de FHC situava-se em um contexto de vitória eleitoral e projetava os aspectos centrais que guiarão seu governo. O discurso é emblemático pois assenta as bases do período que estava por vir. Traz a compreensão de que aquela eleição consolidava o fim de 16 anos de “abertura lenta e gradual”. O fim da transição significaria um enraizamento da democracia na sociedade brasileira, repousando agora já sobre alicerces firmes (Cardoso, 1995: 7). Tais alicerces seriam compreendidos a partir de elementos da política doméstica, mas teria no pano de fundo também a compreensão de que se inaugurava uma nova era no âmbito internacional não mais polarizada.

A compreensão acerca da superação do autoritarismo é fundamental para se compreender outro problema central a ser enfrentado. Para FHC o “caminho para o futuro desejado passa por um acerto de contas com o passado”, qual seja: “resta um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista” (Cardoso, 1995: 10).

Importante notar que a menção ao legado da Era Vargas não remete a uma crítica ao autoritarismo – aspecto pouco explorado pela historiografia nacional, como bem indica Ângela de Castro Gomes (2005). O legado denunciado por FHC consiste na crítica à formação da estrutura burocrática brasileira; à industrialização por substituição de importações; no limite, uma crítica ao nacional desenvolvimentismo de forma geral. Mais que um projeto fruto da convicção de FHC, a superação da Era Vargas é apresentada como uma espécie de consenso que a “inteligência nacional” havia chegado ao final dos anos 1980. Ao inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento, propõe que o Estado assumira papel bastante diverso daquele que desempenhava anteriormente. Tratar-se-ia de um novo ciclo de desenvolvimento, repensando o papel do Estado e o modo de inserção do país na economia internacional (Cardoso, 1995: 11).

Para o novo ciclo que se anunciava, a estabilidade macroeconômica consistia no ponto fulcral da proposta. É certo que a centralidade dessa questão se deve em

grande medida à enorme instabilidade econômica vivida pelo país nos anos anteriores e faz justiça ao prestígio político obtido por FHC ao se tornar o “homem do real”, embora essa não seja uma atribuição isenta de discussões. De toda forma, a manutenção da estabilidade macroeconômica é a condição central apresentada para o crescimento e o resgate da dívida social, dependente fundamentalmente da manutenção da disciplina fiscal.

Para que esse novo modelo de desenvolvimento se torne viável, propõe avançar em um marco institucional “que permita à iniciativa privada exercer na plenitude seu talento criador” e que tem como base “a crescente autonomia do Banco Central como guardião da estabilidade da moeda” (Cardoso, 1995: 13). Parte importante desse projeto reside na abertura econômica para integração ao mercado mundial. Ao analisar o efeito das políticas de abertura comercial iniciadas anos antes, na insistência de derrubar as teses “nacionalistas” que previam quebra generalizada das indústrias nacionais com a abertura, diz que

indústrias de todos os ramos e tamanhos responderam ao desafio da abertura comercial com enorme vigor. Reestruturaram-se; buscaram a atualização tecnológica e gerencial; conseguiram ganhos expressivos de qualidade e produtividade (Cardoso, 1995: 15).

Por fim, esse modelo de desenvolvimento teria como parte fundamental a constituição da infraestrutura socioeconômica, objetivando reduzir custos e ampliar a produção do mercado interno, tendo o Estado e a iniciativa privada uma relação de parceria fundamental. Para isso, “o processo de privatização deve ser acelerado e estendido a outras atividades e empresas dos setores de energia, transportes, telecomunicações e mineração” (Cardoso, 1995: 20).

O processo de privatização das empresas estatais se justificaria ao menos por duas razões fundamentais. A primeira estaria relacionada à percepção de que as empresas públicas não se pautariam com clareza pela “boa gestão empresarial” nem pela “lógica do interesse público”, sofrendo de “ingerências políticas indevidas, por concessões espúrias a interesses privados, pelas ‘conquistas’ corporativas” (Cardoso, 1995: 20). A privatização viria, pois, para garantir maior eficiência administrativa. A outra razão evocada se relaciona à questão fiscal e à necessidade de resolver gargalos em áreas como energia, transportes e telecomunicações, somada à definição de prioridade do investimento estatal em políticas sociais.

Ainda nesse discurso, tenta-se delinear os caminhos pelos quais se pode seguir para chegar à implementação desse projeto. Identifica-se muito claramente a Constituição de 1988 como responsável por alguns dos principais obstáculos. Uma revi-

são constitucional seria, portanto, fundamental para desatar os “nós” que prendem o Estado brasileiro à “herança do velho modelo” (Cardoso, 1995: 25). Vários seriam os “problemas” que o texto constitucional traria para a estruturação do Estado brasileiro, mas dois deles ganharam especial atenção: a estrutura fiscal e a estruturação da ordem econômica. Segundo ele,

[a Constituição de 1988] andou na contramão da história em relação ao capital estrangeiro. Enquanto no mundo inteiro, inclusive no mundo socialista, os governos tratavam de atraí-lo como um importante fator de desenvolvimento, nós impusemos restrições sem precedentes à sua presença na economia brasileira (Cardoso, 1995: 32).

Assim, o caminho para as transformações que o país precisaria passar envolveria uma ampla revisão constitucional. Embora reconhecendo que “uma constituição não se faz nem se muda com rolo compressor, mas com diálogo”, FHC não deixa de apontar que “desconstitucionalizar tudo o que for possível” (Cardoso, 1995: 35) é o caminho necessário para resolver parte significativa dos problemas nacionais, vistos como efeitos indesejados do “detalhismo” da Constituição.

A partir desse momento, e mesmo antes, uma série de respostas foram produzidas a esse diagnóstico. Basta aqui apenas indicar a extensa análise de Wanderley Guilherme dos Santos (2006) que demonstra, por meio de estudo comparado do funcionalismo brasileiro e de experiências internacionais, a ausência de sustentação para o discurso que emergia atribuindo aos gastos excessivos, em especial com pessoal e com previdência, a razão para os problemas nacionais.

Para além dos méritos envolvidos nesse processo, cumpre retomar aqui o percurso das ideias ao longo da trajetória do político e do sociólogo. O discurso acima assume função estratégica na medida em que está em um momento decisivo de passagem. Por um lado, enuncia convicções anteriores que remetem à trajetória acadêmica de Cardoso; por outro, antecipa as bases das transformações que serão efetivamente empreendidas. Partimos do discurso para voltar agora ao sociólogo.

O sociólogo Cardoso

Esta seção será dividida em quatro partes. Inicialmente apresenta-se brevemente o contexto de formação do acadêmico Fernando Henrique Cardoso; em seguida, parte-se para análise de três eixos centrais de sua obra: a análise da burguesia; a proposta de desenvolvimento associado; a leitura do autoritarismo e a separação entre política e economia.

O contexto de formação

Embora aqui se trabalhe com uma perspectiva prolongada do tempo, buscando perceber continuidades e rupturas entre diferentes contextos históricos, é importante estar atento ao contexto linguístico (Skinner, 1969) em que se insere o jovem sociólogo Cardoso. Os debates públicos dos anos 1950 encontravam-se organizados em torno de alguns grandes eixos, dentre os quais se destacava o problema do desenvolvimento e da dependência. De forma esquemática, é possível dizer que havia grande convergência de ideias em torno da noção de que o subdesenvolvimento era fruto da dependência econômica, remanescente do processo de independência política vivenciada pelos países da periferia do sistema capitalista, especialmente os latino-americanos. Ao partir desse diagnóstico, uma grande quantidade de leituras e proposições emergiram com o intuito de superar a dupla condição de subdesenvolvimento-dependência. Outro elemento importante do período é a forte presença do marxismo como eixo estruturador das linguagens científicas. Sem prejuízo de suas especificidades, parece possível identificar um forte produto do entrecruzamento entre essas duas influências: o predomínio de uma percepção etapista para o socialismo.

A percepção etapista compreendia a necessidade de que as nações atrasadas passassem pela revolução burguesa antes de pensar na transição para o socialismo. Essa percepção fazia com que houvesse certa convergência, mesmo entre grupos consideravelmente distintos acerca do imperativo da industrialização e da revolução burguesa no Brasil. Assim, é possível perceber uma certa convergência entre órgãos de destaque no Brasil e na América Latina acerca dos caminhos para romper com a situação de dependência e subdesenvolvimento. Os estudos produzidos pela Comissão Especial para América Latina e Caribe (Cepal) e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) são resultado e expressão desse horizonte compartilhado em termos de diagnóstico e prognóstico para a superação do subdesenvolvimento e da dependência.

Principal expoente da Cepal, Raul Prebisch compreendia a existência de um crescente distanciamento entre as economias dos países periféricos e centrais, levando à deterioração dos termos de troca. Enquanto os países periféricos tinham sua economia baseada na importação de produtos manufaturados e na exportação de produtos primários, de menor complexidade e de demanda inelástica, os países centrais tinham sua economia organizada de forma diversa, tendo nos produtos manufaturados, de maior complexidade e de demanda elástica, a base de suas exportações. Em uma análise sistemática da relação entre os produtos primários e os artigos finais da indústria, Prebisch demonstra que com uma determinada quantia

de produtos primários, no período de 1931-1935, se comprava cerca de 1/3 de produtos a menos que em 1876-1885, com a mesma quantidade de produtos primários. Conclui, pois, que

a relação de preços [...] moveu-se de forma adversa à periferia, ao contrário do que teria acontecido se os preços houvessem declinado de acordo com a redução de custos provocada pelo aumento da produtividade (Prebisch, 2000: 82).

Daí também se formularia a tese que seria central para as formulações cepalinas da época: a tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos (Bielschowsky, 2000: 29).

No Brasil, o Iseb acolhia boa parte dessas teses. E, embora tenha se consolidado uma importante dicotomia entre a Universidade São Paulo (USP) e o Iseb (Toledo, 1997) ao longo dos anos 1950, a *Revista Brasiliense*, sob a liderança de Caio Prado Júnior, publicou inúmeros trabalhos (não apenas os números 28, 41 e 47, como chega a assumir Caio Toledo) em que diversos pensadores, e diversos deles da própria USP, reproduziam aquela ideologia presente no Iseb. Apenas Florestan Fernandes, para tomá-lo por exemplo, estava presente em 12 números diferentes daquela revista.

No Brasil dos anos 1950, Getúlio Vargas é quem estrutura propriamente o Estado brasileiro com o intuito de efetivar essas transformações. A percepção do Estado como indispensável para promover uma ruptura e criar as bases para que a burguesia nacional possa prosperar, levando à frente a Revolução Burguesa no Brasil, consiste em núcleo duro do que se convencionou denominar de nacional desenvolvimentismo. É nesse contexto que Fernando Henrique Cardoso se forma. Cria da Escola Sociológica da Universidade de São Paulo (USP), o ainda jovem sociólogo começa a ter grande inserção nos mais elevados espaços intelectuais do país e mesmo no exterior (Natalino, 2020). O marxismo e o nacional desenvolvimentismo são realidades com as quais convive desde o princípio de sua formação.

O amplo contato com o marxismo se deu sobretudo devido à participação nos Seminários marxistas, espaço formador de importantes gerações de intelectuais us-pianos. Traços fortes da linguagem marxista podem ser identificadas em várias de suas obras, especialmente naquelas que foram produzidas ainda em sua juventude (Cardoso, 1962).

O período em que Cardoso esteve na Cepal, muito próximo de Celso Furtado, ajuda a compreender também o seu domínio dos debates econômicos do período. Cha-

ma atenção os textos publicados por Fernando Henrique Cardoso, ainda na década de 1950, na *Revista Brasiliense*. Dos seis textos publicados naquela revista, se destaca “Desenvolvimento econômico e nacionalismo” (Cardoso, 1957: 88-98) em que o autor defende teses centrais do nacional-desenvolvimentismo, compreendendo que nas condições da economia subdesenvolvida “o Estado precisa orientar a vida econômica e tornar-se ele próprio empresário econômico” (Cardoso, 1957: 94). Diz ainda da necessidade de um novo modelo no qual haveria uma tendência de crescimento da intervenção estatal e que essa intervenção deveria ser vista como fundamental à medida em que dela poderia resultar “um tipo de crescimento econômico que correspond[eria] aos anseios das massas, isto é, do qual result[asse] não apenas o aumento da renda nacional, mas sua distribuição equitativa” (Cardoso, 1957: 98).

O amplo contato com todo esse meio intelectual, bem como a existência desses textos reproduzindo os diagnósticos mais recorrentes do período, certamente ajudam a produzir uma certa confusão em torno das interpretações dadas à obra de Cardoso. Além disso, é possível que a própria experiência civil-militar do período 1964-1985 tenha sido fator dificultador para que sua obra fosse recebida com o devido rigor crítico. É possível que a convergência em torno da crítica ao autoritarismo e a construção de uma pauta democrática tenha diluído importantes percepções quanto a projetos de desenvolvimento nacional. O exílio de alguns importantes pensadores nacionais também contribuiu, certamente, para esse processo (Wasserman, 2017).

Tudo isso produziu uma incompreensão que, para muitos, se resolveu a partir da ideia do “rasguem o que escrevi”. A frase, se dita ou não, importa pouco. Continuidades ou rupturas de ideias, bem como os impactos por ela trazidos, não são objeto de interpretação privilegiada do autor, nem a manifestação de suas reais intenções devem assumir maior importância (Barthes, 2004).

Diante disso, e deixando de lado endereçamentos e controvérsias pontuais, parece possível identificar algumas das obras que estruturaram mais profundamente o pensamento de Cardoso. Sua obra seminal é, sem dúvida alguma, *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, escrita em coautoria com Enzo Faletto. Pretende-se, no entanto, incluir na análise uma obra anterior: *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Além dessas duas, *Autoritarismo e democratização* e também *O modelo político brasileiro e outros ensaios* apresentam elementos valiosos para a compreensão mais ampla da obra de Cardoso. Na ordem em que foram publicadas, trataremos de cada uma nas próximas páginas.

O estudo da burguesia brasileira

Compreendido brevemente o contexto em que Cardoso se inseria, torna-se mais simples compreender os sentidos de seu trabalho e a tarefa que busca realizar em sua tese de livre-docência. Ciente da centralidade do debate intelectual em torno da burguesia nacional e do papel a ela atribuído no processo de industrialização e desenvolvimento nacional, o autor propõe em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (Cardoso, 1972) uma análise empírica dessa classe social. Empreende uma pesquisa com industriais de diversas cidades no Brasil e busca identificar os diferentes perfis encontrados. A partir de uma lógica dual, traçam-se dois grandes perfis: o capitão da indústria e os homens de empresa. Vejamos como se caracteriza cada um desses grupos.

Os homens de empresa são os que compreendem que espírito de concorrência, metodização do trabalho e desenvolvimento tecnológico são questões fundamentais. São empresários capazes de aliar o grau de compreensão de seu papel como industrial à prática de medidas para baratear e melhorar a produção em massa, de forma a enfrentar as novas condições do mercado e da concorrência. Atuam fora da empresa, amparam ideias e iniciativas que beneficiem a indústria, tendo preocupações mais amplas, menos egoístas, voltadas para a “sociedade como um todo” (Cardoso, 1972: 149-150). Minoritário no país, esse grupo só encontraria maior força em São Paulo.

Os capitães da indústria, por sua vez, eram majoritários e consistiam naqueles que advinham de famílias tradicionais que conseguiram ascensão econômica por meio de procedimentos aventureiros, desprovidos de capitais, valendo-se de boas relações para conseguir empréstimos e concessões oficiais (Cardoso, 1972: 143-144). Para esses, a compreensão da dinâmica política pouco interessava e predominavam preocupações com os problemas da própria organização, desconectados de temas da economia nacional, importando-se pouco com atividades que estivessem fora daquela área restrita ao seu trabalho, em especial as atividades políticas (Cardoso, 1972: 173-174).

Os órgãos de classe também refletiriam essa heterogeneidade, terminando por ser visto pela grande maioria dos industriais como organizações que agiam movidos apenas por interesses particulares. Assim, Cardoso trazia para o debate a percepção de que a maior parcela do empresariado não possuía consciência de classe, não se via como parte de uma mesma condição de classe que se encontrava na posição do mercado. Essa situação sequer podia ser alterada pelos órgãos de classe, dada a percepção negativa que predominava quando tais órgãos eram mencionados.

Ao final da obra, questiona-se, dada a ausência de consciência de classe dos burgueses, se haveria a possibilidade de grupos populares levarem adiante um projeto de modernização política e desenvolvimento econômico? Ou, nos termos do autor, “no limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?” (Cardoso, 1972: 198). Embora a primeira edição do livro fosse encerrada com esse questionamento, a resposta poderia ser encontrada na própria obra que já trazia a percepção de que o operariado também não possuía consciência de classe (Cardoso, 1972: 176). Assim, se esse fora o critério para se afastar a possibilidade de uma revolução burguesa nacional, o mesmo deveria se aplicar à possibilidade de uma revolução socialista. Não há surpresa, pois, quando no prefácio à segunda edição, já em 1971, o impasse foi apresentado em outros termos. Compreendia que “o empresariado jogou o peso de sua influência em 1964 para tornar inviável a alternativa – *de resto tênue* – de um possível desenvolvimento socialista” (Cardoso, 1972: 15, grifo nosso).

A partir da constatação de impossibilidade da revolução burguesa e socialista, tanto devido à *débil* estrutura social como também em função da conjuntura política estabelecida, torna-se imperativo para o autor pensar possibilidades de desenvolvimento neste contexto. É assim, pois, que se abre espaço para o desenvolvimento da sua proposta de *desenvolvimento associado*.

Dependência e desenvolvimento

Em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso reflete com Enzo Faletto sobre os processos de desenvolvimento que ocorreram na região e, em especial, no Brasil. Publicado originalmente em 1969, há ali uma conjugação de análises políticas, econômicas e sociológicas. O diagnóstico de fundo, em sintonia com o que se viu na última seção, reside na identificação dos limites do projeto nacional desenvolvimentista que predominara na década anterior.

Na leitura de Cardoso, o golpe militar seria a expressão final do projeto de desenvolvimento autêntico predominante nos anos anteriores. O pacto que garantira a continuidade desse modelo teria se exaurido em 1954. Getúlio Vargas teria pagado o preço político da industrialização, recebendo pressões, por um lado, dos setores agroexportadores em sintonia com a classe média urbana e, por outro, dos grupos financeiros, tanto nacionais quanto internacionais.

Nessas circunstâncias – de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento –, as alternativas que se

apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. O exame de algumas delas, quando feito dentro do marco da estrutura política vigente, põe de manifesto sua falta de viabilidade (Cardoso & Faletto, 2011: 156).

A questão central reside em compreender que o nacional desenvolvimentismo não encontraria no interior da sociedade condições de se manter ao longo de um período mais longo que aquele em que se observaram ganhos relativos aos principais grupos sociais. Tão logo se esgota as possibilidades de ganhos mútuos para os diferentes setores, estabelece-se profunda crise da qual não se consegue sair. A ausência de uma burguesia capaz de articular um projeto de revolução burguesa nacional, bem como a ausência dessa mesma consciência no operariado, terminaria por inviabilizar qualquer tentativa de revolução. O golpe de 1964 emerge, pois, como resultado dessa tensão interna.

A questão que Cardoso e Faletto se colocam é, assim, justamente compreender como pode ser possível que as nações inseridas nessa situação consigam encontrar caminhos para romper com o subdesenvolvimento. É nesse contexto que emerge a proposta do desenvolvimento associado. Cardoso percebe, na esteira do que já havia apontado Caio Prado Jr. (2014), a comunhão de interesses entre as burguesias nacional e internacional. Tal percepção indicaria que o nacionalismo não correspondia a um sentimento existente na burguesia nacional.

Na medida em que o próprio crescimento industrial se tem verificado em moldes que forcem as alianças de grupos industriais brasileiros com grupos internacionais, cada vez mais as diferenças ideológicas entre grupos de indústrias tenderão a desaparecer em nome da condição comum de capitalistas (Cardoso, 1972: 183).

Se a estrutura que sustentou o nacional desenvolvimentismo só se deu por questões conjunturais bastante específicas e, ao mesmo tempo, minou as possibilidades de uma “alternativa radical” para o socialismo, a abertura econômica aparece como o único caminho para o desenvolvimento, a partir do qual Cardoso vai tentar situar a sociedade latino-americana. E um ponto fundamental levantado pelo autor, até mesmo em uma tentativa de reler a questão da dependência, reside exatamente no fato de perceber a existência de movimentação por parte da burguesia estrangeira para buscar novos mercados (Cardoso & Faletto, 2011: 158). Essa demanda externa sugeriria uma compreensão da dependência de forma diversa daquela que vinha sendo entendida até o momento, posto que, para o autor,

a integração ao mercado mundial de economias industrial-periféricas assume significados distintos daqueles assumidos pela integração ao mercado internacional por parte das economias agroexportadoras (Cardoso & Faletto, 2011: 161).

Neste novo cenário de dependência, ou “nova situação de desenvolvimento”, o fluxo de capitais e o controle das decisões têm de passar por sedes de multinacionais que se encontram fora do país. Diante disso, há de se assumir o fato de que os lucros produzidos por essas empresas nem sempre retornarão para o país que os geraram, podendo ser transformados em capital a ser investido em outros países. Apesar disso, a aposta é no efeito inverso, acreditando que esse processo de abertura significaria ao menos quatro avanços fundamentais, alcançados de forma interligada:

- i.* elevado grau de diversificação da economia;
- ii.* evasão de excedentes relativamente reduzida;
- iii.* mão de obra especializada e desenvolvimento do setor terciário com a conseqüente distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial; e, por fim
- iv.* essas mudanças constituiriam um mercado interno capaz de absorver a produção (Cardoso & Faletto, 2011: 163-164).

Chega-se com isso à nova forma de desenvolvimento e a um novo padrão de dependência. Apesar dos avanços possíveis, seria importante ter em mente que esse processo manteria uma heteronomia e parcialidade no seu desenvolvimento (Cardoso & Faletto, 2011: 164). E, nesse aspecto, percebe-se o ponto central de diferenciação dessa proposta com relação às leituras sobre a dependência desenvolvidas anteriormente, sobretudo no Iseb e na Cepal. Se antes o “desenvolvimento” era um meio para se ter autonomia frente aos interesses externos, a proposta do desenvolvimento associado inverte essa lógica, restringindo em grande medida o desenvolvimento à questão econômica e fazendo desse desenvolvimento um valor próprio, desejável apesar da dependência².

As páginas finais desta obra esboçam algumas reflexões acerca do papel do Estado e das suas dificuldades nesse momento de internacionalização dos mercados (Cardoso, 2011: 170-176). Uma análise mais acurada desse aspecto é percebida em outros trabalhos de Cardoso.

2. A retirada da questão da dependência do centro do debate sobre o desenvolvimento termina por dar novos sentidos à discussão. Se até esse momento o desenvolvimento tinha por objetivo garantir a autonomia dessas nações subdesenvolvidas, dizer da possibilidade do desenvolvimento com dependência significa dar novo sentido à própria noção de desenvolvimento. Essa inversão, a um só tempo, reduz o desenvolvimento a uma dimensão econômica, no qual o desenvolvimento dos fatores produtivos se torna suficiente; e a diminuição do problema da dependência, largamente trabalhada não só por aqueles autores do Iseb mas também por outros teóricos que constituíram a chamada teoria marxista da dependência (Marini, 1978a; 1978b; 1991; Santos, 1968; 1970; 1978; Frank, 1969; 1976; 1978).

Autoritarismo, política e economia

O autoritarismo do regime civil-militar caracteriza boa parte do contexto político vivenciado por Cardoso no período de elaboração de suas principais obras, tendo o autor se caracterizado por sua postura crítica frente ao regime. Importante, porém, compreender em quais termos se dava a crítica. Um dos pilares que sustentam sua análise reside na distinção entre as esferas econômica e política. Há um evidente contraste entre as leituras da estrutura administrativa, das liberdades civis e políticas feitas por Cardoso em relação àquelas feitas no que diz respeito à proposta de modernização econômica desenvolvida pelos militares. Se no primeiro caso o autor emerge como importante crítico, no segundo há uma visão bastante diferente. Essa separação é ponto central da interpretação e desperta importantes críticas.

Para Cardoso, o governo militar teria introduzido, desde Castelo Branco, um projeto economicamente liberal. Isso se daria dentro das condições que essa tradição operaria nos países subdesenvolvidos, são elas: “executivo forte, representação partidária expurgada, economia de mercado com forte regulamentação estatal, fortalecimento da empresa privada, abertura da economia nacional ao capitalismo internacional” (Cardoso, 1993: 66). A percepção mais crítica de Cardoso reside sobretudo nos aspectos que envolvem a dinâmica política. Em paralelo a isso emerge o elogio ao modelo econômico. Sobre o regime militar, defende que embora tenha assumido uma feição reacionária no aspecto político, teve consequências revolucionárias na economia

É neste sentido limitado de uma “revolução econômica burguesa” que se pode pensar nas consequências revolucionárias do movimento politicamente reacionário de 1964. Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Neste sentido modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional (Cardoso, 1993: 23).

Parece possível identificar uma certa proximidade entre a modernização econômica que o governo militar operou e aquela que Cardoso e Faletto apontavam como uma espécie de único caminho possível. Haveria, porém, limitações estruturais que se manifestavam na implementação desse modelo. O novo modelo se conectaria a uma estrutura atrasada, pré-moderna, que “nunca foi democrática e que se formou no solo Ibérico e dele foi transplantada para a América sem jamais ter sido realmente europeia” (Cardoso, 1975: 12-13). Compreende que a “revolução burguesa

dos países dependentes” seria um processo de “deslocamento no bloco de poder dos interesses dos antigos grupos nacionais-burgueses-populistas, que foram substituídos pela burguesia-internacionalizada e pelo tecnocratismo civil-militar”. A outra revolução burguesa, no entanto, a que traria aspectos democráticos-liberais, e que, além de incidir sobre a ordem social, realizaria ainda uma transformação no regime político, e não decorre naturalmente da primeira na periferia. Conclui que “a expectativa de que a industrialização e a urbanização abririam passo à etapa democrático-burguesa está baseada numa analogia anacrônica e indevida” (Cardoso, 1975: 131-132).

Esse último aspecto abre espaço para que se chegue a outro pilar importante das obras de Cardoso, qual seja, sua visão acerca do Estado. A crítica a um Estado que operaria sob bases patrimoniais é parte importante de sua construção, em uma interpretação que se beneficia das construções de Raymundo Faoro (1975). Há uma interpretação de longa duração da formação brasileira que poderia ser compreendida a partir da noção de “patrimonialismo-católico” (Cardoso, 1975: 156). Trata-se de uma história em que estaria ausente qualquer noção de “partidos, representação, contrato e liberalismo”, estando tais elementos presentes na história brasileira apenas como “aspirações da oposição” (Cardoso, 1975: 157).

Tal estrutura ganharia complexidade e passaria a operar sob uma forma própria, denominada “anéis burocráticos”. Especialmente durante o regime militar, teria ocorrido uma reorganização e redistribuição de poder de forma bastante particular através do entrosamento dos “anéis burocráticos” que fundiriam interesses privados e públicos (Cardoso, 1975: 184). O adjetivo “burocrático” é usado com o intuito de “mostra[r] os limites que o setor privado encontra para articular-se politicamente para influir nas decisões do Estado” (Cardoso, 1975: 206).

Com a articulação por meio desses “anéis” o governo militar conseguiria, em alguma medida, abrir espaço para que determinados interesses privados fossem incluídos no aparelho do Estado e, por outro lado, assegurava “a cooptação (e não representação) limitada da sociedade civil e a sua extrema debilidade como força política autônoma” (Cardoso, 1975: 208-209). Nesse sistema conviveriam interesses diversos. No âmbito estatal, haveria o predomínio de uma burguesia de Estado, que consistiria em um grupo tecnocrático que não seria burocrático e que operaria com objetivos autônomos e tendo na ideologia do expansionismo estatal sua razão de ser (Cardoso, 1975: 17).

Diante da análise dessa burguesia de Estado, diz que “no caso brasileiro as próprias organizações do Estado (inclusive as empresas públicas) são utilizadas pelos grupos

como aparato político” (Cardoso, 1975: 181). A empresa pública se desenvolveria em função dos interesses próprios que existem em sua “casta dirigente” e a existência dos “anéis burocráticos” permitiria que as grandes empresas privadas conseguissem, por meio de um jogo peculiar de interesses, fazer valer seus interesses na vida política brasileira. Esse cenário explicaria a política econômica pós-64 que fortaleceu a grande unidade de produção, tanto pública como privada (Cardoso, 1975: 180).

Se *lobby* e “anéis burocráticos” parecem guardar certa proximidade, Cardoso trata de diferenciá-los. Para ele, *lobbies* pressupõem Estado e sociedade civil estruturados e racionalizados, com círculos de informação e pressão que buscam permitir a articulação entre setores do Estado e das classes sociais. Já na formação de um “anel” tem-se interesses não permanentes que formam um círculo de interessados em busca da solução de um problema específico (Cardoso, 1975: 208).

A partir da definição dos “anéis burocráticos” e do funcionamento político-administrativo do governo militar, torna-se possível compreender aquele que é o ponto alto da argumentação de Cardoso: os regimes militares encontrariam sua razão de ser menos nos interesses das multinacionais e mais “nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo” (Cardoso, 1975: 40). A interpretação do funcionamento do regime, bem como a análise de seus acertos e erros, não pode estar dissociada da crítica que se faz a ele, bem como da alternativa que a ele se apresenta. À medida, portanto, em que o período militar é compreendido por meio de uma organização patrimonial do Estado e a abertura econômica empreendida especialmente nos primeiros anos do governo militar é considerada como a “revolução burguesa”, desenha-se a alternativa a esse modelo: uma proposta de democratização que se confunde com um processo de liberalização.

São várias as críticas produzidas às teorias de Cardoso. Dentre as mais relevantes está aquela empreendida por Ruy Mauro Marini (1978a). Sua questão central consiste em compreender a indissociabilidade entre o sistema econômico e político, demonstrando como é a repressão e o autoritarismo que permitem a superexploração da mão de obra e o aumento da acumulação. Crítica semelhante é reproduzida por Idelber Avelar (2003: 69) anos mais tarde, compreendendo que o autoritarismo não constitui elemento “adicional”, mas que teria justamente a função de garantir que o novo modelo de desenvolvimento capitalista fosse implementado de forma ordeira. A crítica de Avelar nos auxilia a passar à análise da realidade política brasileira ao final do século.

Repetidamente [Cardoso] explica as ditaduras brasileira e hispano-americanas como produtos de núcleos burocráticos estatais, não redutíveis ao interesse de classe capitalista e misteriosamente contraditórios com ele. Posto que uma burocracia, ao contrário de uma classe dominante, pode ser eliminada sem que se toque no modelo econômico, a teoria de Cardoso [...] preparou o caminho para uma “transição à democracia” hegemônica por forças neo-liberais e conservadoras (Avelar, 2003: 24).

O presidente FHC

Nesta seção, analisa-se ações e instrumentos utilizados por FHC para implementar seu projeto de desenvolvimento. Divide-se esta seção em três partes em que se analisa a proposta de governo; o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado e algumas das mais importantes emendas constitucionais. Esse conjunto de análises compreende elementos suficientes para uma compreensão mais ampla do espírito predominante na chamada Era FHC (1995-2002).

Mãos à Obra: proposta de governo

Lançado em julho de 1994, a proposta de governo Mãos à Obra trazia aquelas que seriam as bases do governo que viria a se constituir. Três desses capítulos parecem centrais: o Novo projeto de desenvolvimento (Capítulo I), a Reforma do Estado (Capítulo IV) e a Parceria entre Estado e sociedade (Capítulo V).

No Capítulo I se desenvolvia as bases do Novo projeto de desenvolvimento em que se destacava a necessidade de superar o padrão inaugurado nos anos 1930, de um capitalismo nacional que tinha no Estado o agente fundamental. O novo projeto buscava encerrar o que ainda restava do projeto nacional desenvolvimentista, colocando em prática a proposta de “pôr fim à Era Vargas”.

O nacional-desenvolvimentismo teve amplo sentido no seu tempo. Mas deixou de ter quando a conjugação favorável de fatores se inverteu, ou se perverteu, a partir de meados da década de 70 e, mais acentuadamente, de seu final. É que o mundo começava a mudar mais rapidamente que o Brasil (Cardoso, 2008: 2).

O combate à miséria aparece incluído neste projeto, a compreensão é de que é necessário realizar uma abertura de mercado para conseguir modernizar e dar maior dinamismo à economia, gerando empregos, o que é visto como a “forma mais efetiva e duradoura de distribuição de renda” (Cardoso, 2008: 3). A criação desse novo

projeto de desenvolvimento, porém, se conecta muito diretamente à visão acerca do Estado e de seu papel na dinâmica econômica.

A Reforma do Estado (Capítulo IV) vem do diagnóstico de que a crise brasileira é uma crise do Estado, de modo que a solução passa por “uma corajosa reforma administrativa e a redefinição do papel constitucional do Estado na sociedade” (Cardoso, 2008: 82). A reforma é proposta a partir de quatro pontos: reforma administrativa; reforma fiscal; previdência social e privatização.

A reforma administrativa parte do diagnóstico da falta de profissionalização, má distribuição, desorganização interna do pessoal e gastos excessivos. A solução passaria por estabelecer planos de carreira baseados na promoção por mérito e produtividade e adotar uma política de formação profissional e reciclagem de pessoal, por meio da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) (Cardoso, 2008: 82). Já a reforma fiscal deveria simplificar o sistema tributário e fazer com que a tributação ajudasse a reduzir as disparidades econômicas, alterando a lógica de um sistema regressivo e concentrador, forte tributador do consumo (Cardoso, 2008: 84-87). A previdência social, por sua vez, estaria mergulhada em uma crise advinda de fatores conjunturais (fraudes, sonegações, burocratização etc.) e fatores estruturais (aumento da longevidade, queda da fecundidade, ampliação da economia informal). Esses fatores teriam levado à relação de quase dois contribuintes para cada beneficiário, um aumento das despesas com os benefícios de R\$ 7,8 bilhões (entre 1984 e 1988) para a estimativa de R\$ 24 bilhões em 1994. Por fim, a privatização é vista como forma de posicionar o setor privado no centro do novo modelo de desenvolvimento.

Ao conjugar o diagnóstico de crise do Estado com a identificação do surgimento de múltiplas iniciativas de organização da sociedade civil, chega-se ao Capítulo V – Estado e sociedade civil. O intuito aqui consiste em “desprivatizar o Estado”, retirando a administração governamental dos interesses particulares que a aprisionariam. Parte dessa tarefa é proposta a partir de diferentes formas de parceria entre Estado e sociedade

[...] de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a corresponsabilidade por ações de interesse público; por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente, racional e eficiente e *desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma* (Cardoso, 2008: 91-92, grifo nosso).

A partir dessa proposta de parceria, é desenvolvida uma longa lista de áreas em que poderiam se dar essa “autogestão” da comunidade organizada, apontando para a

importância do protagonismo da sociedade e de suas diversas organizações. Indica-se dez temas como subitens que se desenvolveriam a partir dessa parceria: Cultura; Meio ambiente; Pobreza e fome; Criança e adolescente; Mulher; Negros; Índios; Portadores de deficiência; Terceira idade; Esporte (Cardoso, 2008: 91-111). Essas áreas seriam prioritárias para a parceria entre Estado e sociedade, de modo que a transferência de recursos do Estado para as ONGs inibiria o desvio de recursos, revitalizaria a vida política e a cidadania. Esse tema mereceu atenção especial na formulação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) e será abordado na sequência.

O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)

Vitorioso na eleição de 1994, o plano de governo se concretizou de diversas formas ao longo dos anos seguintes. A elaboração do PDRAE e a estruturação de todo um projeto de reforma do Estado é certamente um dos projetos centrais desenvolvidos. Coube a Luiz Carlos Bresser-Pereira, no comando do Ministério da Reforma do Aparelho do Estado (Mare), essa tarefa.

A introdução do PDRAE é escrita por FHC e traz o diagnóstico de que “a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia” (Brasil, 1996a: 6). O pano de fundo é o diagnóstico de que nos anos 1980 a crise do Estado colocava em xeque o modelo econômico em vigência (Brasil, 1996a: 9-10). Assim, as possibilidades de avanços econômicos e sociais se vinculavam à abertura econômica e à reforma do Estado. Ganhava força também a proposta de uma administração pública gerencial, na qual o cidadão seria transformado em “cliente-privilegiado” dos serviços do Estado, sendo a flexibilização da estabilidade e a permissão de regimes jurídicos diferenciados (Brasil, 1996a: 7) vistos como caminhos para a modernização da administração pública.

O diagnóstico é alargado para uma análise de três dimensões fundamentais da crise do Estado: a crise fiscal; o esgotamento da estratégia estatizante (que assumiria três formas fundamentais: o Estado de bem-estar social; a substituição de importações e o estatismo dos países comunistas); e a superação da forma de administrar o Estado (a administração pública burocrática) (Brasil, 1996a: 10-11). Diante desse diagnóstico, a proposta passa por cinco pontos fundamentais que precisariam ser corrigidos e que direcionariam a agenda de reforma do Mare:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) as reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política

industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (Brasil, 1996a: 11).

Luiz Carlos Bresser-Pereira empreende no PDRAE uma análise do histórico da administração pública no Brasil, compreendendo um grande predomínio do modelo patrimonial, mesmo após a primeira proposta de adoção do modelo burocrático com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) na Era Vargas. O Decreto-Lei 200, de 1967, teria sido responsável por uma primeira tentativa de “superação da rigidez burocrática, podendo ser considerado como um primeiro momento da administração gerencial no Brasil” (Brasil, 1996a: 19). A constituição de 1988, porém, teria retrocedido, conformando um “novo populismo patrimonialista”, levando ao encarecimento da máquina pública e ao aumento da ineficiência dos serviços públicos (Brasil, 1996a: 21).

O PDRAE propõe uma divisão do aparelho do Estado em quatro setores. No núcleo estratégico (responsável por formular as políticas públicas e pensar o Estado estrategicamente), a correção e a efetividade das políticas públicas aparecem como elementos centrais, sendo “mais adequado que haja um misto de administração pública burocrática e gerencial”. Nos outros setores (atividades exclusivas do Estado; serviços não exclusivos e na produção de bens e serviços),

[...] o importante é a qualidade e o custo dos serviços prestados aos cidadãos. O princípio correspondente é o da eficiência, ou seja, a busca de uma relação ótima entre qualidade e custo dos serviços colocados à disposição do público. Logo, a administração deve ser necessariamente gerencial. O mesmo se diga, obviamente, do setor das empresas, que, enquanto estiverem com o Estado, deverão obedecer aos princípios gerenciais de administração (Brasil, 1996a: 43).

A influência da dinâmica da iniciativa privada para pensar a reforma do aparelho do Estado aparece não só na base de muitos dos diagnósticos, mas também nos caminhos apontados como solução. Problemas de grande complexidade, como a prestação de serviços sociais, a participação do Estado em setores estratégicos da economia são transferidos à iniciativa privada. Quando tal transferência não se dá diretamente, por meio das privatizações, ela ocorre por mecanismos outros que diferem pouco dessa lógica, uma vez que também as ONGs operam em grande medida

sob a lógica da administração privada. Essa é a essência da proposta gerencial: privatizar e incorporar, o tanto quanto possível, instrumentos da administração privada.

Estava em curso, portanto, uma vigorosa proposta de transformação do Estado brasileiro. Os diagnósticos feitos e as propostas apresentadas envolviam não raras vezes aspectos da Constituição de 1988. A implementação da proposta do PDRAE não consistiria em tarefa simples, exigiria do governo que realizasse uma série de mudanças na ordem jurídica, em especial no texto constitucional. Chama atenção a necessidade de aprovação de emendas constitucionais (duas) da administração pública e também (uma) da previdência, que, por sua vez, demandariam “imediatamente a definição de uma série de leis complementares e ordinárias” (Brasil, 1996a: 53).

Emendas constitucionais

O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) não consistiu em dispositivo isolado no conjunto do esforço de reforma empreendido por FHC e seus ministros. Ao inserir formalmente o país na proposta da administração pública gerencial, a publicação do PDRAE motivou debates no meio acadêmico brasileiro, estimulando diversos tipos de eventos organizados para debater o tema. Dentre os trabalhos que se lançam, alguns têm a pretensão de apontar o Brasil como modelo de reforma do Estado a ser seguido pelo restante da América Latina. Merecem destaque as produções que têm como autor o próprio Bresser-Pereira (1998a; 1998b; 1999; 2000), além dos 17 números dos *Cadernos Mare*, publicados nos anos de 1997 e 1998. Toda essa bibliografia tem no PDRAE seu ponto de partida e, muitas vezes, os trabalhos são publicados com o intuito de esclarecer aspectos do próprio plano que teriam sido mal compreendidos ou pouco desenvolvidos quando de sua publicação.

Perceber como esse plano direcionou os debates, limitando até mesmo as alternativas para além da proposta gerencial, consiste em esforço de grande valor. Já há, no entanto, alguns trabalhos apontando para o consenso que se desenvolveu em torno do diagnóstico da crise do Estado e dos caminhos possíveis, com destaque para Fernando Haddad (1998) e José Luiz Fiori (1995). O foco principal desta seção, portanto, não consiste em analisar a repercussão do plano na produção acadêmica brasileira, mas verificar as principais alterações no ordenamento jurídico empreendidas a partir dele.

Imediatamente ao início do ano legislativo foram enviados ao Congresso Nacional cinco propostas de emendas constitucionais. Quatro delas viriam a ser aprovadas em 15 de agosto de 1995. São elas as emendas 05, 06, 07 e 08/1995. Essas emen-

das estabeleçam o fim do monopólio estatal sobre o petróleo, no setor elétrico e de telecomunicações; o fim da proibição da entrada de empresas estrangeiras para exploração de minérios e no transporte marítimo brasileiro; tratamento igual ao capital nacional e estrangeiro. Trata-se, portanto, de iniciativas que buscam abrir para o capital internacional setores sensíveis de áreas estratégicas e/ou de infraestrutura. Uma análise mais detida dessas emendas pode ser encontrada em Georgine Visentini (2006).

Diversas foram as emendas propostas durante o período, totalizando ao final dos dois mandatos 35 emendas constitucionais. O modelo de reforma por meio do uso excessivo de emendas constitucionais está denunciado por Cláudio Couto (2000). Há, porém, emendas propostas com o intuito de realizar a reforma administrativa e previdenciária que interessam especialmente, posto que são as emendas que dizem respeito aos temas tratados diretamente pelo PDRAE.

A Emenda 19/1998 realiza as principais mudanças jurídicas na proposta de Reforma da Administração. Anunciada pelo PDRAE, essa emenda consolida propostas de reformas que já estavam presentes em discursos e textos anteriores, com destaque para a questão da estabilidade dos servidores públicos e a implementação de princípios da gestão gerencial da administração pública.

A partir de sua aprovação, a estabilidade do servidor público passa a ser flexibilizada. Com a alteração nos artigos 41 e 169 da Constituição, aumentava-se o período para a obtenção da “estabilidade”, de dois para três anos, alargava-se o rol de possibilidades para a perda de cargo do servidor estável, dando-se não apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo, mas também em razão de avaliação periódica de desempenho (art. 41, §1º, inciso III). O art. 169, por fim, passava a apresentar redação que inaugurava novas condições para que o servidor “estável” pudesse ser destituído de seu cargo, vejamos a redação trazida pela EC 19/98:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

[...]

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal (Brasil, 1988).

Há algumas limitações ao processo de exoneração de servidores estáveis, garantindo que ela só será possível após serem reduzidos em pelo menos 20% as despesas com cargos em comissão e funções de confiança, bem como após terem sido exonerados servidores não estáveis. Garante-se ainda indenização ao servidor (na proporção de um salário para cada ano de serviço). Isso, entretanto, não diminui o peso das profundas mudanças na organização do funcionalismo público. A Emenda Constitucional (EC 19/98), a partir da alteração do art. 241 da Constituição, permitia ainda a transferência de encargos entre os entes federados; na alteração do artigo 37 incluía-se a eficiência como um dos princípios a reger a administração pública, regulava a proposta dos contratos de gestão, abolia a instituição do regime jurídico único, transformava os vencimentos em subsídios, bem como definia o teto salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dentre outras definições.

Sem ser possível nessas linhas empreender o devido aprofundamento nos impactos de cada uma dessas mudanças, basta identificar que essas alterações inseriam definitivamente a administração pública brasileira no marco do gerencialismo. Tais mudanças se conectam de forma mais ou menos direta a um conjunto de elementos, dentre os quais se identifica tanto uma percepção de um Estado ineficiente, não raras vezes remetendo a uma herança patrimonial, quanto à dimensão de que esse mesmo Estado deve ter seu campo de atuação limitado, seja mesmo como fruto de uma visão mais liberal de mundo, seja em função de um certo diagnóstico acerca da lógica global que se impunha naquele período.

Quase simultaneamente à aprovação da EC 19/98, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 33), que viria a ser aprovada como EC 20/98, tramitava na Câmara dos Deputados tratando da reforma previdenciária. A aprovação dessa emenda cumpria outro ponto fundamental da agenda, reduzindo o custo da previdência. Com ela, o salário família passou a ser pago apenas aos dependentes do trabalhador de baixa renda e ao trabalho do menor (maior de 16 anos); os novos critérios para concessão das aposentadorias combinam os critérios do tempo de contribuição com o de idade, com a exigência do cumprimento de prazo de carência de, no mínimo, dez anos no serviço público e cinco no cargo em que se der a aposentadoria; foram vedadas as aposentadorias especiais, exceto para as atividades exercidas exclusivamente sob condições prejudiciais à saúde e à integridade física; foi vedada a acumulação de aposentadorias e de proventos com vencimentos; aposentadorias e pensões passaram a ter como limite o teto constitucional (Visentini, 2006: 166-168).

As duas emendas constitucionais cumpriram um papel fundamental de empreender reformas que já eram anunciadas há alguns anos como necessárias para o ajuste fiscal, a estabilidade monetária e o desenvolvimento brasileiro. Se as ideias já

estavam fixadas há anos, elas eram reforçadas com grande frequência, constando como tema nas Mensagens ao Congresso Nacional enviadas às seções de abertura do Congresso entre os anos de 1995 e 1998 (Brasil, 1995; 1996b; 1997; 1998). Mesmo após a aprovação das emendas, o tema não deixava de estar em pauta, aparecendo na mensagem já de 1999 a pauta pelos “projetos de regulamentação” (Brasil, 1999) das reformas.

A continuidade das reformas nesses termos fora viabilizada, no entanto, apenas em função da EC 16/97, conhecida como “Emenda da reeleição”, aprovada pelo Congresso Nacional e alvo de intensas críticas, tanto em relação a constitucionalidade de sua validade imediata quanto pela forma como foi aprovada, sob denúncias de corrupção de parlamentares. Não obstante, o fato é que FHC conseguiu a possibilidade de se recandidatar e conquistou a reeleição no primeiro turno em 1998.

A reeleição cumpriu papel fundamental para o projeto de FHC. Se em 1997, quando da aprovação da EC 16/97, as reformas fundamentais ainda estavam por serem realizadas e o PDRAE ainda não tinha alcançado a efetividade que se propunha, a possibilidade da reeleição abria espaço para que as alterações constitucionais pudessem ser feitas e permitia que o governo tivesse mais quatro anos para se aprofundar nessas reformas, notadamente por meio de legislação infraconstitucional. A partir de então foi possível a FHC empreender em seus oito anos de governo (1995-2002) uma profunda alteração na estrutura do Estado brasileiro. A aprovação das duas emendas constitucionais aqui analisadas foi sucedida por extensa legislação em que se destaca a Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a aprovação do Projeto de Lei 1.527/99, que criou o “fator previdenciário”. Essas leis se somam a outras (Lei 9.962/2000, 9.649/98, 9.637/98) no aprofundamento das reformas que, retiradas da esfera constitucional, passaram a ser aprovadas com maior facilidade pelo Congresso Nacional. Com isso, ratificava-se o discurso feito por FHC logo quando eleito: “eu estou convencido que esta reforma vai ficar na história do Brasil. Getúlio Vargas fez a reforma burocrática. Fernando Henrique Cardoso terá feito a reforma gerencial” (Bresser, 1998c: 24).

Considerações finais

A proposta levada a cabo neste artigo, de conectar momentos tão diversos da história brasileira, não consiste em tarefa simples. Igualmente são consideráveis as diferenças da própria atividade de um acadêmico e aquela que cabe a um líder político (Weber, 2004). Não se trata, portanto, de negar as diferenças que fazem parte das dinâmicas próprias do universo político e do acadêmico. Importante também ter em mente que a compreensão dos anos FHC não decorre direta e exclusiva-

mente das construções teóricas do Cardoso intelectual. Como atesta Marcelo Moreira (2012), o mundo político não pode ser pensado como concretização de ideias pensadas anteriormente. Assim como provocativamente Raymundo Faoro (1994: 14) dizia não ser possível dizer que o *Contrato Social* rousseuiano determinou a Revolução Francesa, também não é possível compreender a gestão FHC como uma mera reprodução de ideias anteriormente articuladas. O caminho oposto, no entanto, é ainda mais problemático. Compreender a política como fruto de interesses individuais isolados e pragmaticamente geridos, sem conexões com construções político-ideológicas, é um equívoco ainda maior.

Se é verdade que existem diferenças sensíveis entre essas esferas, também é verdade que o estudo da teoria política e da história das ideias possui relevância para compreender aspectos diversos dos fenômenos políticos e das mudanças institucionais do tempo presente. O que se buscou demonstrar através das análises empreendidas acima é precisamente que as ideias do próprio Fernando Henrique Cardoso, mesmo aquelas desenvolvidas nos anos 1960-1970, são importantes para compreender aspectos centrais não só de seu plano de governo como também de algumas das mais importantes reformas efetivamente empreendidas.

Não é pequeno o risco de se atribuir ao próprio autor a tarefa de interpretar suas influências, seu legado e sua coerência interna. Cardoso empreende esforços deliberados nesse sentido (Cardoso, 2013; 2015; 2016; 2017; 2019; Cardoso & Oliveira, 2010). No entanto, sua alegação de que “se houve *aggiornamento* foi mais na forma do que no conteúdo, quando não na discussão de questões que a própria história foi colocando em novas bases” (Cardoso & Oliveira, 2010: 11) parece um diagnóstico coerente com sua obra e seu legado. Importante, no entanto, contestar a identificação imediata entre a percepção de uma certa coerência interna da obra com o suposto acerto no diagnóstico e nas proposições. Ao contrário, a identificação da coerência interna pode ser útil justamente para perceber as limitações que já estavam inscritas na própria obra.

As críticas ao Cardoso teórico são muitas e certamente encontraram, à época, em Ruy Mauro Marini (1978a, 1978b, 1991) seu principal articulador. Posteriormente outros autores desenvolveram obras críticas que merecem ser revisitadas para uma leitura do sociólogo (Lima, 2017; Moreira, 2013; Natalino, 2020; Traspadini, 2014). Para a crítica ao presidente é ainda maior o rol de obras que buscaram denunciar os problemas de todo o processo levado a cabo por FHC (Fiori, 1995; Pinto, 2001; Grau, 2007). No campo específico da gestão pública, por fim, há importantes debates acerca dos diferentes modelos existentes, sendo importante contribuição dada por Ana Paula Paes de Paula (2005).

Há, portanto, um vasto conjunto de obras que tangenciam os temas aqui abordados. O leitor interessado não terá dificuldades em encontrar indicações que aprofundem as leituras acerca dos diferentes temas tratados. A escassez de esforços, porém, com o intuito de costurar e identificar conexões entre períodos distantes historicamente foi o que motivou o esforço deste trabalho. Espera-se ter contribuído para posteriores esforços analíticos nesta direção.

Referências

AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. 2 v. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Presidente (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura, 1999.

_____. Presidência da República. Presidente (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 4ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura, 1998

_____. Presidência da República. Presidente (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 3ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura, 1997.

_____. Presidência da República. Presidente (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). Subsecretaria de Imprensa e Divulgação. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 1996a.

_____. Presidência da República. Presidente (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 2ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura, 1996b.

_____. Presidência da República. Presidente (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura, 1995.

_____. *Constituição, 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública*, v. 34, n. 4, p. 7-26, 2000.

_____. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo; Brasília: Editora Unesp; Editora Enap, 1999.

_____. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília; São Paulo: Editora Enap; Editora 34, 1998a.

_____. Um novo Estado para a América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, n. 50, p.91-98, Mar. 1998b.

_____. Uma Reforma para ficar na História (Entrevista). Reforma Gerencial. *Revista do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*, Brasília, Mare, 1998c. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/bp-papers/entrevst.lcbp.rg98.pdf>>. Acesso em: 25 Ago. 2014.

_____. *A crise do Estado. Ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria. *O público não estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da Presidência*, v. 4: 2001-2002. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *Diários da Presidência*, v. 3: 1999-2000. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Diários da Presidência*, v. 2: 1997-1998. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *Diários da Presidência*, v. 1: 1995-1996. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008 [1994].

_____. Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

_____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

_____. Desenvolvimento econômico e nacionalismo. *Revista Brasiliense*, n. 12, p. 88-98, 1957.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique; OLIVEIRA, Miguel Darcy de (Orgs.) *Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais – Fernando Henrique Cardoso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. *FHC – do sociólogo ao presidente: a implementação de um projeto neoliberal no Brasil*. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2021.

_____. *O sociólogo Fernando Henrique nunca esquecido pelo presidente FHC: do discurso contra Vargas à reforma neoliberal do Estado no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COUTO, Cláudio Gonçalves. *Os mecanismos da governabilidade: sistema de governo e democracia no Brasil*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2000.

DULCI, Marcelo Soares. *PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Os donos do poder: formação de patronato político brasileiro*. v. 2. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1975.

FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en America Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. Buenos Aires: Era, 1976.

_____. *Clases y revolución en América Latina*. Montevideo: Aportes, 1969.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista da USP*, n. 65, p. 105-119, Mar.-Maio 2005.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros. 2007.

HADDAD, Fernando (Org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo; Petrópolis, RJ: Editora Fundação Perseu Abramo; Vozes, 1998.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14-15, 2001.

LIMA, Pedro Luiz. Entre massas afônicas e o interesse soberano: Fernando Henrique Cardoso e a gênese marxista da teoria do populismo no Brasil. *Teoria & Pesquisa: Revista de ciência política*, v. 26, n. 1, p. 118-148, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependência*. México: Era, 1991.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. 9. ed. México: Siglo Veintiuno. 1978a.

_____. Las razones del nedesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). Archivo de Ruy Mauro Marini. *Revista Mexicana de sociologia*, v. 40, n. especial, 1978b.

MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. *Raízes intelectuais da democracia brasileira: linguagens políticas e a formação da república*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____. O debate teórico-metodológico na ciência política e o pensamento social e político brasileiro. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 1, 2012.

NATALINO, Enrique. *A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PINTO, Élide Graziane. Por uma administração pública (gerencial ou não) mais *accountable* no Brasil: entre outras coisas, uma questão de respeito às salvaguardas constitucionais. XV Concurso de Ensayos del CLAD “Control y Evaluación del Desempeño Gubernamental”. Caracas, 2001.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo y dependencia*. México: Ediciones Era, 1978.

_____. *Dependencia y cambio social*. Santiago do Chile: Centro de Estudios Socioeconomicos, 1970.

_____. *El nuevo caracter de la dependencia*. Santiago do Chile: Centro de Estudios Socioeconomicos, 1968

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O ex-leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fabrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 1997.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VISENTINI, Georgine Simões. *Reforma do Estado no Brasil: o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.



(Re)lembrando Jango hoje: uma análise sociológica das memórias sobre João Goulart

Recebido: 21.09.21
Aprovado: 27.01.22

Barbara Goulart (<https://orcid.org/0000-0002-4648-558X>),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil¹.

i. Barbara Goulart é pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (PPGSA/IFCS/UFRJ), doutora pela mesma instituição, com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França. <barbara_4578@hotmail.com>.

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar as memórias das esquerdas dos anos 1960 sobre a figura de João Goulart a partir de uma perspectiva sociológica. Para isso, são analisadas diversas entrevistas de história oral realizada nos últimos anos com militantes de esquerda do período em questão, incluindo membros do PCB e de grupos de luta armada. A partir da pesquisa, conclui-se que, ao longo das últimas décadas, essas memórias sofreram alterações significativas, sendo Goulart inicialmente considerado pelas esquerdas radicais um presidente excessivamente conciliador e hoje sendo visto como um líder democrático e bem-intencionado.

Palavras-chave: João Goulart. Ditadura militar; Esquerdas. Memória. Entrevistas.

Remembering Jango today: a sociological analysis of the memories about João Goulart

Abstract: The objective of this paper is to analyze the memories held by the 1960s' Lefts of former President João Goulart, following a sociological perspective. To this end, I analyze several Oral History interviews carried out in recent years with left-wing activists from the period in question, including members of the Brazilian Communist Party and members of the armed left. Based on this research, it can be concluded that, over the last few decades, these memories have undergone significant changes, with Goulart being initially considered by the Lefts to be an overly conciliatory president and today being seen as a democratic and well-intentioned leader.

Keywords: João Goulart. Military dictatorship. Lefts. Memory. Interviews.

Introdução

Por ser figura importante em um dos eventos mais traumáticos do país – o golpe de 1964 –, a memória de Jango é carregada de ideologias e simbolismos, evidenciando diversas questões sociais presentes no Brasil de hoje, como o conflito entre democracia e autoritarismo, por exemplo. Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é analisar as memórias das esquerdas radicais dos anos 1960 sobre a figura de João Goulart a partir de uma perspectiva sociológica,

argumentando que as memórias sobre figuras públicas são disputadas e “estão em jogo” (Fine, 1996).

A tese central defendida neste trabalho é que as lembranças, relembrações e esquecimentos mudam de acordo com a conjuntura e com as possibilidades e necessidades políticas de cada época. O sociólogo Maurice Halbwachs (1990), ao analisar o papel da memória, chegou à seguinte conclusão:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (Halbwachs, 1990: 71).

E como argumentou Pollak (1989), “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas; como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (Pollak, 1989: 4).

Ao seguir esses pressupostos sociológicos, o artigo pretende demonstrar que entre as esquerdas radicais houve mudanças significativas nas memórias sobre o governo João Goulart nos últimos anos. Enquanto antes havia um notório esquecimento da figura do ex-presidente, defende-se que, recentemente, há uma inflexão nessas memórias, na qual a imagem de Goulart passa a ser recuperada pelas esquerdas de maneira muito mais positiva. Como será visto a seguir, é recorrente entre os historiadores o argumento de que a figura de Goulart foi bastante esquecida, principalmente durante a ditadura e nas primeiras décadas após o seu fim. Porém, essa hipótese de que Goulart é majoritariamente lembrado de maneira negativa será questionada ao longo do artigo.

A originalidade e contribuição da presente pesquisa são reveladas ao analisarmos que as memórias dos entrevistados não corroboraram a perspectiva do esquecimento, tão enfatizada pelos historiadores. Assim, argumento que, nos últimos anos, essas memórias têm sofrido significativas mudanças¹, o que nos leva a um debate sociológico sobre lembranças, relembrações e esquecimentos.

João Goulart na historiografia

Como visto, primeiro é preciso mencionar a escassez inicial de trabalhos sobre João Goulart, que permaneceu deste modo até o início dos anos 2000. Apesar de não usar esses termos, Lucília Delgado (2010) salienta o projeto político intencional de esquecimento da figura de João Goulart. A historiadora diz que desde a sua posse

1. Em minha tese de doutorado, discuto mais profundamente o impacto de outros eventos nas memórias sobre João Goulart, como o lançamento do documentário *Jango*, a exumação dos restos mortais do ex-presidente, e a devolução simbólica de seu mandato (Goulart, 2020b).

como ministro do Trabalho até a conjuntura pré-64, muitos buscaram desqualificar o presidente (Delgado, 2010: 127). Salienta também o papel da imprensa, que escolheu não noticiar sobre o presidente no exílio. De fato, a censura imposta pelo regime militar provocou esse silenciamento, entretanto, o silêncio continuou mesmo com o enfraquecimento do regime.

Existe, então, um claro paradoxo nas memórias coletivas sobre o tema aqui analisado, pois, apesar de João Goulart ser o presidente em exercício durante o evento considerado um dos mais marcantes de todo o século XX no Brasil, poucos historiadores se dispuseram a analisar sua figura. Na maioria das vezes, ele é rapidamente mencionado em trabalhos maiores sobre o contexto do golpe. Nesse caso, essas análises tiveram um certo olhar teleológico, analisando-o dentro da ótica de que era inevitável que seu governo fosse interrompido por um golpe militar (Mattos, 2008: 245).

Essa perspectiva foi debatida pela teoria do populismo, largamente difundida por Francisco Weffort (1978), em que o governo Goulart é o marco do processo que culminou no golpe de 1964. Esse teria sido o último entre os diversos governos populistas implementados no Brasil, incluindo os de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, nos quais líderes carismáticos manipulavam as massas trabalhadoras. Ao serem todos enquadrados no modelo populista, as diferenças que existem entre eles são, muitas vezes, esquecidas nas análises dos autores. Nessa corrente de estudos, a especificidade de Goulart seria apenas de ter sido o último presidente populista antes da ditadura. Seu governo foi analisado dentro de uma perspectiva marxista muito particular, na qual o colapso do populismo – modelo político considerado pequeno-burguês – teria provocado a ditadura militar brasileira. Nesse caso, a falta de um governo que fosse genuinamente do proletariado teria impedido o levante das massas para apoiar Jango contra os militares.

Na contramão dessas análises está a obra clássica de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2001), *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, lançada originalmente ainda nos anos 1970. O trabalho é considerado de extrema relevância, pois foi a primeira tentativa de estudar o governo em sua especificidade, para além do golpe militar que veio a seguir. O autor relata o período em que Jango esteve na Presidência até o momento do golpe. Recentemente, outros analistas se dispuseram a estudar o ex-presidente fora do eixo de estudos sobre a ditadura militar. Com as comemorações dos 40 anos do golpe, em 2004, e os 30 anos da morte de Goulart, em 2006, novas obras foram publicadas sobre o assunto (Mattos, 2008).

A maioria dos historiadores, nessa nova leva de pesquisas, analisou o ex-presidente de forma positiva, buscando trazer novas perspectivas sobre sua figura. Muitos

também criticaram a análise teleológica de seu governo, evitando colocar sua derubada como desfecho inevitável do contexto político do período. Nessa linha de estudos está o livro de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2007), intitulado *Jango: as múltiplas faces*, em que os autores também argumentam que Goulart é um presidente esquecido ou lembrado em “chave muito crítica/negativa”. Assim, seria necessário estudar mais a fundo as memórias sobre ele, enfatizando, principalmente, a pluralidade de perspectivas nos relatos sobre o ex-presidente. Na mesma linha está a coletânea organizada por Marieta Moraes Ferreira (2006), *João Goulart: entre a memória e a história*. Nessa obra, diversos historiadores e cientistas sociais buscam analisar de forma mais acurada vários aspectos do governo Goulart.

Outra obra publicada sobre o ex-presidente é *João Goulart: uma biografia*, escrita por Jorge Ferreira (2011). Ao longo do texto, o autor sublinha a experiência profissional de Jango na política como deputado estadual, secretário de Estado, deputado federal, ministro do Trabalho e duas vezes vice-presidente, antes de se tornar presidente da República. Ademais, fez faculdade de direito e “formou-se em política brasileira pelas mãos de Getúlio Vargas” (Ferreira, 2011: 10). Ferreira também relembra a escassez de trabalhos sobre Goulart e salienta que a maioria dos estudos sobre o tema trata da crise do governo e do colapso da democracia, e não da figura de Goulart, que permanece como personagem secundário (Ferreira, 2011: 13). Ele também sublinha as críticas de setores importantes das próprias esquerdas à conciliação do governo João Goulart afirmando que, para eles, “as palavras conciliar, acovardar e trair eram tidas como expressões sinônimas” (Ferreira, 2011: 380).

Portanto, a partir da presente pesquisa será possível expandir essas hipóteses e analisar os elementos contraditórios entre os diversos discursos sobre o ex-presidente, mostrando, assim, a maleabilidade e parcialidade das memórias coletivas construídas pela sociedade brasileira, sendo continuamente capazes de transformar o passado a partir das questões do presente. Já afirmo aqui que o argumento colocado nos trabalhos de Delgado (2010), Castro Gomes e Ferreira (2007) e Ferreira (2011) – de que Goulart é lembrado negativamente por setores da esquerda, principalmente entre os mais jovens, que amadureceram politicamente durante a ditadura – não é confirmado pela presente pesquisa. Pelo contrário. Ao longo das entrevistas realizadas por esta pesquisadora, com diversos antigos militantes da esquerda radical, são apresentadas visões muito mais positivas sobre João Goulart, demonstrando que a memória é um processo dinâmico que implica em mudanças ao longo do tempo.

“Sociologizando” o debate histórico

Como argumentei em trabalho anterior (Goulart, 2020a), vale a pena debruçar-se sobre questões envolvendo memória e política a partir de uma perspectiva sociológica. A memória é manipulável e também seletiva, pois, se escolhe coletivamente, socialmente e politicamente o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (Ricoeur, 2000). Entretanto, o passado não é inteiramente imaginado, sendo necessário baseá-lo em fatos históricos reais. Por isso, em vez de definir o passado como maleável ou durável, os sociólogos Jeffrey Olick e Daniel Levy (1997) escolhem definir a memória coletiva como processo contínuo de negociação ao longo do tempo.

De fato, Jango foi esquecido por muito tempo e, quando lembrado, era de forma crítica. Entretanto, argumento que isso vem mudando nas últimas décadas. Ao longo da pesquisa, vemos que não há uma unanimidade em relação a Goulart, o que ocorre é uma disputa simbólica pelo passado. Como colocou outro sociólogo, Gary Alan Fine (1996), casos em que personalidades históricas são definidas como heróis ou vilões são facilmente compreendidos, pois são pouco contestados. Os exemplos de heroísmo servem para aumentar a solidariedade comunal – no estilo durkheimiano de análise – e os exemplos de vilania servem para exemplificar as fronteiras morais da sociedade – modelo próximo aos estudos do interacionismo simbólico e da sociologia da moral de Howard Becker.

Entretanto, em outros casos, as memórias são contestadas e reputações alternativas são plausíveis. Fine (1996) argumenta que, nesse caso, há uma rivalidade discursiva, na qual as reputações servem como recurso retórico em um ambiente de contestação. Assim, em vez de iluminar as áreas de consenso histórico, a análise dessas reputações contestadas – como a de Goulart – nos ajuda a mostrar a intensa batalha pelo controle desses símbolos e evidencia, também, como a memória de algumas figuras permanece “em jogo”, disputada por forças políticas competitivas.

Ao mesmo tempo, vemos que as reputações de figuras históricas não servem apenas para corroborar o passado, mas também para influenciar os debates do presente. Como concluiu Charles Horton Cooley, mais de 90 anos atrás,

é porque a fama existe para o nosso uso no presente e não para perpetuar um passado morto que o mito se torna uma parte tão integral da própria fama. O que precisamos é de um bom símbolo que nos ajude a pensar e sentir (Cooley, 1927: 116).

Logo, as memórias não devem ser tratadas como algo estático, mas sim como um processo mnemônico de construção e reconstrução de imagens sobre o passado. Por isso, analiso a fundo as memórias sobre João Goulart. Acrescento que a área da memória e, principalmente, da reputação política, ainda são campos problemáticos pouco estudados pelas ciências sociais. Assim, é necessário investir mais nessa linha de estudos, questionando as distinções sociológicas entre história e memória.

Acredito que o ato de lembrar é fundamentalmente um ato social, no qual os indivíduos empregam categorias sociais e normativas para definir quais são os elementos que compõem o passado (Olick & Robbins, 1998: 134). Como disseram Jeffrey K. Olick, Vered Vinitzki-Seroussi e Daniel Levy:

Estudar (e teorizar) sobre a memória nos permite retirar nosso foco da análise do tempo e mudá-lo para a análise das temporalidades. Logo, nos torna capazes de entender quais são as categorias que as pessoas, grupos e culturas empregam para dar sentido a suas vidas, seus vínculos sociais, culturais e políticos, e os ideais concomitantes que elas validam (Olick, Vinitzki-Seroussi & Levy, 2011: 37).

Portanto, entender como a sociedade brasileira lembra é uma forma de entender também a própria sociedade em questão (Goulart, 2020a: 225). Ao revisar a literatura sociológica sobre memória, Brian Conway (2010) argumenta que o estudo da memória coletiva abre ricas possibilidades para exercer a imaginação sociológica, utilizando a terminologia de Wright Mills. É para esse debate que pretendo contribuir.

Metodologia

As distorções da memória produzidas nos relatos de história oral ajudam-nos a entender não os fatos “como aconteceram realmente”, mas como eles foram interpretados pelas subjetividades individuais dos entrevistados. Assim, as “tendências” e “fantasias” expostas nas narrativas servem como recursos reveladores para a compreensão das identidades. Os indivíduos compõem passados com os quais podem conviver, por isso há uma relação dialética entre identidade e memória (Thomson, 1997: 52). Assim, a história oral ajuda o sociólogo a entender a dimensão receptiva da memória, em que os materiais mnemônicos são compreendidos pelo indivíduo de acordo com suas experiências pessoais.

Para compreender esse processo, realizei, ao longo da pesquisa, 22 entrevistas semiestruturadas². Todas as entrevistas foram realizadas no contexto da presente pesquisa sobre João Goulart. De maneira geral, busquei incluir entrevistas com

2. Minha tese de doutorado inclui uma transcrição mais completa do conteúdo das entrevistas (Goulart, 2020b).

membros de diversas correntes de esquerda do período, alguns fazendo parte da geração de João Goulart e outros muitos fazendo parte da geração posterior. As conclusões aqui presentes foram retiradas a partir da análise de todas essas entrevistas, porém, infelizmente, por questões de espaço, não será possível incluir trechos de todas elas no artigo.

Escolhi, assim, expor aqui apenas oito entrevistas, focando naquelas realizadas com membros da geração posterior à de João Goulart, buscando então mostrar como sua imagem foi recuperada por aqueles que vieram depois e não conviveram pessoalmente com o presidente. Nesse sentido, busco focar na memória pública do ex-presidente e não nas memórias pessoais de amigos. Incluí entrevistas com membros de diferentes grupos da luta armada – como ALN, MR-8 e PCdoB –, além de pecebistas que se posicionaram contra a luta armada, buscando abarcar um amplo espectro de perspectivas. Outros membros da esquerda radical também foram entrevistados, porém, foco aqui nos trechos das entrevistas mais representativos da totalidade desta pesquisa³.

Todas as entrevistas foram realizadas por mim entre 2018 e 2019. É importante salientar esse ponto, já que o Brasil apresentava um contexto político muito específico neste momento. Havia ocorrido recentemente o impeachment da presidente Dilma Rousseff, quando aqueles que defenderam a sua derrubada foram acusados de golpistas, pois estariam repetindo as atitudes que levaram à deposição do presidente eleito João Goulart pelo golpe de 1964. Lula foi também pouco tempo depois preso e em 2018, foi eleito presidente da República, Jair Bolsonaro – homem que defende publicamente a ditadura e tem como herói pessoal o coronel Brilhante Ustra, torturador de Dilma e de tantas outras vítimas. Assim, as entrevistas aqui analisadas foram realizadas nesse contexto dramático, em que o passado da ditadura influenciava as discussões do presente. Assim, as comparações entre 1964 e 2016 fizeram com que Goulart “voltasse ao presente”.

Por fim, vale a pena sublinhar também o contexto social específico em que os entrevistados militaram. Creio que isso é importante para não prejudicar uma percepção mais ampla e diversificada a respeito das imagens prévias e atuais de João Goulart no âmbito da própria esquerda brasileira. Todos os entrevistados atuaram dentro do contexto da ditadura militar, onde o cenário intelectual da esquerda era permeado por debates hoje considerados desatualizados.

Dentro da cultura revolucionária e utópica de certos grupos de esquerda do período – com grande influência do pensamento marxista –, havia uma compreensão diferente do que significava democracia naquele momento. Havia um certo “ro-

3. Os 22 entrevistados foram: Agostinho Guerreiro, Almino Affonso, Anita Prestes, Arnaldo Mourthé, Carlos Fayal, Cecília Coimbra, Clóvis Brigagão, Daniel Aarão Reis, Dulce Pandolfi, Eduardo Costa, Eliete Ferrer, Flora Abreu, Ivan Pinheiro, Marcello Cerqueira, Maria Prestes, Milton Temer, Pedro Luiz Moreira Lima, Raphael Martinelli, Sílvio Tendler, Tânia Fayal, Trajano Ribeiro e Victória Grabois.

mantismo revolucionário” (Löwy e Sayre, 1995), no qual aqueles conhecidos por fazerem parte da esquerda radical promoviam uma idealização das classes populares, do “homem do povo”, que não teria sido contaminado pelo capitalismo.

Segundo o sociólogo Marcelo Ridenti (2010), essa idealização serviria como combustível utópico para a luta por um futuro diferente, um futuro socialista. Nesse sentido, o presente era considerado insuportável e deveria ser abolido, utilizando os meios que fossem necessários. A revolução socialista seria o grande ideal dos integrantes da esquerda radical, da qual também fazia parte diversos intelectuais e artistas de classe média. Para eles, não seria coerente fazer aliança e pregar a conciliação com reacionários e imperialistas. Ao acompanhar a cultura política libertária, radical e utópica desses grupos, tinha-se que implementar as reformas radicais. Qualquer solução intermediária não seria suficiente. Aliás, seria o mesmo que nada, pois manteria em vigor as estruturas podres e viciadas do passado conservador do Brasil. Era necessário abolir esse passado. Nesse sentido, a necessidade de Goulart conciliar com empresários, parlamentares conservadores, latifundiários etc., era vista como sinal de atraso e falta de comprometimento real com os interesses da classe trabalhadora.

Críticas ao presidente conciliador após o golpe

4. Entrevista concedida à autora em 21 de novembro de 2019, no Rio de Janeiro.

Daniel Aarão Reis⁴, historiador, integrou o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em sua juventude. Ao ingressar em 1965 na faculdade, ele conta em sua entrevista que “aquela juventude era mais radicalizada”. Sobre a geração anterior à sua – aqueles que participaram das lutas políticas ao longo do governo João Goulart –, ele relata que “a gente estava se preparando para entrar no baile e fecharam a porta, acabou o baile.”

Aarão Reis explica que logo se aproximou do PCB, mas que já naquela época havia uma luta interna “para transformar o PC. E se não fosse possível transformar o PC, criar um outro partido revolucionário”. Nesse momento, delineia as divergências dentro do Partido Comunista, em que os antigos dirigentes acreditavam que teria sido possível evitar o golpe se tivessem exigido menos, enquanto os jovens acreditavam que o melhor caminho teria sido lutar pela radicalização. Assim sendo, em um contexto de ditadura, tornava-se necessário fazer o que antes não havia sido feito: a luta armada. Nesse contexto, João Goulart foi considerado um dos responsáveis pelo fracasso das esquerdas, visto como um dos “líderes da derrota”, dada a sua posição excessivamente moderada. Segundo Aarão Reis, apesar de haver alas radicais no PCB e no PTB, a maioria dos dois partidos “ou hesitavam, ou estavam

com uma posição muito francamente moderada”. Assim, evitou-se um enfrentamento em 1964. Goulart teria se tornado, segundo o entrevistado, o “bode expiatório” dessa nova geração e foi responsabilizado pelo fracasso em impedir o golpe militar pela “impiedade típica da juventude radical”.

Como foi visto então, para Daniel Aarão Reis, essa perspectiva crítica à atuação do PCB entre 1961 e 1964 resultava, necessariamente, em uma perspectiva crítica também em relação ao presidente João Goulart, que teria ido para a “lata de lixo da história”. Segundo essa interpretação, Jango era um representante da burguesia, excessivamente moderado e de perfil conciliador, e o PCB teria errado justamente por deixá-lo liderar os movimentos de esquerda no país. Por ser um representante da burguesia – um populista – e não defender os verdadeiros interesses do povo e dos trabalhadores, ele não teria sido capaz de evitar o golpe. O erro do PCB teria sido de apoiá-lo em vez de buscar a sua independência e lutar pela revolução.

Uma visão diferente sobre Goulart

Mas será mesmo que o primeiro argumento – de que o PCB havia sido conservador demais – nos leva necessariamente ao segundo argumento – de que Goulart não era um bom presidente? A partir das entrevistas, fica claro que esse não é o caso. Alguns entrevistados criticaram a atuação do PCB, mas apresentaram opiniões positivas em relação ao presidente. Um deles foi Ivan Pinheiro⁵, que também participou do MR-8, mesmo grupo revolucionário de Daniel Aarão Reis. Ele tinha 17 anos quando houve o golpe, sendo assim, da mesma geração de Aarão Reis. Eles não viveram intensamente a vida política no governo Goulart, mas construíram, posteriormente, uma memória sobre o presidente – e sobre a atuação do PCB neste período – a partir da vivência da ditadura militar.

Sobre Goulart, Pinheiro acrescenta que sua “visão hoje é muito generosa”, e que “a minha imagem do Jango continua maravilhosa e eu responsabilizo muito mais o PCB do que o Jango pelo que aconteceu”. Por responsabilizar o PCB, afastou-se do partido e acabou se juntando ao MR-8, entrando para a luta armada, vista por ele como a via mais eficaz para enfrentar a ditadura naquele momento – apesar de não participar efetivamente das ações clandestinas. Ao retratar o dia do golpe, Pinheiro argumenta que Jango não errou ao ir para o Uruguai – visto por ele como um recuo estratégico e não como fuga. O erro teria sido do próprio PCB em não criar uma oportunidade para que Jango voltasse.

Assim como disse Daniel Aarão Reis, Ivan Pinheiro explica que, a partir de 1958, o PCB passou a adotar uma postura mais moderada, de aliança com a burguesia na-

5. Entrevista concedida à autora em 19 de novembro de 2019, no Rio de Janeiro.

cional e de transição gradual e pacífica para o socialismo. Ele apresenta o mesmo quadro político proposto por Daniel Aarão Reis, em que, entre os comunistas, havia aqueles que acreditavam que o PCB errara ao ter sido excessivamente radical – percepção compartilhada em grande parte pelos dirigentes mais velhos do PCB – e os mais jovens, que acreditavam que o PCB errara justamente por não ter sido radical, podendo ter mesmo partido para o uso de armas de fogo. Assim como Aarão Reis, Pinheiro também se posiciona ao lado do segundo grupo: dos radicais. Por isso, também se juntou ao grupo armado MR-8 (voltando para o PCB apenas com o fracasso da luta armada). Ressalta que hoje vê que “Jango deveria ser mais ‘heroificado’ do que é pelo que fez”. Portanto, Pinheiro admite que Goulart não é tratado como herói, mas acredita que deveria ser. Isso significa que havia, sim, entre as esquerdas radicais, aqueles que criticavam Goulart – como Aarão Reis pontuou –, mas havia, também, aqueles que o viam de maneira positiva. Perguntei a Ivan Pinheiro sobre as críticas que faziam a Goulart. Ele disse que ouviu, sim, chamarem Jango de populista e burguês, mas sobre isso, ele afirma que outros personagens como Marx, Fidel Castro e Che Guevara também tinham origens burguesas “nesse sentido social e familiar”.

6. Sobre a recusa do presidente em resistir ao golpe, Gorender havia afirmado que “Jango não quis a luta, colocou a ordem burguesa acima de sua condição política pessoal” (Gorender, 1987: 66). Ao comentar os textos de Caio Prado Jr. para a *Revista Brasiliense*, Gorender afirma que, na análise de Prado Jr. sobre o governo Goulart, o economista marxista teria argumentado que “a corrupção parecia até justificar a sua derrubada” (Gorender, 1987: 73).

7. Caio Prado Jr. (2014) argumenta que o governo Goulart “de nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças da reação” (Prado Jr., 2014: 23).

Perguntei, então, sobre as obras de Jacob Gorender (1987) e Caio Prado Jr. (2014), nas quais havia críticas enfáticas de comunistas a Goulart⁶. Ele foi categórico ao dizer que não leu nenhum dos dois livros, mas comenta que “eu nunca ouvi falar de corrupto e de burguês nesse sentido de que ele era da burguesia, fica parecendo que ele ajudou o golpe.” Mas é justamente isso que é argumentado nos textos de Jacob Gorender (1987) e Caio Prado Jr. (2014)⁷ e foi confirmado na entrevista de Aarão Reis. Porém, Ivan Pinheiro parece desconhecer essa interpretação dos eventos.

Essa análise dialoga com a perspectiva sociológica apresentada no trabalho de Alessandro Portelli (1996). O autor sublinha os aspectos ideológicos da memória coletiva, que deve ser analisada criticamente. Para ele, haveria memórias divididas, nas quais grupos sociais distintos apresentariam versões diferentes para os mesmos acontecimentos históricos. Assim, discursos sobre eventos traumáticos do passado são marcados não apenas por dor e luto, mas também por ideologias. “As narrativas resultantes – não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas – não só podem, como devem ser entendidas criticamente” (Portelli, 1996: 108). Portanto, argumento que há, claramente, duas versões distintas de interpretação dos eventos por parte das esquerdas radicais. Um grupo critica o PCB e o governo Goulart por não terem preparado a resistência contra o golpe enquanto outro responsabiliza exclusivamente o PCB. E os entrevistados das duas correntes parecem desconhecer – ou negar – a existência uma da outra.

Críticas ao PCB

Incluo, aqui, o relato de Cecília Coimbra⁸, que abrigou membros do MR-8 em sua casa, apesar de não fazer parte oficialmente do grupo de luta armada. Durante o governo João Goulart, ela era ligada ao PCB, e diz: “Sabíamos que era um governo burguês, mas era um governo aliado. Tínhamos uma série de críticas, mas era muito interessante, porque a gente se colocava como se estivesse também no poder”. Assim, como disse Aarão Reis, ela explica que essa interpretação também foi questionada posteriormente por ela. Coimbra percebeu que o PCB, de fato, não estava no poder. Porém, “essas críticas, posteriormente, eu começo a fazer ao próprio Partido Comunista” e não a João Goulart. Ela afirma que era, sim, um governo populista, mas, mesmo assim, apresenta uma percepção bastante favorável ao governo Jango, assim como apresenta Ivan Pinheiro. Ela afirma que tinham respeito pela integridade do presidente e que Goulart foi “um mito”.

8. Entrevista concedida à autora em 8 de agosto de 2018, no Rio de Janeiro.

9. Entrevista concedida à autora em 29 de agosto de 2018, no Rio de Janeiro.

10. Entrevista concedida à autora em 28 de outubro de 2019, no Rio de Janeiro.

Carlos Fayal⁹, antigo guerrilheiro do grupo de fogo da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella, também enfatiza em seu depoimento que era a favor da resistência, mas que essa crítica era direcionada ao PCB, assim como havia sido dito por Ivan Pinheiro, argumentando que “tinha, parece, declarações lá do Prestes que tinha um esquema militar, que resistiria, e tal e coisa, e nada disso existia”. Ele apresenta, então, o mesmo argumento já visto anteriormente na entrevista de Ivan Pinheiro – e de muitos outros entrevistados –, que as maiores críticas da luta armada foram direcionadas ao PCB e ao Prestes, e não ao presidente João Goulart. Fayal, assim como Pinheiro, também afirma que Jango nunca se propôs a fazer uma revolução, então isso não poderia ser cobrado dele. Deveria ser cobrado, sim, de Luiz Carlos Prestes, comunista que defendia a via pacífica para a revolução.

Como contraponto, vale a pena colocar, aqui, a própria percepção de Carlos Marighella sobre o governo João Goulart. Segundo a biografia escrita por Mário Magalhães (2012), Marighella estaria muito mais próximo de Brizola do que Jango, chamando, inclusive, Prestes de janguista. O guerrilheiro criticava a tutela que o presidente exercia sobre o PCB e, em suas cadernetas, chegou mesmo a atentar para a possibilidade de um golpe de Estado planejado pelo próprio presidente João Goulart (Magalhães, 2012: 267-280). Assim, essa perspectiva contrasta bastante com o que foi apresentado nas entrevistas com ex-militantes da ALN.

Incluo aqui também o relato de Dulce Pandolfi¹⁰, outra guerrilheira ligada a ALN. Em sua entrevista, Dulce admite que havia, sim, pessoas de esquerda criticando fortemente João Goulart no período posterior ao golpe. “Aliás, o próprio Partido Comunista também criticava Jango: ‘Vacilão’. Ele tinha muito essa imagem do cara

vacilão”. Porém, ela acrescenta: “essa crítica não me sensibilizou de maneira alguma”, afirmando que ainda tinha uma imagem muito positiva do presidente.

A perspectiva do PCB

Como foi pontuado por diversos entrevistados, após o golpe, houve um “racha” no PCB: alguns de seus membros aderiram à luta armada e saíram do partido, outros permaneceram e escolheram lutar pela via parlamentar. Análise, agora, uma entrevista realizada com um membro desse segundo grupo, que defende que o erro do PCB foi ter radicalizado demais o seu discurso no período do pré-golpe. Anita Prestes¹¹, filha de Luiz Carlos Prestes, admite que houve aproximações e distanciamentos entre o PCB e o governo João Goulart. Segundo ela, “havia um apoio sim, mas não um apoio incondicional. Um apoio às medidas progressistas que eram tomadas”.

11. Entrevista concedida à autora em 17 de agosto de 2018 no Rio de Janeiro.

Anita Prestes também salienta que Jango não era visto como um representante dos trabalhadores, e sim como um representante da burguesia, mas com ideais progressistas. Desse modo, ela admite que, muitas vezes, o PCB se posicionava contra o governo. Assim como Aarão Reis, ela também parece apresentar uma desilusão em relação ao golpe militar e à ditadura que veio a seguir. Acreditava-se que havia uma burguesia nacional que se manteria do lado dos trabalhadores e contra o golpe, mas, segundo ela, essa “burguesia nacional, na prática, não existia”. Porém, apesar de ver Goulart como um representante dessa mesma burguesia, ela afirma: “eu acho que o Jango tinha preocupação em atender até certo ponto os interesses dos trabalhadores. Dentro desse regime capitalista. Tem que pôr em questão o capitalismo”. Ela também admite que, dentro do PCB, os posicionamentos “conciliadores” de João Goulart eram bastante criticados e considerados “vacilantes”.

Elogios a João Goulart

Ao longo das entrevistas que realizei, diversos entrevistados elogiaram João Goulart; cito aqui alguns desse momentos. Carlos Fayal argumenta que toda sua geração, posterior ao golpe, se formou a partir das ideias que vieram do governo Goulart. “Todo mundo veio, na verdade, dali, né? Todo mundo se formou a partir daquelas ideias. De mudar a realidade brasileira dentro dessa linha”. Ele admite que havia críticas ao presidente, mas, segundo ele, elas estavam restritas à questão da não resistência. “Claro que existiam críticas, por exemplo, ‘ah não, porque o Jango devia ter resistido’ e tal, mas aí são aspectos menores, factuais”.

Para demonstrar que o caso de Carlos Fayal não é isolado, coloco, aqui, os depoimentos de outros antigos membros da ALN que também teceram diversos elogios

ao presidente João Goulart. Esse é o caso de Eliete Ferrer¹², que afirma: “Jango é um herói brasileiro. Quiçá o melhor presidente que o Brasil já teve. Eu tenho uma admiração absurda pelo Jango”. Porém, ela admite que nem todos os membros da ALN pensam da mesma maneira, sublinhando as críticas em relação à escolha de Goulart em não resistir em 1964, e que ela própria “confessa” que “às vezes eu tendo a achar que ele tinha razão, às vezes eu tendo a achar que ele não tinha razão”, mas que “adorava ele”.

Nesse sentido, apesar de não concordar com o posicionamento de Goulart em não resistir, os comentários de Eliete Ferrer ainda são bastante positivos. Na entrevista, eu perguntei se havia mais críticas em relação a Goulart entre as esquerdas, mas ela nega, preferindo enfatizar a perseguição sofrida pelo presidente por parte da direita reacionária. Ela diz que entre as esquerdas “a memória de Jango é sempre positiva”, sublinhando que “a figura dele é uma figura querida. Eu não conheço ninguém que tenha ódio ao Jango”. Anita Prestes também tece comentários interessantes sobre a figura de Jango. É interessante pontuar que, apesar das críticas do ponto de vista ideológico a João Goulart, ela elogia algumas características pessoais do presidente. Ao mesmo tempo, por ser uma pessoa afável e carismática, isso, segundo ela, “iludiria” os trabalhadores, os fazendo pensar que ele poderia ser um revolucionário.

Frustração no dia do golpe e a descoberta da invasão americana

Diversos entrevistados pontuam um evento específico que levou a uma mudança na percepção da resistência contra o golpe. No caso, o evento é a descoberta de que o governo americano havia enviado uma frota de navios, para esperar na costa brasileira, e que as forças entrassem no país para a guerra, caso houvesse resistência por parte de Goulart. O presidente havia recebido essa informação no dia do golpe, por parte de assessores, porém, o grande público só ficou sabendo dessa informação anos depois.

Em 30 de março de 1964, San Tiago Dantas havia telefonado para Afonso Arinos, auxiliar administrativo de Magalhães Pinto. Dele, ouviu que o governo americano apoiava a sublevação e que não apenas daria apoio diplomático, como interviria militarmente no país caso fosse necessário (Moniz Bandeira, 2001: 178-179). Foi discutida a gravidade da situação com o presidente e as consequências da intervenção militar estrangeira, com o risco de secessão no Brasil, agravada com a internacionalização do conflito. Dantas ainda comunicou que navios militares norte-americanos se dirigiam para a costa do Espírito Santo.

Hoje sabe-se que o golpe foi deflagrado com o conhecimento e a concordância do Departamento de Estado americano, que viria a reconhecer a existência de outro governo no território livre do Brasil caso houvesse uma guerra civil. Porta-aviões americanos estavam estacionados perto de Santos. A esquadra era composta por seis contratorpedeiros, um porta-helicópteros, quatro petroleiros e um posto de comando aerotransportado, carregados com 110 toneladas de munição e 553 mil barris de combustível (Moniz Bandeira, 2001: 173). Entretanto, naquele dia, essa informação foi compartilhada apenas entre os que estavam presentes na reunião.

Cecília Coimbra admite que houve uma grande frustração quando Goulart decidiu não resistir no dia do golpe, e que foram “pegos de surpresa, como se dizia, de calças curtas né, na mão”. Porém, ela nota que “anos depois, não precisa ser muitos anos não, ainda já durante a ditadura, a gente começou a perceber né. De como foi sábia aquela decisão [de não resistir]”. Além disso, ela vê essa decisão como corajosa: “eu acho isso de uma coragem muito grande. Ser visto como um covarde, mas perceber que não tinha como resistir”.

A partir desse discurso, é possível argumentar que as esquerdas radicais passaram por um momento significativo de autocrítica durante a ditadura. No início, as críticas em relação ao governo João Goulart parecem ter sido mais profundas, porém, ao decorrer da ditadura, elas parecem ter se amenizado. É importante pontuar que os livros mencionados anteriormente – de Gorender (1987) e Prado Jr. (2014) – foram escritos no calor dos acontecimentos, logo após o golpe e no período da luta armada. Assim, é possível argumentar que, com o fracasso da guerrilha, esses grupos passaram por um momento de revisão em que o governo João Goulart passou a ser visto de outra forma. Ademais, descobriu-se que a frota americana estava na costa brasileira no dia do golpe e que apenas João Goulart e seus colaboradores mais próximos sabiam disso na época, e que, por esse motivo, não teria sido possível resistir.

Carlos Fayal também comenta sobre a presença da frota americana no Brasil; o que fez parte da esquerda “ter uma compreensão de dar mais razão a Jango, porque ali ia ser um Vietnã”. Quando houve o golpe, as esquerdas não sabiam desse fato e a descoberta disso, anos depois, teria valorizado a imagem de Goulart, facilitando a compreensão por parte dos radicais da escolha de Jango em não resistir. Anita Prestes também comenta sobre a questão do apoio americano. Ela concorda que não seria possível uma resistência, pois “hoje, a partir das novas informações que a gente tem [...], eu acho que realmente não havia condições”.

Mais uma vez, é possível analisar os discursos a partir de um diálogo com a literatura sociológica sobre memória. Robert Jansen (2007) argumenta que, na maioria

das vezes, as memórias sobre os indivíduos históricos são estáveis, havendo poucos momentos de mudança. Entretanto, o autor recomenda que o foco da análise seja exatamente nesses momentos de ruptura, quando há mudanças críticas nas imagens desses indivíduos. É necessário entender essas clivagens que marcam o processo macro-histórico de construção de memórias, outrora permeado pela estabilidade simbólica.

Seguindo esse modelo, as “trajetórias reputacionais” são pontuadas por conjunturas críticas, cujos resultados não determinam o que ocorrerá a seguir, mas trazem consequências a longo prazo, que se solidificam e se institucionalizam. Essas consequências criam novas condições históricas que constrangerão, posteriormente, o espaço no qual os atores poderão atuar. Por isso, os atores envolvidos – chamados de empreendedores reputacionais – nunca trabalham a partir de uma tábula rasa. Eles encontram restrições e oportunidades herdadas do passado em que outros procuraram construir seus próprios projetos mnemônicos anteriores (Jansen, 2007: 962). Assim, é possível pensar nas chamadas “conjunturas críticas” que levaram a uma mudança nas memórias sobre o presidente João Goulart. Argumento que a descoberta da possibilidade de uma invasão americana seria uma dessas conjunturas, que fez com que as esquerdas mudassem sua imagem sobre Jango, passando a vê-lo de maneira mais positiva.

O fator tempo

Nesse sentido, argumento que é fundamental o fator tempo nas memórias sobre o governo João Goulart. Argumento que, com o fracasso da luta armada, foi possível repensar as escolhas políticas do presidente João Goulart. Setores da esquerda radical passaram a perceber que talvez não teria sido tão fácil uma resistência liderada por Goulart contra a ditadura. Como concluiu Coimbra: “Não tinha como partir para o confronto. Não tinha como”. Ademais, comparando ao que se veria nos projetos políticos de governos posteriores, até mesmo no período democrático recente, as conquistas do governo João Goulart passaram a ser vistas de maneira mais significativa, pois, apesar de não se chegar à sonhada revolução, o que foi feito por Jango já seria muito mais do que aquilo implementado por muitos governos posteriores.

Dulce Pandolfi, ligada à ALN, explica que as críticas das esquerdas a Goulart “foram minimizadas naquela época” e que foi a área acadêmica que recuperou essa discussão posteriormente. Cecília Coimbra apresenta versão distinta, afirmando que seus companheiros do PCB, apesar de considerarem Goulart um presidente burguês, o viam com bons olhos, não mencionando as críticas mais enfáticas das próprias

esquerdas ao presidente. Curiosamente, Daniel Aarão Reis, o único entrevistado que sublinha fortemente as críticas das esquerdas radicais a João Goulart em seu depoimento, é também um historiador, e, assim como Dulce Pandolfi, é também especialista na atuação das esquerdas durante a ditadura militar. Não por acaso, são os dois entrevistados capazes de discutir de maneira mais detalhada as críticas dos grupos radicais de esquerda em relação a Jango. Questões parecidas são também levantadas por Anita Prestes, outra historiadora entrevistada.

Dulce Pandolfi comenta que “a esquerda mesmo, o pessoal da militância, não estava se voltando muito para discutir o governo Jango”. Portanto, Pandolfi apresenta um quadro distinto daquele proposto por Aarão Reis. Em sua experiência, as críticas a Goulart e ao passado parecem ter sido muito mais localizadas, algo que vivenciou de maneira passageira. Enquanto isso, Aarão Reis havia colocado as críticas a Goulart e à atuação do PCB durante o seu governo como questões essenciais para a opção pela luta armada, algo que parecia ter perpassado a ideologia revolucionária.

Pandolfi também aponta para uma questão muito importante. No momento do governo João Goulart, era necessário que as correntes radicais de esquerda criticassem os petebistas, pois eles estavam disputando espaço. Enquanto isso, já na ditadura, com Goulart no exílio, a disputa era entabulada por outros grupos políticos. Nesse sentido, era importante criticar Goulart no primeiro momento, para diferenciar os grupos guerrilheiros do PCB, considerado conservador. Porém, com a intensificação da ditadura e a permanência dos petebistas no exílio, a crítica a Goulart sai da agenda de discussão dos grupos revolucionários.

Argumento que a memória a longo prazo do período torna-se muito mais crítica à oposição de verdade: a direita, os políticos conservadores e os próprios militares. A curto prazo, as críticas recaem aos oponentes da própria esquerda, com quem se está disputando espaço, porém, a longo prazo, permanece na memória a grande oposição, que seria aos atores de direita. Não por acaso, Pandolfi diz se lembrar muito bem da divergência de sua família com Lacerda, mesmo quando era criança.

Para compreender essa questão, é possível se utilizar da análise da socióloga Claire Moon (2006)¹³ sobre justiça de transição. Com o fim da ditadura militar, ocorre um “processo de reconciliação”, visto pela autora como uma “ficção transformativa, que confere unidade moral aos eventos ocorridos” (Moon, 2006: 272). Nesse caso, esses diferentes grupos políticos de esquerda esquecem suas próprias divergências do passado, para construir um futuro comum, onde se possa “purgar ou purificar a nação dos pecados de seu passado violento, para que possa futuramente se reconciliar” (Moon, 2008: 92). Assim, o foco passa a ser a luta contra a memória oficial do

13. Claire Moon (2006, 2008) analisa o caso da reconciliação pós-Apartheid na África do Sul, mas acredito que seu argumento possa ser aplicado para o caso da ditadura brasileira

período ditatorial, que afirma que não houve crimes cometidos pelo Estado (Goulart, 2020a). As esquerdas se unem então contra um inimigo comum: a ditadura e a memória de apologia a ela. Ao mesmo tempo, a questão da violação dos direitos humanos se torna um tema particularmente sensível (Santos, 2021).

Como historiadora, Dulce Pandolfi passa a ver as críticas a Goulart “muito fortes depois, quando eu comecei a estudar a parte da literatura”. Segundo ela, hoje “é que está sendo resgatada a figura do Jango”, citando os trabalhos de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. Assim, houve “um período das críticas tremendas”, onde se falava “aquela coisa da fuga”, que Jango “fugiu”. Assim, termina por criticar, indiretamente, o argumento defendido pelo próprio Aarão Reis, que, em outro momento de sua entrevista, comentou “a fuga do presidente” quando optou pelo exílio. Aponta, então, para o fato de que essa teria sido uma crítica recorrente no período, mas também sinaliza que essa interpretação dos eventos vem sendo questionada recentemente.

Assim, argumento que, talvez, as críticas das esquerdas ao governo João Goulart ficaram relegadas à história, como disciplina acadêmica, sendo parcialmente esquecidas na memória daqueles que não estudam intensamente o período em questão (Ivan Pinheiro também havia dito não se lembrar das críticas mais efusivas a Goulart). Portanto, é possível perceber que as memórias não são estáticas, mas maleáveis. É possível argumentar que as memórias dos entrevistados não expressam o passado ou o presente, mas as diferentes interações entre passado e presente, pois a memória tem também uma dimensão processual e cumulativa (Olick, 1999).

Vale a pena citar aqui o trabalho da socióloga Jocelyn Viterna (2009), que comenta a dificuldade de se ter relatos fidedignos em relação ao passado, quando a perspectiva dos entrevistados mudou ao longo do tempo. Segundo ela, os entrevistados têm uma tendência a “higienizar” seus discursos mnemônicos de acordo com o “ambiente rememorativo” contemporâneo (Viterna, 2009: 283). Assim, argumento que como a perspectiva política atual envolve uma imagem mais positiva sobre Goulart, os entrevistados tendem a diminuir as críticas que já tiveram em relação ao presidente. Mesmo assim, ainda é possível entrever alguns comentários interessantes sobre a questão da conciliação do presidente.

A conciliação de Jango

Anita Prestes admite que antes do golpe a “conciliação do Jango” era “o inimigo principal a se combater” e que havia uma cobrança para que o PCB radicalizasse mais. Anita afirma que houve uma radicalização excessiva durante o governo João

Goulart – causada por erros não de Prestes, mas dos membros radicais e “esquerdistas” do PCB, como Marighella, Apolônio de Carvalho, Gorender, Mário Alves etc. Nesse sentido, ela admite que o próprio PCB via, sim, antes do golpe, Jango e sua conciliação como o inimigo principal. Ao mesmo tempo, Anita admite que, com o tempo, passou a ver que isso teria sido um erro do partido e que o PCB teria contribuído para o isolamento do presidente ao longo de seu governo, levando-o a ficar “prensado e sem condição de realmente preservar o governo” e considera que a “estratégia do partido estava errada. Isso é uma posição que eu defendo já há bastante tempo”.

Anita Prestes admite que o PCB pensava na possibilidade de fechar o Congresso e “passar por cima da legalidade democrática”, assim como Julião e Brizola. O fato de o presidente não fazer o mesmo, de seguir a regra democrática, de não tomar certas medidas sem a aprovação do Congresso, era visto pelos comunistas como conciliação. Assim, para os comunistas da época, seguir a democracia no seu sentido institucional era sinônimo de conciliação e para realizar as reformas seria, para eles, necessário romper as regras democráticas. Contudo, sublinho que Anita faz uma autocrítica à posição do PCB durante o governo João Goulart, assim como foi feita no próprio Congresso do PCB após o golpe. Ela admite que não seria possível aprovar as reformas sem conciliação. Assim, apresenta, hoje, uma opinião mais favorável ao presidente do que tinha durante o seu governo. Nesse sentido, apesar de ter criticado a conciliação do presidente, admite que hoje percebe que não teria sido possível não conciliar.

14. Entrevista concedida à autora no dia 25 de julho de 2018 no Rio de Janeiro.

Essa visão é compartilhada por Victória Grabois¹⁴, ligada ao grupo PCdoB, surgido a partir de um racha do PCB, sendo um de seus fundadores o seu pai – Maurício Grabois –, morto na guerrilha do Araguaia: “quando chegou no golpe, todo mundo se aliou, porque a esquerda só se alia na desgraça”. Em primeiro lugar, Victória tenta equilibrar elogios ao presidente, enquanto admite que ele era criticado pelo grupo do qual fazia parte. Afirma que considera “João Goulart um dos melhores presidentes do Brasil”, isso demonstra que, apesar das possíveis críticas, ele ainda é visto com certa admiração. Por outro lado, Victória Grabois admite que o PCdoB se posicionou contra João Goulart em diversos momentos, inclusive no plebiscito sobre o presidencialismo.

Conclusões

A partir do diálogo entre história e memória, é possível realizar uma sociologia compreensiva e interpretativa do passado, buscando entender as percepções dos atores sobre o que ocorreu e os enquadramentos de memória realizados por eles.

Com a sociologia compreensiva e interpretativa, enfatizo a necessidade de compreender a perspectiva subjetiva dos atores investigados (aqueles que se “lembram” de Jango), delineando o sentido atribuído por eles ao passado, assim como às suas experiências pessoais que os levaram a tais interpretações do passado.

A partir das entrevistas que fiz, é possível perceber que muitos entrevistados repetem um discurso razoavelmente positivo em relação ao presidente, contrariando o argumento de que as esquerdas radicais – que participaram da luta armada contra a ditadura – construíram memórias majoritariamente negativas sobre o governo João Goulart. O oposto, a grande maioria dos entrevistados parece concordar com, ou pelo menos entender, a escolha do presidente em não resistir. Ao mesmo tempo, argumento que há um apagamento das críticas realizadas pelas próprias esquerdas ao presidente, durante e depois do período democrático. Portanto, muitas vezes as memórias recentes dos entrevistados não corroboram o que foi analisado pelos historiadores e isso é um dado de extrema importância, pois demonstra as diferenças entre os fatos políticos e sua interpretação *a posteriori*.

Para além das novas descobertas factuais em relação aos eventos políticos de 1964 – particularmente a possibilidade de uma invasão americana – e como essas novas informações afetaram as opiniões das esquerdas sobre as escolhas de João Goulart, o objetivo do texto é mostrar também uma mudança nos próprios valores defendidos pelas esquerdas brasileiras. Ao desvencilhar-se de uma cultura revolucionária utópica, as esquerdas passam a defender valores associados à democracia-liberal institucional, onde a conciliação e a decisão por uma saída pacífica passam a ser vistas de maneira mais positiva. Assim, são essas mudanças de valores que levam a uma reinterpretação do passado e da atuação de João Goulart naquele momento.

Esse argumento abre espaço para uma discussão sociológica mais profunda sobre mudanças mnemônicas a longo prazo. Como escreveu Conway (2010), é preciso ter uma maior sensibilidade em relação às mudanças históricas de longo prazo, entendendo a memória como imagens em movimento (Conway, 2010: 451). Sobre o caso aqui analisado, argumento que com a efetivação do golpe em 1964, um longo processo de revisão e autocrítica foi iniciado entre as esquerdas, com a instalação da ditadura militar. Esse processo foi aprofundado com o fracasso das guerrilhas. Argumento que a perda em 1964 gerou uma necessidade de reelaboração do passado e uma mudança nas memórias – incluindo suas próprias experiências de vida –, buscando entender o que, de fato, ocorrera e os erros cometidos pelas próprias esquerdas. Nesse sentido, ao longo das décadas, as esquerdas abandonaram o discurso revolucionário radical. Na retomada da democracia no Brasil, houve um progressivo declínio “da sedução das utopias revolucionárias, substituídas, pelo

menos por enquanto, pela lógica da negociação, do diálogo, das reformas” (Aarão Reis, 2005: 68).

Defendo que, nesse novo contexto de revalorização da moderação e do reformismo, a imagem de João Goulart começou a ganhar projeção, servindo de legado da democracia no Brasil. É nesse contexto de retomada da democracia que grande parte dos livros sobre o ex-presidente são publicados. Nesse processo, as atitudes antes consideradas conciliadoras – expressas na figura do ex-presidente João Goulart – a partir do ponto de vista revolucionário, agora passam a ser vistas como expressões de democracia e liberdade de expressão.

Ao mesmo tempo, no momento em que foram realizadas as entrevistas, a imagem de João Goulart também reaparecia de maneira mais explícita, permeando os debates das esquerdas no cenário nacional. No contexto político de derrubada da presidente Dilma Rousseff, grande parte das esquerdas passou a defender uma memória de que são sempre perseguidas quando ocupam o poder, vítimas de golpes perpetrados pela direita, associando assim o legado de Vargas e Jango a Lula e Dilma Rousseff (Goulart, 2020b). Com isso, João Goulart passou a ser associado – pelas esquerdas – à importância da manutenção da democracia institucional, vigente de maneira ampla e irrestrita em seu governo.

Referências:

AARÃO REIS, Daniel. O governo Lula: das utopias revolucionárias à política como arte do possível. *Revista USP*, n. 65, p. 64-73, 2005.

CASTRO GOMES, Ângela; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CONWAY, Brian. New directions in the sociology of collective memory and commemoration. *Sociology Compass*, v. 4, n. 7, 2010.

COOLEY, Charles Horton. *Social processes*. New York: Scribner's, 1927.

DELGADO, Lucília. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, v. 14, n. 28, 2010.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FINE, Gary Alan. Reputational entrepreneurs and the memory of incompetence: Melting supporters, partisan warriors, and images of president Harding. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 5, p. 1159-1193, 1996.

GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira. Das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GOULART, Barbara. Reflexões sociológicas sobre memória e política. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 1, Jan.-Abr. 2020a.

GOULART, Barbara. *O passado em disputa: memórias políticas sobre João Goulart*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020b.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

JANSEN, Robert S. Resurrection and appropriation: reputational trajectories, memory work, and the political use of historical figures. *American Journal of Sociology*, V. 112, n. 4, 2007.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7. ed., Rio de Janeiro; Brasília: Revan; Editora UnB, 2001 [1977].

MOON, Claire. *Narrating political reconciliation: South Africa's truth and reconciliation commission*. Lanham, MD: Lexington Books, 2008.

_____. Narrating political reconciliation: truth and reconciliation in South Africa. *Social & Legal Studies*, v. 15, n. 2, 2006.

MORAES FERREIRA, Marieta (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

OLICK, Jeffrey K. Genre memories and memory genres: a dialogical analysis of May 8, 1945 commemorations in the Federal Republic of Germany. *American Sociological Review*, v. 64, n. 3, p. 381-402, 1999.

OLICK, Jeffrey K.; LEVY, Daniel. Collective memory and cultural constraint: Holocaust myth and rationality in German politics. *American Sociological Review*, v. 62, n. 6, p. 921-936, 1997.

OLICK, Jeffrey K.; ROBBINS, Joyce. Social memory studies: from “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 105-140, 1998.

OLICK, Jeffrey K.; VINITZKI-SEROUSSI, Vered; LEVY, Daniel. *The collective memory reader*. New York: Oxford University Press, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: MORAES FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira. A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICÉUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social*, v. 33, n. 2, 2021.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. *Projeto História*, v. 15, 1997.

VITERNA, Jocelyn. Negotiating the muddiness of grassroots field research: managing identity and data in rural El Salvador. In: HUGGINS, Martha. K.; GLEBBEEK, Marie-Louise (Orgs.) *Women fielding danger*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2009.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1968].



A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemoniasⁱ

Recebido: 27.07.21
Aprovado: 27.03.22

Julice Salvagni (<https://orcid.org/0000-0002-6334-0649>),
Departamento de Ciências Administrativas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱ.

Magda Georgia dos Santos (<https://orcid.org/0000-0003-3673-9360>)
Universidade La Salle, Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱⁱ.

Marília Veríssimo Veronese (<https://orcid.org/0000-0002-3618-7079>),
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), RS, Brasil^{iv}.

Róber Iturriet Avila (<https://orcid.org/0000-0002-9422-9628>),
Departamento de Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil^v.

Resumo: Este artigo aborda temas relativos à nova rota da seda, a iniciativa chinesa que gera significativos impactos geopolíticos e econômicos globais. Faz parte desse quadro de projeção chinesa o seu ativismo financeiro, notadamente através do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e do Fundo da Nova Rota da Seda. Destaca-se o impulso para dinamizar a economia e o comércio com outros países por meio de melhorias logísticas, visando o aumento de sua segurança energética e condições favoráveis para o escoamento de sua produção industrial. Sugere-se que o sucesso da China passa a ser do Presidente Xi Jinping e da condução assertiva de suas decisões para a concretização da nova rota da seda, tendo a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean+3) como importantes fóruns multilaterais para a tomada de decisões. Esse megaprojeto de investimento em infraestrutura envolvendo mais de 65 países tem o potencial de desafiar a supremacia ocidental representada pela hegemonia estadunidense, neste século XXI.

Palavras-chave: Nova Rota da Seda. Re-emergência da China. Crise da hegemonia estadunidense. Geopolítica. Revisão Integrativa da literatura.

The Chinese rise and the New Silk Route: global changes, new hegemonies

Abstract: This article addresses topics related to the new silk road, the Chinese initiative that generates significant geopolitical and economic impacts over the globe. Part of this Chinese projection framework is its financial activism, notably through the Asian Infrastructure Investment

i, Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) para a realização deste trabalho.

ii. Julice Salvagni é professora adjunta no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <julicesalvagni@gmail.com>.

iii. Magda Georgia dos Santos é bacharel em letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em gestão empresarial pelo Centro Universitário Ritter da Reis (Uniriter), Porto Alegre, RS, Brasil. <magda.georgia08@gmail.com>.

iv. Marília Veríssimo Veronese é doutora em psicologia social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora titular do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <mariliv@unisinos.br>.

v. Róber Iturriet Avila é doutor em economia do desenvolvimento e professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<roberiturriet@yahoo.com.br>

Bank and the New Silk Road Fund. The drive to boost the economy and trade with other countries through logistical improvements is highlighted, aiming to increase the country's energy security and to promote favorable conditions for the flow of its industrial production. It is suggested that China's success has to its President Xi Jinping and the assertive conduct of his decisions to implement the new silk road, with Shanghai Cooperation Organization (OCX) and Association of Southeast Asian Nations (Asean+3) as important multilateral forums for decision making. This infrastructure investment megaproject involving more than 65 countries, has the potential to challenge the Western supremacy represented by the US hegemony, in this 21st century.
Keywords: New Silk Road. China's re-emergence. American Hegemonic Crisis. Geopolitics. Integrative Review.

Keywords: Material deprivation. Child poverty. Item response model theory. Social index.

Introdução

A existência da civilização chinesa com seus mais de cinco mil anos desafia o tempo: encerrou a dinastia Qing para se tornar República sem nunca ter deixado de ser Império (Jinping, 2014). O Império do Meio (中国 Zhongguó) recria hoje o mítico caminho da Rota da Seda para promover a integração regional e fortalecer vínculos diplomáticos com países da Eurásia e da África que, por mais de mil anos, foram ligados através das antigas estradas comerciais. Assim, a República Popular da China inicia o século XXI como um dos principais atores da arena global.

É indiscutível a importância da China nas últimas décadas da economia globalizada e seu impacto nas economias de múltiplas nações, até porque ela se tornou grande importadora de recursos minerais e energéticos, indispensáveis para o abastecimento de seu extenso e impressionante parque industrial. Segundo Helton Ouriques:

O aumento da importação de minério de ferro e petróleo e a expansão da própria demanda doméstica de carvão tornaram o país um dos maiores emissores de CO₂ do planeta. O ritmo da atividade exportadora chinesa aumentou a pressão competitiva sobre as economias do centro e das periferias (Ouriques, 2014: 20).

Muitos livros e artigos têm sido escritos na tarefa de pesquisar e analisar todos os aspectos – que incluem muitas contradições, por certo – dessa ascensão chinesa no mundo. Não resta dúvida: hoje é fundamental desvendarmos o que se passa naquele país asiático, para entendermos o que está ocorrendo no mundo em termos de processos socioeconômicos e geopolíticos globais (Olivén, 2011).

Há controvérsias na literatura, questões em debate, como por exemplo a entrada da China como “parceira” comercial no continente africano. Que espécie de

“parceria” é esta? Segundo Ching Kwan Lee (2017), a China mira agressivamente as matérias-primas de países africanos, estabelecendo uma presença poderosa no crescente mercado do continente. Entre os principais investidores estrangeiros na África, a China tem despertado do medo à esperança. Para muitos, o espectro de uma disputa neocolonial chinesa é real, enquanto para outros a China é a melhor oportunidade de renovação econômica da África. Contudo, não se tem aqui a pretensão de uma análise crítica desses aspectos do debate acadêmico. Os objetivos deste artigo são mais modestos.

Focalizam-se os esforços na compreensão da iniciativa chinesa “Um cinturão, uma rota”¹ e seu potencial para dinamizar a economia de mais de 65 países. Tal tema, em específico, é de grande relevância no cenário geopolítico contemporâneo, pois suas ações de integração regional através de investimentos em infraestrutura e da criação de corredores econômicos em nações da Eurásia e África trazem a possibilidade de potencializar a conectividade entre os participantes, transformando-os em eixos geoestratégicos através da Nova Rota da Seda, apesar dos riscos e das desigualdades presentes no processo.

Ao considerar as mudanças que desafiam o Ocidente nas primeiras décadas deste século e que colocam frente a frente a República Popular da China e os Estados Unidos da América, no que se refere à globalização econômica, torna-se fundamental produzir análises dos reordenamentos geopolíticos mundiais em seus múltiplos aspectos. No contexto contemporâneo em que o país asiático se destaca como uma das lideranças do sistema econômico mundial, questiona-se o papel da Nova Rota da Seda para a expansão do poder chinês no atual cenário.

O objetivo foi, portanto, analisar esse fenômeno através de revisão da literatura que pudesse apontar pistas empírico-teóricas sobre os fatores que têm conduzido à consolidação do poder da China no cenário geopolítico. Fazemos uma inflexão também no aspecto de aquilatar o quanto a hegemonia estadunidense poderia estar sendo ameaçada pelo avanço da China como potência global. Em consonância, destaca-se a superação da China na consolidação de seu ativismo econômico-financeiro e da afirmação de sua liderança na Eurásia como consequência da agenda positiva em prol do desenvolvimento, notadamente através da exportação de investimentos em infraestrutura para os países que fazem parte da Nova Rota da Seda. Pretende-se ainda ilustrar o intenso protagonismo chinês personalizado através de seu presidente Xi Jinping e sua vocação multilateralista, exteriorizada sobremaneira através de fóruns como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e em acordos com a Rússia.

1. A iniciativa “um cinturão, uma rota” (Obor – sigla em inglês) será designada neste trabalho por Nova Rota da Seda, cujo nome oficial é Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI.

Em função da atualidade e complexidade do assunto-alvo desta pesquisa, optou-se pela busca em bases de dados on-line de trabalhos científicos, numa pesquisa realizada em 2018 e início de 2019. Foram selecionados textos que trabalhavam o papel da Nova Rota da Seda como instrumento da expansão de poder da China no cenário geopolítico, nessas primeiras décadas do século XXI. Para isso, foi realizada a revisão integrativa, através de fontes abertas de publicações especializadas, a fim de reunir um quadro temático geral, em vez de consultar apenas alguns artigos que não contribuiriam para formar um espectro de argumentação mais consistente (Sampaio & Mancini, 2007).

Por fim, os dados foram submetidos a uma análise de conteúdo que, segundo Martin Bauer e George Gaskell (2002), é o método que permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos, estereótipos e compará-los. A codificação e posterior classificação dos dados são tarefas de construção entre a teoria e os materiais coletados, obtendo-se um conjunto de procedimentos documentados. Os documentos, depois de categorizados, oportunizaram a análise do tecido geopolítico que está sendo formado a partir da consolidação da Nova Rota da Seda chinesa.

As mudanças na hegemonia e a ascensão chinesa na Nova Rota da Seda

A hegemonia se configura como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (Arrighi, 1996: 27). Nestes termos, é um poder que se explicita pela liderança tanto em termos econômicos como culturais, seja ela retratada pela capacidade coercitiva (militar) ou pelo consentimento. No caso da coerção, trata-se de “dominação”, apenas. Já o *hegemon* lidera o sistema de Estados procurando ser o “representante” do interesse geral. Immanuel Wallerstein (2000: 255) entende que hegemonia ocorre quando há um desequilíbrio de forças de tal forma que uma grande potência pode impor seus interesses em nível econômico, político, militar e cultural. Este poder advém da eficiência das empresas na produção agroindustrial, no comércio e no setor financeiro. Desta maneira, o autor pontua que a hegemonia se dá quando há dominância simultânea nas três esferas, referendando sua eficiência. Sob esta situação, as demais nações ficam submissas do ponto de vista político e ideológico, sendo que a imposição ideológica se manifesta, geralmente, pela defesa do liberalismo tanto no comércio como no fluxo de capitais. Um contexto liberal permite ao país hegemônico a ampliação de seus mercados, de forma que suas firmas, que

já obtiveram ganhos de escala advindos de sua acumulação de capital e tecnologia progressas, possam exportar para os demais países ou até mesmo instalar filiais neles, remetendo seus lucros para a matriz. Assim sendo, há oposição às barreiras alfandegárias e às políticas que restringem o livre-comércio.

No que tange à política, o país hegemônico costuma interferir nos processos internos dos outros Estados. Tal estratégia ocorre quando as circunstâncias desses países colidem com o poder, ou seja, a intervenção visa assegurar seus interesses e suas vantagens; há, ainda, a pujança militar. Wallerstein (2000) expõe que antes de serem efetivamente hegemônias, há relutância por parte dos países em desenvolver suas forças militares. Entretanto, à medida que se observa a possibilidade de ocorrer enfraquecimento de forças impositivas no campo político e ideológico, torna-se indeclinável obter poder militar, para enfrentar algum eventual rival. Situação essa que também objetiva intimidar os demais Estados e resulta na estabilidade de sua influência hegemônica. Dado que o período efetivamente hegemônico se dá quando há dominância produtiva nos três setores citados anteriormente, a perda desse poder começa, portanto, quando o setor agroindustrial deixa de ter a mais elevada eficiência produtiva.

Antonio Gramsci (2001; 2004) pontua que a sociedade é um todo orgânico que se explica pela base econômica, mas não é reduzido a este fator. As instituições da sociedade estão interconectadas com a subordinação cultural. Ou seja, sob esta visão, conquistar a hegemonia engloba a noção de representatividade cultural de forma que um grupo se apresenta como aquele que supostamente atende aos interesses e valores de todos, de tal sorte que há consentimento na liderança exercida, envolvendo a todos no mesmo compromisso. Assim, a infraestrutura da vida material apresenta uma simbiose com a superestrutura ideológica, política, cultural e moral (Avila & Salvagni, 2018).

Sob o aspecto da realidade concreta, reverses têm sido enfrentados por Washington neste novo século. Desde o ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono, em 2001, e *causas belli* para a Guerra no Iraque, em 2003, inaugurando o posteriormente o fracassado Projeto para o Novo Século Norte Americano (Arrighi, 2008), assim como a crise financeira que abalou o globo em 2007-2008, ocasionando o que se tem chamado de Novo Normal da economia² e, por fim, a eleição do midiático presidente Donald Trump, em 2016. Todos esses pontos de inflexão na trajetória de poder norte-americano têm contribuído para algum declínio de sua liderança no mundo. Conforme havia sugerido Henry Kissinger (2012: 759), a América do Norte já não estava mais em posição para liderar unilateralmente a agenda global como no início da Guerra Fria, e seu poder para moldar o mundo decrescera.

2. Segundo André Luís Scherer (2015), o novo normal reflete a tese sobre os efeitos do pós-crise 2007-2008, os quais produziram baixo crescimento e lenta recuperação dos países desenvolvidos e o maior crescimento dos países em desenvolvimento liderados pela China. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revista-paranaense/article/view/780>>, acesso em: 03 Ago. 2018.

Em um dos interesses manifestados do governo americano pós-2017, lado a lado com suas ações de política doméstica e externa, constatou-se que a liderança executiva americana virou as costas ao potencial advindo de intercâmbios culturais com outros países, ao instituir a política de tolerância zero contra imigrantes da América Latina, assim como às outras nações que compõem o G-7. José Eustáquio Diniz Alves afirmou que as reuniões multilaterais foram marcadas pelo isolacionismo dos Estados Unidos, na era Trump. Este foi de encontro à tradicional posição estadunidense de integração comercial e liderança nas decisões globais, parecendo querer romper com alianças ocidentais consolidadas desde o pós-Guerra. Na reunião do G-7, ocorrida em 8 e 9 de junho de 2018, no Canadá, os outros seis membros do grupo – França, Reino Unido, Alemanha, Japão, Itália e Canadá – manifestaram insatisfação com a saída dos Estados Unidos da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, do Acordo de Paris e do Acordo Nuclear com o Irã, bem como as críticas de Washington à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e as medidas de enfraquecimento do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta). O ex-presidente americano não assinou o comunicado conjunto da cúpula, deixou o encontro mais cedo fazendo críticas ao primeiro-ministro canadense Justin Trudeau, para encontrar-se com o presidente Kim Jon-un, da Coreia do Norte, dias mais tarde.

O processo de integração tanto financeira como comercial, contudo, tem sido o procedimento de desenvolvimento orquestrado pelas nações hegemônicas, e o recente governo Biden, cujo programa econômico difere radicalmente do antecessor, sinaliza que irá retomar essa estratégia, assim como a retomada da participação dos esforços da cúpula do clima (*El País*, 2021). Contudo, esclarecemos que vamos nos ater aos dados obtidos revisão bibliográfica empreendida, que não cobrem o período do corrente ano nem da pandemia do Covid-19.

Ha-Joon Chang (2004) aponta que os países na fronteira tecnológica que obtêm ganhos de competitividade na arena internacional são aqueles que estimulam o processo de integração comercial, já que tendem a ampliar seus mercados. À medida em que esses perdem competitividade, tendem a intensificar práticas protecionistas, ou retomá-las. A Grã-Bretanha foi o país que por mais tempo praticou protecionismo industrial (1721-1846). Quando ganhou competitividade, passou a firmar acordos de livre-comércio com outras nações. Já no período pós Primeira Guerra Mundial, quando o país perdia espaço comercial para os Estados Unidos, a Grã-Bretanha voltou a elevar tarifas alfandegárias. O mesmo aconteceu com os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, quando o país se afirmou como novo *hegemon*. Mais recentemente, com o governo Trump, ao mesmo tempo em que a China ganhava mercados e competitividade internacional, a política externa dos Estados Unidos tornou-se de protecionismo e isolacionismo.

De qualquer modo, também são apontados riscos em relação ao crescimento das vendas de *comodities* para a China, por parte de países latino-americanos, por exemplo. Para Ouriques (2015), os riscos são de reprimarização da economia, já que os países abandonam os seus próprios parques industriais para focarem na produção de produtos primários, demandados para que o processo exponencial de crescimento industrial chinês se concretize. No caso do Cone Sul tal situação poderia configurar um oligopsônio, ou seja, uma situação comercial de apenas um comprador central para vários países fornecedores, o que em um continente tão desigual pode aumentar as desigualdades nacionais e regionais no contexto do mercado mais amplo (Ouriques, 2015).

O Grupo Eurásia, no começo de 2018, publicou os seus *Top Risks* para o ano que se iniciava. A assessoria internacional para assuntos de risco em geopolítica considerou a redefinição de estratégia externa de Pequim *versus* a renúncia ao multilateralismo por parte de Washington como o grande risco mundial do ano, sinalizando que a China havia mudado sua estratégia oficial. O presidente Xi Jinping, à época, já havia consolidado poder interno suficiente para redefinir sua atuação externa aproveitando o momento oportuno em que Trump renunciara ao perfil multilateralista, levando incerteza sobre o protagonismo dos Estados Unidos na Ásia e criando um vácuo de poder que pôde ser preenchido pela China.

Ao antecipar as previsões do Grupo Eurásia, Thomas Friedman havia publicado no jornal *The New York Times*, em março de 2017, artigo apontando que as ações de Donald Trump eram um esforço para fazer a “China grande de novo”. Ele afirmou que ao saírem do Acordo Transpacífico (TTP – sigla em inglês) – negociação para livre comércio entre onze países do Pacífico (40% do PIB mundial) baseado, em grande medida, nos interesses norte-americanos – os Estados Unidos desistiriam de negociar com a China como o líder de um bloco de doze países e com a possibilidade de comercializar segundo seus interesses e valores (Friedmann, 2017).

Em vez disso, Washington incita Pequim a uma guerra comercial, retratada em um artigo de William Engdahl não apenas como uma política de equilíbrio de superávits comerciais, mas antes como sendo uma postura norte-americana de “contenção estratégica” ao modelo chinês de desenvolvimento. Long Guoqiang, vice-presidente do Centro de Pesquisa do Desenvolvimento do Conselho de Estado da China, apontou para essa tendência, afirma o autor, no mesmo artigo (Engdahl, 2018). E toda essa cena ofensiva americana bem poderia lembrar um *chicken game*³, cuja obstinação dos jogadores poderia gerar cenários de perda para todos os envolvidos.

3. Disponível em: <<https://cs.stanford.edu/people/eroberts/courses/soco/projects/1998-99/game-theory/chicken.html>>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

4. Segundo tese do cientista político norte-americano Joseph Nye Jr. (2004) *soft power* é “o poder brando” e está em contraposição “ao poder duro”. O primeiro é manifestado pelo poder de atratividade exercido através da cultura, dos valores e das políticas externas legítimas de um país; o outro é obtido através de coerção financeira ou militar.

5. Segundo Carlos Pinent (2015: 85): “os chineses denominam o período que vai aproximadamente de 1845 a 1945 de ‘século da humilhação’. Alguns contam de 1842 a 1943, início e fim dos ‘tratados desiguais’, imposições das potências colonizadoras”. A esse respeito, esclarece Luiz Dario Teixeira Ribeiro (1999: 6): “Com as Guerras do Ópio os vencedores, que eram os europeus, exigiam a abertura da economia chinesa.”

6. Segundo Luiz Fernando de Paula e Elias Jabbour (2016), entre 1980 e 2015, a média de crescimento do PIB real chinês foi de 9,5% a.a., ou seja, por mais de quatro décadas a China logrou um crescimento acima da média internacional. Disponível em <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-china->

Portanto, o século XXI iniciou testemunhando a “transferência do epicentro da economia política global da América do Norte para a Ásia Oriental” (Arrighi, 2008: 13), ocasionando mudanças no peso da balança de poder global e, com isto, um consequente reordenamento da ordem mundial. Segundo Paulo Visentini (1998: 8), o sistema internacional marcado, a partir anos de 1990, pela “globalização”, formação de blocos regionais e pelo reordenamento político internacional sinalizou uma fase de transição que ensejou a emergência da Ásia Oriental e, principalmente, da China como polo desafiante à hegemonia anglo-saxônica.

Enquanto nos Estados Unidos, recentemente, foram tomadas medidas de protecionismo, de aplicação de leis de cunho xenofóbico que fortaleceram o *hard power* (ou coercitivo) dos Estados Unidos, a composição de um *soft power*⁴ praticado pela China, segundo a concepção de Joseph Nye Jr. (2004: 5-6) – aquele que causa atração, admiração e aspiração ao seu nível de prosperidade –, tem sido a política observável na atuação externa chinesa. Tal inflexão estaria modificando a visão sobre a China no panorama global.

Em 1999, a *Folha da História* publicou discussões referentes ao cinquentenário da Revolução Chinesa. Naquela edição, o professor de história contemporânea da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Luiz Dario Teixeira Ribeiro (1999), retratou a representação que se tinha sobre a China até meados da década de 1960: de um país atrasado composto pelos “amarelos” e que tinha sido obrigado a abrir suas portas à modernidade da Civilização Ocidental, imagem esta que muitos ainda guardavam em suas memórias até aqueles dias.

Ao percorrer o caminho da re-emergência chinesa desde o século da humilhação causada pelos tratados desiguais⁵, passando pelo fracasso do Grande Passo Adiante de Mao Tse-tung, a China chegou à sua abertura econômica, em 1978, e atualmente tem sua imagem consolidada de grande potência econômica, política, militar, detentora de conhecimentos científicos e tecnológicos e com crescimento acima da média internacional⁶. Isso foi atestado pelas palavras do administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2017, Achim Steiner, em declarações feitas ao site de notícias chinês *Xinhua*: ele classificou o avanço da China como um acontecimento sem precedentes na história.

A Nova Rota da Seda, ou oficialmente, Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do século XXI, relança a ideia da antiga Rota da Seda, retratada pelo historiador Joshua Mark (2018) como antiga rede de rotas comerciais iniciada na Dinastia Han, desde 130 a.C. e que existiu até o ano de 1453, quando o Império Otomano decidiu boicotar o comércio e fechar as rotas comerciais. Apesar de ter

sido vivenciada e descrita pelo explorador Marco Polo (1254-1324) em seu *O livro das maravilhas*, o nome “Rota da Seda” foi cunhado pelo geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen, em 1877, que, como Marco Polo, fizera menções aos artigos que eram transportados entre o Oriente e o Ocidente: do Oriente, sedas, chás, corantes, pedras preciosas, porcelanas, medicamentos; e do Ocidente: cavalos, selas e outros artigos de equitação, uvas, animais domésticos e exóticos, peles de animais, têxteis, mel, frutas, camelos, ouro, prata, armas e escravos⁷.

e-seu-catching-up.pdf>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

7. Disponível em: <https://ancient.eu/Silk_Road/SilkRoad>. Acesso em: 19 Ago. 2018.

Simbolicamente renovada através da iniciativa chinesa, o megaprojeto teve a proposta de promover, com seus parceiros, a prática dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica lançados em 1955, na Conferência de Bandung, pelo então primeiro-ministro chinês Zhou Enlai, que são: *i.* respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, *ii.* não agressão mútua, *iii.* não interferência nos assuntos internos de cada país, *iv.* igualdade e benefício recíprocos e *v.* coexistência pacífica (Pecequillo & Forner, 2017). Além disso, a China, através do Cinturão (rota terrestre do projeto) e da Rota (parte marítima), ressuscita Mackinder e Mahan ao revisitar as concepções geopolíticas clássicas sobre poder marítimo e poder terrestre (Carmona, 2017).

O almirante norte-americano Alfred Mahan, em 1900, defendia que mares e oceanos eram espaços “sociais e políticos” e que uma marinha mercante impunha a necessidade de ser resguardada por uma marinha de guerra, considerando que quanto maior fosse afluxo, pelos mares, de comércio de um país, tanto mais lhe aumentariam as chances de se chocar com interesses de nações hostis em pontos distantes do globo. Desta forma, Mahan afirmava que a instalação e a manutenção de uma rede de “pontos de apoio” ao longo de regiões costeiras e estratégicas, além de um comércio marítimo e de um poder naval, resultariam no poder marítimo de um país. Acredita-se que a China, através da Rota, busque promover condições para criar tais pontos de apoio e vias livres de navegação que desviem seu tráfego marítimo de estreitos de estrangulamento e do controle militar, com vistas a expandir seu sistema de rotas comerciais (Carmona, 2017; Thiery & Da Costa, 2016; Vizontini, 1998).

O britânico Halford John Mackinder (1907), diferentemente de Mahan, enfatizava sua teoria no poder terrestre. O *heartland*, que correspondia à parte central da Eurásia, segundo sua tese, demonstrava grande capacidade de mobilidade em todas as direções e cujas áreas marginais permitiriam saída para o mar e fácil acesso à navegação e às ferrovias transcontinentais. Desta forma, o país que controlasse o *heartland* poderia controlar a ilha mundial e, com isso, dominar o mundo. Pequim, com seu Cinturão, pretendeu interligar o litoral chinês ao litoral europeu com passagem pelo “*heartland* mackinderiano” apontando para a intenção de ser liderança ativa na Eurásia (Carmona, 2017; Thiery & Da Costa, 2016; Vizontini, 1998).

A Rota da Seda do século XXI, ao trazer o espírito da mítica Rota da Seda para contemporaneidade, intende promover, entre os Estados parceiros, os cinco fatores de conectividade, que são: comunicação política, conectividade de infraestrutura, comércio desimpedido, circulação monetária e entendimento entre pessoas (Pautasso & Ungaretti, 2017: 30) através de três rotas terrestres e duas rotas marítimas:

Em relação ao *Cinturão Econômico* continental, ressaltam-se três rotas conectando: a) China e Europa através da Ásia Central e da Rússia; b) China e Oriente Médio através da Ásia Central; c) China, Sudeste Asiático, Ásia Meridional e Oceano Índico. No que diz respeito à Rota da Seda Marítima, são duas as rotas integrando: d) China e Europa através do Mar do Sul da China e Oceano Índico; e) China, Pacífico Sul e o Mar do Sul da China (Pautasso & Ungaretti, 2017: 29).

A agenda positiva da China para integração e desenvolvimento, entretanto, não dá mostras de ficar restrita somente à Eurásia e África. No X Encontro de Cúpula do Brics, ocorrida na África do Sul nos dias 25 e 27 de julho de 2018, o presidente chinês Xi Jinping insistiu que Brasil e China discutissem sobre “a sinergia da Iniciativa Cinturão e Rota com as estratégias de desenvolvimento do Brasil” (tradução própria)⁸. Isso aponta para que o mundo esteja mais atento à assertividade das iniciativas chinesas em âmbito global. No caminho de um maior aproveitamento das oportunidades, deve-se conhecer, com mais profundidade, a história milenar do Império do Meio. “A China e o mundo precisam se conhecer melhor”, exortava o presidente Xi Jinping (2014: 5) naquele momento.

É essa uma das propostas do Presidente Xi Jinping expressa em seu livro *A governança da China*, publicado em 2014, que busca expressar o direcionamento político chinês contemporâneo, desta vez sob a ótica de um cidadão chinês, o tomador de decisões mais elevado do país, que “tem dirigido todo o Partido e o povo [...] para enfrentar as dificuldades e os desafios e lutar incansavelmente para concretizar o sonho chinês da grande revitalização da nação chinesa” (Xi, 2014, “Nota do editor”).

Apesar de contendas a serem solucionadas em relação a Taiwan e à sua expansão no Mar do Sul da China, como também lembrava Theotonio dos Santos⁹, que a China tem questões pendentes com o Japão, a Índia e a Rússia, ao implementar tal projeto. Pequim tenta superar desagравos e atrair aliados quando sinaliza investir na reestruturação dos países signatários do projeto. Ao mesmo tempo, avança em sua estratégia de poder na Eurásia que lhe poderá trazer maior securitização para as rotas de exportação de seus produtos e de importação do petróleo e gás natural que sustentam seu parque industrial.

8. Disponível em: <<https://eng.yidaiyilu.gov.cn>>. Acesso em: 27 Jul. 2018.

9. Theotonio dos Santos fez a apresentação do livro *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*, de Giovanni Arrighi (2008: 11).

As múltiplas dimensões da Nova Rota da Seda

O antigo caminho comercial da Rota da Seda, que ligava o Oriente ao Ocidente em tempos remotos, fazia circular pessoas, especiarias, cultura, filosofia, arte e religião e foi referido em trabalhos científicos das mais diversas áreas – história, educação, direito, saúde, engenharia, turismo, patrimônio cultural, gastronomia, teatro, biblioteconomia, comércio, globalização e tecnologia da informação. Portanto, a referência que esses textos fizeram à intensa circulação das caravanas entre os séculos II a.C. e XV d.C. revisitam o conceito da integração entre povos e foi retomado nos textos sobre a sua nova versão, pois se entende que grande parte da humanidade ainda carrega o mítico anseio de transpor fronteiras e de se universalizar. Sandro Mendonça (2016: 124) afirma que a “Rota da Seda é um conceito que vive desafiando o tempo e o espaço”.

A ideia de uma nova alternativa de integração regional foi amplamente comunicada, a partir de 2013, pelo Presidente Xi Jinping. Todavia, de acordo com Marcos Costa Lima e equipe (2016: 70), o megaprojeto já estava nos planos chineses antes de sua chegada ao poder. O mandatário anterior, Hu Jintao (2003-2013), já demonstrava uma postura favorável à abertura em relação às políticas externas que pudesse criar condições para a realização desse empreendimento.

Nos diversos artigos e trabalhos acadêmicos consultados, há temas mais recorrentes e que nos levaram a construir um quadro no qual Pequim parece consolidar sua legitimidade interna, seu ativismo financeiro e sua liderança política cada vez mais ativa e altiva na ordem mundial, conforme Quadro 1.

Os textos analisados procuram também demonstrar a magnitude do projeto, que tem uma face voltada para a internacionalização da China, através de apoio financeiro aos países signatários, e outra dirigida para a integração doméstica, tentando suavizar desequilíbrios entre as regiões costeiras e as do interior, ao mesmo tempo em que quer combater “os três males: o separatismo, o terrorismo e o extremismo” (Brites & Jaeger, 2015: 12). Conforme Lima e equipe (2016: 71), esses problemas, que estão na pauta de Pequim, são mais observados em Xinjiang, região localizada no extremo oeste da China. Essa província, que faz parte da Nova Rota da Seda, liga a cidade chinesa de Kashgar ao estratégico porto paquistanês de Gwadar conectados através da rodovia Karakorum (Khan, 2013). Xinjiang e Balochistão (onde se localiza Gwadar) são duas partes sensíveis do projeto, pois suas populações são predominantemente islâmicas, separatistas e opostas às diretrizes de seus governos centrais.

QUADRO 1
ELEMENTOS MAIS RECORRENTES
NOS TEXTOS COLETADOS SOBRE A NOVA RODA DA SEDA

Categoria	Temas majoritariamente referidos
Projeção econômica	A fundação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, entre outras instituições financeiras, bem como a internacionalização do <i>Renminbi</i> podem levar à criação de uma nova arquitetura financeira mundial liderada pela China.
Exportação de investimentos em infraestrutura	Os investimentos chineses em construção e revitalização de estradas, ferrovias, portos, oleodutos e gasodutos conectando países participantes da Nova Rota da Seda contribuem para a expansão do poder terrestre chinês na Eurásia, retomando a tese de Mackinder referida anteriormente.
Impulso de securitização	Através da Nova Rota da Seda, a China pretende reafirmar mecanismos para a ampliação de sua securitização financeira, energética, territorial, logística, militar, alimentar e das linhas de comunicação marítimas.
Mar do Sul da China	O Mar do Sul é um espaço territorial disputado por diversos países, pois possui ilhas ricas em hidrocarbonetos que, para além do seu potencial de fornecimento energético, são pontos de extrema importância para a marinha naval e mercante chinesa. A criação de pontos de apoio para reparação e reabastecimento de navios será repetida em outros pontos estratégicos da Nova Rota da Seda e revisita a teoria de Alfred Mahan, citada acima neste texto.
Protagonismo da OCX	A Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) contribui para a consolidação da Nova Rota da Seda, pois atua como importante fórum para a resolução de problemas concernentes ao terrorismo, separatismo e fundamentalismo assim como para a diversificação de fornecimento de recursos energéticos para a China, cujos produtores são Rússia e países da Ásia Central (Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão) os quais fazem parte da OCX.
Papel conciliador na Asean+3	A Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean+3) promove um ambiente para a tentativa de consenso sobre problemas advindos de disputas do Mar do Sul da China e atuações contra pirataria. Desta forma, a ASEAN+3 passa a contribuir com o Cinturão (parte marítima da Nova Rota da Seda) ao tentar mitigar tensões territoriais entre os países membros.
A realização do “sonho chinês”	A realização do sonho chinês é uma narrativa poderosa que ajuda a legitimar as ações do governo chinês na direção de fazer da China uma nação rica até 2049 (centenário da proclamação da República Comunista da China) e o sucesso da Nova Rota da Seda faz parte do roteiro de Pequim para atingir seus objetivos.
Consolidação da figura de Xi Jinping como o promotor da Nova Rota da Seda	O presidente Xi é amplamente retratado como o porta-voz do projeto e ator responsável por lançá-lo publicamente, em 2013. Desde então, tem logrado obter o apoio de mais de 100 países e instituições e a assinatura de acordos de cooperação com mais de 40 países.

Fonte: elaboração própria com base na coleta de dados secundários (2018).

10. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) é especializado em financiamento de projetos de investimento, focado principalmente nos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mas também pode contemplar países fora desse agrupamento. A ordem de capital subscrito é de US\$ 50 bilhões e possui um capital autorizado de US\$ 100 bilhões. (Pautasso, 2015: 4). Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/15017>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

11. De acordo com Renato Baumann (2016: 40), a fundação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) contou com a participação de 50 países, incluindo o Brasil. Com sede em Pequim, a instituição teve seu capital inicial de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 20 bilhões foram integralizados e US\$ 80 bilhões de chamada de capital. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6052>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

Outro elemento que contribui para descrever a República Popular da China contemporânea é também sua notável projeção econômica, ocorrida principalmente a partir da segunda década do novo século. Segundo Diego Pautasso (2015: 12), em 2004, o país não tinha nenhum banco elencado no rol dos mais importantes do mundo e em menos de uma década, em 2013, já possuía quatro dos maiores – o Industrial and Commercial Bank of China, o China Construction Bank, o Bank of China e o Agricultural Bank of China – sem esquecer que Pequim teve participação ativa na criação do China-Africa Development Bank, no Novo Banco de Desenvolvimento do Brics (NBD)¹⁰ e, em 2014, no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)¹¹, financiando grandiosos projetos de infraestrutura em telecomunicações,

energia, transporte (Mendonça, 2016: 124). O AIIB, o NBD e a Nova Rota da Seda, portanto, expressam a vocação chinesa para o multilateralismo e para a criação de uma nova governança financeira mundial, levando a diminuir a aderência de muitos países ao arcabouço institucional da ONU, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, conforme analisa Renan Holanda Montenegro (2015: 264).

Na esteira da internacionalização de sua economia, além das iniciativas antes referidas, Pequim também aposta na projeção mundial de sua moeda, o Renminbi (人民幣). Com a evolução das estratégias de sua internacionalização, Lyu Wenwen (2017) destaca que a “moeda do povo” está cada vez mais sendo usada em transações financeiras e investimentos, e ainda como reserva nos bancos centrais de outros países, contribuindo para que a China, de forma gradual, diminua sua dependência do dólar norte-americano. No intuito de internacionalizar sua moeda, a China tem efetuado acordos de trocas em moedas locais, sem a utilização do dólar. Atualmente o país faz trocas em moeda local com o Brasil, a Rússia, a Índia, a África do Sul, a Coreia do Sul, a Indonésia, a Malásia, a Argentina, Singapura, Tailândia, Paquistão, Turquia, Austrália, Canadá, Chile, Catar, Suíça, Angola, Gana, Nigéria, Maurícias, Zimbábue, dentre outros (Wenwen, 2017). O mesmo autor acrescenta que apenas a partir de um profundo processo de reforma de seu mercado financeiro, ainda fortemente regulado pelo poder estatal, talvez o Renminbi pudesse se tornar a moeda principal de reserva, passando a ser utilizada como fator de favorecimento dos interesses nacionais. Ainda nas palavras de Wenwen (2017), o AIIB, o NBD e o Fundo da Nova Rota da Seda¹² são atores importantes com vistas a aprofundar a possibilidade de cooperação financeira internacional através da emissão de títulos denominados em Renminbi pelos países participantes da iniciativa.

A China, todavia, está atenta às pressões vindas de fora. Após a crise financeira de 2007-2008 – que abalou mercados, desafiou a estabilidade do sistema econômico internacional e a validade da globalização –, Pequim apostou na estratégia de *soft power* através de projetos de construção e revitalização de estradas, ferrovias, portos, oleodutos e gasodutos em outros países. Nesta coleta de dados, 42 trabalhos identificam a exportação de investimentos chineses no exterior como atuação relevante da China e muitos a pontuam, por outro lado, como alternativa para o país alavancar sua economia quando os mercados mundiais passaram a dar mostras de retração de consumo. Fernanda Ilhéu (2017: 38) lembra que, no Fórum de Davos de 2017, o presidente Xi Jinping havia declarado que a China deveria continuar comprometida com o “desenvolvimento do comércio livre global”. À época, ele identificou dois problemas: o primeiro relacionado à contínua lentidão da economia global e a crescente diferença entre países ricos e pobres. Em seu discurso, também apontou três causas para esse quadro: ausência de forças propulsoras para o cres-

12. Segundo André Luís Scherer (2015: 44), para o financiamento da Nova Rota da Seda, haverá a criação de um fundo suplementar de US\$ 40 bilhões destinados a complementar os recursos do AIIB.

13. Paulo Duarte (2017: 45), doutor pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) e investigador na Cheng-chi University, Taipé – citando B. Buzan, O. Waever, O. E. J. Wilde, (1998) – pontua que “securitizar” é um termo utilizado pela Escola de Copenhague que significa elevar determinado assunto da esfera da política normal ao da alta política (*high politics*). Isto acontece quando uma matéria considerada como ameaça e que é sensível aos interesses de um país (questões de segurança energética, alimentar, disputas por soberania territorial etc., consideradas do domínio da alta política) determina que se recorra a políticas dotadas de contornos de exceção (que podem ou não envolver o uso da força militar) ou de caráter temporário na direção de sua dessecuritização, devolvendo a matéria à esfera da política normal. Disponível em: <http://www.anrs.pt/documentation/OrienteOccidente_PauloDuarte.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

14. Segundo Daniel Vázquez e Marcos Vinícius Fernandes (2016: 128), o termo “colar de pérolas” foi cunhado pelo

cimento global, a inadequada governança econômica global e o desenvolvimento global assimétrico.

É importante salientar o que afirmaram Wang (2015) e Griffith-Jones (2014), citados por Baumann (2016: 39), sobre a estimativa referente à carência de recursos dos países em desenvolvimento para financiamento em infraestrutura: esta necessidade é da ordem de US\$ 2 trilhões anuais, sendo que as instituições multilaterais gestadas no Acordo de Bretton Woods têm capacidade para proporcionar apenas US\$ 1 trilhão anual. Com a bandeira da recriação da Rota da Seda, respaldada por seu sistema bancário, os chineses intendem, pois, entrecruzar interesses de expansão de seus mercados, escoamento de sua capacidade industrial excedente, exportação de seus produtos e serviços ao mesmo tempo em que aumentam sua área de influência no mundo, promovendo o desenvolvimento e a geração de empregos às populações dos países envolvidos (Delgado & Febraro, 2017: 13).

Em complementação a esse projeto de desenvolvimento, existem diversas formas de securitização¹³ empreendidas pelo país – energética, financeira, territorial, logística, comercial, militar e alimentar, bem como das linhas de comunicação marítima através da formação de um “colar de pérolas”¹⁴. Isso converge para a ideia de um comportamento *Chronos*: uma civilização que se tornou um Estado e que acumula larga experiência em lidar com adversidades externas (Romana, 2016: 21). Tributário de pensadores como Confúcio¹⁵ e Sun Tzu¹⁶, o Império do Meio esforça-se pela unidade interna e pela exploração dos potenciais externos em seu favor, importantes ações securitárias para a manutenção de sua longa existência. A Nova Rota da Seda é uma iniciativa para securitizar a China em várias direções: através da potencialização de suas conexões comerciais (ampliação de mercados para exportação), da diversificação de fornecimento de recursos energéticos e alimentar (a partir do aperfeiçoamento das redes logísticas terrestres e marítimas), securitização militar através da atuação da China Ocean Shipping Company (Cosco) no exterior, dando acesso à Marinha do Exército Popular da China (Plan) a portos por todo o mundo, tornado desnecessária a criação de bases navais permanentes (Duarte, 2017: 48).

Em relação ao multilateralismo – uma das marcas da narrativa da República Popular da China –, há dois fóruns que apresentam importância para a condução das questões sensíveis à Ásia e, portanto, passam a servir de apoio à concretização da Nova Rota da Seda: a OCX e a Asean. A OCX foi fundada em 15 de junho de 2001, na cidade chinesa de Xangai, por China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão que, desde então, têm se empenhado pelo fortalecimento dos países membros e “pela cooperação nas áreas de política, economia, ciência e tecnologia, cultura, educação, energia, transporte e estabilidade na região e a promoção de

uma nova ordem internacional e econômica mais democrática, justa e racional” (Jinping, 2014: 349-350).

Erik Ribeiro (2015: 1) analisa os efeitos securitários da inclusão da Índia e do Paquistão na OCX. O estrategista argumenta que a inclusão desses países promove a integração regional, mas também traz complexidade à organização na tentativa de promover a distensão entre eles, que, periodicamente, se encontram mergulhados em crises. Cabe ressaltar, portanto, que é do interesse chinês que haja um ambiente pacífico no âmbito de atuação da OCX. Isso significa, também, criar um clima menos propício à insurgência de algumas de suas regiões, a já citada Xinjiang e o Tibete, que convivem com movimentos separatistas (Brites & Jaeger, 2015). Por fim, há outra importante razão estratégica para o fortalecimento da OCX: a Rússia. Este país tem sofrido fortes sanções dos Estados Unidos, da União Europeia e aliados após a forçada anexação da Crimeia aos seus territórios, em 2014. Para Jorge Almeida (2015: 6-7), 17 acordos foram assinados entre Moscou e Pequim para a construção de sete gasodutos entre os dois países e foi acertada a compra de US\$ 400 bilhões de gás russo pela China durante 30 anos. Além disso, a China passou a votar a favor da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas para mitigar as sanções advindas da coalização americana, o que, o autor conclui, acabou consolidando dois poderosos aliados na região.

O interesse dos pesquisadores consultados sobre a Asean é igualmente relevante. A Associação de Nações do Sudeste Asiático foi criada em 1967 pela Tailândia, Filipinas, Malásia, Singapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja e, em 1997, surge a Asean+3 com a integração de novos membros – China, Coreia do Sul e Japão. A Asean, assim como a OCX, também trabalha com questões sensíveis para serem resolvidas. Uma delas, provavelmente a principal, refere-se aos litígios territoriais envolvendo a China e os países da zona ribeirinha ao Mar do Sul da China. O recife de Scarborough é disputado também pelas Filipinas; e as ilhas Paracel são disputadas pelo Vietnã; e as Spratly, além da China, são motivo de contendas entre o Vietnã, a Malásia, Brunei, Taiwan e Filipinas. É também nessa área que se localiza o Estreito de Malaca¹⁷ e por onde transitam US\$ 5 trilhões em comércio a cada ano, fazendo da região motivo de desavenças entre alguns países da Asean e Taiwan e, por consequência, um significativo ponto de tensão (Al Jazeera, 2016, tradução própria)¹⁸. Cristina Pecequillo e Clarissa Forner (2017: 136), contudo, advertem que excetuando a “Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China”, de 2002, a partir da qual a República Popular da China e os outros membros se comprometem a encaminhar soluções pacíficas para as questões sensíveis relativas ao Mar do Sul da China, a Asean tem logrado efetividade limitada na criação de consensos. Apesar disso, argumenta-se que a OCX e a Asean desempenham papéis importan-

Departamento de Defesa dos Estados Unidos em documento intitulado “Energy futures in Asia”, no qual o tenente-coronel Pehrson descrevia o “colar de pérolas” como “a manifestação da crescente influência geopolítica chinesa através de seus esforços para incrementar o acesso a portos e aeroportos, desenvolver relações diplomáticas especiais e modernizar as forças militares que se estendem desde o Mar do Sul, da China, através do estreito da Malaca e do Oceano Índico, em direção ao Golfo Pérsico”. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/92/91>>. Acesso em: 15 Out. 2018.

15. Confúcio (551-479 a.C.) é considerado o maior pensador da civilização chinesa até os dias atuais. Sua doutrina foi reunida, após sua morte, em um livro chamado “Analectos” e esquematiza um modelo social “ideal” baseado, em grande medida, na proposta da meritocracia para a ascensão da vida política e social (Pinet, 2015: 44-45).

16. Não há registros históricos sobre a existência do filósofo

Sun Tzu. Acredita-se que tenha nascido em Ch'i, atualmente a província de Shandong, na China, e que tenha vivido por volta de 544 e 496 a.C. Disponível em: <http://pt.chinainfoguide.info/blog-china_2016-04-10-three-kingdoms.html>. Acesso em: 18 Out. 2018.

17. O estreito de Málaca liga o Oceano Índico ao Mar do Sul da China. Apesar de ser uma região com um dos mais densos tráfegos marítimos do mundo, é considerada problemática por sua baixa profundidade e sua extrema estreiteza, configurando um “ponto de estrangulamento” (*chocke point*). Adicionados a isso, a pirataria e os incêndios florestais em Sumatra (Indonésia), também frequentes, reduzem a visibilidade dos navios (Vázquez & Fernandes, 2016: 146). Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/92/91>>. Acesso em: 07 Ago. 2018.

18. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/09/south-china-sea-row-tops-asean-summit-agenda-160908052213165.html>>. Acesso em: 16 out. 2018.

tes para Pequim, pois tanto o Mar do Sul da China como a região separatista do Xinjiang se configuram como pontos de atenção para o sucesso da Nova Rota da Seda ao mesmo tempo em que são zonas estratégicas para a conformação do domínio terrestre e marítimo chinês.

Os tomadores de decisão da República Popular da China têm criado condições materiais para o crescimento doméstico e para a alavancagem de países da Eurásia e África que aderiram às suas iniciativas. A projeção do poder da China, que tem ocorrido de forma gradual, também é reforçada por um importante elemento: um governo obstinado em seu desenvolvimento e na realização do “sonho chinês” (*zhongguo meng* 中國夢). Essa ideia resume uma série de conquistas nacionais e internacionais necessárias para o “grande rejuvenescimento nacional” com o objetivo de “transformar a China em uma nação rica e forte em 2049”, quando a República Popular da China completará 100 anos de sua proclamação (Nogueira & Hendler, 2016: 211-212).

O Presidente Xi Jinping aparece como o eloquente comunicador desse “sonho chinês”, e é bastante citado nos textos consultados no âmbito desta pesquisa. Presidente da China desde 2013, diferentemente dos seus antecessores, “Xi recebeu todos os cargos – incluindo as comissões militares do partido e do Estado – de uma só vez” (Silva, 2015: 56) outorgando a ele grande poder. Para além de seu carisma político, Xi é, majoritariamente, retratado como aquele que comunica as ações de governo, que anuncia os novos investimentos e projetos e, principalmente, a Nova Rota da Seda, que está fortemente relacionada ao seu discurso e à construção do *soft power*. Beatriz Bissio (2017: 539), refere-se ao presidente Xi como aquele que lançou “o ambicioso projeto Um Cinturão, Uma Estrada” seis meses após sua posse, em 2013. Para Pedro Vinícius Brites e Bruna Jaeger (2015: 98) ele “representa uma inflexão na inserção externa do país”, que após 2008, necessitou de “um perfil mais ativo na região.” Angang Hu (2015) acrescenta que o presidente denomina a nova era de crescimento da China de “novo normal”, uma fase de reequilíbrio, de diversificação da economia até alcançar um nível mais sustentável e de distribuição de riqueza mais uniforme.

Segundo o jornal espanhol *Expansión*, especializado em notícias de cunho econômico, o governo chinês, até maio de 2017, já havia investido na Nova Rota da Seda US\$ 1,62 bilhão, com planos de direcionar mais US\$ 2,3 bilhões anualmente pelos dez anos subsequentes. À época, mais de 100 países e organizações internacionais já haviam apoiado o projeto e mais de 40 já tinham oficializado a cooperação através de acordos de cooperação¹⁹. Adverte, porém, Ricardo Lopes Kotz (2017: 12) que as incertezas sobre o sucesso da iniciativa se assentam, sobretudo, na abrangência

internacional do projeto, que demandará muito investimento por parte da China e articulação entre países, sem mencionar os atores regionais e extrarregionais que possam considerar o sucesso do projeto como uma ameaça ao equilíbrio de balança de poder mundial.

Considerações finais

A China não parece querer recuar ante nenhum pretexto. Ao contrário: mostra-se cada vez mais disposta a realizar a “reforma do sistema de governança global” e “possui um roteiro claro” para isso, declarou Kevin Rudd (ex-primeiro-ministro da Austrália e presidente da Asian Society Policy Institute)²⁰.

Pretendeu-se, neste artigo, identificar o que a literatura apontava como principais questões e desafios diante do crescimento da China como ator global, quais os atributos de desenvolvimento expressados através da Nova Rota da Seda e de seu papel para a expansão de poder geopolítico da China. Identificamos que faz parte do quadro dessa projeção hegemônica o seu ativismo financeiro, notadamente através do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e do Fundo da Nova Rota da Seda, que se propõem o financiamento de projetos de infraestrutura nos países signatários e o estímulo à sua conectividade, cujo sucesso poderá dar condições à internacionalização do Renminbi. Esse impulso de dinamizar sua economia e o seu comércio com outros países por meio de melhorias logísticas (marítimas e terrestres) vai ao encontro do anseio por securitização em vários setores e por condições mais favoráveis para o escoamento de sua produção industrial.

Para além da proposta de uma agenda mais positiva para a Eurásia e África, que é legítima enquanto alternativa à globalização neoliberal, entende-se que a China passa a ser tributária ao carisma de seu presidente e da condução assertiva de suas decisões para a concretização da Nova Rota da Seda e, nessa direção, a OCX e a Asean+3 podem atuar como importantes fóruns multilaterais para a tomada de decisões consensuais entre os países membros, consolidando o protagonismo de Pequim e a integração regional.

Testemunha-se um tempo de intensas transformações no tabuleiro global, que tem colocado recentemente frente a frente China e Estados Unidos, em um embate comercial com proporções ainda incalculáveis para a economia internacional e para as populações dos países envolvidos. Sugere-se que deveriam ser mais frequentes os debates sobre os efeitos da expansão econômica chinesa no mundo, cujas discussões são essenciais para a compreensão do teatro geopolítico deste século XXI. Tais debates acabam ficando mais restritos aos meios acadêmicos e aos órgãos

19. Disponível em: <<http://www.expansion.com/economia/2017/05/13/5917499d22601d85728b45bd.html>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

20. , Kevin Rudd, “A ordem mundial está em transição, e a China tem roteiro claro”, *Folha de S. Paulo*, “Mundo”, 18 Jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/ordem-mundial-esta-em-transicao-e-china-tem-roteiro-claro.shtml>>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

governamentais, que concentram especialistas em diplomacia e profissionais que lidam com negócios internacionais. Neste sentido, é necessário refletir sobre as ações dos principais atores políticos mundiais e, especialmente com membros do Brics, avaliando a pertinência de sua integração em um futuro corredor comercial no âmbito de uma possível Nova Rota da Seda Global.

Uma das limitações do estudo é abranger um período de revisão anterior à pandemia, e assumimos agora o desafio de realizar mais uma pesquisa bibliográfica a partir da extensa produção que se desenrolou nos anos de 2020 e 2021, com a pandemia de Covid-19, que iniciou na China, e o quadro de crise/emergência global a partir desse novo enquadramento. Um novo trabalho deve suceder a este, retomando e atualizando a análise, a partir da pandemia, do final do governo Trump e dos intensos acontecimentos do último período de um ano e meio.

Este estudo, em seu foco central, revisitou a história da nação que logra ser uma das mais longevas do planeta e procurou ser a uma apreciação mais atenta ao anseio chinês por mudanças, que tem se traduzido, desde sua abertura em 1978, no sucesso de suas reformas e em um dinamismo sem precedentes que afeta todo o globo (Arrighi, 2008). Essa mudança bem poderia ser simbolizada pela Esfinge na porta cidade de Tebas a desafiar os entrantes: decifra-me ou te devoro. Na atualidade, sua voz ecoa nos cinco cantos do mundo e encara a comunidade internacional que, para alguns observadores, agora apresenta traços orientais.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. South China Sea Tops ASEAN Summit Agenda, 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/09/south-china-sea-row-tops-asean-summit-agenda-160908052213165.html>>. Acesso em: 16 Out. 2018.

ALMEIDA, Jorge. VIII Colóquio Internacional Marx e Engels do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx). Unicamp, 14 e 17 jul. 2015. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Jorge%20Almeida.pdf>. Acesso em: 11 Ago. 2018.

AVILA, Róber Iturriet; SALVAGNI, Julice. Hegemonia, crise econômica e política: a dinâmica dos ciclos do capitalismo. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, v. 14, p. 29-50, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BAUMANN, Renato. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? *Radar*, v. 43, Fev. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6052>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENEDITO, Inma. *La Ruta de la Seda: un "Plan Marshall" para impulsar a China*, 2017. Disponível em: <<http://www.expansion.com/economia/2017/05/13/5917499d22601d85728b45bd.html>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

BISSIO, Beatriz. Novos cenários geopolíticos: a aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 9, n. 3, p. 532-553, 2017. Disponível em: <<http://www.revis-tapassagens.uff.br/index.php/Passagens/article/view/163>>. Acesso em: 09 Ago. 2018.

BREMMER, Ian; KUPCHAN, Cliff. Eurasia Group – Top Risks 2018. Disponível em: <https://www.eurasiagroup.net/files/upload/Top_Risks_2018_Report.pdf>. Acesso em: 24 Ago. 2018.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira; JAEGER, Bruna Coelho. Infraestrutura na República Popular da China: impactos sobre a Defesa e a Segurança nacional e regional. I Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/BRITES-JAEGER-Infraestrutura-na-Rep%C3%BAblica-Popular-da-China_Seguranca-e-Defesa.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

BRITES, Pedro; JAEGER, Bruna Coelho. A criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e os desafios à governança financeira global. *Conjuntura Austral*, v. 7, n. 33-34, Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/59557>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

CARMONA, Ronaldo Gomes. *Poder nacional e grande estratégia: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHICKEN (game). Disponível em: <<https://cs.stanford.edu/people/eroberts/courses/soco/projects/1998-99/game-theory/chicken.html>>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

DELGADO, Fernanda; FEBRARO, Júlia. Cronos: China e as suas questões de segurança energética. *FGV Energia*, “Caderno Opinião”, Ago. 2017. Disponível em: <https://biblioteca_digital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19277/Cronos_Seguran%C7_Energ%C3%A9tica2.pdf>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

DUARTE, Paulo. A Nova Rota da Seda: A convergência da terra e do mar na re-emergência da China. *Revista Oriente Ocidente*, n. 34, II Série, 2017. Disponível em: <<http://www.anrs.pt/documentation/OrienteOcidentePauloDuarte.pdf>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

DIKÖTTER, Frank. *A grande fome de Mao: a história a catástrofe mais devastadora da China, 1958-1962*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

EL PAÍS. 100 dias de Biden, uma profunda mudança de rumo nos Estados Unidos, 26 Abr. 2021, Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-26/100-dias-de-biden-uma-profunda-mudanca-de-rumo-nos-estados-unidos.html>>.

ENGDAHL, William F. Guerras comerciais dos Estados Unidos contra a China: o que realmente está em disputa. *Duplo Expresso*, 03 Set. 2018. Disponível em: <<https://duploexpresso.com/?p=98296>>. Acesso em: 08 set. 2018.

FOLHA DA HISTÓRIA. 50 anos e Revolução chinesa. *Folha da História*, Ano IV, n. 31, Nov. 1999.

FRIEDMANN, Thomas L. Trump is a chinese agente. *The New York Times*, “Opinion”, 29 Mar. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/29/opinion/trump-is-a-chinese-agent.html>>. Acesso em: 19 Ago. 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HU, Angang. Embracing China’s “New Normal”: why the economy is still on track. *Foreign Affairs*, Maio-Jun. 2015 Issue. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/embracing-chinasnew-normal>>. Acesso em: 18 Out. 2018.

ILHÉU, Fernanda. A Nova Rota da Seda marítima do século XXI: os países de língua portuguesa na cadeia de valor global da China. *Revista Oriente Ocidente*, n. 34, II Série, 2017. Disponível em: <<http://www.anrs.pt/documentation/OrienteOcidente-Fernandallh%C3%A9u.pdf>>. Acesso em: 6 Ago. 2018.

JINPING, Xi. *A governança da China*. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.

KHAN, Shabir Ahmad. Geo-economic imperatives of Gwadar sea port and Kashgar economic zone for Pakistan and China. *IPRI Journal*, Ano XIII, n. 2, p. 87-100, Summer 2013. Disponível em: <<http://www.ipripak.org/wp-content/uploads/2014/02/art5sha.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOTZ, Ricardo Lopes. *A Nova Rota da Seda: a fundamentação geopolítica e as consequências estratégicas do projeto chinês*. Brasil: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2017. Disponível em: <http://www.erabedsul2017.abedef.org/resources/anais/8/1503106874_ARQUIVO_ArtigoERABEDSUL-RicardoKOTZ.pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

LEE, Ching Kwan. *The specter of global China: Politics, labor, and foreign investment in Africa*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2017.

LIMA, Marcos Costa et al. Nova rota da seda e a ascensão pacífica chinesa. *Século XXI*, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/136>>. Acesso em: 05 Ago. 2018.

MARK, Joshua J. *Silk Road*, 2018. Disponível em: <www.ancient.eu/Silk_Road/Silk_Road>. Acesso em 19 Ago. 2018.

MENDONÇA, Sandro. Rota da Seda, velha (s) e nova (s). *Janus – 2015-2016 – Integração Regional e Multilateralismo*, p. 124-125, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ual.pt/handle/11144/2964>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Crise ou afirmação da hegemonia americana? *Arighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. Estudos internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas*, v. 3, n. 2, p. 247-265, 2015. Disponível em: <<http://seer.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10750>>. Acesso em: 24 Ago. 2018.

MULLER, Albert. O século 21 será chinês? *Geopolítica & Guerra*, Jun. 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/capa-outras-midias/seculo-21-sera-chines-e-asiatico>>. Acesso em: 27 Jun. 2018.

NOGUEIRA, Isabela; HENDLER, Bruno. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: “arquipélago de economias de mercado” ou palco da competição interestatal capitalista? *Carta Internacional*, v. 11, n. 3, p. 199-222, 2016.

NYE JR., Joseph. *Softpower: the means do success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEN, Ruben George. Prefácio. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. *Perspectivas*, v. 45, p. 9-40, Jan.-Jun. 2015.

_____. As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica. *Carta Internacional*, v. 9, n. 1, p. 19-43, Jan.-Jun. 2014.

PAULA, Luiz Fernando de; JABBOUR, Elias. *A China e seu catching up: uma abordagem desenvolvimentista clássica*, 2016. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/a-china-e-seu-catching-up.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

PAULINO, Luís Antonio; PIRES, M. As relações entre a China e América Latina frente ao novo normal da economia chinesa. *Revista Economia e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.coreconrs.org.br/pdf/revistas/revista-economia-e-politicas-publicas-%20v.4.%20n.1_2016_Final.pdf#page=9>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

PAUTASSO, Diego. A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, v. 16, n.149, p. 12-19, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/15017>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas*, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2017. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/estudos-internacionais/article/view/13874>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. O reposicionamento estratégico sino-estadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017). *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/74992>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

PINENT, Carlos. *Breve introdução à história da China: da formação da civilização chinesa ao século XXI*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2011.

RIBEIRO, Erik Herejk. A expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): uma coalizão anti-hegemônica? I Seminário Internacional de Ciência Política: Estado, democracia e mudança no século XXI. 9 a 11 set. 2015. Porto Alegre. UFRGS. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RIBEIRO-A-Expans%3%A3o-da-Organiza%3%A7%C3%A3o-para-a-Coopera%3%A7%-C3%A3o-de-Xangai-Uma-Coaliz%3%A3o-Anti-hegem%3%B4nica.pdf>>. Acesso em: 22 Ago. 2018.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. 50 anos e Revolução Chinesa / Revolução Chinesa: antecedentes históricos. *Folha da História*, Ano IV, n. 31, Nov. 1999.

ROMANA, Heitor Barras. Da cultura estratégica: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. *R. Esc. Guerra Naval*, v. 22, n. 1, p. 13-32, Jan.-Abr. 2016. Disponível em: <www.jmksistemas.com.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/download/211/173>. Acesso em: 15 Out. 2018.

RUDD, Kevin. A ordem mundial está em transição, e a China tem roteiro claro. *Folha de São Paulo*, “Mundo”, 18 Jul. 2018. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/ordem-mundial-esta-em-transicao-e-china-tem-roteiro-claro.shtm/#comentários> >. Acesso em: 18 Jul. 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, p. 83-89, Jan.-Fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbfis/v11n1/12.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2018.

SCHERER, André Luís Forti. A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 36, n. 129, p. 35-51, Jul.-Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/780>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. A ascensão da China e os seus Impactos para o Leste Asiático. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132973>>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

TERRA. O culto a Xi. Coluna Zeitgeist, 09 Nov. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/zeitgeist-o-culto-a-xi,706ab3e8721d67257641410c801e-2889b0izr9j.html>>. Acesso em: 11 Nov. 2018.

THIERY, Hérvé; DA COSTA, Wanderley Messias. Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da geografia militar a um pensamento estratégico nacional. *Revista Tamoios*, v. 12, n. 2, 2016.

VÁZQUEZ, Daniel Day; FERNANDES, Marcos Vinícius da Silva Dantas. A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 1/3). *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 2, p. 127-154, 2016. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/92/91>>. Acesso em: 07 Ago. 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York: New York Press, 2000.

WENWEN, Lyu. A utilização da moeda chinesa como fator de poder: o caso do Renminbi. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14075>>. Acesso em: 04 set. 2018.



Resenhas

Bitcoin: o filho rebelde do neoliberalismo

Recebido: 21.09.21
Aprovado: 27.01.22

PARANÁ, Edemilson. *Bitcoin – a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Rodrigo Santaella Gonçalves (<https://orcid.org/0000-0002-6190-8966>), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

i. Rodrigo Santaella Gonçalves, doutor em ciência política (USP), é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. <rodrigossantaella@yahoo.com.br>; <rodrigo.santaella@ifce.edu.br>.

Dizia o autor boliviano René Zavaleta Mercado (1983: 20) que as crises oferecem oportunidades ímpares para o autoconhecimento das sociedades, pois expressariam uma forma de “unidade patética do diverso”. As crises econômicas, societárias e políticas sintetizam concretamente a totalidade social não aparente no cotidiano, e que, por isso, emerge de maneira mais direta e nítida para aqueles com disposição e instrumental teórico-crítico para captá-la. O segundo livro de Edemilson Paraná, *Bitcoin – a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*, insere-se nesse desafio: busca captar, a partir de um objeto concreto – o Bitcoin –, aspectos fundamentais da dinâmica do capitalismo em sua forma neoliberal no contexto de sua crise contemporânea.

Em *Finança digitalizada* (Paraná, 2016), seu livro anterior, Paraná analisou a relação entre o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a reconfiguração do capitalismo contemporâneo, sobretudo no aspecto referente à intensificação do processo de financeirização da economia mundial. Aqui, em Bitcoin, na mesma esteira de preocupações, o *boom* da referida criptomoeda aparece como consequência – ou sintoma – dessa dinâmica, como produto de sua instabilidade sistêmica (p. 141).

Ao analisar o Bitcoin a partir de um referencial teórico marxista robusto, o autor constrói uma abordagem interdisciplinar que o permite explicar não só o que é e como funciona o Bitcoin, mas também a forma como ele se insere no movimento geral do capitalismo contemporâneo e o que efetivamente encarna no cenário de crise do neoliberalismo. A partir daí, oferece ao leitor uma definição precisa e contextualizada da criptomoeda, que contém em si a explicação para muitos de seus limites: a despeito do que pretendiam (ou pretendem) seus idealizadores, o Bitcoin não representa a superação da política no que diz respeito à administração

monetária, dentre outras coisas, porque justamente pelas características que são aventadas como propulsoras dessa superação, o Bitcoin não é dinheiro.

O livro tem o mérito de atingir com muita qualidade diferentes públicos, porque está organizado em três “camadas” de profundidade. A parte I, “Do Bitcoin ao dinheiro”, serve como excelente discussão sobre o que é a criptomoeda e como ela é expressão da forma contemporânea assumida pelo capitalismo. Essa parte, em si, já seria um livro suficientemente bom para explicar o Bitcoin e suas contradições. Entretanto, a parte II, “Do dinheiro ao Bitcoin”, dá outra dimensão à leitura, proporcionando um debate de alto nível com públicos mais especializados, na medida em que para localizar teoricamente a discussão sobre o Bitcoin nos debates da economia monetária e da sociologia do dinheiro, sistematiza e conecta as principais vertentes dessas áreas de estudo, forjando um referencial teórico interdisciplinar que aprofunda o sentido da análise sobre o objeto e que contribui muito para a compreensão do papel do dinheiro no capitalismo e de suas expressões contemporâneas. Por fim, dialogando com um público ainda mais especializado estão as notas de rodapé, que aprofundam as discussões ao longo de todo o texto.

O autor chega a afirmar na Introdução que a ordem de leitura das duas partes pode ser definida pelo leitor sem prejuízo para a compreensão do conteúdo. É verdade. Entretanto, pela lógica de exposição de todo o texto, parece-me que a ordem de leitura mais natural e fluida seria começar pela Parte II, onde são construídas as bases teóricas para toda a análise, e terminar pela Parte I, na qual, a partir delas, é analisado o contexto histórico e o objeto de pesquisa propriamente dito. Por isso, aqui, o livro está analisado na ordem inversa à proposta pela publicação: depois da Introdução, discutem-se os Capítulos 4, “Valor, dinheiro e capital”, e 5, “Dinheiro, Estado e poder”, contidos na parte II, para depois chegar aos Capítulos 2, “Dinheiro e hegemonia neoliberal: os antecedentes do Bitcoin”, e 3, “Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico”, publicados na parte I.

As últimas cinco décadas são marcadas por dois processos estruturais entrelaçados: a financeirização neoliberal, de um lado, e a ascensão das máquinas, especialmente através das TICs, de outro (p. 17). Com a crise financeira de 2008 e todas as suas consequências, o desenvolvimento tecnológico segue sendo propagandeado como “esperança” para solucionar os inúmeros problemas estruturais gerados pelo capitalismo: nesse contexto, o investimento nas TICs só cresce, e as perspectivas são de transformações ainda mais profundas nas próximas décadas. Daí as discussões recentes sobre a potencial substituição de mão de obra humana por máquinas e os impactos disso no mundo do trabalho (Benanav, 2019), sobre o uso de tecnologia para as ciberguerras (Dyer-Whiteford & Mativnyenko, 2019), sobre o uso de algo-

ritmos para planificar economicamente grandes empresas (Phillips & Rozworski, 2019) e tantas outras. Paraná argumenta que a expansão do setor financeiro é o motor para o desenvolvimento tecnológico contemporâneo, já que na prática é nos mercados financeiros que se encontram as fronteiras para a expansão da inteligência artificial, do processamento ubíquo de dados, de realidade aumentada etc. O *Blockchain*, tecnologia base do Bitcoin, é um dos exemplos disso (p. 20).

A busca por compreender o fenômeno do Bitcoin e revelar seu papel na dinâmica do capitalismo contemporâneo é, para o autor, parte de um desafio ainda mais amplo: pensar, a partir da esquerda política, em como sair do quadro atual de crise a partir de ideias e agendas novas, sem repetir a busca por soluções do passado que, no mundo globalizado da finança digitalizada, não têm mais sustentação. A partir de um balanço das diferentes vertentes da teoria do dinheiro no marxismo, o autor enfatiza que, para Marx, o dinheiro é caracterizado, a partir de seus vínculos com o valor de troca das mercadorias, como “relação social constitutiva de organização da vida socioproductiva sob o capitalismo” (p. 199). Essa percepção foge das perspectivas mais simplistas que o enxergam como mero facilitador de trocas e traz sua caracterização para o âmago de seu funcionamento no capitalismo, independentemente de qual tenha sido a origem do dinheiro e das funções que exercia em outros modos de produção. Neste sentido, Paraná segue aqueles que tratam o dinheiro como algo fundamental para o funcionamento do capitalismo, não apenas como forma de agilizar as trocas, mas como necessidade para a generalização destas na sociedade, portanto, para o próprio sistema socioeconômico (p. 207).

Uma das principais marcas da teoria marxista do dinheiro é a percepção de que ele exerce diferentes funções – complementares e contraditórias entre si – na dinâmica econômica e social: é, ao mesmo tempo, medida de valor, meio de circulação, meio de entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. Ao seguir as reflexões de Maria de Lourdes Mollo, Paraná lembra que o dinheiro pode existir mesmo que não cumpra bem todas essas funções, mas que sempre que uma delas se destaca de forma generalizada em detrimento de outras, há problemas sérios no funcionamento das economias (p. 220). Ainda nessa discussão, agora com a economista marxista Suzanne de Brunhoff, o autor lembra que a teoria marxista é compatível com a ideia de um dinheiro que não tenha de fato a forma mercadoria: ao atuar como equivalente geral, ganha um *status* especial, diferente das outras mercadorias (p. 225). Além disso, na esteira de Alfredo Saad-Filho, tem-se a ideia do dinheiro como pivô da homogeneização dos diferentes trabalhos concretos realizados – que em sua forma abstrata subsidiam o valor de troca – através da “restrição monetária” (p. 238).

Paraná demonstra que todo o processo que leva o dinheiro a cumprir uma função-chave na dinâmica socioeconômica do capitalismo depende de uma validação social, de um reconhecimento e de um acordo tácito entre as pessoas (p. 239). Para produzir esse “acordo”, o Estado atua deliberadamente do ponto de vista jurídico e político, e mecanismos ideológicos também são mobilizados. Analisar como isso acontece é o objetivo do capítulo seguinte.

Aqui, o fetichismo do capital – e do dinheiro – emerge na análise como parte importante da produção ideológica que ajuda a sustentar o sistema capitalista e para a qual o Estado cumpre um papel decisivo (p. 267). A partir de uma extensa revisão sobre a discussão marxista acerca do Estado, Paraná, na esteira de Suzanne de Bruhnhoff, argumenta que o Estado é, ao mesmo tempo e contraditoriamente, condição e resultado do processo capitalista. Essa é a marca da atuação do Estado e está na base de sua autonomia relativa frente ao capital, sendo melhor compreendida justamente quando se analisa o papel deste na garantia do funcionamento das mercadorias “especiais”: a força de trabalho e a moeda, que são, sob este aspecto, a um só tempo mercadorias e relações sociais (p. 285). É, entre outros, através de diversos mecanismos de atuação do Estado que o reconhecimento do dinheiro como equivalente geral é reproduzido, garantindo a dinâmica mercantil da sociedade. Nesse contexto, o dinheiro adquire sua materialidade social, como

um mecanismo de representação e realização do valor (sem o qual não haveria capital e capitalismo), perpassado por violência e confiança, coerção e consentimento, em suma, por ideologia; e que ademais existe, em si mesmo, como ideologia (p. 304).

Finda a parte II com as bases teóricas para discussão, passamos aos comentários sobre a parte I do livro, na qual o autor contextualiza o momento atual do capitalismo (Cap. 2) e finalmente localiza o Bitcoin em toda a discussão. Em “Dinheiro e hegemonia neoliberal”, o autor explica e define o neoliberalismo, culminando com uma análise ancorada no marxismo sobre os motivos de sua crise. Paraná refuta, ancorado em Polanyi e outros, a ideia de que o neoliberalismo significaria uma diminuição do papel do Estado, argumentando que se trata de uma reconfiguração de suas funções: do ponto de vista da discussão sobre o dinheiro, ele passa a ser uma espécie de polícia da moeda e dos salários, cuidando da disciplina relacionada a esses aspectos do funcionamento do sistema (p. 52).

Paraná demonstra ainda que há muitas continuidades entre as concepções do monetarismo de Milton Friedman, tornadas hegemônicas em matéria de política fiscal durante o neoliberalismo, e seus antecessores e sucessores na ortodoxia da teoria econômica (p. 69). Se o mercado moderno sempre precisou do Estado para regu-

lá-lo e organizá-lo, no neoliberalismo o Estado passa a ser regulado pelo mercado, num cenário em que a economia aos poucos se liberta dos grilhões da sociedade (p. 70). A utopia do Bitcoin, analisada no Capítulo 3 do livro, é uma radicalização, que Paraná demonstrará no mínimo ingênua, dessa perspectiva neoliberal: a ideia de um dinheiro que, baseado na técnica e na cooperação no âmbito do próprio mercado, não precise da mediação da política para existir.

Movido por princípios ideológicos bastante condizentes com o individualismo neoliberal e, ao mesmo tempo, dialogando com demandas típicas, bastante generalizadas em nossa época – proteção e privacidade diante dos grandes conglomerados comunicacionais; desconfiança com relação ao papel do Estado em prol do interesse comum; exigência de transparência contra a corrupção etc. – o Bitcoin é fruto de uma ideologia “libertária”, baseada nos movimentos da *hackers*, *cipherpunks*, ciberativistas e criptoanarquistas. Ele emerge, então, como resposta às promessas não realizadas do neoliberalismo, mas uma resposta que busca radicalizar seus princípios, não questioná-los: dá-se, então, o que Paraná define como uma “trágica batalha entre o neoliberalismo utópico e o neoliberalismo realmente existente” (p. 83), com o Bitcoin representando uma busca pela realização idealizada dos fundamentos mais profundos que orientam o neoliberalismo e, por isso, se deparando com o muro da dinâmica concreta de funcionamento do capitalismo contemporâneo, que, independentemente do que se pregue em termos de ideologia, é hegemônico pelo capital financeiro (que torna tudo, até mesmo o Bitcoin, ativo de especulação) e não prescinde do Estado.

Concretamente, o Bitcoin é uma moeda alternativa digital e um sistema de pagamento on-line, criado em 2009, que se diferencia por ter uma lógica de funcionamento descentralizada e competitiva, através da tecnologia do *Blockchain*, que permite a atualização em tempo real de todas as transações feitas com a moeda. Se sua formulação está conectada com uma ideologia neoliberal, isso fica ainda mais explícito pelo fato de a criptomoeda ter uma regra, inscrita em seu algoritmo-base, que limita a oferta total de Bitcoins em 21 milhões, a serem emitidas até 2140. Essa limitação é baseada na crença de que o valor do dinheiro depende apenas da quantidade de moeda ofertada, derivada da concepção monetarista de inflação proposta por Milton Friedman (p. 92).

A partir, portanto, da descrição do funcionamento do Bitcoin na prática, Paraná demonstra suas contradições e toda a inviabilidade de seu projeto como pretensa forma de dinheiro. Mais do que isso, estabelece suas relações com mecanismos de lavagem de dinheiro, demonstra os limites de sua gestão supostamente descentralizada (p. 129), percebe que ele funciona atualmente muito mais como ativo de

especulação financeira (p. 138) e, finalmente, demonstra que, ao fim e ao cabo, o Bitcoin não pode ser considerado dinheiro. Ao levar à ideia de independência dos Bancos Centrais ao limite, quando propõe um dinheiro sem mediação estatal, os idealizadores do Bitcoin buscam construir um dinheiro apolítico, orientado por uma “regra impessoal, um protocolo, uma máquina” (p. 167). Acontece que em diversos pontos, os preceitos que orientam o Bitcoin aparecem como sendo excessivamente radicais, inclusive para os neoliberais no poder:

Daí o Bitcoin ser um filho “rebelde”, inesperado e um tanto perturbador, sob inúmeros aspectos, do neoliberalismo: ele nasce, em chave contraditória, como um produto, ao mesmo tempo, da intensificação e da crise desse, em favor de seus princípios ideais norteadores, mas em conflito direto com sua forma institucional “realmente existente” de governo, objetivada no par Estado-finanças. Em sua contradição monstruosa, o Bitcoin é, ao mesmo tempo, um indício da força e da fraqueza que constitui o regime neoliberal em nosso tempo (p. 171).

Concluída a pesquisa, Paraná decreta a impossibilidade de o Bitcoin cumprir as tarefas às quais se propôs: ao invés de substituir o dinheiro mundial, tem baixo volume e alcance de circulação; ao invés de produzir estabilidade monetária, é altamente instável devido ao seu papel como ativo especulativo; e, por fim, ao invés de garantir uma tutela descentralizada, a concentração de poder relativa entre seus usuários só cresce. Dito isso, o autor reforça a ideia de que a tentativa de neutralizar o dinheiro no capitalismo simplesmente não é factível (p. 305). O dinheiro é uma relação social mediada de várias formas pelo Estado e o Bitcoin, socialmente, não é dinheiro.

Paraná, por fim, buscando afastar-se de qualquer perspectiva tecnofóbica, aventa a possibilidade de uso de algumas das tecnologias presentes no Bitcoin (especialmente o *Blockchain*) para outros fins que pudessem colocar em xeque, ou trabalhar numa lógica distinta da dinâmica do capitalismo neoliberal. De fato, há um longo debate sobre até que ponto o uso de parte das tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas pode ser operacionalizado para a construção de dinâmicas societárias diferentes daquelas nas quais elas foram desenvolvidas. Sem entrar no mérito dessa discussão, é certo que o livro aqui analisado nitidamente contribui para essa percepção: nenhuma transformação social relevante, menos ainda qualquer perspectiva de revolução, se faz meramente a partir do desenvolvimento e uso de novas tecnologias. Não há mudança substancial que não passe por novos valores, por novos mecanismos de decisão democrática, por outra forma de organização socioeconômica e por uma nova relação do Estado com a sociedade. Fora disso,

qualquer tentativa de transformar um pilar fundamental da sociedade – como o dinheiro – de forma apolítica fracassará e, no pior cenário, contribuirá para radicalizar ainda mais os problemas do capitalismo neoliberal.

Referências

BENANAV, Aaron. Automation and the future of work – I. *New Left Review*, n. 119, Sep.-Oct., p.5-38, 2019.

DYER-WHITEFORD, Nick; MARTVIYENKO, Svitlana. *Cyberwar and revolution: digital subterfuge in global capitalism*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2019.

PARANÁ, Edemilson. *Finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução internacional*. Florianópolis: Insular, 2016.

PHILLIPS, Leigh; ROZWORSKI, Michal. *People's Republic of Walmart*. London: Verso, 2019.

ZAVALETA MERCADO, René. Las masas en noviembre. In: _____ (Comp.). *Bolivia hoy*. México: Siglo XXI, 1983.



A domesticação do talento no capitalismo do século XXI: uma leitura alternativa da criatividade

Recebido: 29.11.21
Aprovado: 03.02.22

MOULD, Oli. *Against creativity*. London: Verso, 2020.

Jefferson Dantas Santos (<https://orcid.org/0000-0002-5463-2105>),
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasilⁱ.

Oli Mould é professor do Departamento de Geografia Humana na Royal Holloway, University of London. Seus escritos enfocam o papel da criatividade, do ativismo e da política no contexto das relações sociais. Além do livro, ora resenhado, ele escreveu *Urban subversion and the creative city* e *Seven ethics against capitalism: organizing for a planetary commons*, lançados em 2015 e 2021, respectivamente.

ⁱ Jefferson Dantas Santos é doutor em ciências sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp); bacharel em ciências sociais e mestre em sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. <jefferson.dantass@gmail.com>.

Against creativity é um ensaio que nos instiga a pensar em alternativas à hegemonia do neoliberalismo travestido em política sobre criatividade. O geógrafo inglês torna evidentes as disputas pelo sentido das atividades de criação na atualidade. Em prosa descontraída, narra um fortuito encontro com um morador de rua da cidade de Nova York, que, por alguns trocados, faz um número musical. Esse mendigo talentoso estava fazendo uso de todo e qualquer recurso para sobreviver numa das cidades mais ricas do mundo, metrópole que esconde sob o seu desenvolvimento cerca de 63.840¹ pessoas sem teto. O sistema que provoca a falta de moradia e outras injustiças como a precarização do trabalho e da vida, as desigualdades raciais e de gênero e que encoraja o fascismo, é o mesmo que nos conta que devemos ser “criativos” para progredir.

1. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/internacional/1573059962_996748.html>. Acesso em: 22 Nov. 2021.

2. “Expôr como a criatividade é usada para o lucro”. Todas as traduções são do autor desta resenha.

O capitalismo do século XXI tem redefinido a criatividade para o seu próprio desenvolvimento, ser criativo hoje é continuar a produzir o *status quo*, o autor argumenta em um sentido que lembra a crítica de Harvey (1992) sobre a condição pós-moderna e o novo papel que a cultura vai adquirindo no rearranjo das forças produtivas capitalistas. A tarefa do livro é, nas palavras do próprio autor (p. 3), “*expose how creativity is wielded for profit*”². De um lado, o texto enfoca como a busca pelo lucro a partir da criatividade no capitalismo atual tem reorientado o perfil de indivíduos e instituições em todo o mundo; por outro lado, indica que há resistências, mostrando indivíduos e processos que lutam por justiça social, igualdade e democracia.

Antes, contudo, faz um pequeno incursão sobre a ideia de criatividade em perspectiva histórica. Para ele, a criatividade é uma palavra com significado nebuloso e escorregadio. Ao levar em conta sua etimologia, teremos o “poder de criar algo do nada”. Poder enquanto uma habilidade de criar algo para atender a uma necessidade particular ou a alguma falta. Não é uma simples criação para atender a demanda do mercado. A criatividade é um poder que mistura o conhecimento e a vontade de criar algo que ainda não existe e, longe de ser reativo, é proativo. Dito de outro modo, mais importante do que indagar o que é a criatividade, é questionar quem tem o poder e o desejo de criar?

Nas sociedades antigas, o poder era uma força divina. Desde o Deus da tradição judaico-cristão, onde se tem um Deus criador do Céu e da Terra, à divindade egípcia Ptah, o ato da criação era exclusivo aos deuses, a pura criação estava além da agência humana. Porém, desde o Renascimento, passando pelo Iluminismo e chegando aos nossos dias, a civilização do Ocidente passou a explorar os recursos à sua volta, compreendendo a criatividade como passo para o progresso.

Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau mostraram que a imaginação e a criatividade humanas contribuíram para o desenvolvimento de diversas sociedades, não a fé. Nas palavras de Mould (p. 5), “*As Nietzsche proclaimed, God was dead, and we had killed Him*”³, com isso artesãos, filósofos e cientistas foram considerados os novos criativos, isto é, aqueles que trabalham por toda a vida para o aprimoramento do intelecto e de habilidades e que passam os saberes acumulados para as gerações seguintes.

3. “Como Nietzsche proclamou, Deus estava morto e nós o havíamos matado”.

Além do mais, a criatividade artística, cuja apreciação está plasmada na vida cotidiana, faz parte da vida em comum. Longe de serem gênios, os artistas trabalhavam como artesãos para a apreciação, curtição e consumo da coletividade. Aos poucos, mas não sem conflitos, a criatividade foi sendo individualizada e, assim, comparada, gerando em cada contexto social, concorrência e mérito, um processo influenciado por ideologias como o darwinismo social.

Além da divisão entre os criadores, ter-se-á a divisão entre aqueles que estão aptos ao consumo e daqueles que não estão. Os ricos tinham mais tempo e recursos para o deleite artístico ao passo que os mais pobres estavam ocupados nos chãos de fábrica. Os primeiros consumirão a “alta cultura”, os demais apreciarão a “baixa cultura”. O capitalismo define os sujeitos e os predicados da cultura. O caráter de valor de troca da criatividade é o que tem sido obstinadamente procurado por empresários, gestores e políticos em todo o mundo na atualidade.

O ensaísta entende a interferência do neoliberalismo em sentido multidimensional: “free market economic thought, the elevation of self-interest as the guiding force of progress, minimal state intervention and, increasingly, invasive forms of biopolitical control”(p. 11)⁴. Para o geógrafo, a influência se arvora sobre toda a vida social, o imperativo do desempenho, da criatividade e da concorrência entre sujeitos que laboram para se tornarem melhores a cada dia, esmerando sua educação, habilidade e saúde, pois são os recursos de que dispõem para enfrentar o mundo. Não é coincidência que o termo criativo esteja em toda a parte: economia criativa, cidade criativa, indústria criativa, classe criativa, do mesmo modo que temos a invasão em programas de televisão como: No limite, Big brother Brasil, Masterchef, Danças dos famosos, dentre outros que exacerbam e naturalizam os valores do mercado.

Segundo Mould, o capitalismo não constrói criatividade, mas dela se apropria, buscando sempre domesticar o talento. Seu mecanismo de subsunção da criatividade envolve inicialmente as vozes dissonantes com incentivos financeiros, reconhecimento ou mesmo a promessa de descanso à exaustão física e emocional das práticas de resistência, contudo,

but in so doing, those anticapitalisms cease their destabilizing practices: they become fertile grounds that can be harvest for more profit. Indeed, this is how capitalism’s appropriative mechanisms have been so successful. It is the creativity rhetoric fuelled by the ideology of self-interest, market logics and competition that has been wielded as capitalism’s most potent weapon. it has become the very means by which capitalism can boast: “There is no alternative”(p. 15)⁵.

Muitas empresas catapultam seu marketing “apoiando” causas de alguns movimentos sociais, ideologias anticapitalistas e outros ativismos, tornando atraentes a contestação e a crítica social, esse tem sido o *modus operandi* que os capitalistas têm usado para se apropriarem com tanto sucesso algumas de suas campanhas. O autor cita o exemplo da Pepsi no âmbito dos protestos contra Donald Trump nos Estados Unidos, quando a empresa se associou às reivindicações tornando o “climão” provocado pelo racismo institucional da polícia, o spray de pimenta, a carrestia e a opressão em desfile de moda, sob o título “Live bolder, live louder, live for now. Drink Pepsi”⁶. Esse tipo de exercício de *branding* ilustra perfeitamente como o capitalismo transforma oponentes em promotores.

Neste contexto, o autor evidencia a tarefa das ciências e da crítica na desmistificação do discurso desta criatividade exaltada por empresas e governos e a forma

4. “pensamento econômico de livre mercado, a elevação do interesse próprio como força orientadora do progresso, intervenção mínima do Estado e, cada vez mais, formas invasivas de controle biopolítico”.

5. “Mas, ao fazer isso, esses anticapitalismos cessam suas práticas destabilizadoras: eles se tornam um terreno fértil que pode ser colhido para obter mais lucro. Na verdade, é assim que os mecanismos de apropriação do capitalismo têm sido tão bem-sucedidos, é a retórica da criatividade alimentada pela ideologia do interesse próprio, da lógica do mercado e da competição que foi empunhada como a arma mais potente do capitalismo. Tornou-se o meio pelo qual o capitalismo pode se orgulhar: ‘não há alternativa’”.

6. “Viva ousadamente, viva mais alto, viva agora. Beba Pepsi!”

como ela administra o trabalho, a vida das pessoas, a política, a tecnologia e a cidade. Para Mould, é importante ressaltar que há uma contracorrente que rejeita essa “criatividade plastificada”, sujeitos que detêm uma criatividade, cujos contornos podem vir a ser revolucionários ao passo que compete para a desestabilização da criatividade neoliberal. O autor faz críticas ao modo como os neoliberais justapõem os discursos da criatividade e da austeridade, sugerindo que o arrocho financeiro da população faz com que os indivíduos se tornem mais criativos frente às adversidades. Para ele, precisamos educar as pessoas para que elas não caiam nesse discurso e escolham representantes que não apoiem esse conjunto de políticas, “chega de remédios amargos!” (Blyth, 2017). Para Mould, a criatividade no neoliberalismo é uma ideia tão perigosa quanto a austeridade, no imperativo “*Be creative!*”⁷ há embutido o alto custo que impacta no bem-estar social e psicológico dos indivíduos, levando-os à exaustão analisada por Byung-Chul Han (2015).

7. “Seja criativo!”

8. “O sucesso da Apple é supostamente construído sobre o gênio de Steve Jobs, não do exército de trabalhadores chineses na Foxconn, as crianças minerando a matéria-prima na República Democrática do Congo ou a inovação em tecnologia de resistência ao vidro pela Gorilla Glass. A ascensão do Facebook ao domínio global das mídias sociais é retratada como o resultado da determinação de um homem, Mark Zuckerberg, mas ele foi acusado de roubar a ideia enquanto estava na faculdade. E sem subsídios governamentais financiados por impostos no valor de até US\$ 5 bilhões, o império Tesla de Elon Musk não existiria.”

O escritor evidencia que a doutrina capitalista sobre a criatividade é dogmática e tende a escamotear a realidade injusta do sistema, indaga: “Se somos todos criativos, por que estas pessoas estão submetidas a condições tão degradantes?” O autor critica ideias trazidas por Richard Florida, um dos maiores marqueteiros da economia criativa dos últimos anos, mostrando que por detrás da riqueza de empresas como Apple há trabalho infantil e péssimas condições de trabalho na Foxconn, empresa que fabrica iPhones na China. “Se somos todos criativos, por que há tantas desigualdades entre os setores e por qual razão sempre um indivíduo fica com todo o legado?”

Apple’s success is supposedly built upon the genius of Steve Jobs, not the army of Chinese workers in Foxconn, the children mining the raw material in the DRC, or the innovation in glass-toughness technology by Gorilla Glass. Facebook’s rise to global domination of social media is portrayed as the result of the determination of one man, Mark Zuckerberg, but he has been accused of stealing the idea while at college. And without tax-funded government grants worth up to \$5 billion, Elon Musk’s Tesla empire would not exist (p. 27-28)⁸.

Esses exemplos mostram que a criatividade não acontece no vácuo, mas em determinado contexto. Mark Zuckerberg, Steve Jobs, Charles Darrow, João Dória, Eike Batista, dentre outros, são considerados criativos por se alimentarem da força de trabalho criativa de outros, destaque-se ainda que essas personagens formam um perfil social de privilégio: homens, brancos e de classe média. Eles não precisaram gastar suas energias lutando contra as violências institucionalizadas que obstam as mulheres, os negros e os pobres.

O trabalho criativo incitado pelo neoliberalismo também tem características antisociais, os trabalhadores não se reconhecem uns nos outros, porque são constantemente imbuídos por um sentimento de competição estimulado pelas corporações. Nesse processo, os mais fortes (ricos) vão, gradativamente, sendo considerados “gênios criativos”, havendo, assim, uma sacralização da criatividade individual, contra o trabalho social necessário para produzir as mercadorias e a prestação dos serviços, tal como Marx (2011) havia posto na relação entre trabalho concreto e abstrato.

Um dos pontos altos do livro é a indicação de que existe um potencial verdadeiramente criativo e social que está sendo marginalizado, a exemplo da força e do senso de comunidade dos trabalhadores do National Health Service (Sistema Nacional de Saúde do Reino Unido), um trabalho bem-feito, com consciência social que resiste há muitas investidas do capital privado.

Segundo o autor,

NHS workers are pushing against this and creating spaces for non-capitalistic healthcare provision to flourish. [...] these workers are utilizing their extra personal and social resources towards a non-commercialized, non-capitalist public service which is so extraordinary, precisely because it is increasingly rare in contemporary capitalist society (p. 44-45, grifo meu)⁹.

Ao longo de todo o livro, Mould fala sobre restaurarmos o senso de coletividade e do comum entre os indivíduos, sendo o exemplo do sistema de saúde do Reino Unido um poderoso exemplo. Acredito que possamos espriar esse sentimento de zelo e coletivismo ao Sistema Universal de Saúde do Brasil (SUS), que também enfrenta todo um processo de sucateamento. O exemplo é excelente, sobretudo com a pandemia do novo coronavírus que explicitou que sem um Estado forte nós estaríamos reduzidos à política de morte ensejada pelo mercado, a rede Prevent Sênior e que os políticos ultraconservadores e neoliberais brasileiros exemplificam de modo majestoso.

O autor indica que nem toda ideia de compartilhamento é substancialmente verdadeira, nesse sentido adentra a sua crítica à seara dos aplicativos e do algorítmico. O fenômeno da *sharing economy*¹⁰, surgido da quarta revolução industrial, a autonomia das empresas e a regulação estatal, efeitos provocados pelo avanço tecnológico-informacional-digital, efeitos que marcam o imenso poder das grandes corporações transnacionais, capazes de relativizar as fronteiras territoriais nacionais. O autor subsidia o debate político no tocante às formas de analisar e enfrentar

9. “Os trabalhadores do NHS estão lutando contra isso e criando espaços para o florescimento da oferta de saúde não capitalista. [...] esses trabalhadores estão utilizando seus recursos pessoais e sociais extras para um serviço público não comercializado e não capitalista que é tão extraordinário, precisamente porque é cada vez mais raro na sociedade capitalista contemporânea.”

10. Economia de compartilhamento.

os efeitos dessas novas relações de trabalho, a exemplo do aprofundamento da precarização das formas de exploração do trabalho.

Mould fala da maior vigilância sobre os trabalhadores operada pelos aplicativos e a lógica algorítmica, fato que tem ameaçado até mesmo a privacidade dos consumidores. Ou seja, um fenômeno que nos ataca duplamente, não só como trabalhadores, mas também enquanto consumidores. Aqui, Mould remete ao que disse Zuboff (2019) sobre a vigilância trazida pela dataficação da vida dos indivíduos, orquestrada pelas grandes empresas de tecnologia (*Big Techs*).

Por fim, deve-se sempre contextualizar os discursos sobre a criatividade, pois a faculdade de criar “algo do nada” é desigual em nossas sociedades, sobretudo, num contexto de radicalização da proposta neoliberal vigente em todo o mundo. O autor vê no associativismo entre vizinhos nas cidades, a verdadeira força da criatividade, no sentido de construção de coisas e processos em comum que rompem com a lógica privatista e financista da criatividade invocada pela racionalidade neoliberal. A ideia de comum tão em desuso é que oferecerá o potencial de contribuir para o futuro da humanidade.

As 234 páginas foram escritas para contrarrazoar um dos maiores marqueteiros da economia criativa uma leitura hegemônica sobre a economia criativa por meio de problemas do dia a dia, esmiuçando e denunciando aspectos ideológicos e as desigualdades que muitos teimam em não enxergar em diversos espaços da vida social: no trabalho, na vida cotidiana, na política, na tecnologia e nas cidades.

Oli Mould aponta para a criação de novos fenômenos a respeito dos quais o capitalismo não está prevenido, sugere que olhemos para a poderosa energia às margens da sociedade e nas fissuras do mundo comercializado que está desestabilizando o terreno onde o futuro do capitalismo está sendo colhido. Criatividade deve estar focada sobre a busca daquelas atividades, pessoas e efemeridades que resistem à cooptação, apropriação e estabilização pelo capitalismo em vez de reforçá-lo. É neste sentido, que sugere “*everything you have been told about creativity is wrong!*”¹¹

11. “Tudo o que te disseram sobre criatividade está errado!”

Referências

BLYTH, Mark. *Austeridade. A história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola. 1992.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Editora UFRJ, 2011.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: Public Affairs, 2019.



Economia do desgaste dos corpos racializados sob o ponto de vista do feminismo decolonial

Recebido: 23.02.22
Aprovado: 09.03.22

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Guilherme Marcondes (<https://orcid.org/0000-0001-6114-7944>),
Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), Fortaleza, CE, Brasilⁱ.

Roberto Marques (<https://orcid.org/0000-0002-5494-6462>),
Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), Fortaleza, CE, Brasilⁱⁱ.

i. Guilherme Marcondes é pós-doutorando (PNPD/Capes) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). <guilherme.marcondes@uece.br>

ii. Roberto Marques é docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), doutor em antropologia cultural (PPGSA/UFRJ). <roberto.marques@uece.br>

1. Françoise Vergès nasceu em Paris, em 1952, cresceu na Ilha Reunião, departamento ultramarino francês no Oceano Índico. Como demarca em seu livro aqui resenhado, na Reunião recebe sua educação política antirracista,

“Quem limpa o mundo?” (2020: 133), esse é o questionamento central do livro *Um feminismo decolonial*, da cientista política Françoise Vergès¹. Ao situar o debate acerca do feminismo e seus múltiplos caminhos, a autora coloca em pauta a necessidade de retorno à radicalidade feminista em moldes traçados pela corrente decolonial, opondo-se àquilo que denomina “feminismo civilizatório” ou branco-burguês. Vergès tem como foco os efeitos contemporâneos dos processos de racialização empreendidos nas colônias e metrópoles de outrora, compreendendo que impactos desse processo seguem estruturando as relações sociais, o Estado e as instituições em tais sociedades, em razão da “colonialidade que institui uma economia de vidas descartáveis, *humans as waste*” (2020: 42).

Quando visadas à luz da(s) empresa(s) capitalista(s), colonialista(s) e pelo “patriarcalismo liberal”, as demandas de igualdade de oportunidades de trabalho entre homens e mulheres ou de liberdade sexual, usualmente pautadas pelo “feminismo civilizatório”, têm expostos seus limites e contradições. Evidencia-se a cooptação da luta das mulheres pelo sistema neoliberal. Para demonstrá-lo, a autora nos convida a abandonar as abstrações generalizantes e observar o trabalho genderizado e racializado de mulheres não brancas no setor de limpeza, especialmente na França e suas antigas colônias, argumentando como este é exemplar das relações de dominação estabelecidas em moldes neoliberais. Em suas palavras:

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas

anticapitalista e antissexista (Vergès, 2020: 31). Graduiu-se em ciência política e estudos feministas na San Diego State University (1989) e obteve seu PhD em teoria política pela Berkley University of California (1995).

desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma intersecção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. No momento em que a cidade “abre”, nas grandes metrópoles do mundo, mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem um suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora em que as mulheres negras e racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que sentam, seu cansaço é visível para aquelas que querem vê-lo (p. 18-19).

Ao chamar atenção para experiências locais e diferenças raciais e de gênero presentes nos corpos que lhes dão suporte, Vergès se insere em uma tradição de mulheres negras e racializadas que vêm tratando, em especial no Sul global, das intersecções/articulações de múltiplos marcadores sociais de diferença, sobretudo gênero, raça e classe. Leitura de mundo explicitada ainda no século XIX, quando, por exemplo, na cidade de Akron, Ohio, nos Estados Unidos, a ex-escravizada Sojourner Truth proferiu durante participação na Convenção dos Direitos da Mulher o famoso discurso em que questionava: “e não sou uma mulher?” Sojourner Truth explicitara então os limites da designação da categoria “mulher” como sujeito político presente nas falas de mulheres brancas e burguesas do movimento feminista de então. Naquele momento, demandas, ideais e formas de participação eram incapazes de abarcar a experiência de mulheres negras. No Brasil, articulação semelhante entre marcadores sociais emerge ainda em 1859, nos romances de Maria Firmina dos Reis (2018). Efetivamente, Truth e Reis podem ser consideradas precursoras de um feminismo que, ao interseccionar gênero, raça e classe, demonstra implicações teórico-político-metodológicas da ação de voltarmos nossa análise para a experiência racializada de mulheres das classes subalternas e como o passado colonial marca de forma incontestável o presente de exploração e subordinação de seus corpos.

Na tessitura dessa rede, interessa-nos ainda apontar vínculos entre o trabalho de Vergès e os chamados feminismos negros da década de 1970. Ao compreender a experiência de mulheres racializadas como central para o entendimento dos proje-

tos de dominação fundamentados em bases coloniais, os feminismos negros vêm atuando seja por meio dos movimentos sociais, seja no âmbito acadêmico, a fim de desvelar e dismantlar o projeto de sociedade que tem na figura dos homens, brancos, heterossexuais e detentores de capital o exemplo máximo de humanidade, enquanto se constitui o lugar de “outridade” (Kilomba, 2019) para indivíduos que não se enquadram naquele padrão.

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados (*Combahee River*, 2019: 197),

anunciam, de forma contundente, as ativistas que assinam o *Manifesto* de abril de 1977 do coletivo *Combahee River*.

Nos anos 1990, as pistas analíticas dos feminismos negros serão reunidas por meio de um conceito guarda-chuva cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), a *interseccionalidade*. Contudo, como ensina Patricia Hill Collins (2017), é preciso demarcar que embora Crenshaw produza um conceito embasado em análises feministas negras que a precedem, seu conceito de *interseccionalidade* não deve ser tomado como a única compreensão dos modos de articulação/intersecção proposta pelos feminismos negros. Françoise Vergès contribui com esse raciocínio ao propor uma leitura das articulações/intersecções de marcadores sociais de diferença que, apesar de encontrar aproximações com a proposta de Crenshaw, também se afasta dela ao sugerir uma análise multidimensional da opressão. A autora se coloca, portanto, como crítica às limitações do conceito de interseccionalidade, que avança ao compreender os fatores de diferença de modo sistêmico, mas não daria tanta atenção ao entendimento das conexões que podem ser até mesmo contraditórias entre si, operando conjunções e não apenas segregações (Piscitelli, 2008). De acordo com Vergès (2020),

Não se trata de reconectar elementos de modo sistemático e, no fim das contas, abstrato, mas de fazer esforço de observar se existem conexões e quais são elas. Uma abordagem multidimensional permite evitar uma hierarquização das lutas fundada em uma escala de urgência cuja estrutura, via de regra, permanece ditada por preconceitos (p. 47).

É possível pensar conexões entre essa posição e os escritos de Avtar Brah (2006), por exemplo, que nos ensina que:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres migrantes”. [...] Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (Brah, 2006: 341).

Françoise Vergès realiza, assim, uma análise que articula gênero, raça e classe, com especial atenção ao marcador classe. Para tanto, desce ao cotidiano da experiência contemporânea de mulheres racializadas, apontando a relação entre esse cotidiano e os processos históricos de colonização, cujos efeitos ainda se encontram entre nós a demandar ação e desmantelamento. Em seu diagnóstico, põe em relevo o papel do Estado e sua conexão com o capital para compreender conjuntamente os processos de subalternização efetuados pela sociedade globalizada em seu modelo neoliberal. Nesta análise, mulheres racializadas e imigrantes que atuam nos setores de limpeza são foco, justamente, por serem a maioria de funcionárias em um setor que, embora fundamental para o capitalismo, recebem poucos salários e necessitam realizar um trabalho perigoso e invisível: “o que quero enfatizar aqui é que essa economia de produção de lixo é inseparável da produção de seres humanos fabricados como ‘sucata’, como ‘lixo’” (p. 127), dirá a autora acerca de como são compreendidas as mulheres racializadas funcionárias do setor de limpeza.

A autora delinea, assim, ao longo do livro, o que chamará de *economia do desgaste dos corpos racializados*. Demonstra como o trabalho do cuidado, sobretudo, aquele referente à limpeza, é historicamente entendido como trabalho feminino. Com o advento neoliberal e a cooptação de ideologias feministas civilizatórias nos grandes centros urbanos do mundo, em especial na Europa, o que se tem são mulheres que deixaram seus lares e foram ao mercado de trabalho ocupando cargos de gerência em grandes empresas. Todavia, para isso ocorrer outros corpos genderizados e racializados têm sido oprimidos. Demarca então processos de segregação embasados em uma divisão sexual-racial do trabalho. Dirá a autora:

Refiro-me aqui à economia do *desgaste* dos corpos racializados, do esgotamento de forças, na qual pessoas designadas pelo capital e pelo Estado como aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, debilidades e deficiências que, se são reconhecidas pelo Estado após tantas lutas, não chegam a servir para um questionamento da própria estrutura que as provoca. O desgaste dos corpos (que obviamente também diz respeito aos homens, mas eu insisto na feminização da indústria da limpeza no mundo) é inseparável e

uma economia que divide os corpos entre aqueles que têm direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não têm direito ao descanso (p. 125-126, grifo no original).

É deste modo que a autora se afasta do dito feminismo civilizatório, ou branco-burguês, que tomando as mulheres brancas como vítimas dos homens tiveram seus ideais cooptados pelo sistema neoliberal, não atentando para o fato de que “seu desejo de igualdade em relação aos homens repousa na exclusão de mulheres e homens racializadas/os” e, ademais, coloca “mulheres e homens que não pertencem nem à sua classe nem à sua raça em uma situação de desigualdade de fato e de direito” (p. 56). As demandas feministas que não enxergam as intersecções/articulações de gênero, raça e classe são alvo da crítica de Vergès, como foram de Soujourne Truth e tantas outras intelectuais que vêm há décadas denunciando um feminismo cego às múltiplas dimensões de opressão, inerte à efetiva transformação estrutural da sociedade, mantendo homens e mulheres racializados no Norte e no Sul do globo sob um regime de dominação e expropriação que beneficia sobretudo aqueles homens brancos detentores do poder.

Dentre tantos dados e cenas trazidos pela autora sobre tensões na constituição e financiamento de movimentos de mulheres a partir de conjunções e disjunções globais e seus efeitos, parece-nos precioso citar a análise de Vergès acerca dos impactos advindos do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018. Paralelo à repercussão do fato na vida das pessoas que conviviam com Marielle e aos desdobramentos políticos do ato, a força simbólica manifesta na polarização política no Brasil teve como consequência a aprovação do projeto nefasto de poder de Jair Bolsonaro. O atual presidente do país que, como lembra Vergès (p. 38), traz em seu projeto uma proposta neoliberal e não poucas vezes teve falas públicas de conteúdo misógino, negrófobo, homofóbico etc., e que, em plena pandemia da Covid-19 demonstrou completo descaso com a população brasileira, chegando até mesmo a recusar compra de vacinas². Cabe demarcar que não são poucas as mulheres, como a parlamentar Carla Zambelli, que, acenando ao discurso da representatividade feminina em cargos de poder em seu molde neoliberal, foram eleitas fazendo amplo apoio às propostas e discursos do presidente.

Crítica mordaz do *feminismo civilizatório*, Vergès denuncia como este feminismo, em consonância com o processo colonial europeu, elicia a compreensão de uma sequência histórica supostamente capaz de desencadear a igualdade entre mulheres e homens. Nesse raciocínio, o islã é acionado como imagem de contraste, caracterizado como lugar monocórdio de atraso e desigualdade. Especialmente na França, a materialização de imaginários a partir de espacialidades, cujas moralidades seriam opostas entre si, é encarnada por medidas institucionais que impedem

2. Como largamente noticiado em junho de 2021, a empresa americana Davati Medical Supply denunciou o diretor do ministério da saúde Roberto Dias por pedido de propina de US\$ 1,00 por dose adquirida. A investigação foi apurada pela CPI da Covid.

o uso do véu. Não raras vezes atuando de modo islamofóbico e alheias à agência das mulheres que optam pelo uso da vestimenta.

Esse feminismo legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta por natureza à igualdade entre mulheres e homens (a europeia) e as sociedades por natureza hostis à igualdade (todas as outras, mas, principalmente, a muçulmana)(p. 17).

Dessa forma, para que se encaixem na gramática imperialista e neoliberal, militantes, intelectuais e ativistas ao redor do mundo são levadas a acolher a oposição que generaliza e abstrai a condição comum de “mulheres”, detentoras de suposta natureza partilhada, em oposição a homens, encarnação de um patriarcado também abstrato. As feministas civilizatórias seriam responsáveis por uma despolitização do feminismo, capitaneando práticas consonantes aos ideais neoliberais. “Admite-se que as mulheres racializadas estejam ao lado das feministas civilizatórias, mas apenas se demonstrarem aderir à interpretação ocidental dos direitos das mulheres” (p. 89) – denuncia Vergès.

Publicado na França em 2019 e rapidamente traduzido e publicado no Brasil (2020), *Um feminismo decolonial* pode ser lido como um chamado ao retorno do radicalismo. A obra se divide em um Prefácio à edição brasileira, uma Introdução (denominada: “Invisíveis, elas ‘abrem a cidade’”) e mais dois capítulos (“Definir um campo: o feminismo decolonial” e “A evolução para um feminismo civilizatório do século XXI”), além de contar com Prefácio de Flávia Rios, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Nota das tradutoras.

Como argumenta a autora, o livro não se enquadra em uma nova “onda” ou “nova geração” feminista. De fato, a proposta de Vergès é que o feminismo decolonial seja posto em prática para cumprir seu papel radical no longo processo sócio-histórico de descolonização. À proposta feminista decolonial, voltada à emancipação de mulheres e homens racializadas/os, especialmente no Sul global, Françoise Vergès agrega, ainda, o feminismo de quilombagem, aquele que revisita a história e tem destacado perspectivas e práticas de mulheres negras em prol de sua libertação de regimes de opressão ao redor do mundo. Lembra, assim, o trabalho de Lélia González (2020) em prol de um feminismo afro-latino-americano, ou seja, de uma perspectiva feminista que reunisse, em especial, as mulheres racializadas de diferentes contextos em busca de uma efetiva transformação das sociedades, obviamente atentando para suas particularidades. Entretanto, enquanto González foca sua atenção para a América Latina, Vergès propõe o mesmo tipo de atenção à necessidade de uma mudança global, pensada a partir de experiências e corpos concretos, capazes de desmantelar oposições naturalizantes e ideais ilusórios de um bem comum.

Referências

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329–376, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar., 2020 [1988].

HILL COLLINS, Patricia. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PEREIRA, Stefania; GOMES, Letícia Simão. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural*, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. In: _____. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2018 [1859].



Resumos de
teses e dissertações

“Um pé na cozinha”: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil

Taís de Sant’Anna Machado

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 30 Jul. 2021

Esta pesquisa é uma análise social e crítica sobre a história de longa duração do trabalho culinário de mulheres negras no Brasil. A cozinha e o trabalho executado nesse espaço são pensados como ferramentas de entendimento das hierarquias da sociedade brasileira, a partir de histórias de vida de cozinheiras negras. Neste sentido, esta tese é composta por uma investigação, desde o século XVIII até a atualidade, dos processos históricos, econômicos e políticos que resultaram na naturalização da presença de mulheres negras neste espaço, refletida na expressão popular “um pé na cozinha” e no estereótipo da mãe preta cozinheira. Assim, exponho os detalhes das relações de poder e de violência que se estabelecem na cozinha entre senhores e patrões brancos e trabalhadoras negras, além do caráter essencial de um ofício que permite a acumulação de capital e a manutenção de um estilo de vida de classes médias e altas na medida em que mantém cozinheiras negras trabalhando em condições exaustivas, precárias e miseravelmente remuneradas. Pensando na longevidade dessa estrutura, também analiso como os mecanismos de exclusão de mulheres negras no mercado de trabalho e a existência de uma etiqueta racial profissional, na qual devem se encaixar, permanecem se atualizando até a contemporaneidade, tendo a gastronomia e os relatos de *chefs* de cozinha negras como foco. Contudo, considerando seu confinamento à cozinha, é parte fundamental deste trabalho refletir sobre esse lugar enquanto espaço geográfico de mulheres negras, que permite ampliar as definições de agência e de resistência com base em suas experiências. Dessa forma, analiso o trabalho culinário como recurso de ação social e política dessas trabalhadoras, considerando a forma como ousam se definir a despeito e a partir dele e os diversos modos com os quais o utilizam para construir e manter laços familiares e comunitários na população negra. Ademais, proponho pensar como cozinheiras negras são forçadas a ser analistas perspicazes do contexto em que vivem em prol de sua sobrevivência e

dos seus e, nesse sentido, agem estrategicamente e produzem percepções sociais críticas que evidenciam a estrutura racial, de gênero e de classe que fundamenta a sociedade brasileira. Para analisar estas questões, construo uma história social e crítica do trabalho de mulheres negras na cozinha a partir de processos históricos mais amplos e trajetórias individuais, que tem como base registros e rastros biográficos diversos e entrevistas com cozinheiras e *chefs* de cozinha negras. A análise sócio-histórica do trabalho se baseia nas contribuições do campo da epistemologia feminista negra, da historiografia que tem como foco a agência de mulheres negras e dos estudos críticos e interseccionais sobre alimentação.

Palavras-chave: Cozinha. Gastronomia. Mulheres negras. Racismo. Sexismo.

Imaginário religioso e formação das subjetividades políticas no protestantismo pentecostal no Brasil

Morgane Laure Reina

Orientador: Prof. Dr. Eurico Antônio

Gonzalez Cursino dos Santos

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 31 Ago. 2021

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a capacidade estruturadora do imaginário e quais são seus efeitos no pano de fundo dos agentes pentecostais e na vida social e política brasileira. A partir do pressuposto de que a colonização e a escravidão tiveram e ainda têm consequências sobre a formação da sociedade brasileira e a formação da agência e das subjetividades, propõe-se compreender em que medida a promessa de libertação feita pela Igreja pode representar um meio de emancipação e autonomização do sujeito por via da socialização ou se, ao contrário, somente consiste no estabelecimento de uma linha rígida de comportamentos que subordinam o sujeito. O estudo busca contribuir com um retrato mais qualitativo da realidade, embora aportes quantitativos e estatísticos tenham sido usados na construção do arcabouço teórico-metodológico da pesquisa. Como procedimentos de coleta de dados, foram utilizadas as técnicas etnográficas de observação participante e entrevistas semiestruturadas com lideranças e fiéis, totalizando quarenta e três entrevistas, analisadas a partir de ferramentas metodológicas da sociologia compreensiva de Max Weber e da filosofia da ciência de John Searle. A análise dos dados mostrou que existem afinidades e continuidades entre a construção das relações entre Estado e Igreja na época colonial e a construção das relações entre política e religião na contemporaneidade. Além do mais, o exame das observações e das entrevistas permitiu a descrição tanto dos condicionantes religiosos do pano de fundo de sujeitos membros de igrejas evangélicas como os conteúdos de tais imaginários, através o estudo da construção de subjetividades e repertórios de um sujeito civil e político.

Palavras-chave: Formação religiosa do Brasil colonial. Pentecostalismo. Pano de fundo. Modelo de subjetivação. Subjetividade política.

A opacidade de meninas em conflito com a lei: vivências de egressas do sistema socioeducativo do Distrito Federal

Morgane Polliana Esmeralda Gonçalves Machado

Orientador: Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 28 Maio 2020

Este estudo analisou a história de três jovens egressas da internação socioeducativa do Distrito Federal. A pesquisa por base teórica, discussões feministas pós-modernas e pós-coloniais sobre o sujeito e a reconstituição das relações de poder que engendraram as vivências das adolescentes, principalmente no que diz respeito ao ato infracional e à institucionalização. Ao considerar a parte opaca das biografias narradas, o método de história de vida firmou um compromisso com o processo de lembrar, tanto pela escrita quanto pela oralidade. Os dados foram coletados por meio de cartas e entrevistas narrativas que giraram em torno de três grandes eixos temáticos: a história das jovens, ou seja, como gostariam de se apresentar e de relatar a si mesmas, no meio familiar e nas relações anteriores à internação; suas vivências na internação propriamente dita; e, por fim, a saída da unidade e todo o período até o momento da pesquisa, buscando suas perspectivas pós-internação e projeções futuras. Por meio das histórias de Anna, Ágatha e Alice foi possível compor trajetórias atravessadas por vivências sociais de opressão de gênero, raça e classe e, ao mesmo tempo, subversivas coletivamente. Contudo, ao utilizar a hermenêutica do amor, esta dissertação buscou trazer para a análise sociológica as vozes, os silêncios, os afetos, os amores e o significados que essas jovens dirigiram a suas vivências particulares, compreendendo a opacidade delas como uma forma de existência e resistência individual.

Palavras-chave: Gênero. Medidas socioeducativas. Meninas. Narrativa biográfica.

Intelectuais, regionalismo e cultura popular: as referências regionalistas de Gilberto Freyre

Antônio Cecílio Barboni Júnior

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dimitrov

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 07 Jun. 2020

Esta dissertação pode ser sintetizada como a busca pelo caminho percorrido por Freyre até a publicação do *Manifesto regionalista*, em 1952. Entretanto, mais que uma história intelectual de Freyre, interessam-me as imagens, os significados e os conceitos mobilizados para a compleição do regionalismo em Pernambuco e sobre a forma como o movimento Regionalista Tradicionalista foi impactado pelo diálogo com outros grupos de intelectuais? Nesse sentido, o objeto de análise são os artigos publicados por Freyre na década de 1920 e seu diálogo com outros intelectuais que estavam em Pernambuco e organizaram o movimento regionalista no estado, a exemplo de José Lins do Rego e Moraes Coutinho, além de seu grande opositor, Joaquim Inojosa. Na sequência, o impacto da década de 1930 sobre a reflexão em torno da identidade nacional e da cultura popular, do qual Freyre foi uma parte importante na medida em que contribuiu para a construção do mito das três raças que formariam um país miscigenado e harmônico. Este elemento exemplifica sua participação no Estado Novo, mas outras facetas são importantes, como o contato com intelectuais modernistas como Mário de Andrade e Manuel Bandeira. Por fim o diálogo de Freyre com a geração de estudantes pernambucanos que refletiram sobre as possibilidades de um teatro popular e que reorganizaram as ideias regionalistas em torno dos conceitos de povo e de cultura popular, evidenciando como o debate cultural havia mudado desde a década de 1920. Dessa forma minha pesquisa culmina com a publicação do *Manifesto regionalista*, argumentando que ele não pode ser um texto de 1926, como afirmava Freyre, já que, a despeito de algumas continuidades, ele apresenta novidades e rupturas com o debate intelectual estabelecido até o Congresso Regionalista.

Palavras-chave: Gilberto Freyre. Movimento Regionalista Tradicionalista. Identidade nacional e regional. Cultura popular. Manifesto regionalista.

Perfis, permanências e transformações: como os estudos de violência discutem a categoria raça no Brasil

Gabriela Costa Carvalho

Orientador: Profa. Dra. Haydée Gloria Cruz Caruso

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 29 Jun. 2020

Esta dissertação propõe uma investigação acerca da forma como as relações raciais estão inseridas na construção das agendas de pesquisas e discursos de acadêmicos do campo da criminologia e da sociologia da violência. Inspirada pelo livro *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*, coeditado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), no qual foram realizadas entrevistas com os pioneiros da sociologia da violência, nesta dissertação intenta-se resgatar a história dos atores para reconstituir a própria história do campo. A partir da construção de uma “radiografia arqueológica” de documentos como revisões bibliográficas do campo, ementas, artigos, projetos e, principalmente, as próprias entrevistas oferecidas por esses pesquisadores ao CPDOC e ao livro *As ciências sociais e os pioneiros*. Para tanto, também foi composto um quadro com base nos resultados das buscas de palavras-chave e termos-chave em duas plataformas: SciELO e Google Acadêmico, que revelaram, ainda que de forma inicial, o perfil acadêmico das pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam ao tema. Por fim, foram contrapostos os discursos de três pesquisadores da sociologia da violência, criminologia e relações raciais de diferentes gerações como forma de captar as críticas e transformações vivenciadas atualmente no debate do campo. Conclui-se que o campo passa atualmente por transformações resultantes das políticas de ações afirmativas, ampliando o debate racial nas universidades brasileiras de forma a propiciar, por parte de alguns pesquisadores, uma proposta de agenda de pesquisa antirracista na sociologia da violência no Brasil.

Palavras chave: Sociologia da violência. Relações raciais. Cor/raça.

O catolicismo secularizado: uma análise dos católicos nominais não praticantes

Marina Helena Rodrigues Maia

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 21 Abr. 2020

Este trabalho teve como objetivo estudar o catolicismo no Brasil, por meio daqueles que se autoproclamam como católicos não praticantes. Uma vez que o catolicismo segue sendo a religião com maior número de adeptos no Brasil – segundo o Censo de 2010 –, busca-se aqui entender como opera essa categoria dos não praticantes, para que possamos assim melhor compreender o funcionamento da religião católica no Brasil. Para tanto buscou-se entender quais são suas práticas religiosas correntes e quais foram abandonadas, por que motivos o indivíduo se entende dessa forma e por que segue atrelado à religião. A realização da pesquisa contou metodologicamente com a realização de 11 entrevistas semiestruturadas a pessoas autodeclaradas como “católicas não praticantes”. Como resultado, foram identificadas três características principais dos católicos não praticantes. A primeira consiste em uma forte socialização infantil dos indivíduos dentro do catolicismo, o que proporciona a estes um conhecimento básico dos ritos e do significado da terminologia católica. A segunda diz respeito à aspectos da religião que são secularizados pelos indivíduos, para que estes sigam contando com a religião na vida adulta à sua maneira, como se pode ver a partir da noção de espiritualidade, por exemplo. A terceira se refere à dispensa de qualquer tipo de autoridade religiosa (Bíblias, dogmas ou padres), evidenciando mais uma vez a vivência da religião segundo o entendimento próprio do indivíduo. Aliada a esta análise é feita uma conexão desta categoria de católicos com o processo colonizador no Brasil, que teve o catolicismo como seu principal legitimador. A própria existência dessa categoria de católicos aqui parece ter ligação com a nossa herança colonial, uma vez que na colonização a religião era símbolo de *status* e contou com muita obediência às formas e pouco entendimento do conteúdo religioso para se manter viva e dominante no Brasil. Como resultado da pesquisa concluo que algo muito semelhante ocorre ainda hoje com aqueles que se autodeclararam como católicos não praticantes.

Palavras-chave: Católicos. Religião. Não praticante. Seculares. Espiritualidade.

Normas

Escopo e política

A *Revista Sociedade e Estado* publica trabalhos, sempre originais, grande parte inéditos e de importância em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente para estas áreas do conhecimento. *Sociedade e Estado* aceita submissões em português, espanhol, francês, inglês e outro idioma a critério da Equipe Editorial, que poderão ser publicados em sua língua original. As seguintes categorias de trabalho podem ser publicadas como artigos avulsos, em seções específicas ou dossiês temáticos (para estes há regras específicas):

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais, ênfase em sociologia.
4. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica.
5. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados.
6. Resenhas.
7. Traduções (apenas em algumas plataformas da Revista).
8. Notícias e homenagens (apenas em algumas plataformas da *Revista*).

Será atribuído a cada artigo publicado um identificador DOI (Digital Object Identifier).

I. Apreciação pela equipe editorial

1. A *Sociedade e Estado* publica artigos de doutor/a(es/as) e/ou doutorando/a(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. As submissões são realizadas apenas pelo site da Sociedade e Estado.

3. Os trabalhos enviados serão apreciados pela Equipe Editorial da *Revista* que fará a primeira triagem. Aqueles aceitos seguirão para a avaliação de, pelo menos, dois especialistas no tema que não possuam conflitos de interesse com o artigo. Estes emitirão pareceres sem conhecimento de sua autoria (avaliação duplo-cego) e permanecerão anônimos ao/à(s) autor/à(es/as).

4. É facultada ao/à(s) autor/a(es/s) a submissão em conformidade com a *Ciência Aberta*, exceto para artigos que comporão dossiês. Para tanto, deve/m preencher o formulário específico no site da *Revista* no ato do envio do manuscrito, bem como realizar/em seu depósito no servidor Open Preprint System (OPS) logo após à aceitação do artigo pela Equipe Editorial. Nesse caso, a modalidade da avaliação será por pares aberta.

5. Não são aceitos artigos que evidenciem plágio ou mais de 20% de autoplágio, sendo esses devidamente referenciados ao trabalho original. A *Revista* utiliza métodos de detecção de plágio por meio de softwares e pesquisa. Questões de natureza ética e boas práticas acadêmicas devem ser observadas pelos/as autores/as, como explicitar as fontes de financiamento e a aprovação por comitês de ética das pesquisas geradoras dos artigos, quando for o caso. Declaração a este respeito é solicitada a autor/a(es/as) no ato da submissão.

6. As informações, descrições, análises e demais conteúdos dos artigos são de responsabilidade dos/as autores/as.

7. Os/As autores/as serão notificados/as da aprovação ou recusa final de seus artigos. Autores/as que participaram da *Revista* deverão observar o prazo de 1 ano e 6 meses entre a data da publicação do artigo e a nova submissão.

8. Eventuais sugestões ou indicações de modificação de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao/à autor/a, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês. Caso tais modificações não sejam realizadas a contento, o artigo não estará aprovado.

9. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido submetidos à *Revista*.

10. Os trabalhos devem ser apresentados dentro do padrão culto do idioma nacional ou estrangeiro, podendo ser solicitado ao/à autor/a sua revisão por parte de profissional especializado/a.

II. Forma de apresentação dos originais

1. O artigo completo (com resumo, referências e, quando houver, gráficos e tabelas) deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente;

2. Na primeira página do original, deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver).

3. No caso de submissão apenas pelo site da *Revista* (não pelo sistema preprint), todas as informações e citações que podem identificar a autoria do manuscrito devem ser retiradas sem prejuízo ao conteúdo ou, nos respectivos lugares, deve ser indicada a palavra “autor/a” (a exemplo de referências bibliográficas), uma vez que a avaliação será duplo-cego. Medidas para evitar conflitos de interesse e preservar a satisfatória condução dos procedimentos editoriais devem ser informadas pelo/a(s) autor/a(s) à Equipe Editorial no ato da submissão.

4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*), bem como o título em inglês. Artigos em outros idiomas devem incluir esses mesmos elementos em português, inglês e na língua escolhida.

5. As resenhas deverão vir com, no máximo, oito páginas em espaçamento duplo. São aceitas à submissão resenhas de obras nacionais publicadas nos últimos dois anos e de obras estrangeiras nos últimos cinco anos. As resenhas serão apresentadas com título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas. As menções a autores/as no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor/a, data, página).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a quatro linhas, e em novo parágrafo, com recuo,

corpo 10, quando com quatro linhas ou mais. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, seguidas normas da ABNT.

8. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais da ABNT. Exemplos:

□ Em caso de livro:

BHAMBRA, Gurinder. *Connected sociologies*. London: Bloombury, 2014.

□ Em caso de artigo:

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 15, n. 43, p. 25-34, Jun. 2000.

□ Em caso de coletânea:

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

□ Em caso de teses:

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

A responsabilidade da matéria publicada pela *Revista* é exclusiva do/a autor/a, não expressando opinião da Equipe Editorial, do Comitê Editorial ou do Conselho Editorial da *Revista*.

III. Envio de manuscritos

Os artigos deverão ser submetidos por meio do link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/about/submissions>>. A *Revista* não requer taxas de submissão de artigos e de avaliação, bem como não há taxas de acesso aos artigos publicados.

IV. Regras para propostas de dossiês à *Sociedade e Estado*

1. *Sociedade e Estado* intercalará dossiês com números de fluxos contínuos.
2. O dossiê terá entre cinco e sete artigos, seguindo as especificações gerais de publicação da *Sociedade e Estado* aos/às autores/as.
3. As propostas de dossiê serão recebidas por livre demanda pela Equipe Editorial, que avaliará sua pertinência à *Revista*.
4. Cada proposta deve conter sucinta discussão teórica do tema do dossiê, currículo do(a/s) proponente(s), resumo e *abstract* de cada artigo, bem como breve currículo de seus/suas autores/as. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê deve(m) ser doutor(a/s) e possuírem reconhecida atuação acadêmica na área das ciências sociais, com ênfase em sociologia.
5. Dentre o conjunto de artigos, pelo menos dois deles devem ser em língua inglesa e duas/dois autoras/es com vinculação a instituições estrangeiras. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê poderá/ão assinar apenas um artigo, preferencialmente em coautoria. A apresentação do dossiê ficará a cargo dele(a/s), devendo ser breve (de 8 a 10 páginas com referências), ater-se à importância do dossiê e dos artigos que o compõem. Essa apresentação não está incluída no número de artigos do dossiê.
6. Se aceita a proposta, o prazo de envio dos artigos completos será definido pela *Sociedade e Estado*, que, ao recebê-los do(a/s) responsável(is) via secretaria da *Revista*, encaminhará para avaliação por pares duplo-cego. Possíveis pareceristas para os artigos poderão ser sugeridos/as à Equipe Editorial, mediante compromisso de sigilo sobre a autoria dos artigos por parte dos responsáveis pelo dossiê.
7. Revisões especializadas dos artigos em língua inglesa ou em outras línguas estrangeiras poderão ser solicitadas ao/à(s) responsável(is) pelo dossiê.

